



Mato Grande em Perspectiva

Histórias, Memórias e Identidades
de uma Região Potiguar

Vol. 2

PEDRO PINHEIRO DE ARAÚJO JÚNIOR
GISLAYNE CHIARELLE VIEIRA SOARES
TYEGO FRANKLIM DA SILVA
(Orgs.)



Editora Biblioteca Ocidente
LIBRUM LUX MUNDI



Pedro Pinheiro de Araújo Júnior
Gislayne Chiarelle Vieira Soares
Tyego Franklim da Silva
(Organizadores)

The background features a stylized map of Mato Grosso do Sul in a light tan color. The map is decorated with various elements: a palm tree in the upper left, a bunch of red and green fruits (possibly açaí) on the left, a toucan with a large blue and green beak in the center, a person in a white shirt and hat in the lower left, and a sailing ship on the right. Several place names are written in a cursive script on the map, including 'Cuiabá do Norte', 'São Bento do Norte', 'Pedra Grande', 'São Miguel do Gostoso', 'Touros', 'Rio F...', 'Pereira', 'M...', 'São Bento do Sul', and 'Mato Grosso do Sul'. A large, faint compass rose is visible in the upper right corner of the map.

MATO GRANDE EM PERSPECTIVA

HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E IDENTIDADES DE UMA REGIÃO POTIGUAR

Volume 2

Natal
2026

Editora Biblioteca Ocidente

© Copyright 2026 by Os autores

Direitos reservados a:

Editora Biblioteca Ocidente
Av. Parque das Lagoas, 195
Parnamirim, RN, CEP 59154-325

Título original em língua portuguesa: Mato Grande em Perspectiva:
Histórias, Memórias e Identidades de uma Região Potiguar

Organização: Pedro Pinheiro de Araújo Júnior, Gislayne Chiarelle Vieira
Soares, Tyego Franklim da Silva

Editor: Francisco Isaac D. de Oliveira

Arte da capa: Sarah Shizuko

Composição da capa: Tyego Franklim da Silva, Pedro Pinheiro de Araújo Jr.

Normatização: Tyego Franklim da Silva

Comitê editorial da Editora Biblioteca Ocidente e da Casa Editorial

Araujooliveira: Antônio Natalino Lisboa (Dr. em História), Bruno
Miranda Braga (Dr. em História), Joaquim Pinheiro de Araújo (Dr. em
Ciências Sociais), Juliana Bulhões A. Dantas (Dra. em Comunicação),
Leonardo da Silva Claudiano (Dr. em História), Maria A. Ramos da Silva
(Dra. em Ciências Sociais), Mariza Silva de Araújo (Dra. em Educação),
Sheila Mendes Accioly (Dra. em Ciências Sociais) e Wallas J. de Lima
(Dr. em História)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Ocidente, Parnamirim-RN, Brasil)

P372m

Mato Grande em Perspectiva: histórias, memórias e identidades de
uma região potiguar, v. 2. / Pedro P. de Araújo Jr.; Gislayne C. V.
Soares & Tyego F. da Silva. (Organizadores). – 1. ed. –
Parnamirim, RN : Editora Biblioteca Ocidente, 2026.

ISBN: 978-65-02-38397-1

1. História. 2. Geografia. 3. História do RN. 4. Brasil. I. Oliveira,
Francisco. II. Título.

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. Manuscritos : Mapas, Atlas, Cartografia, Representação gráfica 912
Adriana de L. Teixeira – Bibliotecária – CRB 15/0550

APRESENTAÇÃO

Pedro Pinheiro de Araújo Júnior
Gislayne Chiarelle Vieira Soares
Tyego Franklim da Silva
(Organizadores.)

É com grande satisfação que apresentamos ao público o Volume II de *Mato Grande em Perspectiva: Histórias, Memórias e Identidades de uma Região Potiguar*, dando continuidade ao projeto coletivo que reúne pesquisadores dedicados a investigar, preservar e tornar públicas diferentes dimensões da história da região do Mato Grande, no Rio Grande do Norte.

Concebida originalmente como uma única coletânea, esta obra alcançou uma extensão que nos levou, por razões editoriais e materiais, a dividi-la em dois volumes. A decisão teve como principal objetivo organizar de maneira mais adequada o conjunto das contribuições e, sobretudo, viabilizar a publicação da obra em formato impresso, tornando-a mais acessível, manuseável e capaz de alcançar bibliotecas, escolas, universidades, pesquisadores, comunidades e leitores interessados na história regional.

Essa divisão não estabelece qualquer hierarquia entre os textos, municípios ou temas abordados. Os dois volumes constituem uma única obra, concebida a partir do mesmo projeto intelectual e editorial. A separação atende exclusivamente à necessidade de organizar a publicação e facilitar sua circulação. Por esse motivo, cada volume possui numeração própria de capítulos, iniciada pelo número 1, embora os textos tenham integrado originalmente uma sequência contínua.

Se o primeiro volume conduziu o leitor por Mato Grande, Ceará-Mirim, Maxaranguape, Parazinho, Poço Branco, Rio do Fogo e Touros, este segundo volume amplia o percurso por outros territórios e

experiências históricas da região. Aqui estão reunidos os capítulos correspondentes às partes de Mato Grande, Jandaíra, João Câmara, Pureza, São Miguel do Gostoso e Taipu, compondo, juntamente com o primeiro volume, um mosaico mais amplo das histórias, memórias, identidades e territorialidades do Mato Grande potiguar.

A Parte I — Mato Grande retoma a discussão regional a partir de quatro estudos. As pesquisas sobre as bandas de música, as iconografias católicas, as escolas isoladas e rudimentares e os aspectos geográficos, ambientais e energéticos permitem observar diferentes dimensões da formação histórica e social da região. São experiências que atravessam cultura, religiosidade, educação, território e transformações econômicas, demonstrando como processos aparentemente distintos se articulam na constituição das comunidades do Mato Grande.

A Parte II — Jandaíra apresenta um estudo dedicado às histórias de origem do município. Ao reconstruir os caminhos de formação de Jandaíra, o capítulo evidencia como a história local é constituída por processos de ocupação, circulação de pessoas, construção de referências espaciais e elaboração de memórias sobre o passado.

Na Parte III — João Câmara, quatro capítulos oferecem um conjunto particularmente expressivo de perspectivas sobre o município e suas experiências históricas. A memória dos terremotos que atingiram a região na década de 1980 revela a dimensão social de um desastre natural e as desigualdades que contribuíram para ampliar seus efeitos. A trajetória da família Mendonça, na comunidade do Amarelão, evidencia processos de identidade indígena, mobilização, territorialidade e resistência. A análise da toponímia das ruas permite observar as relações entre espaço urbano, gênero e memória, enquanto as histórias da antiga Baixa Verde recuperam diferentes aspectos da formação histórica de João Câmara.

Esses estudos demonstram que João Câmara pode ser compreendida a partir de múltiplas escalas. O município aparece simultaneamente como espaço de catástrofe e reconstrução, de afirmação identitária, de disputas de memória e de transformação territorial. As diferentes abordagens reunidas nesta parte revelam, assim,

a complexidade de uma história que não pode ser reduzida a uma única narrativa.

A Parte IV — Pureza desloca nosso olhar para as relações entre natureza, memória, cultura e ocupação territorial. A história do município, marcada pela importância de suas águas e de sua fonte, articula elementos ambientais e sociais, revelando como os recursos naturais participaram da formação das comunidades e das atividades econômicas locais. Ao mesmo tempo, as narrativas e lendas associadas aos antigos habitantes do território demonstram a força do imaginário na construção das memórias sobre o lugar.

Na Parte V — São Miguel do Gostoso, o leitor encontra uma reflexão sobre as agricultoras negras do Assentamento Arizona. A produção agrícola aparece não apenas como atividade econômica, mas como prática de luta, sobrevivência, identidade e construção de formas de vida. O capítulo contribui para ampliar a compreensão da história regional ao colocar em evidência sujeitos e experiências que frequentemente permanecem ausentes das narrativas tradicionais sobre o desenvolvimento dos municípios.

A Parte VI — Taipu reúne dois estudos dedicados às relações entre infraestrutura, memória e transformação social. A história da ponte rodoviária sobre o rio Ceará-Mirim permite compreender a importância das obras de circulação e transporte para a integração territorial, mas também recuperar as marcas deixadas por acontecimentos como a grande enchente de 1964. Já a memória do acesso à água revela os desafios enfrentados pelas populações rurais e as políticas públicas que buscaram responder à escassez hídrica, especialmente por meio da implantação de poços e outras estruturas de abastecimento.

Dessa maneira, este segundo volume amplia algumas das questões que atravessam toda a coletânea: como os territórios são construídos, transformados e lembrados? Como diferentes grupos sociais elaboram suas identidades? De que maneira natureza, infraestrutura, cultura, religião, educação e trabalho interferem na constituição das comunidades? E como as memórias locais podem contribuir para uma compreensão mais plural da história do Rio Grande do Norte?

A diversidade dos capítulos demonstra que a História Local não deve ser compreendida como uma simples redução da história nacional ou estadual a uma escala menor. Investigar o Mato Grande significa reconhecer que os municípios possuem trajetórias próprias e que seus habitantes produziram experiências históricas capazes de revelar processos mais amplos da sociedade brasileira.

Ao mesmo tempo, as histórias aqui reunidas mostram que as fronteiras municipais são insuficientes para compreender plenamente a região. Pessoas, famílias, comunidades, rios, estradas, escolas, portos, manifestações religiosas, atividades econômicas e movimentos sociais atravessam esses limites e estabelecem conexões que ajudam a constituir aquilo que reconhecemos como Mato Grande.

Essa perspectiva é particularmente importante quando observamos as experiências dos povos indígenas e das comunidades quilombolas presentes na coletânea. Suas trajetórias demonstram que o território não é apenas uma superfície delimitada administrativamente, mas um espaço de memória, pertencimento, conflito, resistência e produção de identidades. São histórias que questionam narrativas homogêneas e contribuem para uma compreensão mais plural da formação regional.

Também merece destaque a presença da memória como dimensão fundamental deste projeto. Memória de terremotos, de enchentes, de escolas, de práticas religiosas, de comunidades, de estradas, de portos, de fontes de água e de processos de transformação social. Ao reunir essas diferentes lembranças, os autores demonstram que recordar não significa simplesmente recuperar o passado, mas também atribuir sentidos ao presente e disputar os modos pelos quais determinados acontecimentos, lugares e sujeitos serão reconhecidos pela sociedade.

Como no primeiro volume, os organizadores optaram por preservar a autonomia intelectual dos autores e autoras. Foram respeitadas as especificidades de escrita, terminologias, conceitos, referenciais teóricos e metodológicos e formas de organização textual próprias de cada contribuição. As interpretações e posicionamentos

apresentados são, portanto, de inteira responsabilidade de seus respectivos autores, não representando necessariamente a posição dos organizadores, que atuaram na coordenação editorial e científica do projeto.

Nossa proposta, desde o início, foi reunir pesquisadores e historiadores dos diferentes municípios que compõem o Mato Grande. Embora não tenha sido possível contemplar todas as localidades nesta primeira edição, o processo de construção da obra demonstrou a existência de uma produção significativa sobre a história regional e, sobretudo, a necessidade de ampliar os espaços de circulação dessas pesquisas.

Por isso, *Mato Grande em Perspectiva* não deve ser entendida como uma obra definitiva. Ao contrário, estes dois volumes pretendem constituir um ponto de partida para novas investigações, novas perguntas e novas narrativas sobre a região. Esperamos que outras pesquisas possam surgir a partir das questões aqui apresentadas e que, em futuras edições ou novos projetos, seja possível incorporar ainda mais municípios, pesquisadores, comunidades e sujeitos históricos.

Ao chegar ao final deste segundo volume, o leitor terá percorrido diferentes tempos e territórios: das experiências indígenas às transformações contemporâneas; das antigas formas de ocupação às cidades atuais; das escolas rurais às políticas de infraestrutura; dos desastres naturais às estratégias comunitárias de resistência; das práticas religiosas às manifestações culturais; das memórias familiares às identidades coletivas.

É justamente nessa multiplicidade que reside a força desta obra.

O Mato Grande que emerge destas páginas não é um território homogêneo. É um espaço plural, marcado por encontros e conflitos, permanências e mudanças, esquecimentos e lembranças. É constituído por diferentes sujeitos que, ao longo do tempo, produziram e continuam produzindo seus próprios modos de viver, ocupar, significar e defender seus territórios.

Os dois volumes de *Mato Grande em Perspectiva* são, assim, um convite para olhar a região para além dos mapas e das fronteiras

administrativas. São um convite para reconhecer histórias que muitas vezes permaneceram dispersas, memórias que sobreviveram nas comunidades e pesquisas que ajudam a compreender a complexidade da formação histórica do Rio Grande do Norte.

Esperamos que esta coletânea contribua para aproximar universidade e sociedade, pesquisa e memória, historiografia e comunidades. Que possa ser utilizada por pesquisadores, professores, estudantes, instituições culturais e, sobretudo, pelos próprios habitantes do Mato Grande, para que reconheçam nas páginas desta obra parte das muitas histórias que constituem seus lugares de vida e pertencimento.

Que a leitura destes dois volumes seja, portanto, o início de novas perguntas e de novas descobertas sobre o Mato Grande potiguar.

Os organizadores.

ORGANIZADORES

Pedro Pinheiro de Araújo Júnior

Autor do livro “História e Genealogia de Rio do Fogo” (2024) é Doutor e Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH/UFRN). Pós-doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI). Especialista em História do Brasil pela Universidade Potiguar. Bacharel e licenciado em História pela UFRN. Atua como professor da rede pública estadual do Rio Grande do Norte (SEEC/RN). É pesquisador nos seguintes grupos de pesquisa: SERCOL - Sociedade e Cultura em Sertões Coloniais (CERES/UFRN); FEC - Formação dos Espaços Coloniais (CCHLA/UFRN); Projeto VIP: Vilas Indígenas Pombalinas. Sócio e membro fundador da Academia Tourense de Ciências, Cultura e Política (ATCCP). Seus interesses em pesquisas estão ligados à História dos Sertões, Cartografia Histórica, História Indígena, Populações Tradicionais e Patrimônio.

Gislayne Chiarelle Vieira Soares

Possui graduação em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2011), é especialista em Ensino de História (FARESE), pós-graduada em Mídias na Educação (UERN), Mestra em Ensino pela UERN, UFERSA e IFRN. É professora do quadro efetivo do Estado do Rio Grande do Norte. Atua como docente na Escola Estadual Tabelaão Júlio Maria, em Touros/RN. Tem experiência profissional na área educacional, especialmente em Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. Atua como professora de História, dando ênfase ao uso das tecnologias em sala de aula como recurso necessário para a aprendizagem na

contemporaneidade. Além disso, possui como interesses de pesquisa: história da formação das povoações da Vila de Touros; história indígena; escravidão e resistência dos povos africanos.

Tyego Franklim da Silva

É professor da rede básica de ensino do Rio Grande do Norte. Licenciado em História e bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre e Doutor em História e Espaços, pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFRN (PPGH-UFRN). Autor de “A Ribeira da Discórdia: terras, homens e relações de poder no sertão do Assu Colonial (1680-1720)”. Investigador das temáticas: territórios, ocupação, administração, natureza, relações de poder e conflitos coloniais. Tem interesse ainda em estudos nas áreas de História Digital, História Pública, Políticas Educacionais, Espaços Públicos, Gestão Pública, Políticas Culturais e Metodologia da Pesquisa Científica.

PREFÁCIO

UM GRANDE LIVRO PARA O MATO GRANDE

Por Helder Alexandre Medeiros de Macedo

É com muita alegria que se celebra um livro do peso de *Mato Grande em perspectiva: histórias, memórias e identidades de uma região potiguar*. E o peso refere-se, nesse ponto, não apenas à quantidade de páginas, mas também, à profundidade dos temas tratados pelos autores e pelas autoras que colaboraram para a construção da obra. Há quem diga que as histórias locais e regionais não importam ou que não contribuem para a compreensão dos processos que estruturam o todo social. Contudo, num tempo de intenso fluxo comunicacional e em que as globalizações ameaçam uniformizar os sentidos das pessoas e os modos de vida, mais do que nunca o conhecimento sobre aquilo que é mais específico faz toda a diferença. Pensar as comunidades, seus caminhos e descaminhos, seu povo e sua gente, suas histórias e memórias, em conexão com os cenários mais amplos, em nível estadual e nacional, portanto, importa. É aqui que se assenta a relevância do livro que se apresenta, contribuindo, pois, para preencher lacunas sobre a história do Rio Grande do Norte e, em particular, a da região do Mato Grande.

Estive presente no instante em que surgiram as primeiras provocações para a existência dessa obra: a banca de defesa da tese de doutorado de Pedro Pinheiro de Araújo Júnior – à época, meu orientando – em 2025, quando membros da Comissão Examinadora indagaram acerca do que seria essa região chamada de *Mato Grande* e como teria se dado o seu processo de configuração histórica, espacial e discursiva. Anteriormente, no processo de orientação da citada tese, em nossos

diálogos, também me incomodava, como historiador – e curioso – a falta de referências que informassem, de forma mais efetiva, acerca da formação sócio-histórica do referido território. O encontro de Pedro Pinheiro com Gislayne Soares e Tyego Franklim, pessoas que também têm raízes fincadas no Mato Grande, potencializou o convite a intelectuais de diversos campos do conhecimento, que responderam, com seus estudos, formando o corpo da obra, estruturada em 13 partes e 29 capítulos.

Há dois detalhes importantes que precisam ser mencionados. O primeiro refere-se à origem das autorias dos capítulos que compõem o livro. Embora o seu foco seja o conhecimento proveniente da história e da memória sobre o Mato Grande, as formações dos autores e das autoras são as mais diversas possíveis: História, Ciências Sociais, Antropologia, Geografia, Direito, Pedagogia, Letras, Música, Arquitetura, Ciências Contábeis e Fisioterapia. Isso proporciona a possibilidade, para o leitor ou a leitora, de poder contar com uma miríade de pontos de vista sobre os temas tratados. O segundo ponto diz respeito aos recortes dos assuntos evocados nos capítulos, que vão do período colonial até a contemporaneidade, garantindo, pois, atender a expectativas as mais diversas, a depender do interesse de quem lê.

Um diferencial do livro são as abordagens temáticas feitas no âmbito de uma educação para as relações étnico-raciais, focando, principalmente, em assuntos como as histórias indígena, africana e afro-brasileira, bem como da escravidão e das mestiçagens. Temas que durante muito tempo foram eclipsados por uma concepção de História que valorizava, sobretudo, as pessoas consideradas brancas ou que detinham cabedal e se assentavam nos círculos do poder político. A existência de comunidades indígenas e quilombolas em diversas espacialidades do Mato Grande implica, diretamente, a existência e protagonismo dessas populações na sua história e da região.

Pela abrangência temática, espacial e temporal presente nos estudos apresentados ao longo dos capítulos, e considerando, também, o mérito de, em sua grande maioria, os autores e as autoras serem pessoas oriundas da região a refletir sobre seus lugares, *Mato Grande em*

perspectiva já é, desde sua gênese, uma importante contribuição para a historiografia norte-rio-grandense.

Helder Alexandre Medeiros de Macedo,
Professor da Universidade
Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
ORGANIZADORES	9
PREFÁCIO - UM GRANDE LIVRO PARA O MATO GRANDE - Por Helder Alexandre Medeiros de Macedo	11
INTRODUÇÃO - UMA HISTÓRIA DO MATO GRANDE	17
PARTE I - Mato Grande	31
CAPÍTULO 1 -BANDAS DE MÚSICA DO MATO GRANDE POTIGUAR: A FILARMÔNICA TABELIÃO JÚLIO MARIA DE TOUROS - Antonio Tenório Sobrinho Filho	33
CAPÍTULO 2 - ENTRE RELIGIOSIDADE E ESPAÇO GEOGRÁFICO: UM ESTUDO SOBRE AS ICONOGRAFIAS CATÓLICAS DA REGIÃO DO MATO GRANDE - Elias Querino da Hora	51
CAPÍTULO 3 - AS ESCOLAS ISOLADAS E RUDIMENTARES DA REGIÃO DO MATO GRANDE NAS DÉCADAS DE 1920- 1930 - João Santos	77
CAPÍTULO 4 - MATO GRANDE POTIGUAR: ASPECTOS GEOGRÁFICOS, AMBIENTAIS E ENERGÉTICOS DE UMA REGIÃO EM TRANSFORMAÇÃO - Aldo Jefferson Modesto da Silva	103
PARTE II - Jandaíra.....	123
CAPÍTULO 5 - JANDAÍRA: TECENDO SUAS HISTÓRIAS DE ORIGEM - Wellington Varela Bezerra	125
PARTE III - João Câmara.....	147
CAPÍTULO 6 - ENTRE O TEMOR E O TREMOR: A HISTÓRIA DOS TERREMOTOS EM JOÃO CÂMARA (RN) - Franklin Flamariom de Araújo Mata	149

CAPÍTULO 7 - MENDONÇA DO AMARELÃO: DESAFIOS E CONQUISTAS DA IDENTIDADE INDÍGENA NA REGIÃO DO MATO GRANDE – JOÃO CÂMARA/RN E NO CONTEXTO NACIONAL - Jussara Galhardo Aguirres Guerra	175
CAPÍTULO 8 - PELAS RUAS DE JOÃO CÂMARA: GÊNERO E TOPONÍMIA - Rayane Dionísio da Silva	210
CAPÍTULO 9 - HISTÓRIAS DA ANTIGA BAIXA-VERDE (JOÃO CÂMARA) - Aldo Torquato	225
PARTE VI - Pureza	249
CAPÍTULO 10 - PUREZA: UM PEDACINHO DO BRASIL - Tarcicleide Batista de Figueiredo	251
PARTE V - São Miguel do Gostoso	271
CAPÍTULO 11 - O DITO E O NÃO-DITO SOBRE A IDENTIFICAÇÃO RACIAL DAS AGRICULTORAS NEGRAS DO ASSENTAMENTO ARIZONA: PRODUÇÃO AGRÍCOLA COMO PRODUÇÃO DE LUTA E DE VIDA - Murilo de Oliveira Carvalho; Jeferson Nascimento; Cimone Rozendo	273
PARTE VI - Taipu	301
CAPÍTULO 12 - A PONTE RODOVIÁRIA SOBRE O RIO.....	303
CEARÁ-MIRIM EM TAIPU: MEMÓRIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO - João Santos	303
CAPÍTULO 13 - MEMÓRIA DO ACESSO À ÁGUA EM TAIPU - João Santos	321
SOBRE OS AUTORES: VIDAS E VIVÊNCIAS	343

INTRODUÇÃO

UMA HISTÓRIA DO MATO GRANDE

Dr. Pedro Pinheiro de Araújo Júnior

Esse livro foi concebido a partir de reflexões dos membros da banca da defesa do meu doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte sobre como foi forjada historicamente a região do Mato Grande. Existia alguma literatura sobre o tema? Qual a bibliografia existente? A partir dessas indagações pensei em organizar este livro e convocar pesquisadores e historiadores da região que tenham pesquisado sobre a formação histórica de seus municípios. Portanto, essa obra coletiva tenta preencher lacunas, apresentar novas pesquisas e promover os estudos desses intelectuais para o grande público.

Assumi a responsabilidade de escrever o capítulo introdutório deste importante trabalho. Início-o com a seguinte questão: como se constituiu, ao longo do tempo, o espaço nomeado como Mato Grande?

Etimologia e Primeiros Contatos

Segundo os estudos da antropóloga Jussara Galhardo Guerra, o nome indígena em língua tupi para Mato Grande é *Caaçu*. Esse termo é referenciado no documento através do nome de um projeto de artesãos indígenas chamado *Motyrum-Caaçu*, que significa justamente "mutirão no Mato Grande". Além disso, segundo a pesquisadora, as fontes mencionam que, dentro da microrregião do Mato Grande, a atual Chapada da Serra Verde possuía denominações indígenas específicas: era conhecida entre os povos Tapuia como *Cowoyry* e entre os Potiguara como *Moytyapoa*,

Moteapy ou *Matiapoa* (termo de origem tupi que significa “fazer estrondo”)¹.

Posteriormente, os colonizadores de origem portuguesa nomearam esse espaço como Cabo de São Roque. O termo Cabo de São Roque foi forjado durante a expedição exploradora da qual fazia parte o navegador Américo Vespúcio. A região costeira recebeu esse nome especificamente no dia 17 de agosto de 1501, data dedicada a este santo no calendário cristão. A toponímia foi consolidada através das crônicas de Vespúcio, mais notadamente na carta conhecida como *As Quatro Navegações*. A partir desses relatos, o Cabo de São Roque tornou-se o ponto de referência mais conhecido para os navegadores europeus que se dirigiam àqueles mares. Na atualidade, o local referente a esse topônimo situa-se no município de Maxaranguape, no litoral do Rio Grande do Norte².

Os "Sertões do Cabo de São Roque"

No processo de conquista da “Terra dos Potiguara”, os invasores desbravaram os “sertões do Cabo de São Roque”. A origem dessa última expressão pode ser compreendida por meio de alguns fatores detalhados nas fontes da época. O litoral norte, por ser uma área contígua ao principal núcleo de ocupação da Capitania do Rio Grande (a Cidade do Natal) e ainda alvo de expansão, passou a ser entendido e chamado de “sertões do Cabo de São Roque”. Esse termo designava um espaço que atraía o interesse dos agentes da Coroa portuguesa para ser apropriado e dominado.

O uso dessa expressão consolidou-se na documentação oficial do período. Termos como “sertão” e “certão” aparecem em diversas cartas de sesmarias (concessões de terras) doadas nas adjacências do Cabo de São Roque entre os anos de 1605 e 1819, comprovando que, para a

¹ As informações dos estudos desta autora estão disponíveis no capítulo intitulado “MENDONÇA DO AMARELÃO: DESAFIOS E CONQUISTAS DA IDENTIDADE INDÍGENA NA REGIÃO DO MATO GRANDE – JOÃO CÂMARA/RN E NO CONTEXTO NACIONAL”.

² ARAÚJO JÚNIOR, Pedro Pinheiro de. **Não é terra de préstimo e nunca foi povoada: a territorialização dos sertões do Cabo de São Roque (1500-1719)** – Mossoró, RN: EDUERN, 2020, p. 30-32.

administração colonial, aquela área costeira era tratada de fato como um sertão a ser devassado e povoado³.

Segundo os meus estudos, que desembocaram na minha tese de doutoramento, a região em análise foi palco dos primeiros contatos dos povos originários com os invasores europeus. Desde os primeiros instantes da invasão europeia, alguns missionários católicos oriundos do reino português percorreram pelos sertões do Cabo de São Roque, andando pelos tabuleiros em busca de novas almas para o seio da Igreja. Esses “soldados de Cristo” encontraram os grupos indígenas que ocupavam as margens dos estuários dos rios e das praias piscosas ao norte de Natal e acabaram sendo inseridos nos aldeamentos jesuíticos ou continuaram livres em suas rotinas de subsistência. Mas esses últimos, mesmo alheios ao processo de dominação política dos povos indígenas, acabaram ligados às tradições religiosas dos dominadores europeus.

O município “mãe” do Mato Grande: A Vila de Extremoz

Parte desse processo expansionista europeu resultou na criação da Missão de São Miguel do Guajiru, na margem da atual lagoa de Extremoz, local onde foi erguida também a igreja de São Miguel, sob responsabilidade dos padres jesuítas, para fins de aldear os grupos indígenas do Rio Grande. O referido templo católico era frequentado por fregueses do “Mato Grande” e de todos os estratos sociais, desde pessoas livres, libertas e escravizadas; a brancos, pardos, indígenas e homens coloniais⁴. Na época, a igreja fazia parte da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação da Cidade do Natal desde a sua fundação e seus

³ ARAÚJO JÚNIOR, Pedro Pinheiro de. **Não é terra de préstimo e nunca foi povoada: a territorialização dos sertões do Cabo de São Roque (1500-1719)** – Mossoró, RN: EDUERN, 2020, p. 56-58.

⁴ “Homem colonial” foi um conceito forjado pelo historiador Luiz Felipe de Alencastro ao descrever que esses indivíduos circulavam “em diversas regiões do Império [português], mas joga todas as suas fichas na promoção social e econômica acumulada numa determinada praça, num enclave colonial”. ALECASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

primeiros registros com assentamento de batismo datam a partir do ano de 1694⁵.

Ademais dos fatos, nos primeiros séculos da colonização lusa no Estado do Brasil, o espaço em análise estava sob o comando civil dos membros camarários do Senado da Câmara da Cidade do Natal. Era esse órgão legislativo e jurídico que nortearia as atividades econômicas do Rio Grande do Norte. No caso das pescarias, os pescadores eram obrigados a destinar os pescados para serem vendidos em localidades específicas, tanto pela necessidade do abastecimento quanto pelas datas comemorativas ou religiosas, como na Quaresma. Com o advento do Diretório dos Índios (1757), conjunto de leis criados pela Coroa portuguesa com intuito de administrar e “civilizar” os povos indígenas no Brasil, deu-se origem a primeira vila colonial fundada nesse espaço, a Vila de Índios de Extremoz do Norte, em 1760.

Foi nesse contexto que a antiga Missão de São Miguel do Guajiru foi remodelada, sendo sua Igreja e Vigaria intituladas de Nossa Senhora dos Prazeres e São Miguel da Vila Nova de Extremoz do Norte. Com a criação da Vila de Índios de Extremoz e instalado o senado da câmara defronte à igreja matriz, foram estabelecidos dois territórios, um vinculado à administração laica, através dos membros camarários que efetuariam os ditames estabelecidos pelo Diretório dos Índios, e outro, espiritual, ligado à administração do vigário sobre os seus fregueses católicos da Freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres e São Miguel, no entanto, ambos os territórios estavam justapostos, ou seja, seus limites estavam idênticos e tomavam boa parte do território da Capitania do Rio Grande do Norte, como se observa no mapa a seguir.

⁵ ARAÚJO JÚNIOR, Pedro Pinheiro de. **História e Genealogia de Rio do Fogo -RN** (sécs. XVI-XX). Parnamirim-RN: Editora Biblioteca Ocidente, p. 207-208, 2024.

Mapa do Território da Vila de Índios de Extremoz do Norte e Freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres e São Miguel



Fonte: Mapa elaborado pelo autor e pela geóloga Janaína Medeiros da Silva a partir da sistematização das informações sobre o território da Vila de Extremoz em Ideia de população da Capitania de Pernambuco e das suas anexas (1774), Nestor Lima (1937), Júlio Gomes de Senna (1972) e José Rodrigues Silva Filho (2018).

O mapa apresenta espacialmente o território da Freguesia e Vila de Extremoz e, para ser inteligível, utilizei nele a perspectiva cartográfica

com os atuais limites dos municípios que integram o Rio Grande do Norte. Os traçados para territorializar os limites da referida vila são aproximações do real, pois podem existir divergências. Nele, se observa a imensidão territorial que estava sob responsabilidade da governança do Senado da Câmara de Extremoz e do vigário no âmbito religioso. Como se apresenta no mapa do território da Vila, a Freguesia de Extremoz dominava todo o espaço da região do Mato Grande, com destaque para a região leste das localidades chamadas no início do século XIX de “Praias de Touros”: Maracajaú, Rio do Fogo, Zumbi, Porto de Pititinga, Porto de Touros, Cajueiro e São José. O imenso litoral da Vila de Extremoz possuía 37 léguas de extensão, entre o porto de Guamaré, mais ao norte, e a praia de Jenipabu, mais ao sul. A oeste, fazia fronteira com a Vila da Nova da Princesa (Assú) e, ao sul, era fronteira com a Cidade do Natal. Em 1786, o território da referida vila de índios tinha 16 fazendas, 484 fogos e 1.123 pessoas em desobriga, ademais, a população branca se repartia em 208 fogos e mais 1.067 pessoas desobrigadas.

Desmembramentos e a Resistência Indígena

Já no período imperial (1822-1889), a Vila e Freguesia de Extremoz foi desmembrada em um novo território, com a criação da Freguesia do Senhor Bom Jesus dos Navegantes do Porto de Touros, por decreto imperial de 5 de setembro de 1832. Assim, os territórios da antiga Freguesia de Extremoz foram divididos em duas partes, tendo como marco divisor entre eles o Rio Maxaranguape. Três anos depois, o Conselho Provincial promulgou a elevação do Porto de Touros à categoria de Vila através da Lei nº 21, de 27 de março de 1835. Por fim, em meados do século XIX, em 18 de agosto de 1855, a sede da Vila de Extremoz foi transferida para a localidade de Boca da Mata, depois transformada em Vila de Ceará-Mirim e, tempos depois, a sede da Freguesia de Extremoz foi transferida para Ceará-Mirim, em 1875.

Desse modo, a região do Mato Grande, corresponde, hoje, a uma grande parte do antigo território da Vila e Freguesia de Índios de Extremoz até as primeiras décadas do século XIX. Anteriormente, nesses sertões contíguos à Cidade do Natal, emergiram dezenas de topônimos e

localidades que refletem nesse espaço a sua efetiva ancestralidade indígena, onde muitos deles permaneceram em nosso tempo presente, tais como Pititinga, Amarelão, Pureza, Aningas, Lagoa Grande, Jacumã, Jacoca, Taipú, Ceará-Mirim, Boa Cica, Punaú, Caiçara, Maxaranguape, Maracajaú, Jandaíra e Muriú. Segundo o Coletivo Potiguara Indígenas do Vale, apenas no município de Ceará-Mirim existem na atualidade 64 comunidades que remetem a esses povos tradicionais, e se pensarmos na região do Mato Grande na totalidade, essa quantidade de comunidades é amplificada.

Mas como esses povos indígenas do Mato Grande resistiram ao processo colonizador?

Em minhas pesquisas sobre a História Indígena neste espaço forjei o conceito de “autoterritorialização indígena”. Segundo o qual no século XIX, a resistência dos indivíduos indígenas moradores no termo da Vila de Extremoz, posteriormente chamada de região do Mato Grande, se apresentaram de várias maneiras. Por exemplo, umas delas foi a saída da sede da vila, para se estabelecerem em novos espaços, quando algumas dessas famílias, para se desvencilharem das obrigações do Diretório ou pelas perdas territoriais, procuraram residir junto de outros parentes indígenas nas localidades vizinhas.

Segundo Henry Koster, existiam nesses espaços dois tipos de pessoas: muitos “mamelucos”, que eram frequentemente vistos no sertão e nas proximidades do litoral, sendo eles frutos das misturas entre brancos e nativos; além de indígenas “em estado de domesticidade, chamados geralmente de caboclos” pelas autoridades. Isso evidencia que, além da população fixada nas povoações conhecidas, existiam dezenas de famílias indígenas espalhadas pela região, como bem frisou em 1826 o presidente da Província do Rio Grande do Norte, Castro e Silva, quando descreveu esses locais como “mocambos de índios”. E que, apesar do apagamento institucional, desde o estabelecimento do Regulamento da Civilização dos Índios (1845) e do discurso da invisibilização do

presidente Morais Sarmiento (1847), os registros dessa categoria social persistiram por mais algumas décadas nas fontes da Igreja Católica⁶.

A autoterritorialização indígena foi um reforço da população nativa e seus descendentes para resistir à exploração da sua mão de obra, a manter a sua cultura e defender, principalmente, o seu território social diante dos poderosos senhores de terras e posseiros que, ao longo das décadas, esbulharam suas terras e forçaram muitos a buscar outros espaços e vivências. A Vila de Ceará-Mirim, criada no contexto da decadência da antiga Vila de Índios de Extremoz, recebeu grande parte da gente “cabocla” que estava nos arrabaldes do vale do rio homônimo. Apesar de ser um espaço criado pelos sucessores dos proprietários rurais, foi e continua sendo um espaço dominado pelos herdeiros dos “Índios de Extremoz”, símbolo da resistência e do protagonismo indígena na História do Rio Grande do Norte.

“Modernização” e a Configuração Atual

No século seguinte, em 1910, ocorreu a integração e desenvolvimento da região com a chegada dos trilhos da estrada de ferro à localidade de Baixa-Verde (atual município de João Câmara). Baixa-Verde tornou-se a porta de entrada estratégica para essa vasta região. A partir de 1914, a economia local foi profundamente transformada pela atuação do empresário João Câmara, que adquiriu cerca de sessenta fazendas, abriu mais de seiscentos quilômetros de estradas e impulsionou a industrialização do algodão e do agave (sisal), utilizando amplamente a mão de obra local, incluindo famílias de descendência indígena.

Décadas mais tarde, a região em análise foi problematizada pela mídia impressa potiguar no século XX, portanto, essa região já era assim descrita pelos seus habitantes e pelas autoridades, desde, pelo menos, meados do mesmo século. Em 1957, em um editorial publicado pelo

⁶ ARAÚJO JÚNIOR, Pedro Pinheiro de. **As terras da vila de índios de Extremoz sob duas facções: disputas políticas nos processos de territorialização indígena no Rio Grande do Norte**. 586f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, p. 446-458, 2025.

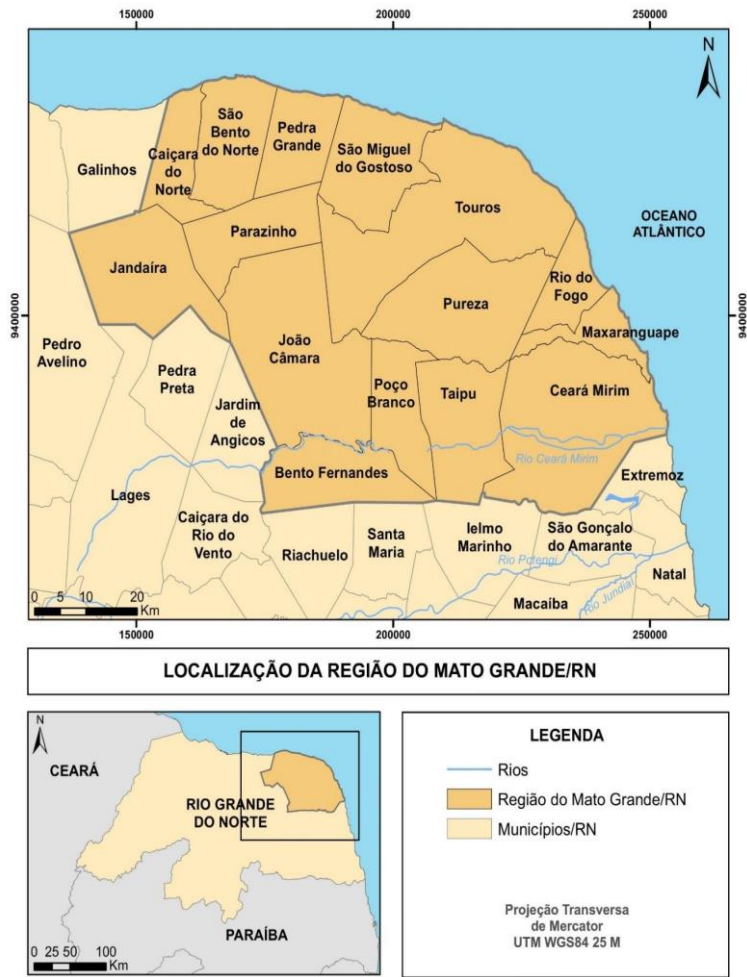
jornal “O Poti” sobre os postos florestais próximos às estradas de ferro, foi descrita a seguinte informação:

Na zona da Central encontraremos duas áreas muito apropriadas para a fixação de postos florestais. Uma delas é o Ceará-Mirim, em cujo vale possui o Estado um núcleo agrícola, encravado na povoação de Estivas. E a outra seria a faixa conhecida por “Mato Grande”, nos municípios de João Câmara e Touros[...].

Apesar de hoje ser conhecida como uma região definida por 15 municípios, Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará-Mirim, Jandaíra, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros⁷, no decorrer desse período supracitado, ela apresenta-se nos periódicos como uma região fluida, ora sendo uma região que abrangia os municípios de Lages e João Câmara, ora como sendo um espaço ligado entre João Câmara e Touros. Apesar das divergências geográficas publicizadas pela imprensa, na atualidade a referida região no Rio Grande do Norte e seus respectivos municípios se apresentam da seguinte forma a seguir.

⁷ CADERNO de caracterização: estado do Rio Grande do Norte / organizadores, Renan Loureiro Xavier Nascimento, Camilo Cavalcante de Souza, Marcos Antonio das Neves de Oliveira – Brasília, DF: Codevasf, p. 25, 2021.

Região do Mato Grande no Rio Grande do Norte na atualidade⁸



⁸ ARAÚJO JÚNIOR, Pedro Pinheiro de. *As terras da vila de índios de Extremoz sob duas facções: disputas políticas nos processos de territorialização indígena no Rio Grande do Norte*. 586f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, p. 20, 2025.

Fonte: Mapa elaborado com auxílio do Google Earth. Trabalho técnico com o programa Qgis 3.4 realizado pela geóloga Janaína Medeiros da Silva a partir da análise de Pedro Pinheiro de Araújo Júnior.

Geograficamente, o Mato Grande está encravado no semiárido potiguar e possui também uma faixa litorânea ao norte. O território é composto por municípios que sofrem forte influência da área metropolitana de Natal. Dependendo do recorte institucional (seja do SEBRAE ou do IBGE), a região abrange entre 13 e 15 municípios, polarizada principalmente pelas cidades de João Câmara (o principal polo político e econômico), Ceará-Mirim e Touros. Apesar da região já ser conhecida popularmente por suas características geográficas (como o "chapadão do Mato Grande"), o termo oficial "Região do Mato Grande" surgiu na década de 1990. Essa nomenclatura foi adotada como parte de um esforço de regionalização e planejamento territorial promovido pelo Estado do Rio Grande do Norte, visando o desenvolvimento econômico da área⁹.

Por fim, caros leitores e leitoras, esse pequeno texto introdutório buscou trazer os primeiros elementos históricos para a região analisada, que serão melhor abordados pelos autores e autoras que irão apresentar seus estudos nos próximos capítulos.

Ótima leitura!

REFERÊNCIAS

ALECASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARAÚJO JÚNIOR, Pedro Pinheiro de. **As terras da vila de índios de Extremoz sob duas facções**: disputas políticas nos processos de territorialização indígena no Rio Grande do Norte. 586f. Tese

⁹ BARBOSA, Jane Roberta de Assis; PAZ, Diego Tenório; DANTAS, Aldo. Regionalização e Planejamento no Rio Grande do Norte. **Revista Confins**, São Paulo, N.32. 2017, p.5-6

(Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.

ARAÚJO JÚNIOR, Pedro Pinheiro de. **História e Genealogia de Rio do Fogo -RN** (sécs. XVI-XX). Parnamirim-RN: Editora Biblioteca Ocidente, 2024.

ARAÚJO JÚNIOR, Pedro Pinheiro de. **Não é terra de préstimo e nunca foi povoada**: a territorialização dos sertões do Cabo de São Roque (1500-1719) – Mossoró, RN: EDUERN, 2020.

BARBOSA, Jane Roberta de Assis; PAZ, Diego Tenório; DANTAS, Aldo. Regionalização e Planejamento no Rio Grande do Norte. **Revista Confins**, São Paulo, N.32. 2017.

CADERNO de caracterização: **Estado do Rio Grande do Norte** / organizadores, Renan Loureiro Xavier Nascimento, Camilo Cavalcante de Souza, Marcos Antonio das Neves de Oliveira – Brasília, DF: Codevasf, 2021.

CÓSTACKZ, Thiago. **Tappeweppe**. Ceará-Mirim: Coletivo Potiguara Indígenas do Vale, 2022.

LIMA, Nestor dos Santos. **Municípios do Rio Grande do Norte**: Ceará-Mirim e Currais Novos. V.27/28 (Edição fac-similar da Revista do IHGRN). Mossoró: Coleção Mossoroense, Série C – V. DXCVII, 1990.

LIMA, Nestor dos Santos. **Municípios do Rio Grande do Norte**: Baixa Verde, Caicó,

Canguaretama e Caraúbas. Mossoró: Coleção Mossoroense, Série C, 1990.

NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1971.

PATRIOTA, Nilson. **Touros**: Uma Cidade do Brasil. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2000.

FONTES:

IDEIA de população da Capitania de Pernambuco e das suas anexas [...]. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Oficinas de Artes Gráficas da BN, 1923 [1774–1786].

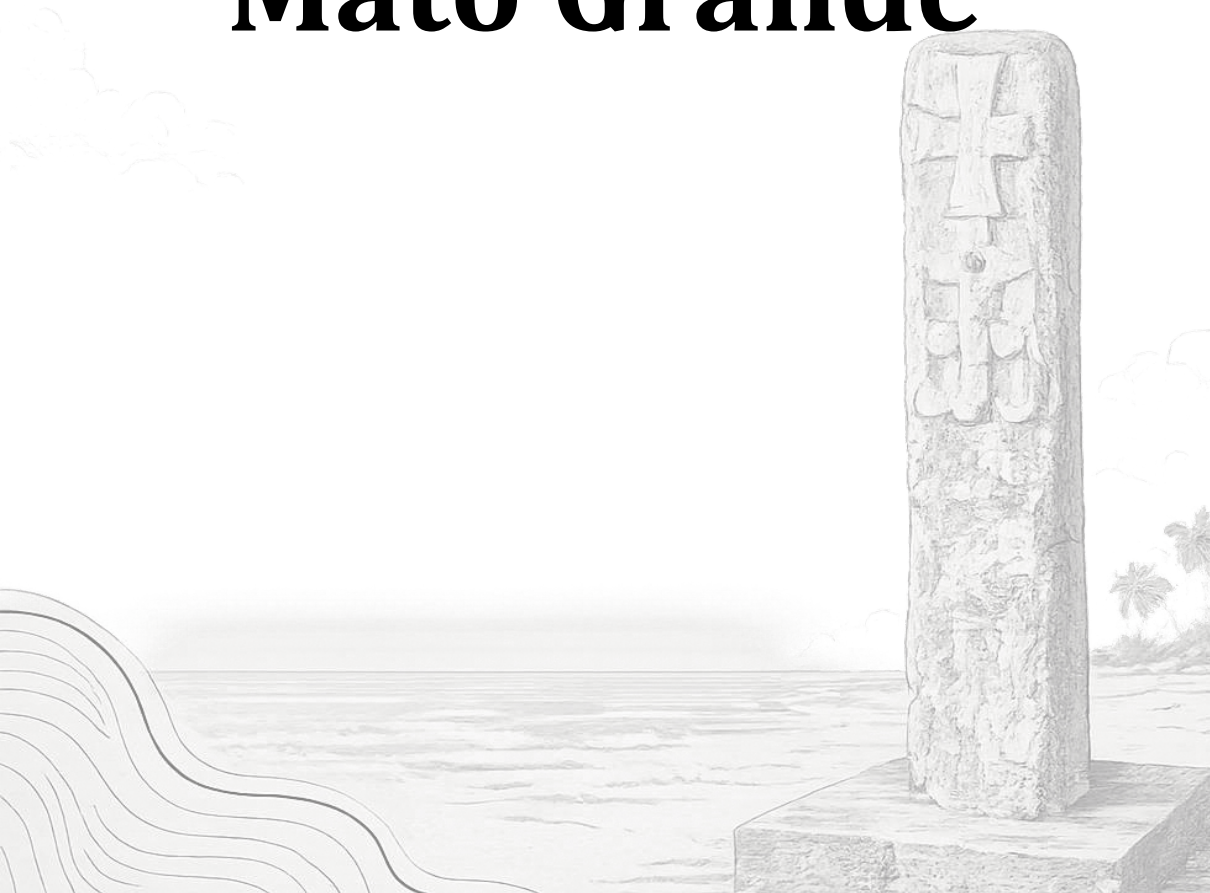
O Poti, Natal, 10 ago. 1957, p. 2.

O Poti, Natal, 2 set. 1962, p. 8.



PARTE I

Mato Grande



CAPÍTULO 1

BANDAS DE MÚSICA DO MATO GRANDE POTIGUAR:

A FILARMÔNICA TABELIÃO JÚLIO MARIA DE TOUROS

Antonio Tenório Sobrinho Filho

Apesar das análises de âmbito estritamente econômico terem consolidado os anos 1980 como a “Década Perdida” (um período sufocado pela hiperinflação, pelo peso da dívida externa e pela sucessão de planos de estabilização que falharam em reanimar o PIB), este texto pretende revisitar essa era sob a ótica dos extraordinários ganhos socioculturais vivenciados especificamente na chamada região do Mato Grande potiguar.

Se, por um lado, os índices financeiros apontavam para a estagnação e o descontrole monetário, por outro, a sociedade brasileira experimentava a euforia da redemocratização e o fim da censura, criando uma panela de pressão onde a instabilidade se converteu em combustível criativo. Foi exatamente nesse cenário de contradições, onde a incerteza do dia seguinte convivia com uma inédita liberdade de expressão, que o cenário musical do Mato Grande encontrou terreno fértil para florescer.

Longe de ser “perdida”, a década foi, na verdade, um período de fundação e resistência artística, presenciando o surgimento de bandas de música que, nascidas da crise, aprenderam a transformar a aridez econômica em identidade cultural e a angústia coletiva em melodias que

ecoam até hoje nas ruas e nas memórias musicais daqueles que direta ou indiretamente foram beneficiados pelo poder da música.

Considerando as profundas mudanças e transformações ocorridas no citado período, busca-se ressaltar a não confirmação do rótulo de “Década Perdida”. Nesta toada, a música ocupou lugar significativo na vida da população brasileira, servindo como prova de um necessário pressuposto histórico, a saber: a importância de fontes variadas para o estudo das realidades. Em outras palavras, sugere-se compreender a citada década não apenas sob a ótica das análises econômicas (sejam micro ou macro), mas também por meio de outras variáveis.

Neste trabalho, adotou-se como ferramenta de análise as manifestações culturais, especificamente a música, uma vez que o Brasil vivenciou com mais ênfase a participação de trabalhadores e da comunidade organizada, surgindo “atores sociais que passaram a fazer parte da vida política e social do País, como os grupos de rock (Legião Urbana, Capital Inicial, Paralamas do Sucesso, Barão Vermelho e Titãs), as associações de bairro, as centrais sindicais”, além das bandas de música ao redor do Brasil (Rostoldo, 2003, p. 133). Para este estudo, o objeto central de análise foi a banda de música de Touros, trazendo fatos que perpassam o século passado e se estendem até nossos dias.

Além disso, o texto está dividido em duas partes, uma destinada à revisão da literatura sobre ensino coletivo de instrumentos musicais e, a outra, dedicada à história e atuação da filarmônica tabelião Júlio Maria. Ao final, relacionamos os dois blocos analíticos nas considerações finais.

1. ENSINO COLETIVO DE INSTRUMENTO MUSICAL: CONHECENDO O ESTADO DA ARTE

A prática pedagógica do ensino coletivo de instrumentos musicais no Brasil não deve ser compreendida apenas como uma alternativa de redução de custos ou otimização de tempo, mas sim como um campo epistemológico robusto que desafia a tradição secular do modelo tutorial individualista. Esta modalidade de ensino fundamenta-se na premissa de que a música é, essencialmente, um fenômeno social e colaborativo, onde

a construção do conhecimento técnico-instrumental ocorre de maneira indissociável da interação humana e da vivência cultural. Para compreender o atual "estado da arte" dessa área, é necessário percorrer as veredas de sua formação histórica e analisar como as metodologias contemporâneas transformaram o fazer musical em um motor de inclusão e cidadania de norte a sul do país.

1.1. A gênese histórica e o surgimento dos grupos musicais no Brasil

A trajetória dos agrupamentos musicais brasileiros remonta aos primeiros séculos da colonização, sendo marcada por um processo de hibridização cultural que moldou a identidade da nação. Conforme destaca Mariz (2005), os jesuítas foram os precursores na introdução de instrumentos europeus, utilizando a música como uma estratégia central na catequese dos povos indígenas. Relatos do século XVI já apontavam para a existência de práticas que envolveriam instrumentos de sopro e percussão em contextos coletivos, muitas vezes sob a regência de padres que ensinavam o canto e a execução de flautas e trombetas para atrair os nativos ao rito religioso (Mariz, 2005).

No entanto, como pondera Kiefer (1997), essa pedagogia inicial estava mais voltada para a aculturação religiosa e o apagamento das tradições musicais originárias do que para uma sistematização pedagógica musical propriamente dita (Kiefer, 1997).

Com a consolidação do sistema agrário-escravista, surgiu um fenômeno singular na história musical brasileira: as bandas de escravos nas casas-grandes. De acordo com os estudos de Tinhorão (1998), os senhores de engenho financiavam a formação de grupos musicais compostos por negros escravizados, que eram instruídos por mestres régios ou jesuítas para prover entretenimento em festas sacras e profanas. Embora o repertório fosse imposto pelos senhores, esses músicos negros imprimiram suas próprias marcas rítmicas e interpretativas, transformando o instrumental europeu em uma ferramenta de resistência e identidade. Paralelamente, nos centros urbanos do século XIX, despontaram as bandas de barbeiros, compostas por negros libertos que desempenharam um papel fundamental na

difusão de gêneros como o lundu e a polca, além de atuarem como incentivadores do que viria a ser o choro e o samba, conforme registra Diniz (2005).

Um divisor de águas na organização musical brasileira ocorreu em 1808 com a chegada da Família Real. Schwebel (1987) e Rosa (2022) indicam que a criação dos regimentos militares trouxe consigo a necessidade de unidades musicais profissionais para abrilhantar paradas e solenidades monárquicas. Essa estética marcial influenciou a fundação de inúmeras liras, filarmônicas e associações musicais no interior do país, estabelecendo o modelo de banda de música como a principal via de acesso ao ensino instrumental para as classes populares. Já no século XX, sob a influência do projeto nacionalista da Era Vargas, o maestro Villa-Lobos e outros educadores como Gomes Júnior e Liddy Mignone buscaram sistematizar o ensino coletivo através do Canto Orfeônico, integrando a música ao currículo escolar com o intuito de formar um cidadão disciplinado e patriota, como analisa Lima. Esse percurso demonstra que o ensino em grupo sempre esteve presente na cultura brasileira, embora sua validação acadêmica tenha se consolidado apenas com as reformas educacionais das últimas décadas do século XX.

1.2. O estado da arte e a prática do ensino coletivo contemporâneo

O estado da arte do ensino coletivo de instrumentos musicais no Brasil contemporâneo é caracterizado pela superação do modelo tecnicista-conservatorial em favor de abordagens interacionistas e contextualistas. A tendência atual, fundamentada em autores como Cruvinel (2005), Soares (2015) e Beineke (2011), valoriza o "fazer musical" como ponto de partida para o "saber musical", permitindo que o aluno produza som e música desde o primeiro contato com o instrumento. Essa mudança de paradigma reflete-se na vasta capilaridade de projetos de bandas, fanfarras e oficinas de musicalização que se espalham pelo território nacional, atuando como verdadeiros laboratórios de transformação social.

No Norte e Nordeste, a tradição das bandas de música de sopro e percussão permanece como o principal esteio da formação profissional

de músicos. Em São Luís, Wilson Pereira Almendra Júnior (2014) revela que as bandas militares e civis funcionam como escolas profissionalizantes para jovens que buscam na música uma carreira e sustento. Complementando essa visão no Maranhão, Lucas dos Santos Chagas (2019) destaca o papel das oficinas de flauta doce como instrumentos de democratização cultural, utilizando o lúdico e a imitação como ferramentas para estreitar os laços entre o saber acadêmico e a prática comunitária.

No Ceará, o cenário é robustecido pela organização de sistemas estaduais que incentivam a formação de regentes e instrumentistas. José Robson Maia de Almeida (2010) analisa como o repertório dessas bandas (que transita entre o erudito e o popular da indústria cultural) atua como o verdadeiro currículo dessas instituições, moldando o hábitos musical dos estudantes. Ainda em solo cearense, Raimundo Edson Santos Távora Filho (2019) traz uma perspectiva tecnológica ao incorporar o teclado eletrônico no ensino coletivo do IFCE, ressaltando sua eficácia pedagógica pela visualidade e pela capacidade de integrar conhecimentos teóricos e práticos de forma simultânea.

No Rio Grande do Norte, experiências como as da Banda da Escola Agrícola de Jundiá, relatadas por Allyson Pablo Melo Ferreira (2015), e os cursos do PRONATEC em Campo Grande, descritos por João Batista da Silva (2019), evidenciam o impacto das bandas escolares na redução da evasão discente e na promoção da socialização. Nesses contextos, a adoção do método "Da Capo", idealizado por Joel Barbosa (1994), tem se mostrado revolucionária. Este método permite que instrumentos heterogêneos de sopro e percussão aprendam juntos, valorizando melodias do cancioneiro folclórico brasileiro e promovendo uma alfabetização musical que respeita a identidade cultural do educando.

Na Bahia, a pesquisa de Marizete de Carvalho Cardoso Teixeira (2023) sobre as fanfarras em Caetité reforça que essas agremiações transcendem o desfile cívico para se tornarem espaços de produção de sentidos e significados existenciais. Segundo a autora, a fanfarra escolar é um local de resistência cultural onde a linguagem musical atua na construção da autoestima e na formação integral do ser humano. Essa

realidade é corroborada por Soares (2015), que defende o ensino em grupo como a forma mais eficaz de combater o conservadorismo metodológico e promover a compreensão das relações funcionais entre os diferentes naipes de um conjunto.

1.3. Benefícios do ensino coletivo: categorização e classificação

A análise das fontes permite categorizar os benefícios do ensino coletivo em dimensões que abrangem desde o desenvolvimento técnico-musical até o impacto econômico e social nas instituições.

1.3.1. Categoria pedagógica e cognitiva

- **Aprendizagem Colaborativa:** Fundamentado na Zona de Desenvolvimento Proximal de Vygotsky (1994), o ensino coletivo permite que os alunos aprendam uns com os outros por meio da observação e imitação. Como destaca Cruvinel, o grupo atua como um espelho que reflete dificuldades e estimula superações (Vygotsky, 1994).
- **Integração Teoria-Prática:** O aprendizado de conceitos rítmicos e harmônicos ocorre de forma sensorial através da performance. Almeida (2010) e Barbosa (1994) enfatizam que a prática instrumental deve preceder a escrita tradicional, tornando o processo mais orgânico.

- **Desenvolvimento da Audição Relativa:** Tocar em conjunto exige que o aluno aprenda a equilibrar seu som com o do colega, desenvolvendo a percepção crítica de afinação e timbragem.

1.3.2. Categoria social e psicológica

- **Democratização e Inclusão:** O ensino coletivo rompe com o elitismo da música instrumental, tornando-a acessível a populações vulneráveis. Chagas (2019) e Teixeira (2023) classificam a música como ferramenta de transformação social e constituição da cidadania.

- **Pertencimento e Disciplina:** A participação em bandas e fanfarras gera um senso de responsabilidade mútua e identidade grupal. Ferreira (2015) aponta que o engajamento no grupo melhora a disciplina escolar e a autoestima.

- **Redução da Evasão:** O resultado musical rápido e prazeroso motiva o aluno a permanecer no curso, combatendo os altos índices de desistência comuns em métodos tutoriais áridos.

1.3.3. Categoria econômica e institucional

- **Otimização de Recursos:** Um único professor pode atender dezenas de alunos simultaneamente, reduzindo significativamente o custo por estudante. Barbosa (1994) e Távora Filho (2019) ressaltam a viabilidade desse modelo para políticas públicas de larga escala.

- **Visibilidade e Prestígio:** Grupos coletivos, como bandas e orquestras, entregam um produto artístico à comunidade, reforçando a imagem institucional da escola perante a sociedade.

1.4. *Classificação das modalidades de ensino coletivo*

Para uma aplicação metodológica eficiente, o ensino coletivo é classificado em duas modalidades principais:

A) Turmas Homogêneas: Compostas por instrumentos da mesma família ou idênticos (ex: classe de teclados, naipes de clarinetes). Focam no refinamento técnico específico, postura e embocadura comuns ao grupo.

B) Turmas Heterogêneas: Compostas por instrumentos de naturezas diferentes (ex: banda de música, fanfarras marciais). Focam na compreensão da orquestração, equilíbrio entre naipes e diversidade tímbrica, simulando a prática profissional de conjunto.

Conclui-se que o estado da arte do ensino coletivo musical no Brasil é um sistema vivo e dinâmico que, ao integrar musicalização e técnica, oferece uma resposta humanizada e potente aos desafios da educação contemporânea.

1.5. As tecnologias pedagógicas nacionais: o método "Da Capo" e o "Gestão e Curso Batuta"

No contexto da sistematização do ensino coletivo de instrumentos de sopro e percussão no Brasil, dois trabalhos se destacam por oferecer propostas metodológicas rigorosas que rompem com o empirismo tradicional das bandas de música. Tratam-se do método Da Capo, idealizado por Joel Barbosa (1994), e do sistema Gestão e Curso Batuta, desenvolvido por Regina Cajazeira (2002). Ambos representam o esforço acadêmico de transpor teorias da educação musical para a realidade prática das corporações musicais brasileiras, embora apresentem focos e ferramentas distintas para o alcance desse objetivo.

1.5.1. O método Da Capo (Joel Barbosa)

O método Da Capo é amplamente reconhecido como o primeiro material didático brasileiro estruturado especificamente para o ensino coletivo de instrumentos de banda. Fruto das pesquisas de doutorado de Joel Barbosa (1994) na década de 1990, o trabalho foi publicado comercialmente em 2004 e consiste em uma série de 15 livros individuais para diversos instrumentos, além de um manual destinado ao regente. A principal inovação do Da Capo reside na adaptação de princípios pedagógicos norte-americanos à identidade cultural brasileira, utilizando o cancionário folclórico nacional como suporte melódico para o aprendizado técnico.

A filosofia pedagógica de Barbosa fundamenta-se na premissa de que o fazer musical deve ser imediato. O método permite que o estudante tenha contato prático com a produção de som desde a primeira lição, evitando o desânimo causado pelo excesso de teoria abstrata que caracteriza o ensino tradicional. Estruturalmente, o Da Capo organiza o

desenvolvimento técnico-instrumental em três fases progressivas: a primeira foca no registro médio e divisões rítmicas simples; a segunda expande a tessitura e introduz elementos teóricos complexos; e a terceira consolida o aprendizado através de um repertório diversificado em formas e estilos.

Além do aspecto técnico, Barbosa ancora sua proposta em referenciais teóricos robustos, como as ideias de Zoltán Kodály e Lev Vygotsky. Do primeiro, o autor absorve a valorização do canto e da música de tradição oral como base para a alfabetização musical. Do segundo, utiliza o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal, promovendo a interação social e a aprendizagem colaborativa entre os alunos, onde o grupo atua como motor do progresso individual. A aplicação prática do método em projetos como o PRONATEC em Campo Grande demonstrou sua eficácia na redução da evasão escolar e na aceleração dos resultados performáticos (Silva, 2019).

1.5.2. O Gestão e Curso Batuta (Regina Cajazeira)

Em paralelo à proposta de Barbosa, a pesquisadora Regina Cajazeira (2002) desenvolveu o sistema Gestão e Curso Batuta, oriundo de sua tese de doutorado concluída em 2002. Enquanto o Da Capo foca na iniciação instrumental coletiva em sala de aula, o trabalho de Cajazeira (2002) propõe uma estratégia de educação continuada, muitas vezes operando na modalidade a distância para atender músicos já atuantes em filarmônicas. O projeto piloto foi implementado junto à Filarmônica Minerva, na cidade de Cachoeira, Bahia, demonstrando a viabilidade de integrar tecnologia e tradição.

A metodologia de Cajazeira (2002) diferencia-se pelo uso diversificado de suportes midiáticos, incorporando materiais impressos, CDs e vídeos para o ensino de teoria musical, leitura e execução técnica. O objetivo central é proporcionar um aperfeiçoamento constante aos músicos que, em muitas regiões do interior, não possuem acesso a conservatórios ou professores especializados. Ao contrário do Da Capo (Barbosa, 1994), que possui ampla distribuição comercial, o Gestão e Curso Batuta (2002) permanece como uma referência acadêmica

fundamental para a compreensão da formação musical em contextos de filarmônicas, enfatizando a necessidade de uma gestão pedagógica organizada que suporte a prática da banda.

Ao analisar ambos os métodos em paralelo, observa-se que, embora compartilhem o objetivo de democratizar o acesso à música, eles operam em dimensões complementares do "estado da arte" brasileiro. O método de Barbosa (1994) é uma ferramenta de "chão de sala", ideal para a iniciação coletiva e para a unificação técnica de naipes heterogêneos de sopro e percussão. Já a proposta de Cajazeira (2002) foca na sistematização do currículo e na oferta de recursos didáticos remotos que permitam ao músico de banda superar a barreira da oralidade e atingir níveis mais elevados de compreensão teórica e interpretativa.

2. BANDA DE MÚSICA DE TOUROS: FILARMÔNICA TABELIÃO JÚLIO MARIA

Um dos registros mais remotos da existência de grupos musicais em Touros remonta à década de 1920, com a chamada *Jazz-Band* Touros. Conforme Nilson Patriota (2000, p. 327), o grupo foi fundado por iniciativa do maestro Júlio Maria do Nascimento (ilustre filho de Touros que também exerceu a profissão de tabelião). Este grupo precursor da prática instrumental e musical tourense possuía os seguintes integrantes:

Tabela 1 - Lista dos integrantes da *Jazz-Band* Touros, década de 1920.

MÚSICO	INSTRUMENTO
Júlio Maria do Nascimento	Saxofone
Francisco Rodrigues de Oliveira	Bateria
Edevaldo Henrique do Nascimento	Trombone
Manoel Joaquim de Oliveira	Banjo
Geraldo Lopes de Souza	Pandeiro
Antônio Lopes	Cavaquinho

Fonte: Patriota (2000, p. 327).

Ainda na terceira década do século passado, Nilson Patriota relata que a primeira banda de música foi fundada em 1922, vinculada ao Centro Operário Tourense, por meio de iniciativa de sua diretoria. Distintamente do grupo *Jazz-Band*, a formação deste conjunto possuía um número maior de componentes, vejamos:

Tabela 2 - Lista dos integrantes da Banda de Música de Touros, fundada em 1922.

MÚSICO	INSTRUMENTO
Júlio Maria do Nascimento	Saxofone; Bombardino e
Izaac Paulino de Oliveira	Baixo
Francisco Rodrigues de Oliveira	Trombone
Deocleciano Fagundes do	Trompa
Emídio Francisco da Costa	Pratos
Arlindo Batista de Souza	Clarinete
Domingos Francisco da Cruz	Pistom
José Lopes de Oliveira	Clarinete
José Antunes de Melo	Saxofone
Edevaldo Henrique do	Bombo
José Saldanha	Surdo
Joel Antunes de Melo	Pistom
Isaú	Saxofone
Luiz Caracrua	Sopro, corda e percussão
Antenor Caracrua	Sopro, corda e percussão
Nazareno Caracrua	Sopro, corda e percussão

Fonte: Patriota (2000, p. 117).

Após algumas décadas de lacunas sobre a prática instrumental-musical na cidade de Touros, tendo em vista a necessidade de estudos históricos que comprovem, demonstrem e expliquem a existência de outros grupos musicais no citado período, foi somente na década de 1980 que floresceu e se firmou a atual banda de música de Touros. Na ocasião,

como forma de homenagear o ilustre cidadão e também músico local, o grupo recebeu o nome do tabelião Júlio Maria.

A filarmônica tabelião Júlio Maria foi fundada em 1983, por iniciativa conjunta do então padre João Penha Filho e das irmãs franciscanas Aloísia Gerhardinger, Rafaela Zatta e Carmelinda Engel. Um dos motivos para a criação do referido conjunto musical foi a necessidade de abrilhantar as festividades cívicas e religiosas da cidade, pois quando necessitava de uma banda de música solicitava o apoio da banda da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte (PMRN), ou até mesmo das filarmônicas de cidades circunvizinhas, como Macau e Ceará-Mirim.

As irmãs franciscanas no mesmo ano de 1983 providenciaram a compra de todo o material necessário para o funcionamento da banda. Sob a responsabilidade do distinto tourense professor Gaspar França, os instrumentos musicais da formação inicial foram adquiridos na cidade do Recife, em Pernambuco.

A filarmônica tabelião Júlio Maria teve como seu primeiro professor e maestro o então subtenente da PMRN Eufrásio, no mesmo ano de 1983, tendo permanecido no comando da filarmônica de Touros por um período de aproximadamente 10 meses, dando aulas práticas e teóricas. O maestro Eufrásio foi substituído pelo também subtenente PMRN Henrique de Assis, exímio trompetista, que foi o responsável pela apresentação do primeiro dobrado tocado pela filarmônica tabelião Júlio Maria, intitulado “Dois Corações”, autoria de Pedro Salgado.

Além desses primeiros maestros, outros músicos assumiram a frente da banda de música de Touros, destacando-se a rotatividade e períodos irregulares no comando do grupo, conforme podemos verificar na tabela 3.

Tabela 3 - Lista dos maestros da filarmônica tabelião Júlio Maria.

Subtenente Eufrásio
Subtenente Henrique
Sargento Durval
Mestre Deca

Estevão
Vicente
Castro
Nael Sanfoneiro
Professor Chagas
José Júnior Bezerra
Bartolomeu
José Júnior Bezerra
Marcelo Miguel
José Júnior Bezerra

Fonte: Dados da pesquisa.

Desde então, a filarmônica resiste ao longo das décadas formando gerações de músicos e cidadãos tourenses, contribuindo com o desenvolvimento sociocultural local. Nessa esteira de pensamento, a história da filarmônica tabelião Júlio Maria não é um fato isolado, mas sim a materialização local de todo o percurso epistemológico e histórico do ensino coletivo de instrumento musical no Brasil. Ao analisarmos a gênese das bandas de música em Touros (desde a pioneira *Jazz-Band* e a banda de 1922 até a refundação da Filarmônica em 1983), percebemos a transição do modelo de entretenimento aristocrático/religioso para um sistema de resistência cultural e formação humana, conforme preconizado por Cruvinel (2005) e Teixeira (2023). A iniciativa do Padre João Penha Filho e das irmãs franciscanas em 1983 ecoa a função social histórica das liras e associações do interior, preenchendo o vácuo de políticas públicas através de uma pedagogia que estabeleceu os alicerces para a democratização do saber musical na região.

Nesse contexto, a realidade tourense dialoga diretamente com o "estado da arte" contemporâneo. A filarmônica tabelião Júlio Maria atua como laboratório de transformação social, onde o ensino coletivo deixa de ser apenas uma alternativa logística para se tornar um espaço de construção de cidadania. A longevidade do grupo e a sucessão de maestros demonstram que, mesmo diante de hiatos históricos, o modelo de turma heterogênea (integrando sopros e percussão) parece ser o

elemento de vitalidade da prática musical em Touros. Essa estrutura coletiva caracteriza-se como ambiente ideal para a aplicação de tecnologias pedagógicas nacionais, como o método Da Capo (1994), que poderia potencializar a alfabetização musical dos novos integrantes ao valorizar o repertório nacional e o fazer musical imediato, conectando a tradição das filarmônicas com as metodologias interacionistas modernas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início dos anos 2000, ao publicar sua obra, Nilson Patriota manifestou descontentamento quanto à escassez de valorização da filarmônica local. Segundo o autor: “Desde a sua fundação a Banda de Touros tem tido períodos ativos e de inatividade, dependendo da boa ou má disposição dos administradores municipais” (Patriota, 2000, p. 117). Tal observação expõe a fragilidade institucional que acomete o ensino coletivo instrumental no Brasil: a submissão de projetos pedagógicos a decisões políticas temporárias em detrimento da consolidação de políticas públicas permanentes.

A trajetória da Filarmônica Tabelaão Júlio Maria, em Touros, representa o reflexo dessa busca por continuidade. O percurso histórico nacional, iniciado com a estratégia catequética jesuítica e transformado pela resistência rítmica das bandas de escravos, alcança a contemporaneidade mediante propostas metodológicas qualificadas, como os trabalhos de Joel Barbosa e Regina Cajazeira.

Superar o cenário de inconstância descrito por Patriota (2000) requer a compreensão das bandas de música como centros de formação humana integral. Ao integrar o desenvolvimento técnico à convivência social, o ensino coletivo configura a estratégia mais robusta contra a descontinuidade administrativa. O fortalecimento dos laços de pertencimento assegura a coesão do grupo mesmo em contextos de negligência estatal.

Portanto, a prática musical em Touros deve abandonar o caráter de concessão governamental para assumir seu papel de direito cultural pleno. A valorização institucional, aliada ao domínio de metodologias

interacionistas, permite que a filarmônica tabelião Júlio Maria continue a formar não apenas instrumentistas, mas cidadãos conscientes de sua posição na estrutura social e histórica brasileira.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos ao atual maestro da filarmônica tabelião Júlio Maria, José Júnior Bezerra, pelas informações valiosas e pelo apoio fundamental prestados ao longo desta pesquisa. Sua contribuição foi essencial para a compreensão da trajetória e da relevância musical desta instituição.

Nota: Este texto foi desenvolvido com o auxílio das ferramentas de inteligência artificial Gemini e NotebookLM. Todo o processo de redação contou com a supervisão direta do autor, que é o único responsável pela verificação das fontes, pela fidelidade da pesquisa e pela integridade do conteúdo final.

REFERÊNCIAS

ALMENDRA JÚNIOR, Wilson Pereira. **A banda de música na formação do músico instrumentista profissional de São Luís/MA**. 2014. 81 f. Monografia (Graduação em Música) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

ALMEIDA, José Robson Maia de. **Tocando o repertório curricular: bandas de música e formação musical**. 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

BARBOSA, Joel Luis da Silva. **An adaptation of American Band instruction methods to Brazilian music education, using Brazilian melodies**. 1994. Tese (Doutorado) – University of Washington, Seattle, 1994.

BEINEKE, Viviane. **Música, jogo e poesia na educação musical escolar.** Música na Educação Básica, Porto Alegre, v. 3, n. 3, 2011.

CAJAZEIRA, Regina Célia de Souza. **Educação continuada a distância para músicos da Filarmônica Minerva: gestão e Curso Batuta.** 2002. Tese (Doutorado em Música) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

CRUVINEL, Flávia Maria. **Educação Musical e Transformação Social: uma experiência com o ensino coletivo de cordas.** Goiânia: ICBC, 2005.

CHAGAS, Lucas dos Santos. **A iniciação instrumental coletiva através da musicalização em contexto de oficina(s): uma experiência vivenciada pelas práticas musicais direcionando o ensino coletivo de flauta doce no Projeto de Extensão Universitária PIBEX/UEMA.** 2019. 112 f. Monografia (Graduação em Música) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2019.

FERREIRA, Allyson Pablo Melo. **O ensino-aprendizagem de música na Banda da Escola Agrícola de Jundiá: o docente em formação.** 2015. 45 f. Monografia (Graduação em Música) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

KIEFER, Bruno. **História da música brasileira: dos primórdios ao início do século XX.** Porto Alegre: Movimento, 1997.

MARIZ, Vasco. **História da música no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

PATRIOTA, Nilson. **Touros: uma cidade do Brasil.** Departamento Estadual de Imprensa. 2000, 476p.

ROSA, Sidney da Costa. **Evolução histórica da Música Brasileira: Reino,**

Império e República. Revista do Clube Naval, n. 401, 2022.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **Brasil, 1979-1989: uma década perdida?** 2003. 139 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2003.

SCHWEBEL, Horst Karl. **Bandas, Filarmônicas e Mestres da Bahia.** Salvador: UFBA, 1987.

SILVA, João Batista da. **O ensino coletivo de instrumentos de sopro e percussão no curso de músico de banda-PRONATEC em Campo Grande-RN: um relato de experiência.** 2019. 65 f. Monografia (Graduação em Música) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

SOARES, Mauro Luiz da Rocha. **O uso de instrumentos de diferentes naturezas no processo de musicalização.** 2015. 102 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

TÁVORA FILHO, Raimundo Edson Santos. **Aprendizagem técnico-musical coletiva no IFCE-Campus Fortaleza utilizando o teclado eletrônico.** 2019. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

TEIXEIRA, Marizete de Carvalho Cardoso. **Melodias que ressoam na escola: sentidos e significados da fanfarra do Colégio Estadual Tereza Borges de Cerqueira.** 2023. 197 f. Dissertação (Mestrado em Ensino, Linguagem e Sociedade) – Universidade do Estado da Bahia, Caetité, 2023.

TINHORÃO, José Ramos. **História social da música popular brasileira.** São Paulo: Editora 34, 1998.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CAPÍTULO 2

ENTRE RELIGIOSIDADE E ESPAÇO GEOGRÁFICO:

UM ESTUDO SOBRE AS ICONOGRAFIAS CATÓLICAS DA REGIÃO DO MATO GRANDE

Elias Querino da Hora

A região do Mato Grande¹, localizada no litoral setentrional e no interior norte do Estado do Rio Grande do Norte, configura-se como um território de notável relevância histórica no processo de ocupação e de formação sociocultural do espaço potiguar. Abrangendo municípios das microrregiões do Litoral Nordeste e da Baixa Verde, este espaço geográfico apresenta uma configuração espacial marcada pela articulação entre áreas costeiras, campos de dunas, faixas de restinga e domínios da caatinga, elementos naturais que condicionaram as dinâmicas de povoamento e as formas de organização econômica desde o período colonial.

A consolidação da ocupação desse território intensificou-se a partir do século XVIII, em consonância com a expansão da colonização portuguesa no Rio Grande do Norte, impulsionada pela pecuária extensiva, pela exploração dos recursos naturais e pelas estratégias de controle e defesa do litoral. Nesse cenário, a Igreja Católica desempenhou papel central como instituição organizadora da vida social, política e

¹ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os municípios que integram a região do Mato Grande são: Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará-Mirim, Jandaíra, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros.

simbólica, exercendo influência decisiva na formação dos núcleos de povoamento. A construção de capelas, igrejas matrizes e a estruturação das paróquias contribuíram de modo significativo para a fixação das populações e para a configuração dos espaços urbanos e rurais.

A predominância do catolicismo do referente espaço territorial encontra-se estreitamente relacionada à ação evangelizadora da Igreja e à disseminação de práticas devocionais que se enraizaram ao longo dos séculos. Dentre essas expressões religiosas, sobressai o culto às representações sacras — esculturas religiosas, efígies de santos, imagens devocionais e ícones sacros — que assumiram lugar de destaque tanto nos espaços institucionais de culto, como igrejas e capelas, quanto no âmbito doméstico, por meio dos oratórios familiares. Esses espaços de devoção, frequentemente transmitidos como herança entre gerações, constituíram-se como importantes centros de vivência religiosa, preservação da memória coletiva e continuidade das tradições católicas.

O culto aos santos, para além de sua função litúrgica, exerceu papel relevante na constituição histórica e cultural do Mato Grande. Inseridas no universo da religiosidade popular, essas práticas devocionais materializaram-se em festas de padroeiros, novenas, procissões, promessas e romarias, fortalecendo os laços comunitários e reafirmando a identidade religiosa local. As esculturas sacras e demais artefatos devocionais, muitas vezes produzidos por artesãos populares, configuram-se, ainda, como expressivo patrimônio histórico e artístico, por meio do qual se manifestam valores estéticos, simbólicos e culturais próprios da área geográfica.

A atual Paróquia de São Miguel Arcanjo, situada no município de Extremoz, integrante da Região Metropolitana de Natal, configura-se como uma das mais antigas do Rio Grande do Norte². Sua criação vincula-se ao Alvará Régio de 6 de junho de 1755, promulgado por Dom José I, de Portugal, no contexto das reformas pombalinas, que determinou o confisco do povoado à Companhia de Jesus e sua elevação à categoria de

² No século XVII, o espaço foi inicialmente ocupado pela aldeia indígena Guajiru e, em momento posterior, pela presença jesuítica, responsável pela construção da igreja e do convento, inseridos no projeto de catequização indígena.

Freguesia. Nesse processo, a Igreja de São Miguel Arcanjo³, que segundo Câmara Cascudo era reconhecida como o mais relevante templo do período colonial do Rio Grande. A freguesia teve como primeiros padroeiros oficiais São Miguel Arcanjo e Nossa Senhora dos Prazeres⁴, dos quassuas representações, possuindo fortes traços do barroco português, subiram a honra dos altares para eles designados⁵. Além do mais, essas devoções passaram a estruturar e orientar a vida religiosa das comunidades vinculadas ao território da região do Mato Grande.

Fotografia 1 – Imagens de Nossa Senhora dos Prazeres e São Miguel Arcanjo, primeiros padroeiros da região do Mato Grande, pertencentes a Igreja Matriz de Extremoz (RN).



Fonte: Acervo fotográfico de Pedro Pinheiro de Araújo Júnior.

³Em 1914, a partir da divulgação do sonho de Joaquim Honório acerca dos supostos tesouros deixados pelos jesuítas, moradores de Extremoz e exploradores provenientes de outros Estados do Brasil deram início a uma intensa busca por esses bens, a qual culminou na depredação do templo e da antiga casa dos jesuítas, sem que qualquer tesouro fosse encontrado. Posteriormente, em 1939, foi erguida uma nova igreja nas proximidades das ruínas do primeiro templo, utilizando-se, em sua construção, parte dos materiais remanescentes da edificação anterior, como tijolos.

⁴ Ressalta-se que a devoção a São Miguel Arcanjo se relacionava às populações indígenas, ao passo que o culto a Nossa Senhora dos Prazeres estava associado aos homens brancos, ambos estruturados em confrarias próprias.

⁵Na atual igreja de Extremoz preservam-se as imagens de São Sebastião e de Nossa Senhora das Dores, esculpidas em madeira por indígenas no século XVIII.

A partir do século XIX, as imagens sacras, passaram a ser amplamente veneradas no interior das residências, ocupavam lugar de destaque nos lares, geralmente dispostas em oratórios domésticos, altares improvisados ou espaços reservados à oração. Esses objetos devocionais atuavam como mediadores visíveis do sagrado, tornando tangível a presença divina no cotidiano e possibilitando uma relação direta entre o fiel e o santo invocado. Grande parte dessas imagens correspondia aos santos de devoção particular das famílias, escolhidos a partir de promessas, graças alcançadas ou tradições herdadas. Outras eram transmitidas de pai para filho, configurando-se como bens simbólicos de elevado valor religioso e afetivo, responsáveis pela preservação da memória e da identidade espiritual familiar ao longo das gerações.

Entretanto, as limitações impostas pela geografia, a precariedade das vias de acesso e a escassez de clérigos faziam com que a presença sacerdotal fosse irregular e esporádica, ocorrendo, em alguns casos, apenas uma vez ao ano nas famosas “desobrigas”.

O conceito de desobriga configurava-se como um instrumento fundamental da prática religiosa católica, ao estabelecer a obrigatoriedade anual da confissão e da comunhão, preferencialmente durante a Quaresma. Diante da dispersão populacional e das longas distâncias entre as comunidades e as sedes paroquiais, coube ao clero deslocar-se às localidades mais remotas para administrar os sacramentos, assegurando a observância das normas eclesásticas e a continuidade da vida religiosa no território⁶.

Tal realidade favoreceu o fortalecimento de uma religiosidade marcada pela autonomia dos leigos, na qual as famílias assumiam papel ativo na condução das práticas devocionais. Reunidos em torno dos vultos sacros, os fiéis organizavam orações coletivas, novenas, promessas, ex-votos, procissões e festejos, tanto no âmbito doméstico

⁶ MEDEIROS, Isac Alisson Viana de. Matriz, capelas e desobrigas: um olhar sobre a cristianização do espaço da Freguesia do Seridó (1788-1838), p. 210.

quanto comunitário, configurando um catolicismo vivido, transmitido oralmente e profundamente enraizado na tradição local.

Nessa configuração regional, de acordo com o historiador Pedro Pinheiro, evidencia-se a construção da capela de Touros, integrada ao território eclesial de Extremoz, que teve início a partir da cessão de terras realizada por Manuel Dias de Assunção e Joana Tavares da Costa, moradores do sítio Lagoa do Mato e vinculados à mesma freguesia, destinada à implantação do templo católico. O ato de doação foi oficialmente registrado em 15 de fevereiro de 1798, sob a responsabilidade do escrivão Alexandre Dias Carvalho, do tabelionato da Vila de Extremoz. Posteriormente, visando à organização financeira e à continuidade das obras, o Padre Ignácio de Brito promoveu, em 29 de dezembro de 1799, a abertura do Livro do Patrimônio da Irmandade do Bom Jesus dos Navegantes, destinado ao registro das receitas provenientes das esmolas e demais rendimentos da irmandade⁷.

Conforme consta no livro aberto pelo então vigário de Extremoz, em 19 de julho de 1801 a capela ainda se encontrava em construção. A obra contou com recursos provenientes de diferentes setores da comunidade, incluindo os fregueses do Porto de Touros, as tripulações de bergantins e sumacas que aportavam para fins comerciais, bem como moradores influentes da ribeira do Ceará-Mirim, entre os quais se destacava o capitão-mor José Teixeira da Silva. Destaca-se que a conclusão definitiva da capela só se deu ao final da década de 1810⁸, apesar dos anos seguintes a mesma passar por diversas reformas e melhorias em sua estrutura física⁹.

Posteriormente, no dia 5 de setembro de 1832, a Assembleia Geral Legislativa instituiu a Freguesia do Senhor Bom Jesus dos Navegantes do Porto dos Touros, desmembrada de Extremoz, adotando

⁷ARAÚJO JÚNIOR, Pedro Pinheiro de. História e genealogia de Rio do Fogo-RN (sécs. XVI-XX). Parnamirim, RN: Editora Biblioteca Ocidente, p. 214, 2024.

⁸ AMAN. Livro de registro registros do Patrimônio da Irmandade do Bom Jesus dos Navegantes (1799), p. 49-53.

⁹Conforme a tradição, uma das reformas realizadas em 1879 é creditada a Frei Serafim de Catânia, com o auxílio de seu assistente, Frei Herculano, destacando-se como intervenção significativa na manutenção e transformação do templo.

o mencionado santo como patrono e o Padre José Ignácio de Brito (1799–1822) como primeiro administrador.

No que concerne à demarcação da nova freguesia, consolidada como a principal da região do Mato Grande durante o século XIX, reproduzo o Artigo 2º do projeto ratificado pelo Conselho Geral da Província do Rio Grande do Norte, conforme registrado originalmente:

Art. 2º - Que seja a divisão delas pelo Rio Maxaranguape, principiando da pancada do mar, seguindo pelo mesmo rio acima até Carnaubinha, que é sua nascente, e dali procurando em linha reta o Riacho Seco, continue até a Fazenda Lajes, ficando a parte de leste, e norte, para a nova freguesia; e sul e oeste para a atual. Apraz que os párocos da nova freguesia recebam os mesmos direitos paroquiais que recebiam os da outra. (PATRIOTA, 2000, p. 276).

Com a criação da freguesia, a então capela, elevada à categoria de Igreja Matriz, passou a receber significativas imagens sacras, que passaram a ornamentar seus altares e integrar seu acervo litúrgico. Muitas dessas peças, esculpidas em madeira, foram produzidas por habilidosos artesãos portugueses, pernambucanos e mineiros. Ao longo do tempo, algumas esculturas foram substituídas ou trocadas, refletindo transformações nas práticas devocionais e no patrimônio artístico da igreja. Do acervo remanescente daquele período, preservado até os dias atuais, destacam-se, além da venerada imagem do Bom Jesus dos Navegantes, as representações do Senhor Morto, São Miguel Arcanjo¹⁰, Sant'Ana Mestra¹¹, São José de Botas, Nossa Senhora das Dores e Nossa Senhora do Rosário¹².

¹⁰ Para rememorar o período em que Touros esteve subordinado à paróquia de Extremoz, a imagem de São Miguel Arcanjo foi instalada em um altar específico, a ele dedicado, na Igreja Matriz do Bom Jesus dos Navegantes.

¹¹No paroquiato do Pe. Antônio de Melo Chacon, no dia 26 de julho de 1942, a imagem de Sant'Ana Mestra foi solenemente conduzida em procissão da Igreja Matriz até a capela da povoação do Geral (Touros), em ato de devoção pública em intenção pelo término da Segunda Guerra Mundial. A manifestação religiosa mobilizou aproximadamente 2.000 fiéis.

¹²Tais iconografias foram registradas pelo vigário Pe. Manuel da Costa Pereira em 1928 como integrantes do acervo patrimonial da Freguesia de Touros.

A respeito da imagem do Bom Jesus dos Navegantes, orago da Freguesia de Touros, sabe-se que se trata de uma obra de excepcional primor artístico do período barroco, marcada de profundo valor devocional e de centralidade histórica para a comunidade local. Esculpida em madeira de jacarandá, com cerca de 1,70 metro de altura e peso aproximado de 52 quilos, a peça apresenta traços marcados pelo naturalismo acentuado e pela expressividade, conferindo-lhe intensa presença simbólica tanto no espaço litúrgico quanto nas procissões. Embora sua autoria permaneça desconhecida, a escultura é tradicionalmente situada no século XVIII, sendo reconhecida não apenas por suas características estilísticas, mas também pelo papel consolidado que exerce na devoção popular.

Segundo a tradição oral, transmitida ao longo de sucessivas gerações, o vulto do santo teria sido encontrado por pescadores em uma madrugada imprecisa do ano de 1797, nas águas do Rio Maceió, curso d'água que atualmente banha a cidade. Contudo, tal narrativa carece de respaldo documental, uma vez que não existem registros escritos que atestem o referido achado, tampouco foram preservados os nomes dos supostos pescadores envolvidos no episódio, circunstância que evidencia o caráter essencialmente oral da tradição e sua relevância enquanto expressão da memória coletiva e religiosa¹³.

Desde sua chegada a Touros, o vulto sacro do Bom Jesus dos Navegantes passou a ocupar posição de destaque como a principal representação iconográfica católica da região, atraindo fiéis de diversas localidades do Mato Grande, próximas ou distantes. A veneração atinge seu ápice durante a festa anual em sua honra, realizada entre o final de dezembro e o início de janeiro, ocasião em que se manifesta de forma intensa a religiosidade popular, reforçando simultaneamente a memória

¹³ Conforme registrado no livro de Tombo nº 4 da referida paróquia, uma senhora da localidade de Boa Cica (Touros), conhecida como Dona Dina, nascida em 10 de fevereiro de 1908, afirmou que o vulto sagrado do padroeiro paroquial teria vindo de Portugal, em cumprimento a uma promessa feita por uma tripulação que escapou de um naufrágio. Todavia, conforme indicam as fontes documentais analisadas pelo professor Pedro Pinheiro, a imagem do Senhor Bom Jesus dos Navegantes teria sido adquirida, possivelmente pelo valor de 32\$000, na Praça do Recife/PE, pelo abastado comerciante da então localidade de São José (Touros), José Ignácio Pereira de Miranda, a partir de uma encomenda realizada por seu amigo e então vigário de Extremoz/RN, Pe. José Ignácio de Brito.

coletiva, a identidade espiritual e o sentimento de pertencimento da comunidade.

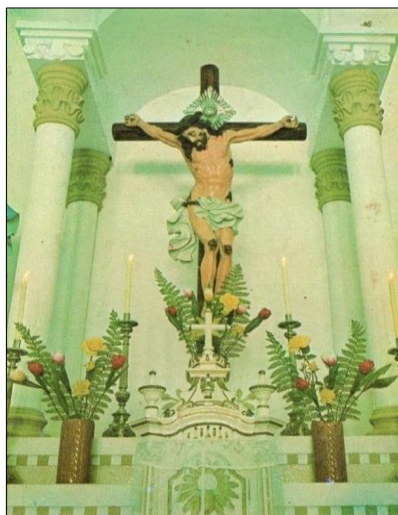
Por ocasião de uma visita pastoral realizada em 27 de dezembro de 1927, Dom José Pereira Alves, então Bispo de Natal, ao proceder ao levantamento da situação da Paróquia de Touros e de seu patrimônio religioso, deixou registrado o seguinte parecer:

Visitamos canonicamente o antigo e bom Sacrário, o batistério, e toda a Matriz. A Matriz é uma igreja antiga que possui belas imagens. A imagem do Senhor Bom Jesus dos Navegantes é comovente na sua magnífica expressão artística. Tem havido muita incúria na aquisição de paramentos à Matriz. A impossibilidade desse desleixo não cabe ao povo, cabe aos Vigários designados. Esperamos que o novo Vigário organize esta grande paróquia espiritual. (AMAN. LIVRO DE TOMBO, 1904-1965).

A descrição apresentada pelo Bispo evidencia que, mesmo após tantos anos, Touros ainda se destaca como principal centro da fé da região do Mato Grande, destacando-se de forma singular a devoção à imagem do seu padroeiro, cercada por lendas e narrativas místicas que ultrapassam os séculos.

Essa representação devocional é testemunha de diferentes períodos históricos, desde o contexto colonial, marcado pela presença indígena no território e pelo regime escravista, até as transformações sociais e religiosas posteriores, refletindo as permanências e ressignificações da devoção ao longo do tempo no imaginário coletivo da população local e afirmando-se como patrimônio simbólico da religiosidade popular.

Fotografia 2 –Representação escultórica do Bom Jesus dos Navegantes, orago de Touros e da região do Mato Grande desde a criação de sua paróquia em 5 de setembro de 1832. Registro datado de 1982.



Fonte: Acervo fotográfico de Elias Querino da Hora.

As representações sacras veneradas nos diversos espaços de ocupação e povoamento do Rio Grande do Norte eram, em sua maioria, adquiridas em diferentes localidades da própria província, o que evidencia a existência de uma produção regional de arte religiosa estreitamente articulada às necessidades devocionais das populações locais. Em circunstâncias mais excepcionais, especialmente quando vinculadas a famílias economicamente mais abastadas ou a iniciativas coletivas de maior envergadura, essas peças devocionais provinham de outros Estados ou mesmo do exterior, revelando a inserção desses espaços em circuitos mais amplos de circulação de bens religiosos e de referências culturais.

Nesse contexto, destaca-se a escultura de origem portuguesa representando Nossa Senhora do Livramento¹⁴, venerada na antiga

¹⁴ Trata-se de uma escultura barroca em madeira entalhada e policromada, com aproximadamente 1 metro de altura, representando a Virgem Maria com o Menino Jesus no braço esquerdo e um cetro

localidade de Taipu, hoje elevada à condição de cidade, que desde 1839 se encontrava sob a posse do casal Bernardo Gadelha e Maria do Carmo Inácio. Conforme ressalta o escritor João Santos em seus estudos¹⁵, no mesmo ano, foi solicitada autorização episcopal para a edificação de uma capela destinada à exposição pública e à veneração da referida representação mariana, evidenciando o papel central da devoção católica na organização do espaço religioso e na consolidação da vida espiritual e social da localidade.

Outro caso significativo refere-se à escultura de Nossa Senhora dos Navegantes, padroeira do antigo povoado de Pititinga, no município de Rio do Fogo. Conforme preservado pela memória local, a peça foi adquirida em Portugal pelo marítimo Manoel José do Nascimento, mais conhecido como Neco Trajano, e, ao chegar ao litoral norte-riograndense, foi conduzida em um cortejo marítimo pela enseada local. Posteriormente, realizou-se uma procissão pelas vias da comunidade e, após a celebração da primeira missa, a escultura de origem europeia foi solenemente entronizada no altar-mor da capela, inaugurada em 15 de dezembro de 1910¹⁶.

No caso do antigo povoado de Boca da Mata, correspondente à atual cidade de Ceará-Mirim, observa-se um processo semelhante de organização do espaço urbano e religioso a partir da presença de objetos devocionais. À época, a localidade possuía um pequeno oratório dedicado à Virgem Mártir Santa Águeda, onde existia a sua escultura talhada em madeira, de proveniência europeia, doada pelo português Coronel Francisco Xavier de Souza Sobral e que nos dias atuais integra o patrimônio religioso da paróquia¹⁷.

real na mão direita, além de coroa e anjos aos pés, elementos que simbolizam a realeza e a divindade de Cristo. A imagem foi restaurada entre 2000 e 2003, processo que possibilitou a recuperação de sua policromia original após a remoção de repinturas, revelando tonalidades de carnaturas com características caboclas.

¹⁵ SANTOS, João. Blog Crônicas Taipuense. <https://cronicastaipuenses.blogspot.com/2014/11/a-padroeira-de-taipu-rn.html>.

¹⁶ ARAÚJO JÚNIOR, Pedro Pinheiro de. História e genealogia de Rio do Fogo-RN (sécs. XVI-XX). Parnamirim, RN: Editora Biblioteca Ocidente, p. 298, 2024.

¹⁷ PEREIRA, Nilo. Imagens do Ceará-Mirim. 3ª Edição. Natal/RN. Fundação José Augusto, 1989, p. 58-59.

No processo de institucionalização de Ceará-Mirim, a devoção mariana assumiu centralidade com a escolha de Nossa Senhora da Conceição como padroeira¹⁸. Sua escultura foi adquirida em 1858, ano da fundação da vila, tendo sido comprada no Estado da Bahia. De origem francesa, a peça foi obtida por meio de doações realizadas pelos moradores, o que evidencia o caráter coletivo da devoção e o envolvimento da população na estruturação do culto e da identidade religiosa local.

Apesar desses exemplos pontuais de aquisição externa, a maior parte da imaginária sacra venerada na região do Mato Grande era produzida por artífices locais, sobretudo em madeira, o que conferia a essas obras características formais próprias. Observam-se, em alguns exemplares – hoje de forma mais esporádica – traços fisionômicos associados à população indígena, reflexo da composição étnica regional marcada pela miscigenação entre indígenas, brancos e mestiços.

No contexto da formação religiosa das localidades desse espaço geográfico, observa-se que muitas devoções marianas, consolidadas ao longo do século XX, não resultaram de heranças coloniais antigas, mas de experiências históricas marcadas por promessas, crises sanitárias e iniciativas comunitárias. Diferentemente de núcleos urbanos cuja religiosidade se estruturou a partir de antigas irmandades ou de imagens de procedência colonial, localidades como João Câmara (antiga Baixa Verde), Parazinho e Pureza, localizados a sudoeste/oeste de Touros, tiveram suas devoções centrais diretamente vinculadas a acontecimentos específicos.

Em João Câmara, a consolidação da devoção a Nossa Senhora Mãe dos Homens está associada a uma promessa atribuída a Antônio Proença, que teria recorrido à intercessão da Virgem em favor das vítimas de uma

¹⁸ A consolidação do culto a Nossa Senhora da Conceição esteve diretamente associada à atuação do missionário capuchinho Frei Serafim de Catânia, responsável pelo lançamento da pedra fundamental da Igreja Matriz de Ceará-Mirim. Sua ação pastoral exerceu influência decisiva na redefinição do perfil devocional da localidade, promovendo a centralidade da invocação concecionista no espaço litúrgico e na vida religiosa da vila. Esse processo resultou na progressiva substituição da antiga dedicação a Santa Águeda, cuja devoção foi gradualmente relegada a um plano secundário, até ser formalmente anulada, marcando uma mudança significativa na identidade religiosa e simbólica do templo e da comunidade em processo de organização urbana.

epidemia ocorrida após o ano de 1910. Processo semelhante pode ser observado em Parazinho, onde, em meados do século XX, conforme a tradição, a definição da padroeira resultou de uma promessa formulada por Dona Adélia Torres a Nossa Senhora de Nazaré, solicitando a intercessão da santa em favor de seu filho recém-formado¹⁹. Com a “graça alcançada” coube à própria devota adquirir a escultura da santa na cidade do Recife (PE), gesto que reforça o caráter pessoal, votivo e comunitário da devoção.

No âmbito das práticas devocionais, destaca-se a cidade que, em tempos passados, correspondia ao povoado de Pau-Ferro e que hoje é reconhecida como a cidade de Pureza. Em 1891, foi erguida sua primeira capela, que, em 4 de novembro de 1916, recebeu como doação a escultura de Nossa Senhora da Pureza, enviada pelo Padre Cícero Romão Batista e entregue por intermédio de João Rodrigues do Nascimento, durante uma de suas romarias a Juazeiro do Norte (CE). Embora as demais iconografias das padroeiras das paróquias vizinhas sejam, em sua maioria, produções mais recentes e confeccionadas em gesso, a imagem da Virgem da Pureza destaca-se tanto pela antiguidade quanto pelo material nobre de madeira.

Ainda no contexto da religiosidade católica e dos padroeiros dos municípios e paróquias da região do Mato Grande, reforça-se que as representações sacras assumiram, desde o século XIX, papel central na organização da vida espiritual e social das comunidades. Inserida nesse universo devocional, a imagem de Santo Antônio Abade, orago de São Bento do Norte, destacou-se entre os primeiros objetos de cultos do território que incorporava a Freguesia do Senhor Bom Jesus dos Navegantes de Touros, sendo alvo de expressiva devoção popular desde os primórdios do povoamento.

Em 1844, Frei João da Purificação orientou a construção de uma capela na localidade conhecida como Caiçara Velha, núcleo inicial do

¹⁹ Subsistem dúvidas quanto às circunstâncias que levaram à escolha da padroeira, não sendo possível afirmar com absoluta precisão a origem da devoção em Parazinho. Entre as hipóteses levantadas, destaca-se a possibilidade de que esse culto mariano tenha sido introduzido por intermédio de Ivete da Mata, amiga próxima de Dona Adélia Torres. Ivete, juntamente com seu esposo, Lourenço Nunes Torres, mantinha residência e propriedades no povoado de Lagoa do Sal, município de Touros, local onde a santa é festejada como orago desde 1921.

povoamento de São Bento do Norte, hoje cidade, constituindo um marco significativo no processo de formação populacional. Até os dias de hoje, na atual capela da cidade, construída em outro povoamento de sua anterior e posteriormente elevada à categoria de Igreja Matriz, conserva-se a representação de Santo Antônio Abade, cujas características formais e simbólicas se alinham às dos padroeiros cultuados nos espaços de orações do território geográfico, geralmente associadas à arte sacra tradicional, à função catequética e à proximidade com o cotidiano.

A construção do novo templo teve início em 1914, após a retirada da escultura do santo padroeiro da antiga capela dos Caiçaras, então ameaçada pelo soterramento das dunas. Durante o período em que o edifício ainda não se encontrava concluído, o objeto devocional permaneceu sob a guarda provisória de membros da comunidade local, o que evidencia sua centralidade na vida religiosa da região. A obra foi impulsionada pelo risco de transferência da escultura para a Igreja Matriz de Touros, conforme indicado pelo então vigário, Padre João Clemente de Moraes Barreto, sendo o templo concluído e inaugurado no ano de 1915²⁰.

A procedência da peça é atribuída à tradição oral, não havendo registros escritos que atestem sua origem. Alguns relatos apontam que o bem devocional teria sido doado por Frei João da Purificação e trazido da Itália, enquanto outras narrativas mencionam a oferta por sobreviventes de um naufrágio ou o achado do objeto sacro por pescadores em alto-mar²¹.

Destaca-se que a imagem de Santo Antônio Abade possuía originalmente um medalhão de prata, subtraído em meados do século passado. Durante a administração paroquial do Padre Adriano Henrique

²⁰SILVA, Karliano Cavalcante da. Entre dunas e mar: estudo do processo de ocupação da cidade de Caiçara do Norte-RN frente à dinâmica costeira local / Karliano Cavalcante da Silva, p. 104, 2021.

²¹ A narrativa segundo a qual a imagem de Santo Antônio teria sido encontrada por pescadores em alto-mar, acondicionada em um caixote à deriva, configura-se como uma construção simbólica típica da religiosidade popular litorânea, inserida em um repertório narrativo amplamente difundido na região do Mato Grande. Tal relato estabelece estreitas aproximações com a lenda do achado do Bom Jesus dos Navegantes, no município de Touros, ao reproduzir padrões recorrentes da tradição oral, como a mediação do sagrado pelo ambiente marítimo, o encontro fortuito do objeto devocional e a subsequente sacralização do território e da comunidade que o acolhe.

da Costa, o vulto sacro foi encaminhado ao ateliê do restaurador Ambrósio Córdula, na cidade de Acari (RN), com a finalidade de reinseri-lo dignamente no contexto do culto. Na ocasião, foram realizados procedimentos de restauração e repolicromia, visando à recuperação estética e material da obra, que se encontrava em avançado estado de deterioração²².

Como parte dessa intervenção, procedeu-se também à reconstituição de um porquinho esculpido, elemento característico da iconografia tradicional de Santo Antão Abade, destinado a ser posicionado aos pés da imagem. Tal atributo simbólico, associado historicamente à devoção ao santo, havia se perdido ao longo do tempo, e sua reintegração buscou restabelecer a leitura iconográfica e o valor histórico-artístico do conjunto. Dessa forma, a devoção ao santo eremita consolidou-se, ao longo do tempo, uma expressiva celebração em sua homenagem, realizada anualmente no mês de janeiro.

Fotografia 3 – Vulto sacro de Santo Antão Abade, venerado pela população de São Bento do Norte (RN).



Fonte: Acervo fotográfico de Pablison Iago Castro dos Reis.

²² REIS, Pablison Iago Castro dos. Entrevista sobre a Devoção a Santo Antão Abade de São Bento do Norte [2025]. Entrevistador: Elias Querino da Hora. São Bento do Norte, 2025.

No litoral setentrional potiguar, caracterizado pela forte presença do mar, pela centralidade das atividades pesqueiras e pelas práticas de subsistência, as devoções católicas conformaram-se em estreita articulação com o meio natural e com as experiências de risco, instabilidade e mobilidade próprias da vida costeira. Nesse contexto, os santos assumiram função estruturante como mediadores do sagrado, sendo progressivamente integrados às práticas cotidianas e às formas de sociabilidade locais, contribuindo para a legitimação simbólica do espaço, para a organização da vida comunitária e para a consolidação das identidades sociais das populações ali estabelecidas.

Ao adentrar o espaço litúrgico da Igreja Matriz da cidade de São Miguel do Gostoso (RN), à esquerda do eixo central da nave, destaca-se um nicho de notável relevância devocional. Nele se conserva a imagem do padroeiro da comunidade representando São Miguel Arcanjo²³.

Essa escultura constitui um artefato religioso de significativa importância para a história local, pois remonta ao acervo particular de Miguel Félix Martins, natural do povoado denominado Tapuio, situado no município de Parazinho, sendo um personagem central no processo de consolidação do catolicismo na região.

Segundo a memória coletiva, Martins foi acometido por uma enfermidade identificada à época como febre amarela, quadro que implicava alta mortalidade e comprometeu sua subsistência. Diante dessa situação, fez uma promessa a São Miguel Arcanjo, comprometendo-se a erguer uma capela em sua honra caso alcançasse a cura. A imagem possuía elevado valor financeiro, razão pela qual foi adquiri-la por meio da troca de uma novilha.

Cumprindo o voto, deslocou-se para a área que corresponde ao atual município de São Miguel do Gostoso, onde, em 29 de setembro de 1899, data emblemática para a liturgia miguelina, o fiel erigiu uma capela

²³ A secular imagem de São Miguel Arcanjo constitui um exemplar sacro de aproximadamente 50 cm de altura, esculpida em madeira e apresentando olhos de vidro, preservando elementos característicos da tradição artística religiosa entre os séculos XVIII e XIX. Pesquisas indicam que a peça possui traços compatíveis com a produção portuguesa; entretanto, sua procedência ainda demanda investigações mais aprofundadas para confirmação.

em homenagem ao arcanjo quando o território ainda integrava a antiga Freguesia do Senhor Bom Jesus dos Navegantes de Touros, destacando-se como a única povoação sob a jurisdição eclesiástica a ter o patrocínio do santo. O templo primitivo apresentava estrutura simples, com paredes de taipa e cobertura de tapuios, refletindo as condições materiais da época e o caráter votivo da edificação²⁴.

Quanto ao festejo do patrono da localidade, o Vigário de Touros, Padre Esmerino Gomes da Silva (1937-1938), registrou no acento paroquial:

No dia 28 de setembro [1937], pela segunda vez, cheguei à Capela de São Miguel do Gostoso, a fim de fazer a sua festinha. Nesse dia, às 17 horas, teve lugar a novena, havendo o Vigário feito uma prática sobre o santo e convidando os fiéis a fazerem sua confissão. No dia 29, houve a missa da festa, recebendo a Nosso Senhor no sacramento de amor 29 pessoas. Houve vários batizados e alguns casamentos. (AMAN. LIVRO DE TOMBO, 1904-1965).

A própria denominação do município reflete a articulação entre devoção e memória social: o topônimo “São Miguel” remete diretamente ao padroeiro, enquanto o termo “Gostoso” associa-se à memória do apelido de um antigo morador da localidade que possuía uma gargalhada “gostosa”. Tal articulação entre o sagrado e o cotidiano insere-se em um padrão recorrente na região do Mato Grande, observado também em outras povoações, como no Saco, atualmente com a denominação de Santa Luzia, no município de Touros, cuja mudança toponímica esteve relacionada ao fortalecimento da devoção à santa padroeira, onde se conserva uma secular imagem²⁵ da Virgem Mártir, originalmente pertencente ao senhor de engenho João Theodoro de Souza, patriarca da família Monteiro.

²⁴ LIVRO de Tombo da Paróquia do Bom Jesus dos Navegantes (2002), p. 84.

²⁵ O vulto de Santa Luzia, em madeira e medindo 30 cm de altura, data do século XIX. Segundo a tradição oral, sua origem estaria ligada ao Estado do Rio de Janeiro, embora alguns relatos indiquem Portugal. Ela está preservada na capela centenária da localidade de Santa Luzia (Touros), sob os cuidados de Luiz Gonzaga Rodrigues, responsável pela articulação do espaço desde 1988. Oficialmente, a santa é festejada na comunidade desde 1917, embora sua devoção seja ainda mais antiga.

Fotografia 4 – Imagem primitiva de São Miguel Arcanjo, padroeiro de São Miguel do Gostoso (RN).



Fonte: Acervo fotográfico de Elias Querino da Hora.

Entre as devoções que atravessam gerações e se consolidaram como patrimônio religioso e cultural, destaca-se a veneração a São Sebastião, cultuado ao longo de décadas e também incorporado à religiosidade das famílias indígenas da região do Mato Grande, após serem catequizadas ao longo dos anos. O santo é símbolo de coragem e fidelidade à fé cristã diante da perseguição, sendo invocado pela Igreja Católica como protetor contra a peste, a fome e a guerra.

Sua veneração intensificou-se especialmente a partir da segunda metade do século XIX, prolongando-se nos anos posteriores, em meio às crises de saúde que atingiam o Rio Grande do Norte e outras regiões do Nordeste. Naquela época, em áreas rurais e pouco assistidas desse território, a assistência médica era praticamente inexistente, tornando a população extremamente vulnerável às doenças. Diante dessa realidade, as famílias recorriam às plantas medicinais, aos chás e remédios caseiros ou buscavam a intervenção de benzedores, ao mesmo tempo em que fortaleciam sua fé como instrumento de proteção e esperança.

Nesse contexto de necessidade e confiança na providência divina, a devoção ao santo consolidou-se como expressão da religiosidade popular: sua figura passou a ser cultuada em oratórios domésticos e, em reconhecimento às graças recebidas, muitas famílias ergueram capelas em sua honra.

Em São José, município de Touros, São Sebastião é venerado como originário padroeiro do povoado desde 20 de janeiro de 1890. A imagem do santo consiste em uma escultura de madeira, provida de olhos de vidro, os quais lhe conferem notável realismo e expressividade. Apesar de se tratar de uma produção artesanal popular, a obra apresenta claras influências do barroco tardio com transição para o neoclássico, evidentes na postura do corpo, na modelagem das vestes e na tentativa de transmitir dinamismo e expressividade facial. Ademais, é possível identificar que o artista incorporou traços indígenas ou mestiços na feição e na composição corporal da figura devocional, ainda que de forma estilizada, refletindo a interação entre a arte sacra e os traços simplificados da população da região do Mato Grande²⁶.

Infelizmente, a escultura não mais conserva as flechas, atributos iconográficos característicos de sua representação. Há, contudo, indícios materiais de que tais elementos integraram originalmente a peça, evidenciados por marcas ainda visíveis em sua superfície, associadas aos pontos de fixação. Esses vestígios corroboram a hipótese de desaparecimento ao longo do tempo, possivelmente em decorrência de processos de degradação, intervenções humanas ou transformações nas práticas devocionais e de conservação.

À semelhança do que ocorreu em outras localidades, a devoção a São Sebastião teve início em um oratório doméstico, situado na residência de uma família cujo nome não se preservou. Nos primeiros dias de 1906, foi inaugurada no centro do povoado a primeira capela²⁷, construída em

²⁶ A imagem de São Sebastião apresenta notável semelhança com outras esculturas da redondeza, como Nossa Senhora da Guia, pertencente ao acervo da Igreja Matriz (Rio do Fogo); igualmente da padroeira de (Caraúbas-Maxaranguape), praticamente idêntica, distinguindo-se apenas pelas cores; e São Benedito (Muriú-Ceará-Mirim). Essas convergências técnicas e estilísticas indicam que possivelmente tenham sido produzidas pelo mesmo artesão.

²⁷A inauguração do templo foi realizada pelo Padre Irinel Otávio de Sales e Silva, à época vigário paroquial de Touros.

taipa, com a finalidade de abrigar a escultura do santo. Segundo relatos de moradores, a edificação voltava-se para o poente, apresentando composição simétrica e o frontão triangular, de linhas retas e proporções modestas, no qual se abria um pequeno vão superior, destinado ao alojamento de um sino. Ladeando o frontão, existiam dois pequenos pináculos, integrando o corpo da fachada. As paredes eram rebocadas e caiadas, conferindo uniformidade cromática ao seu conjunto arquitetônico.

Conta-se que o madeiramento empregado na sua cobertura de duas águas foi extraído das matas da redondeza e que o templo era sustentado por uma robusta viga de tronco de carnaúba, além de ser revestido com telhas cerâmicas feitas artesanalmente, com beiral discreto. O acesso dos fiéis se dava por uma porta frontal em arco pleno, complementada por uma lateral voltada para o norte. Em seu interior, o altar-mor era formado por três nichos abertos na parede posterior, sendo o central ocupado pelo vulto de São Sebastião, ladeado pelas imagens de Nossa Senhora da Conceição e de São José.

Em frente ao templo, foi inicialmente erguido um cruzeiro de madeira, que funcionava como marco simbólico da devoção e ponto de referência para as práticas litúrgicas da comunidade. Posteriormente, a estrutura foi substituída por uma cruz de alvenaria, consolidando sua função como elemento permanente da identidade religiosa e cultural. Atualmente, contudo, esse símbolo sagrado não se encontra mais preservado, refletindo as transformações ocorridas na paisagem religiosa e na memória coletiva no lugarejo ao longo do tempo.

Os documentos da Igreja de Touros, através do Padre Lucilo Alves Machado (1955-1956) registram o que se segue a respeito da estrutura física da capela e as impressões do lugarejo:

Estive em São José de Touros: a capela muito estragada, pouca gente na missa. É lamentável o abandono em que vive esse povo das praias. Nenhuma diversão; raras vezes ao ano há uma missa; muitos sem escola, são entregues à ignorância tremenda, quase incivilizados. E, graças a Deus por todos, o maior acontecimento é

assistirem algumas poucas vezes ao ano, a santa missa. (AMAN. LIVRO DE TOMBO, 1904-1965).

Apesar de suas dimensões reduzidas, o recinto religioso foi concebido com a intencionalidade construtiva voltada à durabilidade. Mesmo com o progressivo processo de degradação de sua estrutura ao longo dos anos, manteve-se erguido por quase oito décadas, até sua demolição definitiva. Ao longo desse período, foi submetida a intervenções, reformas e melhorias que, contudo, buscaram preservar seus traços arquitetônicos originais, garantindo a continuidade de sua identidade histórica e estética. Até meados do século passado, a administração da capela esteve a cargo de Manoel Raimundo Sobrinho, com o auxílio de Luzinete Tarquínio da Silva.

Entre as décadas de 1930 e 1950, conforme atesta Dona Maria das Virgens Ribeiro, o responsável pela administração da capela conduzia a imagem do mártir em procissões pelas ruas do povoado ao final da tarde, acompanhado de fiéis, como rogativa pelo fim da febre amarela, doença que assolava o município. O cortejo percorria o trajeto até o início do povoamento, onde deságua a Lagoa da Caiana, sendo realizado especialmente nos períodos de maior incidência da enfermidade. Durante as procissões, eram rezadas jaculatórias e benditos, evidenciando não apenas a fé, mas também o papel social da religiosidade popular como instrumento de proteção coletiva diante das adversidades sanitárias e sociais da época²⁸.

Em 1985, com a construção do novo templo, a denominação de padroeiro titular passou a recair sobre São José (esposo da Virgem Maria), influenciada pela administradora paroquial, Irmã Aloísia Gerhardinger, e pelo morador e comerciante Valdir Liro Lucas da Silva²⁹. Apesar de não mais ocupar o templo, a imagem de São Sebastião

²⁸ RIBEIRO, Maria das Virgens. Entrevista sobre a História da Capela de São Sebastião de São José [2021]. Entrevistador: Elias Querino da Hora. São José, Touros, 2021.

²⁹ A localidade de São José substituiu seu padroeiro devido as disputas regionais com a vizinha comunidade de Cajueiro, que passou a celebrar o mártir a partir de 1913. A mudança pôs fim aos conflitos, e, com o tempo, a devoção ao santo foi gradualmente extinta, encerrando um ciclo importante na história e memória cultural da região.

permanece como testemunha histórica e simbólica da religiosidade popular, representando a fé das famílias e a tradição devocional que se manteve viva por quase um século na comunidade.

Fotografia 5 – Imagem original de São Sebastião, primitivo padroeiro da localidade de São José (Touros), cultuado desde o século XIX.



Fonte: Acervo fotográfico de Elias Querino da Hora.

Ao longo de mais de cento e cinquenta anos, a devoção a São Sebastião expandiu-se de forma significativa nas praias da Paróquia do Bom Jesus dos Navegantes, em Touros. Além de São José, alguns desses lugares passaram a celebrar o santo nos seguintes anos: Reduto³⁰ (1891), Carnaubinha³¹ (1898), Zumbi (1899) e Cajueiro (1913).

Na praia de Zumbi — hoje pertencente ao município de Rio do Fogo — a primeira imagem do santo, de inestimável valor histórico, pertenceu às famílias pioneiras da região. Talhada em madeira e marcada por fortes traços indígenas, a escultura representa fielmente as

³⁰A primeira capela do Reduto (atualmente pertencente ao município de São Miguel do Gostoso) foi erguida em 1906.

³¹Atualmente, a padroeira da comunidade de Carnaubinha é Nossa Senhora de Fátima, cuja festa vem sendo realizada desde a década de 1950.

características das populações que ali residiam. Contudo, apesar das múltiplas “carnações” a que foi submetida ao longo do tempo, é evidente que se trata de uma obra desprovida de beleza formal.

Durante sua passagem pela povoação de Zumbi em fevereiro de 1937, o temido Padre Vicente de Paulo Freitas — conhecido pelo rigor, semblante austero e temperamento severo — deixou registrado em um dos livros de Tombo da Paróquia do Bom Jesus dos Navegantes que as imagens eram muito “imperfeitas e ridículas”, além de se negar a abençoá-las³².

A repreensão do sacerdote revelou-se eficaz, estimulando alguns moradores a investir na ornamentação e na aquisição de objetos litúrgicos para as capelas da região. Entre os que se destacaram, sobressai o comerciante praieiro Sandoval Gomes da Silva, vulgo Sandú, responsável por providenciar uma nova imagem de São Sebastião para a capela de Zumbi. A peça, confeccionada em gesso e com aproximadamente 1 metro de altura, permanece até os dias atuais como objeto de veneração dos fiéis³³.

Outra devoção amplamente difundida no Nordeste brasileiro, diz respeito ao culto a São João Batista, que constitui uma das expressões mais marcantes da religiosidade popular regional, transmitida ao longo de sucessivas gerações. A figura do precursor de Cristo é comumente associada à alegria, à abundância e à proteção, valores simbólicos fortemente vinculados às celebrações juninas. Sua representação iconográfica tradicional o apresenta acompanhado do cordeiro — referido popularmente como carneiro — elemento que remete à sua missão profética e à referência a Cristo como o Cordeiro de Deus.

Na região do Mato Grande, diversas famílias reconhecem o Precursor de Jesus Cristo como intercessor e patrono, destinando às suas representações lugar de destaque tanto nos espaços litúrgicos quanto nos ambientes de piedade doméstica. Em Maracajá (Maxaranguape), o

³² AMAN. LIVRO de Tombo da Freguesia do Bom Jesus dos Navegantes do Porto de Touros (1904-1965).

³³ ARAÚJO JÚNIOR, Pedro Pinheiro de. História e genealogia de Rio do Fogo-RN (sécs. XVI-XX). Parnamirim, RN: Editora Biblioteca Ocidente, p. 268, 2024.

vínculo religioso com o santo remonta à fundação da sua primeira capela, em 1909.

Em Lagoa do Sal (Touros), essa tradição é preservada pelos descendentes de Ezequiel Dias Tavares e Vicente Tavares de Lira, ambos pertencentes à família Baluca, que festejavam o santo desde o início do século XX. Tal vínculo manifesta-se, entre outros aspectos, na conservação de uma antiga e singular escultura³⁴ que representa São João em sua juventude.

Na localidade de São José, no território tourense, por sua vez, há registros da presença dessa piedade religiosa associada à senhora Maria Pureza Tarquínio da Silva, que mantinha, em sua residência, um oratório doméstico contendo um quadro do santo³⁵, desde a década de 1950, evidenciando a permanência dessa expressão de fé no âmbito familiar.

No município de Touros, difundiu-se por quase dois séculos a prática religiosa conhecida como “tirar auxílio” ou “esmolar”, mantida até a década de 1970, por meio da qual comissões de fiéis percorriam as comunidades com as efígies dos padroeiros, a fim de arrecadar donativos para as festividades religiosas.

Nesse contexto, possivelmente ainda na década de 1820, um morador de Barra de Maxaranguape, cuja identidade não foi preservada, doou à povoação do Geral uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, que passou a ser venerada como orago local. Assim, o templo do Geral, sob essa invocação, destaca-se como o mais antigo da paróquia depois da Igreja Matriz do Bom Jesus dos Navegantes, constituindo um importante marco da devoção católica no município³⁶.

³⁴A escultura de São João Batista, talhada em madeira, com 39 cm de altura e resplendor metálico prateado sobre a frente, é datada do século XIX e possui autoria e procedência desconhecida. A obra apresenta traços formais associados à influência da cultura indígena, evidenciando processos de apropriação estética e simbólica. Atualmente, o bem sacro encontra-se preservado no altar-mor da capela de Nossa Senhora de Nazaré, em Lagoa do Sal, configurando-se como relevante testemunho material da história religiosa do lugar. Nesse cenário, destaca-se a atuação de Dona Isabel Maria da Conceição, conhecida como Isabel de Joca, cuja contribuição foi significativa para a difusão e permanência da devoção ao santo no âmbito comunitário.

³⁵Atualmente, o referido quadro encontra-se sob os cuidados de sua filha adotiva, Crenilda Tarquino.

³⁶JÚNIOR, Paulo Emídio da Silva. Entrevista sobre a Devoção a Nossa Senhora da Conceição do Geral [2025]. Entrevistador: Elias Querino da Hora. Geral, Touros, 2025.

Convém enfatizar que muitas das iconografias sacras e seculares guardam objetos de grande valor histórico e, em alguns casos, também financeiro. Sobre suas fronteiras, é comum encontrar coroas ou resplendores; além de brincos nos lóbulos das orelhas, como nas figuras de Nossa Senhora, e colares ou terços que completam seus ornamentos.

Esses adornos eram costume da época, destinados a embelezar as peças e a expressar o carinho e a fé do povo. No entanto, relatos históricos revelam que, até os primeiros anos do século passado, quando os padres se deslocavam às comunidades para celebrar a missa — muitas vezes em lombo de animais, devido à ausência de transporte automotivo —, administrar sacramentos ou prestar assistência religiosa, e as famílias não dispunham de recursos financeiros, alguns desses utensílios eram recolhidos como forma de compensação; em circunstâncias mais extremas, as próprias imagens cultuadas eram levadas.

As iconografias religiosas estudadas constituem registros materiais de grande valor histórico e cultural, permitindo compreender o passado das comunidades e a trajetória de suas práticas e tradições. Preservar essas imagens significa manter viva a memória coletiva, evidenciando como a fé se articulou com a vida cotidiana e se incorporou à história local, tornando-se patrimônio simbólico e educativo.

Além de seu caráter histórico, essas representações desempenham papel social significativo: orientam celebrações, consolidam vínculos comunitários e garantem a continuidade das festividades e devoções ao longo das gerações. Dessa forma, as imagens funcionam como mediadoras da cultura popular, transmitindo valores, normas e práticas que fortalecem a coesão e a identidade coletiva das comunidades.

Por fim, as iconografias vão além do simbolismo religioso: transformam o espaço físico em território vivido, carregado de sentidos culturais e sociais. Elas revelam a interdependência entre espiritualidade, cultura material e memória, demonstrando que a religiosidade popular contribui para organizar, significar e integrar o espaço, consolidando a identidade e a história das comunidades de forma duradoura.

Fontes paroquiais

Arquivo Metropolitano da Arquidiocese de Natal (AMAN)

AMAN. LIVRO de registro registros do Patrimônio da Irmandade do Bom Jesus dos Navegantes (1799).

AMAN. LIVRO de Tombo da Freguesia do Bom Jesus dos Navegantes do Porto de Touros (1904-1965).

Arquivo da Paróquia do Bom Jesus dos Navegantes

LIVRO de Tombo da Paróquia do Bom Jesus dos Navegantes de Touros (2002).

Fontes orais

JÚNIOR, Paulo Emídio da Silva. Entrevista sobre a Devoção a Nossa Senhora da Conceição do Geral [2025]. Entrevistador: Elias Querino da Hora. Geral, Touros, 2025.

REIS, Pablison Iago Castro dos. Entrevista sobre a Devoção a Santo Antônio Abade de São Bento do Norte [2025]. Entrevistador: Elias Querino da Hora. São Bento do Norte, 2025.

RIBEIRO, Maria das Virgens. Entrevista sobre a História da Capela de São Sebastião de São José [2021]. Entrevistador: Elias Querino da Hora. São José, Touros, 2021.

Bibliografia

ARAÚJO JÚNIOR, Pedro Pinheiro de. **História e genealogia de Rio do Fogo-RN (sécs. XVI-XX)**. — Parnamirim, RN: Editora Biblioteca Ocidente, 2024.

MEDEIROS, Isac Alisson Viana de. **Matriz, capelas e desobrigas: um olhar sobre a cristianização do espaço da Freguesia do Seridó (1788-1838)**. 2020. 289 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

PATRIOTA, Nilson. **Touros: uma cidade do Brasil**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2000.

PEREIRA, Nilo. **Imagens do Ceará-Mirim**. 3ª Edição. Natal/RN. Fundação José Augusto. 1989.

SILVA, Karliano Cavalcante da. **Entre dunas e mar: estudo do processo de ocupação da cidade de Caiçara do Norte-RN frente à dinâmica costeira local**. /Karliano Cavalcante da Silva. – 2021.

Arquivo Eletrônico

<https://cronicastaipuenses.blogspot.com/2014/11/a-padroeira-de-taipu-rn.html>.

CAPÍTULO 3

AS ESCOLAS ISOLADAS E RUDIMENTARES DA REGIÃO DO MATO GRANDE NAS DÉCADAS DE 1920-1930

João Santos

No coração do Rio Grande do Norte, a região do Mato Grande se estende entre dunas, serras e planícies secas, abrangendo municípios como Taipu, Ceará-Mirim, João Câmara (antiga Baixa Verde), Touros, Poço Branco, Pureza, Pedra Grande, Parazinho e Bento Fernandes.

Durante as primeiras décadas do século XX, esse território era essencialmente rural, com comunidades isoladas e uma economia voltada para a agricultura, a pesca e a pecuária.

O acesso à educação era quase inexistente fora das sedes municipais. O analfabetismo predominava, e o ensino formal era privilégio de poucos. Foi nesse contexto que surgiram as escolas isoladas e rudimentares, criadas pelo governo estadual e mantidas com o esforço das comunidades locais — uma verdadeira revolução silenciosa no campo potiguar.

Este trabalho se propõe a ser um estudo descritivo da criação das Escolas Isoladas e Rudimentares da região do Mato Grande no período compreendido das décadas de 1920 e 1930.

As leis de reforma do ensino potiguar

O senador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão foi o organizador da vida autônoma do Estado, logo após a Proclamação da República. Por meio do regulamento de 30 de setembro de 1892 estabeleceu as bases em que deveria se assentar o ensino público do Rio Grande do Norte.

Conhecedor dos modernos processos educacionais criou o sistema misto concorrendo o Estado e o Município para a difusão do ensino como meio de descentralizá-lo.

Obedecendo a essa orientação, em 1899 foi votada pelo Congresso Legislativo a lei nº 131 que passou para os municípios as cadeiras vagas de instrução primária e as que fossem vagando. A permanecer essa lei, o ensino primário ficaria dentro de certo prazo, a cargo dos municípios.

Segundo o relatório do governo do Estado de 1900 era ainda cedo para avaliar essa disposição do Congresso Legislativo em relação ao ensino primário, somente o correr do tempo e a experiência mostraria se o Congresso havia acertado em transferir para os municípios a responsabilidade do ensino primário.

O ensino municipal já era o passo para o ensino inteiramente particular, ministrado com muito proveito na Inglaterra e nos Estados Unidos.

O ensino oficial só produziria resultados apreciados com muito dispêndio, como na França, onde os professores e os inspetores escolares eram largamente remunerados. Entretanto, comparando-se o ensino na Inglaterra e Estados Unidos com o da França levava-se aquelas nações considerável vantagem.¹

O decreto nº 178, de 29 de abril de 1908 que reformou o ensino público no Rio Grande do Norte criou os Grupos Escolares e Escolas Mistas no interior do Estado.

De acordo com a referida lei o Governo do Estado estabeleceria, pelo menos, um Grupo Escolar em cada sede de comarca e uma escola mista em cada um dos outros municípios e nos que fossem construídos

¹Relatório do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1900, p. 24-25.

diretamente pelos mesmos municípios ou às custas de particulares que os quisesse ceder para tal fim, mediante contrato gratuito feito com o diretor de Instrução Pública e aprovado pelo governador.²

O ensino primário

De acordo com o decreto nº 239, de 15 de dezembro de 1910 que estabelecia as normas do ensino público do Estado o curso primário se dividiria em infantil e elementar.³

O ensino primário seria dado nos grupos escolares, cadeiras isoladas e escolas noturnas estabelecidas em cada município.

O ensino seria leigo e gratuito, sendo que a nenhum mestre seria permitido o doutrinação religioso de qualquer natureza, ainda que solicitado pelos pais e responsáveis de alunos, nem a percepção de gratificações por motivo de ensino público.

A instrução infantil e elementar seria proporcionada as condições físico-psicológicas do educando, com o tríplice fim intelectual, moral e físico, consoante a pedagogia experimental e processos de pedagogia.⁴

Escolas isoladas

O governo do Estado poderia criar uma escolar isolada em cada localidade das cidades, vilas ou povoações, que recenseassem pelos menos 500 habitantes por iniciativa das Intendências, associações ou particulares, que ficariam obrigados a todas as despesas de construção, mobiliamento, asseio e expediente.⁵

Essas escolas isoladas seriam absorvidas pelo primeiro grupo que se viesse a fundar, consoante o desenvolvimento material da povoação ou arrabalde.

² Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1908, p. 52.

³ Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1910, p. 121.

⁴ Op. cit. 1910, p. 122-123.

⁵ Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1910, p. 125.

Os edifícios

Os edifícios das escolas isoladas seriam situados em terreno elevado e seco, isolados de outros prédios, afastados dos centros de grande atividade industrial, de pântanos e lugares suspeitos.

Os prédios deveriam ser elegantes, modestos, bem arejados e banhados pelo sol e teriam salas de aula, para 40 alunos no máximo, sob a forma retangular, medindo, pelos menos 6 metros de largura por 7 de comprimento, com um pé direito de 4 metros, ou sejam de mais de 4 metros cúbicos para cada aluno.

Haveria nesses edifícios aberturas necessárias para que as classes recebessem a luz da maneira mais conveniente.

Os edifícios seriam pintados a cores neutras, preferindo-se azul ou verde-claro.

Cada sala de aula teria como dependência um vestuário guarnecido de cabides.

Os prédios teriam compartimento para diretoria e arquivo e uma área descoberta para recreio, com divisões para cada sexo.

Na falta de esgoto público, as latrinas constariam de uma fossa séptica ou reservatório estanque, onde os materiais orgânicos purificassem-se pelos próprios micróbios. Na falta desta, seriam construídas fossas ordinárias, com paredes impenetráveis aos líquidos, os quais deveriam esvaziar e desinfetar frequentemente.

Todas as carteiras e bancas de elevação facultativa seriam proporcionadas a estatura dos educandos e construídas de maneira a garantir a saúde, facilitando a vigilância do professor e a responsabilidade individual do aluno.

As plantas e projetos para construção de escolas seriam previamente remetidos ao Conselho de Instrução para as devidas correções e aprovação.

Nenhum estabelecimento de instrução poderia ser inaugurado sem o parecer do respectivo inspetor de ensino, depois de rigorosa verificação.⁶

⁶Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1910, p. 127-128.

Os Grupos Escolares foram os primeiros passos para o acesso ao ensino primário no interior do Rio Grande do Norte, no entanto, os prédios foram construídos nas sedes municipais, e como a maioria da população habitava o meio rural, uma grande parcela da população escolar ficava de fora do acesso ao ensino de primeiras letras. Foi então que surgiram as Escolas Rudimentares.

As Escolas Rudimentares

A lei nº 471, de 03 de dezembro de 1919 autorizou o Governo a criar nos povoados, fazendas ou propriedades, uma escola rudimentar onde se contassem mais de 50 analfabetos.⁷

Essa Lei promoveu uma reforma na educação escolar primária, normal e profissional no estado, durante o governo do Desembargador Joaquim Ferreira Chaves.

O ensino primário elementar se tornou totalmente gratuito e obrigatório para ambos os sexos, dos 8 aos 14 anos, além de focar na formação de sentimentos de nacionalismo e cidadania republicana, com a inclusão de conteúdos sobre a organização política do Brasil e do estado.

Os principais pontos dessa Lei foram:

- **Reforma educacional:**

Reformulou a educação escolar nas modalidades primária, normal e profissional no Rio Grande do Norte.

- **Gratuidade e obrigatoriedade:**

O ensino primário elementar foi estabelecido como totalmente gratuito e obrigatório para crianças de 8 a 14 anos, de ambos os sexos.

- **Foco cívico e patriótico:**

A legislação deu destaque à formação do sentimento cívico, abordando a organização política do país e do estado, os direitos e deveres do cidadão e a história pátria.

⁷ Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, p. 31, 1919.

▪ **Higiene:**

Manteve a preocupação com a higiene nos prédios escolares, nos professores e nos alunos, um tema já presente na legislação educacional da época.

De acordo com o relatório do governo do Estado o esforço para dotar as numerosas povoações do Estado com modestas escolas, em que se ensinassem os filhos do povo ao menos a ler, escrever e contar, bem se imaginava quando deveria ser persistente para conseguir um resultado apreciável. “tudo são dificuldades, desde a escolha de que quem possa razoavelmente transmitir aos outros aqueles rudimentos, até a obtenção de uma casa onde a escola possa funcionar com certa decência”.⁸

A lei de ensino em vigor exigia que as municipalidades ou os particulares fornecessem o prédio e os móveis indispensáveis para ser criada a escola, até porque seria difícil ao Estado mandar a cada localidade um emissário, que provesse a essa necessidade.

De acordo com artigo de Severino Bezerra publicado na revista *Pedagogium* em 1922 as Escolas Rudimentares criadas pela Lei de Ensino de 1919 e ensaiadas pela administração do governador Antonio de Souza, vinham procurando encarar com visão patriótica as verdadeiras faces dos problemas sociais, tendo ao seu ver, precípuo e elevado alcance.⁹

Porque segundo ele, não era somente às populações localizadas nas cidades que os governos deveriam levar a instrução.

Era justamente para os núcleos populosos afastados das sedes dos municípios, onde vivia considerável número de pessoas, a braços com dificuldades de toda ordem, que o governo precisava olhar com carinho, cuidado das instruções desses humildes patrícios, cujas aptidões, as mais das vezes aproveitáveis, se perdiam, à falta de que lhes ministrassem os primeiros rudimentos do ensino.

Era sabido que o pensamento do governo, criando essas Escolas Rudimentares, foi simplesmente para que os potiguares, impedidos de frequentarem, por circunstâncias diversas os Grupos Escolares, não ficassem privados de instrução, embora simples e rudimentar, mesmo

⁸Relatório do Governo do Rio Grande do Norte, p. 5, 1923.

⁹ *Pedagogium*, nº2, p. 55, 1921.

assim, seriam elas portas abertas àqueles que, delas se aproveitando, quisessem penetrar no vasto cenário das letras, tornando-se elementos úteis à coletividade, da qual eram ínfimas, esquecidas e ignoradas parcelas.¹⁰

Em 1922 já estavam em funcionamento cerca de 50 Escolas Rudimentares, todas elas, segundo a revista *Pedagogium*, com crescido número de alunos, compensando, portanto, as despesas que eram feitas com sua manutenção.

Ainda segundo a referida revista os Grupos Escolares não satisfaziam, de forma nenhuma, as crescentes necessidades do ensino no interior, pois, como era sabido, existiam apenas nas sedes municipais, e seus benefícios não poderiam estender-se aos núcleos populosos mais distantes.¹¹

Daí a maioria das crianças em idade escolar ficarem privadas de receber instrução, porque raro era o lugarejo aonde a ação sempre tardia das municipalidades locais chegava em auxílio do governo no combate ao maior mal que ainda infelicitava o brasileiro, que era a educação pública.

Segundo a revista *Pedagogium* com a criação das Escolas Rudimentares o Rio Grande do Norte viveu a idade do ouro no ensino público iniciada pela administração do governador Antonio de Souza, com o amparo e concurso de outros devotados espíritos, verdadeiros e abnegados apóstolos dessa grandiosa cruzada em prol da erradicação do analfabetismo no meio rural.

Coube assim, ao governador Antonio de Souza, complementar a organização do ensino primário com a instalação dos cursos complementares e a disseminação das Escolas Rudimentares pelos muitos povoados do interior do Estado.

A lei da reforma do ensino estabeleceu as bases das Escolas Rudimentares criando as escolas ambulantes, destinadas a funcionarem fora dos grandes povoados, em períodos alternativos, num ou noutro

¹⁰ Op. Cit.

¹¹ *Pedagogium*, nº3, p. 48, 1922.

ponto, com programas especiais, material escolar e pedagógico restrito, obedecendo, porém, às regras comuns de higiene.

Posteriormente, a lei nº 471, de 03 de dezembro de 1919, ampliou o dispositivo da lei de reforma, autorizando o governo a criar Escolas Rudimentares em todos os povoados com população escolar superior a 50 pessoas.

O regimento interno que a diretoria da Instrução Pública elaborou para a boa organização e funcionamento dessas escolas deu-lhes uma movimentação e elasticidade tais que permitiram deslocá-las de uma para outra parte, acomodando-as ao meio local, sem alteração dos programas.

A Escola Rudimentar poderia ser fixa, noturna e ambulante, obedecendo, porém, a mesma organização, seguindo o mesmo programa, de modo a dar, em dois anos, o ensino, em curso graduado, da leitura, escrita e contabilidade, até as 4 operações, com ligeiras noções de conhecimento gerais e instrução cívica.¹²

O maior ou menor desenvolvimento do programa dependeria da capacidade técnica e pedagógica do professor.

O que caracterizaria especialmente a feição pedagógica dos programas de ensino da Escola Rudimentar era que o seu curso reduzido de dois anos não representaria a finalidade de um sistema particular de ensino para as classes rurais, mas o primeiro estágio do ensino geral.

O aluno que frequentasse a Escola Rudimentar aprenderia sumariamente a ler, escrever e contar e ficaria, ao mesmo tempo, habilitado a continuar e aperfeiçoar seus conhecimentos nos Grupos Escolares e escolas complementares.

A Escola Rudimentar não era assim um corpo estranho, uma organização à parte, no sistema geral de ensino, porém, ficou incorporada nele, de modo racional.

O ensino primário completo era dado no Rio Grande do Norte a época num período de 6 anos, sendo 4 anos para o ensino elementar, nos

¹² Pedagogium, nº 1, p. 32, 1921.

Grupos Escolares e Escolas Isoladas, e 2 anos para o ensino superior, nos cursos complementares.

O aluno poderia então complementar sua instrução primária quer iniciasse no Grupo Escolar ou na Escolar Isolada, que na Escola Rudimentar, cujo curso de dois anos correspondesse, em suas linhas gerais, aos dois anos do curso infantil daquelas organizações.

O regimento interno preceituou que o aluno ao sair da Escola Rudimentar estaria habilitado a se matricular nos cursos elementares dos Grupos Escolares.

As Escolas Rudimentares ficariam assim nos povoados e nas fazendas, como a sucursal dos Grupos Escolares que, pela sua organização mais complexa, de destinavam aos centros de maior movimento e mais intensa população.

A implantação das Escolas Rudimentares foi um recurso racional e econômico do governo do Estado de disseminar o ensino oficial pelos diversos povoados do interior.

Se o Estado não podia criar um Grupo Escolar em cada povoado, poderia criar uma Escola Rudimentar que funcionasse isoladamente, ministrando as primeiras noções do ensino primário, alfabetizando o povo.

Nas Escolas Rudimentares, cujo curso era de dois anos, 3 professores, em 4 anos, dariam as primeiras noções de leitura, escrita e contabilidade a 480 alunos que poderiam completar o curso primário nos Grupos Escolares.

Segundo Manoel Dantas, esta organização se não era perfeita, era ao menos racional, contribuindo efetivamente para combater o analfabetismo.¹³

Ainda segundo ele a Escola Rudimentar do mais ínfimo lugarejo estava enquadrada na organização geral do ensino que funcionava com uma engrenagem perfeita, por meio dos diversos estabelecimentos, harmônicos entre si, servindo desde as populações dos campos até as de grandes cidades.

¹³ Pedagogium, nº 1, p. 34, 1921.

Manoel Dantas calculou em 40 mil a população escolar do Rio Grande do Norte em 1921, e conforme a organização que o governo do Estado lhes deu, bastariam 500 professores para ensinar esse contingente a ler, escrever e contar.¹⁴

Escolas rudimentares do Mato Grande

Entre as décadas de 1920 e 1930 a região do Mato Grande contava com apenas 4 municípios que eram eles: Ceará-Mirim, Touros, Taipu e Baixa Verde.

Apesar de lei de criação de escolas rudimentares ser de 1919 sua aplicação na região do Mato Grande só se verificou nos primeiros anos da década de 1920 e se consolidou na década seguinte como se verá adiante.

As Escolas Isoladas e Rudimentares de Ceará-Mirim – A semente da educação no campo

No início do século XX, o município de Ceará-Mirim, vivia um período de intensas transformações sociais. A economia açucareira, que desde o século XIX sustentava a elite local, convivía com uma população rural numerosa e dispersa, cuja principal aspiração era garantir a instrução básica dos filhos.

Foi nesse contexto que surgiram as escolas isoladas e rudimentares, instituições modestas, mas fundamentais para a difusão da educação nos povoados e fazendas do interior do município.

No município de Ceará-Mirim as Escolas Rudimentares que foram criadas entre as décadas de 1920/30 foram as que se seguem.

O decreto nº 217, de 11 de setembro de 1923 criou a Escola Rudimentar de Estremoz, no município de Ceará-Mirim.¹⁵

O decreto nº 233, de 23 de maio de 1924 criou diversas Escolas Rudimentares no interior do Estado, dentre as quais a Escola Rudimentar de Estivas, então no município de Ceará-Mirim¹⁶

¹⁴ Op. Cit.

¹⁵ Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, p. 159, 1923.

¹⁶ Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, p. 117, 1924. Atualmente Estivas faz parte do município de Estremoz, já Tábua do município de Maxaranguape.

Pelo decreto nº 427, de 25 de abril de 1929 foi criada a Escola Rudimentar Mista Manoel Varela na propriedade da Usina São Francisco, no município de Ceará-Mirim.¹⁷

O decreto nº 791, de 28 de janeiro de 1935 criou a Escola Isolada no lugar Alabama, do município de Ceará-Mirim.

O decreto nº 812, de 28 de maio de 1935 criou a Escola Isolada no lugar Capim, no município de Ceará-Mirim.¹⁸

O prédio dessa escola foi construído pelo Governo do Estado em cooperação com um particular.

A escola seria provida de acordo com o art. 2 da Lei de Ensino, desde que a Intendência fornecesse, nos termos da mesma lei, o mobiliário indispensável para que pudesse funcionar.

O decreto nº 201, de 19 de setembro de 1936 transferiu a Escola Rudimentar de Várzea de Dentro para a propriedade União, em Ceará-Mirim.¹⁹

O decreto nº 267, de 24 de junho de 1937 criou escolas isoladas em diversos povoados e fazendas do Estado, dentre as quais a Escola Isolada de Várzea de Dentro, em Ceará-Mirim.²⁰

O decreto nº 278, de 14 de julho de 1937 criou diversas escolas isoladas, dentre estas a Escola Isolada de Estiva de Cima, no município de Ceará-Mirim.²¹

Pelo decreto nº 309, de 25 de setembro de 1937 foi transferida de Estiva de Cima para o núcleo São Miguel a escola isolada que ali funcionava.²²

O decreto nº 273, de 14 de julho de 1937 criou diversas escolas isoladas no interior do Estado, dentre as quais a Escola Isolada de Estivas, no município de Ceará-Mirim.²³

¹⁷ Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1929, p. 112.

¹⁸ Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1935, p. 36.

¹⁹ Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1936, p. 519.

²⁰ Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1937, p. 54.

²¹ Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1937, p. 68.

²² Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1937, p. 92.

²³ Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1937, p. 68.

Escolas particulares

Havia escolas particulares que tinham o status de Escolas Isoladas.

Havia em 1937 uma escola particular em Jacumã, do município de Ceará-Mirim, mantida pela professora Isabel de Matos, a qual foi dada pelo governo do Estado subvenção na forma do decreto nº 262, de 28 de maio de 1937.

A gênese da instrução rural

Antes da consolidação dos grupos escolares urbanos, a educação em Ceará-Mirim dependia quase exclusivamente do empenho de professores leigos e do apoio de fazendeiros e autoridades locais. As escolas isoladas funcionavam, em sua maioria, em casas cedidas por moradores ou em salões paroquiais, muitas vezes com recursos mínimos e condições precárias.

O objetivo principal dessas escolas era ensinar as primeiras letras — leitura, escrita e as quatro operações — além de noções de moral e civismo, refletindo o ideário republicano que começava a se firmar no Brasil.

As escolas rudimentares, implantadas a partir das primeiras décadas do século XX, tinham ainda estrutura mais simples.

Criadas pelo governo estadual para atender às zonas rurais mais afastadas, destinavam-se a oferecer o ensino elementar a crianças que viviam em locais sem acesso a grupos escolares ou escolas públicas regulares. Eram, portanto, a expressão mais genuína da educação popular rural.

A figura da professora

Essas escolas dependiam fortemente da figura da professora isolada, geralmente uma mulher da própria localidade, com formação básica, mas com profundo senso de missão. Eram elas que mantinham

viva a chama da educação mesmo diante da falta de material didático, carteiras, lousas e livros.

O ensino era ministrado em salas improvisadas, às vezes no alpendre de uma casa, sob árvores frondosas ou em pequenos cômodos de taipa. O quadro negro podia ser uma tábua pintada com carvão e a pena, um simples pedaço de cana ou galho afiado.

A partir da década de 1930, com o avanço das políticas educacionais do Estado Novo e do governo estadual, Ceará-Mirim começou a registrar maior presença do poder público na criação e fiscalização dessas escolas.

Relatórios da época, encontrados nos arquivos da Secretaria de Educação do Rio Grande do Norte, mostram um esforço contínuo para ampliar a rede de ensino primário e padronizar o currículo das escolas rudimentares.

Cada escola isolada tinha, em média, 15 a 30 alunos, distribuídos em diferentes idades e níveis de aprendizado. O ensino era multisseriado, o que exigia grande habilidade da professora para atender às necessidades de todos.

Os conteúdos eram transmitidos de forma oral e repetitiva, e a avaliação consistia, sobretudo, na leitura em voz alta e na caligrafia — símbolos da instrução naquela época.

Mais do que centros de ensino, as escolas isoladas representavam espaços de sociabilidade rural. Eram nelas que se realizavam pequenas festas cívicas, comemorações religiosas e encontros entre famílias. O Dia da Bandeira e o 7 de setembro eram celebrados com declamações, desfiles e cânticos patrióticos, reafirmando o papel da escola como instrumento de formação moral e nacional.

Em comunidades como Capela, Coqueiros, Gravatá, Primavera e Boa Vista, a presença de uma escola significava também o fortalecimento da identidade local. Muitas dessas escolas, ainda que humildes, serviram como embrião para os grupos escolares e unidades de ensino que seriam construídos nas décadas seguintes.

Com o passar dos anos e a modernização da rede escolar, as escolas isoladas e rudimentares foram sendo substituídas por escolas

nucleadas, que reuniam alunos de várias comunidades. Contudo, sua importância histórica permanece inquestionável.

Elas foram o berço da alfabetização de gerações de cearamirinsenses e marcaram o início da democratização do ensino no município.

Hoje, quando se recorda da trajetória educacional de Ceará-Mirim, é preciso reconhecer que a grandeza dos atuais centros de ensino nasceu da simples lousa pendurada numa parede de taipa, da voz firme de uma professora rural e do desejo de aprender de crianças que caminhavam léguas para chegar à escola.

As escolas isoladas e rudimentares de Ceará-Mirim constituíram um capítulo essencial da história da educação potiguar. Representaram o esforço coletivo de um povo que, mesmo diante das adversidades, acreditou no poder transformador da instrução.

Foram instituições pequenas em tamanho, mas imensas em significado, pois plantaram as primeiras sementes do saber no solo do Mato Grande, sementes que germinaram e florescem até hoje nas salas de aula do município.

As Escolas Isoladas e Rudimentares de Touros – A luz do saber nas veredas do Litoral Norte

Nas primeiras décadas do século XX, o município de Touros, no extremo litoral norte do Rio Grande do Norte, era composto por uma extensa área rural, marcada por povoados afastados, engenhos de cana-de-açúcar, comunidades de pescadores e pequenos agricultores.

O acesso à instrução era restrito e concentrado na sede municipal, onde poucos tinham o privilégio de frequentar as primeiras escolas públicas organizadas.

Entretanto, a vontade de aprender começou a ecoar também nas comunidades mais distantes. Foi nesse contexto que surgiram as escolas isoladas e rudimentares de Touros, simples, mas fundamentais para a formação das primeiras gerações letradas do interior do município.

Essas escolas foram a primeira presença concreta da educação pública no campo, pequenas salas de taipa ou alpendres de fazendas onde se ensinava o básico: ler, escrever e contar.

O governo estadual, na década de 1920, impulsionado pela ideia de levar instrução ao interior potiguar criou as chamadas escolas rudimentares.

Elas eram destinadas a atender regiões de difícil acesso, funcionando com apenas um professor ou professora, responsável por ensinar crianças de idades e níveis variados.

Em Touros, surgiram escolas rudimentares em comunidades como Zabelê, Cajueiro, Boqueirão, Vila Assis, São José, Punaú, e Gameleira, entre outras. Muitas funcionavam em casas cedidas por moradores, onde o professor residia e ensinava no mesmo ambiente.

Essas escolas não tinham mobiliário padronizado. As carteiras eram feitas de troncos de madeira, e o quadro negro muitas vezes era uma tábua pintada com carvão. O giz era improvisado com conchas calcificadas, e os cadernos, muitas vezes, eram substituídos por folhas de papel pardo ou pedaços de papel de embrulho.

No município de Touros as Escolas Rudimentares criadas nas décadas de 1920/30 foram as que se seguem.

O decreto nº 145, de 25 de agosto de 1921 criou a Escola Rudimentar da povoação de Caiçara, no município de Touros.²⁴

O decreto nº 152, de 19 de setembro de 1921 criou a Escola Rudimentar da povoação de Pureza, no município de Touros.²⁵

Pelo decreto nº 233, de 23 de maio e 1924 foi criada a Escola Rudimentar de Tábua, do município de Touros.²⁶

Pelo decreto nº 270 de 1925 foi recriada a Escola Rudimentar de Caiçara, no município de Touros.²⁷

O decreto nº 446, de 1930 criou a Escola Rudimentar de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo, ambos no município de Touros.²⁸

²⁴ Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1921, p. 119.

²⁵ Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1921, p. 209.

²⁶ Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1924, p. 117.

²⁷ Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1925, p. 152.

²⁸ Relatório do Governo do Rio Grande do Norte, 1930, p. 45.

O decreto nº 479, de 17 de 1930 criou a Escola Rudimentar Cana Brava, no município de Touros.²⁹

O Decreto nº 458, de 13 de janeiro de 1930 criou a Escola Rudimentar Noturna para adultos no município de Touros.³⁰

O decreto nº 583, de 27 de janeiro de 1934 transferiu a Escola Isolada Rudimentar de Cajueiro para a povoação de Perobas, ambas no município de Touros.³¹

A transferência ocorreu devido a frequência ter sido muito reduzida durante o ano de 1933 na Escola Isolada Rudimentar de Cajueiro.³²

O decreto nº 246, de 05 de fevereiro de 1937 transferiu para Cajueiro, a escola que funcionava em Carnaubinha, ambas no município de Touros.³³

Escolas particulares de Touros

Pelo decreto nº 172, de 12 de abril de 1922 foi concedido subvenção mensal de 60\$000 à escola primária noturna mantida pelo Centro Artístico da vila de Touros.³⁴

O decreto nº 527, de 22 de novembro de 1922 concedeu subvenção mensal de 60\$000 à escola particular na povoação de Maxaranguape, mantida por Germano Gregório da Silva Neto, atendendo a uma representação dos habitantes de Maxaranguape e a escola noturna pelo Artístico Operário da vila de Touros, atendendo ao que requereu o referido centro artístico e em petição informada pela respectiva intendência municipal.

O decreto nº 235, de 24 de maio de 1924 concedeu subvenção mensal de 50\$000 à escola particular na povoação de Assunção, do município de Touros.³⁵

²⁹Op. Cit., p. 46.

³⁰Relatório do Governo do Rio Grande do Norte, 1930, p. 44.

³¹Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1934, p. 28.

³²Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1935, p. 12.

³³Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1937, p. 39.

³⁴Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1922, p. 312.

³⁵Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1924, p. 4.

O decreto nº 250, de 30 de agosto de 1924 concedeu subvenção mensal de 50\$000 à escola particular mantida por José Porto na vila de Touros.³⁶

O decreto nº 232, de 23 de dezembro de 1936 concedeu subvenções a diversas escolas particulares, dentre as quais a mantida por Maria Madalena Batista, em Canto da Ilha, Adelaide Costa, em Pititinga e Alzira Amaral, em Perobas, todas no município de Touros³⁷.

A atuação das professoras

As professoras das Escolas Isoladas e Rudimentares foram as verdadeiras heroínas dessa época. Elas caminhavam léguas até as comunidades, levavam consigo livros, lousa, e o compromisso com o ensino.

Muitas vezes, ensinavam sob o som do vento vindo do mar ou à sombra de cajueiros, improvisando salas ao ar livre quando o espaço era pequeno.

Além de alfabetizar, essas professoras também ensinavam valores morais, hinos patrióticos e noções de higiene e cidadania preparando crianças do campo para um mundo em transformação.

As escolas isoladas de Touros não eram apenas espaços de aprendizado, mas também pontos de encontro da comunidade.

Muitos pais, mesmo analfabetos, viam na escola o orgulho de ter um filho que sabia escrever o próprio nome.

As aulas noturnas para adultos também começaram a surgir, fruto da iniciativa de professores e líderes locais que acreditavam que a alfabetização era o primeiro passo para o progresso social.

Herança e memória

As Escolas Isoladas e Rudimentares de Touros representaram um marco silencioso da história da educação do município. Elas nasceram em tempos de dificuldade, mas com um propósito nobre: levar o saber onde o Estado ainda não chegava plenamente.

³⁶ Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1924, p. 145.

³⁷ Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1936, p. 498.

Foram nelas que muitos filhos de pescadores, lavradores e operários tiveram o primeiro contato com as letras e com o mundo além das fronteiras do campo.

Hoje, quando se observa o desenvolvimento educacional do município, com escolas modernas e programas de inclusão digital, é justo lembrar que tudo começou nas pequenas salas de aula, nas carteiras de madeira, no giz improvisado e no esforço de mestres e mestras que fizeram da educação um ato de fé e resistência.

As Escolas Isoladas e Rudimentares de Touros foram mais que simples instituições de ensino: foram templos do saber popular.

Elas transformaram o chão de areia e barro em terreno fértil para o conhecimento, despertando em muitos o sonho de estudar e ensinar. Sem elas, a história educacional de Touros não teria o mesmo brilho — um brilho que nasceu da simplicidade e se eternizou na memória do povo.

As Escolas Isoladas e Rudimentares de Taipu – O saber que nasceu no silêncio do campo

Nas primeiras décadas do século XX, o município de Taipu, localizado na região do Mato Grande potiguar, era um território de extensas áreas rurais, povoados dispersos e forte presença da agricultura de subsistência. A população vivia do cultivo do algodão, da cana-de-açúcar e da criação de gado, em uma realidade onde o acesso à educação era limitado às famílias que residiam próximas à sede municipal.

Foi nesse cenário que surgiram as escolas isoladas e rudimentares, pequenas instituições espalhadas pelos sítios e fazendas, criadas com a missão de levar o ensino primário às zonas mais afastadas de Taipu.

Essas escolas representaram o primeiro contato de muitas crianças do campo com as letras, os números e o universo da leitura — o início da longa caminhada rumo à alfabetização popular.

O município contava desde 1919 com o Grupo Escolar Joaquim Nabuco na sede municipal e em 1927 o Grupo Escolar Capitão José da Penha, na povoação de Baixa Verde, mesmo assim, o acesso ao ensino

primário era destinado aos habitantes das zonas urbanas onde estavam instalados esses Grupos Escolares.

A Escola Isolada: o primeiro passo da educação pública rural

As Escolas Isoladas de Taipu funcionavam de maneira simples, quase sempre em casas cedidas por moradores ou em salões comunitários. O poder público estadual nomeava um professor ou professora que, sozinho, ensinava todas as disciplinas a turmas multisseriadas, alunos de idades e níveis diferentes compartilhando o mesmo espaço e o mesmo sonho de aprender.

O material era escasso: o quadro negro era uma tábua pintada de carvão; o giz, feito de conchas trituradas; e os cadernos, reaproveitados de papéis de embrulho. Ainda assim, o desejo de aprender superava qualquer limitação material.

Essas escolas, mais do que prédios, eram símbolos de esperança e esforço coletivo, a prova viva de que o saber podia brotar mesmo em solo árido.

A primeira escola rudimentar criada no município de Taipu foi a Escola Rudimentar de Baixa Verde, criada pelo decreto nº 145, de 25 de agosto de 1921.³⁸

A mesma escola foi recriada pelo decreto nº 233, de 23 de maio de 1924.³⁹

O decreto nº 170, de 18 de maio de 1922 criou a Escola Rudimentar na povoação de Pitombeiras, no município de Taipu.

O decreto nº 233, de 23 de maio de 1924 criou a Escola Rudimentar de Gameleira, no município de Taipu.⁴⁰

Essa escola seria provida nos termos do art. 70 da Lei de Ensino, podendo igualmente ser nomeado, provisoriamente, para regê-la as professoras diplomadas, as quais caberiam em tal caso, uma gratificação

³⁸ Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1921, p. 5.

³⁹ Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1924, p. 117.

⁴⁰ Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1924, p. 117.

correspondente aos vencimentos dos professores de grupos escolares de 3ª classe, ou de escolas isoladas.⁴¹

Em 1926 constavam, pois, 3 escolas rudimentares em Taipu, a de Baixa Verde, a de Pitombeira e a de Gameleira.

Pelo decreto nº 458, de 13 de janeiro de 1930 foi criada a Escola Rudimentar Noturna para adultos no município de Taipu.⁴²

O decreto nº 122, de 21 de fevereiro de 1936 transferiu a Escola Rudimentar da Pousa para o lugar Barreto, ambos do município de Taipu.⁴³

O decreto nº 246, de 05 de fevereiro de 1937 transferiu para pousa, a escola que funcionava Inhandu, no município de Taipu.⁴⁴

O decreto nº 158, de 13 de junho de 1936 transferiu a Escola Isolada da povoação de Umari para a de Pitombeira, ambas no município de Taipu.⁴⁵

O decreto nº 267, de 24 de junho de 1937 criou a Escola Isolada de Belo Horizonte, no município de Taipu.⁴⁶

O decreto nº 122, de 18 de julho de 1931 transferiu da povoação de Gameleira para a de Umari a Escola Rudimentar que funcionava naquela povoação.⁴⁷

O decreto nº 446, de 23 de março de 1933 transferiu a Escola Rudimentar de Parazinho, do município de Baixa Verde, para a povoação de Gameleira, no município de Taipu.⁴⁸

⁴¹ Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1922, p. 437.

⁴² Relatório do Governo do Rio Grande do Norte, 1930, p. 44.

⁴³ Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1936, p. 351. Barreto é atualmente a cidade de Bento Fernandes.

⁴⁴ Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1937, p. 39.

⁴⁵ Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1936, p. 394.

⁴⁶ Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1937, p. 64

⁴⁷ Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1931, p. 10.

⁴⁸ Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1933, p. 192.

Escolas particulares

O decreto nº 235, de 1924, concedeu subvenção à escola particular mantida na povoação de Assunção, do município de Taipu.⁴⁹

O decreto nº 220, de 04 de março de 1932, concedeu subvenção a escola particular localizada em Boa Vista, município de Taipu, atendendo ao que requereu a professora Francisca Gonçalves de Oliveira.⁵⁰

O decreto nº 229, de 19 de março de 1932 concedeu subvenção as escolas particulares das povoações de Inhandu, Poço Branco e Pousa, do município de Taipu, regidas pelas professoras Joana Maria de Aniceto, Ana Ferreira da Costa e Maria Teolina Câmara, respectivamente.⁵¹

O decreto nº 719, de 20 de março de 1939 concedeu subvenção a escola particular mantida por Joana Maria de Aniceto, no lugar Inhandu, no município de Taipu.⁵²

A figura das professoras

A história das escolas isoladas de Taipu é inseparável da figura das professoras rurais, mulheres que dedicaram suas vidas à educação, enfrentando longas distâncias, falta de recursos e reconhecimento limitado.

Essas professoras carregavam nas mãos o poder de mudar destinos — muitas vezes ensinando debaixo de árvores, com cadernos improvisados e, ainda assim, com um brilho nos olhos que nenhuma dificuldade apagava.

Elas representavam a alma viva do magistério popular, símbolo de um tempo em que ensinar era um ato de fé e compromisso.

A escola era o coração da comunidade — o local onde se aprendia, mas também onde se compartilhavam as alegrias e os desafios do cotidiano rural.

⁴⁹ Relatório do Governo do Rio Grande do Norte, 1924, p. 17.

⁵⁰ Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1932, p. 37.

⁵¹ Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1932, p. 146.

⁵² Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1939, p. 155.

Muitos adultos, inspirados pelos filhos, também começaram a frequentar aulas noturnas, demonstrando que o desejo de aprender ultrapassava a infância.

Essas experiências marcaram o início da alfabetização de adultos em Taipu, décadas antes da popularização dos programas oficiais.

As escolas Isoladas e Rudimentares foram o embrião da educação pública municipal no meio rural de Taipu.

Foram elas que ensinaram as primeiras gerações do campo a ler o mundo, despertando o senso de pertencimento, cidadania e esperança. Mesmo desaparecidas fisicamente, continuam presentes na história e na alma do povo taipuense.

As Escolas Isoladas e Rudimentares de Baixa Verde – A Semente da Educação no Coração do Mato Grande

No início do século XX, o território onde hoje se encontra o município de Baixa Verde — atual João Câmara e região circunvizinha — vivia uma realidade profundamente rural.

As comunidades espalhavam-se entre fazendas e pequenos povoados, ligadas por estradas de barro e caminhos de gado.

A educação, até então privilégio de poucos, começava a se espalhar lentamente pelas zonas rurais com a criação das escolas isoladas e rudimentares, fruto do esforço do governo estadual e da dedicação de professores vocacionados.

Essas escolas representavam os primeiros passos da educação pública em terras baixa-verdenses. Simples em sua estrutura, mas grandiosas em significado, elas foram o berço do saber de várias gerações.

A escola isolada: um marco de civilização

As Escolas Isoladas de Baixa Verde eram geralmente instaladas em casas cedidas por fazendeiros ou em pequenas construções erguidas pela própria comunidade.

Tinham um único professor ou professora responsável por todas as séries, atendendo alunos de diferentes idades e níveis de aprendizagem.

As aulas aconteciam em espaços improvisados, onde um banco de madeira servia para vários alunos, e um quadro pintado com carvão fazia o papel da lousa.

A escola era mais que um prédio: era o símbolo da chegada do Estado e da esperança.

Nas palavras dos antigos moradores, “onde havia escola, havia progresso”.

Entre os primeiros núcleos de ensino, destacaram-se as escolas dos sítios Assunção, Boa Vista, Santa Luzia e Parazinho, espalhadas entre os vales e serrotes da região.

Com o aumento populacional e o reconhecimento da importância do ensino, o governo do Rio Grande do Norte criou as escolas rudimentares, destinadas a localidades ainda mais afastadas da sede municipal.

Essas escolas eram, em essência, extensões do sonho educativo, levando o alfabeto às áreas mais humildes.

O município de Baixa Verde foi criado em 1928, portanto, absorveu as escolas rudimentares existentes ali quando a povoação fazia parte do município de Taipu, sendo elas a Escola Rudimentar de Baixa Verde, na sede da povoação, atual cidade de João Câmara, criada em 1921, e transformada no Grupo Escolar Capitão José da Penha em 1927 ainda no município de Taipu; a Escola Rudimentar de Assunção, existente já em 1924 e a Escola Rudimentar de Parazinho, existente já em 1933.

O decreto nº 448, de 30 de setembro de 1929 criou a Escola Rudimentar Noturna de Baixa Verde, a qual funcionaria no Grupo Escolar Capitão José da Penha e seria destinada a adultos.⁵³

O decreto nº 446, de 23 de março de 1933 transferiu a Escola Rudimentar de Parazinho, do município de Baixa Verde, para a povoação de Gameleira, no município de Taipu.⁵⁴

⁵³ Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1929, p. 155.

⁵⁴ Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1933, p. 192.

Essas são as ocorrências relativas ao município de Baixa Verde durante o período abordado no tema em apreço.

As professoras

As professoras — quase sempre mulheres — faziam de tudo: ensinavam a ler, escrever, cantar o Hino Nacional e até costurar.

Mesmo com poucos recursos, conseguiam manter viva a chama do aprendizado.

As escolas isoladas e rudimentares de Baixa Verde foram as sementes da educação naquela parte da região do Mato Grande. Nasceram humildes, mas frutificaram em sabedoria.

Cada escola isolada, cada professora e cada aluno faziam parte de um mesmo sonho: construir um futuro iluminado pelo saber, mesmo em meio às dificuldades do sertão. E foi dessa fé silenciosa que nasceu a tradição educacional que, décadas depois, continuaria a transformar o destino do povo baixa-verdense.

As Escolas Isoladas e Rudimentares formaram as primeiras gerações de alfabetizados do campo na região de Baixa Verde, abriram caminhos para a profissionalização dos professores e criaram a base do sistema educacional da região.

Cada criança alfabetizada em uma escola isolada foi um passo rumo à cidadania, e cada professora rural foi uma heroína anônima que ajudou a escrever a história da educação potiguar.

Considerações finais

As escolas isoladas e rudimentares da região do Mato Grande foram mais do que instituições de ensino: foram sementes de transformação social.

Elas foram o esforço da administração do governador Antonio de Souza na tentativa de erradicar o analfabetismo nas povoações rurais do interior do Rio Grande do Norte.

Hoje quando se fala em Educação do Campo há de se fazer memória dessas escolas isoladas e rudimentares, que tiveram sua

importância na alfabetização de crianças nas primeiras décadas do século XX.

REFERÊNCIAS

Rio Grande do Norte. **Atos Legislativos do Governo 1908**. Natal: Tipografia d'A República, 1909.

_____. **Atos Legislativos do Governo 1910**. Natal: Tipografia d'A República, 1911

_____. **Atos Legislativos do Governo 1919**. Natal: Tipografia d'A República, 1920.

_____. **Atos Legislativos do Governo 1921**. Natal: Tipografia Comercial J. Pinho & C. 1922.

_____. **Atos Legislativos do Governo 1922**. Natal: Tipografia d'A República, 1923.

_____. **Atos Legislativos do Governo 1923**. Natal: Tipografia d'A República, 1924.

_____. **Atos Legislativos do Governo 1910**. Natal: Tipografia d'A República.

_____. **Atos Legislativos do Governo 1925**. Natal: Tipografia d'A República.

_____. **Atos Legislativos do Governo 1929**. Natal: Imprensa Oficial, 1930.

_____. **Atos Legislativos do Governo 1936**. Natal: Imprensa Oficial, 1937.

_____. **Atos Legislativos do Governo 1937**. Natal: Imprensa Oficial, 1938.

Rio Grande do Norte. **Decretos do Governo 1931** (janeiro a junho). Natal: Imprensa Oficial.

_____. **Decretos do Governo 1932** (janeiro a junho). Natal: Imprensa Oficial.

_____. **Decretos do Governo 1933** (janeiro a junho). Natal: Imprensa Oficial.

_____, **Decretos do Governo 1934** (janeiro a junho). Natal: Imprensa Oficial, 1934.

_____, **Decretos do Governo 1935**. Natal: Imprensa Oficial, 1935.

_____, **Decretos do Governo 1939**. Natal: Imprensa Oficial, 1940.

Rio Grande do Norte. **Mensagem lida perante o Congresso Legislativo da Terceira Sessão da Undécima Legislatura em 1º de novembro de 1923 pelo Governador Antonio José de Mello e Souza**. Natal: Tipografia d'A República.

_____, **Mensagem Lida perante o Congresso Legislativo na Abertura da Primeira Sessão da 12ª Legislatura em 1º de novembro de 1924 pelo Governador José Augusto Bezerra de Medeiros**. Natal: Tipografia d'A Republica, 1924.

_____, **Mensagem Apresentada pelo Presidente Juvenal Lamartine de Faria a Assembleia Legislativa por Ocasião da Abertura da 1ª Sessão da 14ª Legislatura**. Natal: Imprensa Oficial, 1930.

Rio Grande do Norte. **Pedagogium. Revista Oficial da Associação de Professores**. Natal: Empresa Tipográfica Natalense LTD, 1921.

_____. **Pedagogium. Revista Oficial da Associação de Professores**. Natal: Empresa Tipográfica Natalense LTD, 1922.

_____. **Pedagogium. Revista Oficial da Associação de Professores. Ano 1. Nº 1. Jul 1921**. Natal: Empresa Tipográfica Natalense LTD, 1921.

CAPÍTULO 4

MATO GRANDE POTIGUAR: ASPECTOS GEOGRÁFICOS, AMBIENTAIS E ENERGÉTICOS DE UMA REGIÃO EM TRANSFORMAÇÃO

Aldo Jefferson Modesto da Silva

1. INTRODUÇÃO

A Região do Mato Grande, localizada no litoral e agreste setentrional do Rio Grande do Norte, apresenta uma configuração territorial marcada por contrastes ambientais, sociais e econômicos que a tornam um espaço singular no contexto potiguar. Historicamente vinculada a atividades como a agricultura familiar, a pesca artesanal e, mais recentemente, o turismo e a geração de energia eólica, a região revela dinâmicas espaciais que expressam tanto permanências quanto profundas transformações no uso e na apropriação do território.

Do ponto de vista geográfico, o Mato Grande constitui-se como uma região de transição, na qual se articulam elementos do litoral nordestino, áreas de tabuleiros costeiros e setores do agreste semiárido. Essa diversidade física influencia diretamente os modos de vida da população local, as atividades econômicas predominantes e as formas de ocupação do espaço, evidenciando a estreita relação entre natureza e sociedade na produção do espaço regional.

Mato Grande. Embora frequentemente associada a discursos de sustentabilidade e desenvolvimento regional, a expansão do setor eólico

também traz debates acerca dos impactos socioambientais, da vulnerabilidade social e da redistribuição desigual dos benefícios econômicos gerados por essa atividade.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo apresentar uma leitura geográfica descritiva da Região do Mato Grande, destacando seus principais aspectos físicos, ambientais e socioeconômicos, com ênfase nas transformações recentes relacionadas à energia eólica. Busca-se, assim, contribuir para a compreensão do território mato-grandense enquanto espaço vivido, marcado por desafios históricos e por novas dinâmicas que reconfiguram suas relações sociais, econômicas e ambientais.

2. A REGIÃO DO MATO GRANDE NO CONTEXTO DO RIO GRANDE DO NORTE: O PAPEL DE JOÃO CÂMARA

O Estado do Rio Grande do Norte ocupa uma área de aproximadamente 53.000 km². Geograficamente, situa-se na porção nordeste do Brasil, em uma posição estratégica conhecida como "esquina do Brasil", sendo o ponto do continente americano mais próximo da Europa e da África. Seu relevo é predominantemente composto por superfícies sedimentares planas e de baixas altitudes, inseridas majoritariamente em um contexto de clima semiárido. Historicamente marcado pelos ciclos econômicos do gado, algodão e sal, o estado consolidou-se no período contemporâneo como o líder nacional na geração de energia eólica.

Segundo Silva e Azevedo (2024), a Região do Mato Grande (ou Território da Cidadania Mato Grande) situa-se na porção nordeste do Estado do Rio Grande do Norte, abrangendo uma área de aproximadamente 5.170,78 km², o que representa cerca de 9,79% da superfície total do Estado. Este recorte territorial é composto por 15 municípios: Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará-Mirim, Jandaíra, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros.

A formação do Mato Grande está intimamente ligada ao avanço da infraestrutura e aos ciclos produtivos que moldaram o Rio Grande do Norte. Santos e Silveira (1994), apontam que é preciso compreender o processo formativo das coisas, pois a análise do presente somente a partir dele próprio, pode dificultar o pleno entendimento dos processos e as formas de constituição dos territórios. O município de João Câmara, polo central da região, teve sua origem vinculada à construção da Estrada de Ferro Central, inaugurada em 1910. Historicamente, a economia regional foi impulsionada por circuitos espaciais de produção que definiram sua identidade territorial, notadamente o algodão e o sisal.

"O sisal ou agave sisalana (família Asparagaceae) é uma planta que teve sua origem no México, na Península de Yukatan [...] e é a partir do desfibramento de suas folhas que se é produzida uma das fibras naturais mais importantes para o Brasil em termos de produção" (Cavalcante; Almeida, 2019).

Durante as décadas de 1920 e 1930, João Câmara consolidou-se como um centro de beneficiamento e escoamento de algodão, atraindo grandes corporações internacionais como a Sambra e a Machine Cotton. Posteriormente, a região viu a ascensão da cultura do sisal, liderada pela Companhia Industrial de Fibras S/A (SISAF), que dominou a produção até meados da década de 1980. Outro pilar histórico é a pecuária bovina, que, embora marcada pela fragilidade diante das secas, foi fundamental para a ocupação dos sertões e para o abastecimento das áreas açucareiras vizinhas.

Em termos demográficos, a região contava com uma população de aproximadamente 237.957 habitantes em 2022, e uma perspectiva de crescimento para 2025 segundo o IBGE (2025) de aproximadamente 243.373 habitantes. A distribuição populacional é marcada pela predominância rural em vários municípios, onde os moradores dependem da agricultura familiar e de programas estatais de transferência de renda do Governo Federal.

Na hierarquia urbana estadual, João Câmara destaca-se como um Centro de Zona A, exercendo influência comercial e de serviços sobre os

municípios vizinhos, como Jandaíra, Parazinho e Poço Branco. Ceará-Mirim e Touros também configuram como polos importantes, representando, junto com João Câmara, cerca de 64% de toda a população territorial da região. O fluxo constante de pessoas para esses centros evidencia a centralização de serviços e a busca por melhores oportunidades frente à estagnação econômica de pequenos distritos

A integração do Mato Grande com o restante do Rio Grande do Norte e com a capital, Natal, é facilitada por importantes eixos rodoviários pavimentados. A BR-406 liga Natal a Macau, atravessando o coração da região; a BR-101 conecta o litoral potiguar ao sul do país; e a BR-304 alcança a capital cearense, Fortaleza.

Apesar dessa conectividade logística, a infraestrutura básica ainda enfrenta desafios significativos. O acesso à água potável no meio rural é garantido em grande parte por cisternas, fruto de programas governamentais para mitigação dos efeitos da seca no semiárido. Além disso, a região abriga unidades de conservação relevantes, como a Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais (APA dos Corais), que protege ecossistemas costeiros em Maxaranguape, Rio do Fogo e Touros.

Atualmente, a região não é apenas uma fronteira agrícola, mas o principal expoente técnico-produtivo da energia eólica no Brasil. O Mato Grande concentra mais de 50% dos parques eólicos em operação comercial no Rio Grande do Norte, com destaque absoluto para João Câmara e Parazinho. Segundo a ANEEL (2023) em setembro de 2023, a região concentrava 51,14% dos parques eólicos em operação comercial no estado.

Essa nova funcionalidade territorial transformou a paisagem regional em uma "tecnosfera" de aerogeradores e linhas de transmissão, inserindo o Mato Grande na lógica do capital globalizado. A expansão eólica reafirma a concretização de uma artificialização do meio ambiente (Traldi, 2014; Araújo, 2019), denominado por Santos (2013) de tecnosfera, colocando a técnica como elemento de construção e reconstrução de fixos, fluxos e formas-conteúdo. (Silva, 2022, p. 62).

No entanto, para Aquino (2016) essa modernidade técnica convive com o paradoxo de possuir o menor Índice de Desenvolvimento

Humano (IDH) do estado (média de 0,61), o que reforça a necessidade de compreender a região não apenas como um "recurso" para o Sistema Interligado Nacional, mas como um "abrigo" para sua população.

3. ASPECTOS FÍSICOS DA GEOGRAFIA DO MATO GRANDE

A Região do Mato Grande, abrange um total de 15 municípios do Rio Grande Norte. Geograficamente o regime climático da região é marcado pela transição entre o Tropical Chuvoso, presente na faixa litorânea com chuvas adiantadas para o outono, e o Semiárido Quente, que predomina no interior. A precipitação média anual varia entre 400 mm nas áreas mais secas a até 1.400 mm nos municípios costeiros. Essa escassez e irregularidade pluviométrica histórica constitui um fator limitante para o desenvolvimento econômico tradicional e para a acumulação de água superficial.

Contudo, o recurso climatológico que hoje define a região é o vento. Influenciado pelos ventos alísios constantes vindos da África, o Mato Grande apresenta velocidades médias anuais entre 8,0 e 9,5 m/s a 50 metros de altura. Essa constância transformou o vento em uma mercadoria valiosa, tornando a região o principal expoente técnico-produtivo eólico do estado, concentrando cerca de 59,25% da produção eólica potiguar.

O relevo é predominantemente plano com pequenas altitudes, caracterizando-se morfologicamente como uma cuesta (formas de colinas com um declive não simétrico). O *front* da cuesta é sustentado por rochas carbonáticas da Formação Jandaíra, apresentando um relevo tipicamente cárstico. A dissolução química do calcário pela água da chuva gera feições específicas no subsolo e na superfície, como dolinas, sumidouros e cavernas.

A região possui ainda uma notória vulnerabilidade sísmica, situada na borda da Bacia Potiguar, a área de maior atividade sísmica do Brasil. Destaca-se a Falha Samambaia, uma zona ativa com mais de 40 km de extensão que corta municípios como João Câmara e Poço Branco, onde

já foram registrados eventos de magnitude superior a 5.0 na escala Richter.

A pedologia do Mato Grande revela três classes principais de solos:

- Neossolos (Areias Quartzosas): Solos excessivamente drenados, profundos e muito arenosos, com baixa capacidade de retenção de nutrientes e alta suscetibilidade à erosão;
- Argissolos (Podzólicos Vermelho-Amarelo): Caracterizados pelo acúmulo de argila em profundidade, desenvolvidos sobre o Grupo Barreiras ou rochas cristalinas;
- Latossolos (Amarelo Distrófico): Solos em estágio avançado de intemperismo, geralmente ácidos e com baixa saturação por bases, comuns em zonas de transição. Além desses, destaca-se a extração de calcário sedimentar, utilizado para a produção de cal na construção civil, embora muitas vezes realizada de forma precária.

A hidrografia superficial é composta por rios predominantemente intermitentes, que secam em períodos de estiagem. A região compreende as bacias dos rios Ceará-Mirim, Maxaranguape, Punaú, Doce e Boqueirão. Destacam-se a Barragem de Poço Branco, com capacidade de 136 milhões de m³, e a Fonte de Pureza, uma ressurgência hídrica que é a principal fonte de água do estado.

A maior riqueza hídrica, entretanto, está nos aquíferos subterrâneos:

- Aquífero Jandaíra: Sistema fissural-cárstico onde a água circula em fendas. Embora abundante, pode apresentar salinidade elevada;
- Aquífero Açú: Sistema granular-poroso situado abaixo do Jandaíra, com poços que podem alcançar vazões de até 200 m³/h.

O Mato Grande é uma zona de transição (ecótono), ou seja, é uma Zona de transição, correspondente a áreas de contato entre diferentes ecossistemas, caracterizadas pela sobreposição de atributos ambientais

e pela elevada complexidade ecológica, o que as torna espaços de grande biodiversidade e, simultaneamente, de elevada vulnerabilidade ambiental. Espaço híbrido, dinâmico e sensível entre os biomas Caatinga e Mata Atlântica. A Caatinga predomina no interior com tipologias arbustiva e arbórea densa, enquanto o litoral abriga manguezais e resquícios de mata atlântica protegidos. Espécies como o ipê, a craibeira, a carnaúba e a jurema preta são símbolos da flora regional. Nas áreas costeiras, destaca-se a Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais (APA dos Corais), que protege ecossistemas marinhos em municípios como Maxaranguape, Touros e Rio do Fogo.

O Mato Grande constitui-se como um território de transição ecológica singular, onde se articulam ecossistemas do litoral nordestino, tabuleiros costeiros e biomas do semiárido. Esta diversidade abriga matas ciliares, áreas de preservação e uma rica fauna e flora que convivem com um patrimônio paleontológico, arqueológico e espeleológico (cavernas e grutas) de grande valor científico.

O Território Mato Grande apresenta riquezas naturais e da diversificação de seus ecossistemas, das matas ciliares, das áreas de preservação e proteção ambiental, da sua flora e fauna, das riquezas e belezas das praias nos municípios litorâneos e dos biomas do seu interior. Além da riqueza dos ecossistemas existentes, ressalta-se também o valioso patrimônio paleontológico, arqueológico e espeleológico existente no Território, os quais têm um papel fundamental para o desenvolvimento. As grutas e cavernas representam outros patrimônios localizados nos municípios do Território; as matas e cachoeiras; os sítios arqueológicos e paleontológicos existentes são memórias de um passado remoto, que reforça o grande potencial cultural e científico. (Bezerra; Santos; Nascimento, 2015, p. 6-7).

Historicamente, o solo do Mato Grande foi suporte para a pecuária e as culturas do algodão e do sisal. Atualmente, a ocupação é marcada por uma forte concentração fundiária: embora 45% dos imóveis rurais possuam até 10 hectares, os grandes estabelecimentos (acima de 200 hectares) ocupam mais de 52,6% da área total do território. Nas últimas décadas, a paisagem rural foi profundamente alterada pela inserção de

uma "tecnosfera" eólica. Silva e Azevedo (2024) e Araújo (2019) diz que a expansão eólica no Rio Grande do Norte constitui uma atividade produtiva que impõe uma crescente artificialização do meio ambiente e a materialização da lógica de produção capitalista nos municípios.

O solo, antes destinado quase exclusivamente à agricultura de subsistência e reforma agrária, passou a ser utilizado como recurso corporativo por grandes empresas nacionais e internacionais para a instalação de aerogeradores e linhas de transmissão. Santos e Siveira (2012) apontam que enquanto o setor eólico utiliza o território como recurso (visando lucro e racionalidades externas), as comunidades tradicionais o veem como abrigo (espaço de vida, subjetividade e sobrevivência). Essa transformação gera um embate entre a "nova ruralidade" (focada no agronegócio e energia) e a agricultura familiar tradicional, muitas vezes sufocando os modos de vida locais.

A região enfrenta a escassez e irregularidade das chuvas como um fator limitante histórico. A rede hidrográfica superficial compreende bacias importantes como as dos rios Ceará-Mirim, Maxaranguape e Punaú. O rio Ceará-Mirim é o principal componente hídrico, enquanto a Fonte de Pureza e a Lagoa do Boqueirão representam ativos vitais para o abastecimento estadual. No subsolo, destacam-se os aquíferos Jandaíra (cárstico) e Açu (granular). Rocha (2016), o aquífero Jandaíra, que abrange 63% da região, apresenta alta vulnerabilidade à poluição devido à sua natureza fissural, que permite a rápida penetração de contaminantes no fluxo subterrâneo. Silva (2018) estudos indicam que a água armazenada em cisternas em municípios como Pureza, Taipu e Poço Branco apresenta contaminação por *Escherichia coli*, frequentemente causada pela falta de limpeza nos telhados e calhas de captação e pelo manuseio inadequado da água.

A expansão acelerada dos parques eólicos é a principal pressão ambiental contemporânea, resultando em:

- Supressão de vegetação nativa e degradação do solo para abertura de acessos e instalação de torres.
- Impacto sonoro e visual, além de alterações nas rotas migratórias da fauna (aves e morcegos).

- Artificialização do meio ambiente, onde o território deixa de ser "abrigo" para as comunidades e passa a ser visto apenas como suporte técnico para o capital. Silva (2022) O processo de instalação das torres e acessos é identificado como o momento de maior impacto físico no solo e na cobertura vegetal. Além do setor elétrico, a extração precária de calcário para a produção de cal e a expansão de áreas urbanizadas sem planejamento exercem pressões constantes sobre os ecossistemas locais.

Apesar das pressões existentes, o Mato Grande apresenta potencialidades naturais expressivas. A constância e intensidade dos ventos, com médias anuais entre 8,0 e 9,5 m/s, consolidam a região como um dos principais polos de geração de energia eólica do Brasil (ABEEÓLICA, 2021).

No litoral, destaca-se a Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais, que abrange aproximadamente 18 mil hectares nos municípios de Maxaranguape, Rio do Fogo e Touros, desempenhando papel fundamental na preservação dos ecossistemas marinhos e costeiros. Soma-se a isso o potencial para o turismo ecológico e de aventura, como o kitesurf e o windsurf, impulsionados pelos ventos alísios, além de roteiros históricos associados aos antigos engenhos da região.

A diversidade de espécies vegetais poliníferas também favorece o desenvolvimento da apicultura, que se consolida como alternativa econômica sustentável para o meio rural, articulando conservação ambiental e geração de renda.

O Território conta com grande potencial de plantas poliníferas, principalmente as palmáceas (coqueiro) que cobrem uma faixa que vai de Ceará Mirim a São Miguel do Gostoso com capacidade de produzir pólen desde que sejam capacitados para o manejo do pólen. (Bezerra; Santos; Nascimento, 2015, p. 15).

O principal desafio do planejamento territorial no Mato Grande reside na necessidade de conciliar a modernização tecnológica, impulsionada pela geração de energia eólica, com o fortalecimento dos ativos sociais das comunidades locais. O território tem sido gerido por racionalidades

externas que priorizam a exportação de energia, enquanto a população local sofre com carências básicas de saneamento e acesso à água de qualidade. Para um planejamento eficaz, é urgente:

- Implementar políticas de educação ambiental focadas no manejo de cisternas e proteção de aquíferos. Para Silva (2018) o relatório de vários pesquisadores foca especificamente no diagnóstico da qualidade da água das cisternas no Mato Grande. Eles afirmam explicitamente que é "impreterivelmente necessário um investimento em políticas de educação ambiental" para prevenir a contaminação da água e proteger os reservatórios. Além disso, destacam a necessidade de orientação técnica para evitar que resíduos animais e sujeira nos telhados comprometam a saúde pública.
- Fortalecer o controle social e a gestão participativa através de consórcios intermunicipais e colegiados territoriais. Para Moura (2012), a criação de colegiados como instâncias de articulação institucional é vital para o direcionamento de ações governamentais, permitindo que a gestão do território ocorra de maneira participativa e evite a exclusão de setores sociais que historicamente não tinham acesso aos processos de decisão política.
- Integrar a riqueza gerada pelos recursos naturais (vento e solo) a investimentos reais em infraestrutura e ativos de renda e trabalho para os habitantes locais, evitando que a região seja apenas um "corredor de exportação" de energia limpa em meio à pobreza. Silva (2022) e Azevedo (2024) defendem que as empresas e o Estado devem elaborar projetos direcionados ao "beneficiamento socioeconômico dos sujeitos próximos aos empreendimentos", para evitar que o território seja usado apenas como "recurso" para racionalidades externas (o lucro corporativo) enquanto a população continua dependente de auxílios estatais.

Nesse sentido, torna-se urgente a adoção de estratégias que integrem desenvolvimento econômico e justiça socioambiental. Isso inclui a implementação de políticas de educação ambiental, o fortalecimento da gestão participativa por meio de consórcios e colegiados territoriais, e a reinversão da riqueza gerada pelos recursos naturais em infraestrutura e melhoria das condições de vida da população. Caso contrário, corre-se o risco de o Mato Grande consolidar-se apenas como um corredor de exportação de energia limpa, marcado por profundas desigualdades socioespaciais.

4. ENERGIA EÓLICA NO MATO GRANDE: TERRITÓRIO, IMPACTOS E CONTRADIÇÕES

A inserção da atividade eólica no Rio Grande do Norte, especialmente na região do Mato Grande, não pode ser lida apenas como uma expansão técnica de matriz limpa. Trata-se de um processo de reestruturação produtiva que materializa a lógica do capital mundializado sobre um território historicamente marcado por desigualdades socioespaciais. Existe uma dualidade latente entre o discurso corporativo de progresso e a realidade concreta das comunidades, onde a técnica avançada coexiste com a pobreza estrutural.

No Rio Grande do Norte, a geração eólica é uma atividade produtiva com usos territoriais corporativos e constituídos mediante racionalidade externas aos lugares onde são fixadas às estruturas de geração de energia eólica (aerogeradores, linhas de transmissão e subestações de energia). Essa conjuntura territorial determina maior artificialização do meio ambiente e materialização da lógica de produção capitalista nos municípios potiguares. (Silva; Azevedo, 2024, p. 3).

A transformação do Mato Grande em polo eólico fundamenta-se na apropriação mercantil do "commodity vento". O recurso natural é capturado por racionalidades externas que veem o território exclusivamente como recurso para a extração de mais-valia.

Enquanto as empresas celebram o "excepcional potencial natural", a realidade do morador local é de exposição a riscos sociais e insuficiência de ativos básicos. A ampla disponibilidade de terras,

facilitada por uma estrutura fundiária concentrada, permite que grandes estabelecimentos ocupem mais terras tornando um palco para o uso corporativo que ignora as necessidades de subsistência das populações tradicionais.

A geração eólica na região do Mato Grande segue os moldes territoriais do setor eólico nacional e internacional, no qual transforma o território em palco para o uso da terra e do vento como matéria-prima para a mais valia. O vento torna-se nessa região em mercadoria passível de negociação e variável essencial para o suprimento das constantes necessidades da sociedade. (Silva, 2022, p. 20).

O discurso das empresas de energia eólica pauta-se na promessa de melhoria da renda familiar e oferta de empregos, porém, os dados empíricos revelam que essa promoção não ocorre na prática. A maioria dos postos de trabalho gerados é temporária e restrita à fase de construção, com baixa absorção da mão de obra local devido às exigências de qualificação técnica que a população, com baixos índices de escolaridade, não possui.

Verifica-se uma contradição profunda: enquanto a região concentra cerca de 59,25% da produção eólica estadual, a população permanece dependente de programas de transferência de renda como o Bolsa Família e de aposentadorias rurais. A atividade eólica exerce baixa influência na redução da vulnerabilidade local, mantendo os ativos de renda e trabalho como as principais demandas não atendidas dos moradores.

A materialização da "tecnosfera" eólica impõe uma crescente artificialização do meio ambiente. A supressão da vegetação nativa e a degradação do solo para abertura de acessos fragmentam o habitat da fauna e alteram o cotidiano sensorial das comunidades.

Para o morador, a "energia limpa" prometida pelas empresas traduz-se em poluição sonora e impacto visual, alterando a percepção estética e o valor subjetivo do lugar. Um estudo realizado pela Fiocruz Pernambuco, em conjunto com Universidade de Pernambuco (UPE), investiga os efeitos do funcionamento de parques eólicos sobre a saúde de moradores em áreas rurais do estado. A chamada "síndrome da

turbina” tem sido associada a sintomas como insônia, irritabilidade, dores de cabeça e ansiedade, provocados pelo ruído constante e pelos infrassons emitidos pelo funcionamento das torres eólicas.

A partir dos geradores, originam-se diversos ruídos, que podem causar incômodos e mudanças na qualidade de vida das pessoas, afetando a concentração, a comunicação e o sono, além de danificar as atividades do aparelho auditivo e prejudicar a atividade física, fisiológica e mental do indivíduo que é exposto a eles (Maciel *et al.*, 2024, p. 2).

O território, também é percebido como abrigo e espaço de solidariedade orgânica, passa a ser configurado como um suporte técnico alienante, onde o bem-estar social é um elemento marginal frente à eficiência energética exigida pelo mercado global.

O Território Mato Grande apresenta riquezas naturais e da diversificação de seus ecossistemas, das matas ciliares, das áreas de preservação e proteção ambiental, da sua flora e fauna, das riquezas e belezas das praias nos municípios litorâneos e dos biomas do seu interior. Além da riqueza dos ecossistemas existentes, ressalta-se também o valioso patrimônio paleontológico, arqueológico e espeleológico existente no Território. (Bezerra; Santos; Nascimento, 2015, p. 6-7). Desse modo, percebe-se a relevância do território do Mato Grande.

5. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO MATO GRANDE

A região do Mato Grande, embora estratégica e dotada de vastos recursos naturais, é caracterizada como um território economicamente retraído, com baixa densidade empresarial e inexpressivo dinamismo socioeconômico. O desenvolvimento da atividade eólica inseriu um volume expressivo de capital e técnicas avançadas, porém, essa modernização ocorre de forma alheia ao contexto social, mantendo a região com indicadores de vulnerabilidade preocupantes.

Em 2022, a população total da região era de 237.957 habitantes, distribuídos por 15 municípios. A distribuição demográfica é desigual, com forte concentração nos três principais polos: Ceará-Mirim (que detém 33% da população regional), João Câmara e Touros, que juntos

representam cerca de 64% do contingente populacional total. Historicamente, a região apresenta um equilíbrio entre as zonas urbana e rural, mas a falta de oportunidades locais tem impulsionado a migração de trabalhadores para a região metropolitana de Natal.

Para Bezerra, Santos e Nascimento (2015) a escolaridade no Mato Grande é considerada muito baixa, com altos índices de analfabetismo e de pessoas com ensino fundamental incompleto. Segundo Silva e Azevedo (2024) dados de campo revelam que cerca de 23,33% dos moradores entrevistados são analfabetos e 33,33% possuem apenas o ensino fundamental incompleto. Silva, 2022 essa fragilidade no capital humano dificulta a inserção da população local no mercado de trabalho técnico das empresas eólicas, que exigem qualificações não encontradas na região.

Com o objetivo de atender às demandas de formação profissional e técnica da região do Mato Grande, destacam-se os investimentos realizados pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Nesse contexto, o Campus João Câmara, inaugurado em 2009, assume papel estratégico ao ofertar cursos voltados à qualificação de mão de obra, especialmente para o setor de energias renováveis, com ênfase na área de eletrotécnica, contribuindo diretamente para o fortalecimento da cadeia produtiva da energia eólica na região.

Além do curso de Eletrotécnica, o referido campus disponibiliza cursos Técnicos de Nível Médio em Administração, Informática e Eletrotécnica, nas modalidades Integrado e Subsequente, bem como cursos superiores de Licenciatura em Física, Licenciatura em Geografia e Tecnologia em Energias Renováveis. No âmbito da pós-graduação lato sensu, são ofertados cursos de especialização voltados, sobretudo, à formação docente, como a Especialização em Educação Ambiental e Geografia do Semiárido e a Especialização em Ensino de Ciências.

Em 2013, foi inaugurado o Campus Ceará-Mirim, cuja atuação concentra-se nos eixos tecnológicos de Informação e Comunicação e de Ambiente e Saúde. Nesse campus, são ofertados cursos alinhados às demandas contemporâneas do mercado, como Programação de Jogos Digitais e Equipamentos Biomédicos, além de cursos técnicos já

consolidados no âmbito do IFRN, a exemplo dos cursos Técnicos em Informática e em Manutenção e Suporte em Informática.

Outro investimento relevante para a formação profissional na região refere-se aos Centros Estaduais de Educação Profissional (CEEP), inaugurados em 2017 no município de Ceará-Mirim. Vinculada ao Governo do Estado, a instituição oferta cursos técnicos em áreas estratégicas, como Administração e Sistemas de Energia Renovável, ampliando as oportunidades de qualificação para jovens e adultos.

Mais recentemente, em 2024, o IFRN anunciou a implantação de um novo campus no município de Touros, reforçando o compromisso com a interiorização do ensino técnico e superior e com a inserção de jovens qualificados no mercado de trabalho regional. Embora o campus ainda esteja em fase de implantação, sua criação representa mais um avanço na consolidação do Mato Grande como um território de formação profissional diversificada, não restrita exclusivamente ao setor eólico, mas voltada ao desenvolvimento de múltiplas áreas estratégicas para a região.

A estrutura econômica da região é marcada por uma forte concentração fundiária, caracterizada pela predominância de grandes propriedades rurais em detrimento de pequenos estabelecimentos. No que se refere à renda e às relações de trabalho, observam-se desafios estruturais que impactam as condições socioeconômicas da população local. Quanto a renda e o trabalho:

- A renda mensal familiar da maioria dos moradores oscila entre \$ 6.000,00, segundo Silva (2022);
- Existe uma dependência crítica de programas de transferência de renda (Bolsa Família) e de aposentadorias rurais, são de pesquisas realizadas por Silva e Azevedo (2024);
- Embora a energia eólica gere um impacto bilionário, a oferta de empregos para os locais é temporária e restrita à fase de construção. Na fase de operação, a absorção da mão de obra local é insignificante.

O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) médio da região é de 0,576, considerado baixo, este dado exato consta no relatório do SEBRAE/RN (2015). Isso reflete a insuficiência de ativos básicos e a exposição a riscos sociais, onde a riqueza gerada pelos ventos não se traduz em melhoria da qualidade de vida para o habitante local, segundo Silva (2022).

Em conclusão, a análise da dinâmica territorial no Mato Grande revela que a expansão eólica, embora fundamentada em um discurso de sustentabilidade, consolida-se como uma "tecnosfera" invasora e alheia às necessidades das comunidades locais. Ao transformar o vento e o solo em recursos corporativos para a extração de mais-valia, o setor distancia-se da função do território como "abrigo" e espaço de vida, impondo sucessões técnicas que ignoram as realidades socioeconômicas preexistentes. A exclusão técnica torna-se um dos maiores entraves ao desenvolvimento local, visto que o alto grau de qualificação exigido pelas empresas contrasta com a baixa escolaridade regional, tornando a absorção da mão de obra nativa insignificante e mantendo o ciclo de dependência de auxílios governamentais.

Ademais, os impactos sensoriais e a perda da autonomia sobre a terra, através de arrendamentos sigilosos e restritivos, aprofundam a vulnerabilidade social e geram um sentimento de frustração diante das promessas não concretizadas de progresso. Portanto, para que a geração eólica no Mato Grande deixe de ser um fenômeno de artificialização do meio ambiente e se torne um vetor de transformação real, é imperativo que o Estado e as empresas articulem investimentos que fortaleçam as cadeias produtivas locais e as atividades de subsistência, como a agricultura familiar, garantindo que a riqueza capturada pelos ventos não se traduza apenas em novas formas de segregação e pobreza.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da Região do Mato Grande revela um território marcado por uma singular transição geográfica e ambiental, onde a herança dos ciclos do algodão e do sisal deu lugar a uma modernização tecnológica sem precedentes, impulsionada pela geração de energia eólica. O estudo demonstra que, embora a região tenha se consolidado como o principal expoente técnico-produtivo desse setor no Brasil, aproveitando a constância dos ventos alísios, essa inserção na lógica do capital globalizado ocorre de forma profundamente contraditória.

O principal achado deste trabalho é o paradoxo entre o avanço técnico e a estagnação social. Enquanto o Mato Grande concentra cerca de 59% da produção eólica do Rio Grande do Norte, ele mantém o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio do estado (0,576), com mais de 50% de sua população vivendo em condições de pobreza. Essa disparidade evidencia que a riqueza gerada pela exploração do "commodity vento" não tem se traduzido em melhorias reais na qualidade de vida dos habitantes locais, que permanecem dependentes de programas de transferência de renda e aposentadorias rurais.

A pesquisa aponta que a transformação do território em uma "tecnosfera" eólica impõe uma crescente artificialização do meio ambiente e a fragmentação de ecossistemas frágeis, como a Caatinga e as áreas de proteção costeira. Além disso, a lógica corporativa utiliza o território predominantemente como "recurso" para o lucro, em detrimento de sua função como "abrigo" para as comunidades tradicionais. Essa dinâmica é agravada pela exclusão técnica: o baixo nível de escolaridade da população local impede a absorção da mão de obra nativa nos postos de trabalho qualificados do setor eólico, restringindo a participação da comunidade a empregos temporários na fase de construção.

Outro ponto crítico identificado é a vulnerabilidade hídrica. Apesar da modernidade dos aerogeradores, a população rural ainda enfrenta carências básicas, como o consumo de água contaminada por

Escherichia coli em cisternas precárias, refletindo a falta de investimentos em saneamento e educação ambiental.

Portanto, conclui-se que para o Mato Grande superar a condição de mero "corredor de exportação" de energia limpa, é imperativo que o Estado e as empresas articulem políticas públicas que integrem a riqueza dos recursos naturais ao desenvolvimento social. Isso demanda o fortalecimento da gestão participativa, investimentos em infraestrutura básica e a valorização de potencialidades locais, como a agricultura familiar e a apicultura. Somente através de uma justiça socioambiental será possível garantir que a modernização tecnológica não sufoque os modos de vida tradicionais e que o vento, recurso tão abundante na região, sobre também em direção à dignidade e ao bem-estar de seu povo.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Odilon A. Camargo do; SILVA, Fabiano de Jesus Lima da; RIOS FILHO, Luiz Gonzaga. **Potencial Eólico do Estado do Rio Grande do Norte**. [S. l.]: COSERN/IBENBRASIL, 2003.

AQUINO, Maria Elizabete Sobral Paiva de. **Em cada canto, um conto, uma canção: o velho, a tradição oral e a educação no Mato Grande/RN**. Natal: Editora do IFRN, 2016.

BEZERRA, Gildson Souza; SANTOS, Maézia Teodora da Silva; NASCIMENTO, Arlindo do (Orgs.). **Desenvolvimento Econômico Territorial Mato Grande**. Mossoró, RN: SEBRAE/RN, 2015.

CAVALCANTE, Gustavo Teotônio de Oliveira; ALMEIDA, Hermes Alves de. **Características e aplicações sustentáveis do sisal e de seus derivados**. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE, 2019. Anais [...]. Paraíba: CONIMAS, 2019.

MACIEL, Nadine Gabryella Pontes *et al.* Processos de vulnerabilização de empreendimentos eólicos em comunidade camponesa no Agreste

Meridional de Pernambuco. **Saúde em Debate**, [s. l.], v. 48, n. esp. 1, 2024. DOI: 10.1590/2358-28982024E18570P.

MOURA, Joana Tereza Vaz de. **A representação política dos movimentos sociais – um estudo no Colegiado Territorial do Mato Grande (RN)**. [S. l.: s. n.], 2012. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/22971/14387>>. Acesso em 27 de janeiro de 2026.

SILVA, Rafael Aguiar da. **Geração Eólico-elétrica e Vulnerabilidade Social na Região Mato Grande, Rio Grande do Norte**. 2022. 150f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2022.

BEZERRA, Gildson Souza; SANTOS, Maézia Teodora da Silva; NASCIMENTO, Arlindo do (Orgs.). **Desenvolvimento Econômico Territorial Mato Grande**. Mossoró, RN: SEBRAE/RN, 2015.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). **Atlas eólico e solar do Estado do Rio Grande do Norte** [multimeios]. Natal: ISI-ER, 2022. 212.

ROCHA, Maynara Eloíse da Silva. **Considerações sobre o uso de novas variáveis no IQR em terrenos cársticos da região do Mato Grande/RN**. 2016. 81 f. Monografia (Graduação em Engenharia Ambiental) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SEIXAS, Rebeka Caroça; TAVARES, Matheus Augusto Avelino (Orgs.). **Olhares sobre a região do Mato Grande**. Natal: IFRN, 2011.

SILVA, Anderson Santos de Lima *et al.* **Análises dos recursos hídricos armazenados nas cisternas dos municípios da região do Mato Grande/RN e desenvolvimento de tecnologias sociais de intervenção**. 2018. Relatório de Prática Profissional (Técnico em

Informática) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Ceará-Mirim, RN, 2018. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/rsd/article/view/29926>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2026.

SILVA, Rafael Aguiar da. **Geração eólico-elétrica e vulnerabilidade social na região Mato Grande, Rio Grande do Norte**. 2022. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

SILVA, Rafael Aguiar da; AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. Entre aerogeradores e vulnerabilidade social: o caso da região do Mato Grande, Rio Grande do Norte. **Revista GeoInterações**, v. 8, n. 1, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RGI/article/view/5683>>. Acesso em: 27 janeiro 2026.



PARTE II

Jandaíra



CAPÍTULO 5

JANDAÍRA

TECENDO SUAS HISTÓRIAS DE ORIGEM

Wellington Varela Bezerra

Quando nasce um lugar, ele é sempre uma continuação da desconstrução de outro ou a combinação involuntária do tempo sobre o destino de sujeitos históricos, na tentativa de buscar melhores condições de vida. O trabalho e a economia podem ser apontados como razões que indicam aspectos relevantes nos processos de formação de novos municípios na história dos diversos lugares pelo mundo.

Debruçar-se sobre a história local nem sempre é tarefa fácil, pois, em muitos casos, a documentação histórica não existe. O que de fato existe são as memórias guardadas por sujeitos. Quando os recursos encontrados são essas memórias e uma documentação histórica limitada, sabe-se que grande parte dessa construção histórica será atribuída à colaboração da oralidade específica de determinada região.

Na historiografia, entende-se que a história é um processo dinâmico, pois as lacunas existentes no passado podem ser preenchidas ao longo do tempo, de acordo com as fontes que são descobertas, analisadas e interpretadas durante a pesquisa. Na maioria das vezes, essas fontes convergem para uma mesma direção, contribuindo para a compreensão de determinados acontecimentos históricos, sempre mediados pela interpretação do historiador.

A presença do homem no solo jandairense se dá antes mesmo do batismo deste território. No interior da caverna do Letreiro, em Jandaíra-

RN, esse fato se torna evidente, pois ela guarda internamente inscrições produzidas pelo homem. As pinturas rupestres são fontes materiais que comprovam um jeito próprio de registro histórico e, especialmente, sugerem a presença de símbolos geométricos e contagem matemática.

Figura 1 – Pintura rupestre da Caverna do Letreiro, localizada no município de Jandaíra (RN).



Fonte: José Eriberto Severiano.

Sobre essas pinturas rupestres, podemos perceber que são elementos importantíssimos da nossa história, mesmo que não tenham sido preservadas ao longo do tempo. Elas ajudam-nos a revelar um novo fato sobre a história jandairense: a presença do homem neste lugar antes mesmo da passagem dos tropeiros.

O impacto sofrido pelo ambiente cavernícola jandairense é um dos principais fatores que interferiram no estudo e na identificação das pinturas rupestres, aliado à falta de conhecimento da população local sobre o real valor desse patrimônio. Foram anos de exploração desse

lugar sem a noção dos reais impactos que a ação humana poderia promover negativamente sobre o meio natural e histórico.

A particularidade do nome do município está diretamente ligada à abelha jandaíra, conhecida em toda a região Nordeste, assim como aos benefícios que o seu mel traz à vida daqueles que o utilizam. A abelha sem ferrão, produtora de mel, deu origem ao nome deste lugar, que conecta antigas e novas histórias.

O nome de Jandaíra originou-se da abelha jandaíra existente na região. Os tropeiros saíam de Lajes para São Bento do Norte em jumentos carregados de lenha e farinha para comercializá-las e, de lá, traziam peixes para vender em Lajes. A jandaíra, nome de origem indígena (*Melipona subnitida*), é um meliponídeo típico do sertão. O seu mel é apreciado pelas populações nativas. Entretanto, a literatura sobre a biologia dessa abelha ainda é reduzida.

Durante as caminhadas, os tropeiros determinavam um ponto de referência para pernoitar e deram a esse local o nome de Baixa de Jandaíra. Nesse lugar se alojavam e, à noite, saíam para caçar. Nessas caçadas encontravam com frequência o mel da abelha jandaíra, que acabou se tornando mais um produto de comercialização, já que era encontrado em abundância.

Assim, às margens de um antigo poço, estabeleceu-se um local de troca onde começaram a surgir às primeiras casas. A cerca de dois quilômetros desse local, em 1936, começaram a chegar os primeiros moradores e, desse modo, o lugar passou a ser chamado de Jandaíra. O povoado teria nascido como fazenda de criação e posteriormente transformou-se em área de produção algodoeira, ao redor da Serra do Banho ou Campo Serra Verde.

O povoado apresentava um ritmo de crescimento razoável e, em dezembro de 1958, foi elevado à condição de vila. Depois de cinco anos, os habitantes resolveram lutar para se desmembrar de Lajes e passar à condição de cidade.

Na gestão do então governador Aluísio Alves, foi oficializado o desmembramento em 27 de dezembro de 1963, por meio da Lei nº 3.036.

Assim, Jandaíra conquistou sua emancipação política, tornando-se um novo município do Rio Grande do Norte.

Nesse município existe um patrimônio que merece a atenção da população: o patrimônio ambiental, popularmente conhecido como cavernas. Trata-se de uma riqueza natural que abriga cavidades rochosas e configura um forte potencial para atividades junto à natureza, como ecoturismo, turismo de aventura e espeleologia, podendo também despertar o interesse de visitação escolar e científica.

As cavernas são uma excelente opção para complementar o turismo que atualmente se destina com grande sucesso à região de Galinhos. Trata-se de um percurso que permite conhecer a caatinga e as cavernas, atraindo turistas e estudiosos para um dos pontos mais interessantes do litoral potiguar. As cavidades, porém, necessitam de cuidado extremo, pois são ambientes frágeis, alguns deles com uma fauna extremamente delicada e rara, que não suporta uma visitação desordenada.

Jandaíra tem atraído muitos visitantes de municípios vizinhos e até mesmo da capital, Natal, que têm curiosidade em conhecer a mística das cavernas, impregnada no imaginário popular. O local ganhou maior visibilidade quando o programa Rota Intertv apresentou Jandaíra e seu patrimônio sociocultural e ambiental para todo o Rio Grande do Norte.

O visitante do Lajedo de Jandaíra pode encontrar, no percurso de visita às cavernas, o Tanque da Maria Preta, uma formação natural que servia como reservatório de água utilizado pelos moradores locais em atividades cotidianas. O tanque está localizado na Fazenda Letreiro e, no passado, foi bastante utilizado, principalmente pelas mulheres de Jandaíra.

O nome Maria Preta remonta a uma moradora que frequentava o local, dando origem à denominação popular. O tanque foi muito importante, pois era um reservatório de água doce propício para a lavagem de roupas em tempos de difícil acesso à água. Várias mulheres saíam de Jandaíra em direção à Fazenda Letreiro para lavar roupas. Iam caminhando, algumas com seus carros de mão e outros meios de

locomoção. O local também era utilizado para momentos de lazer da população.

As primeiras missas celebradas em Jandaíra eram realizadas na Escola Estadual Fabrício Pedrosa, pelo então padre Vicente de Paula Vasconcelos, que vinha da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, em Lajes do Cabugi. Ele celebrava em Jandaíra uma vez por mês. Na escola, além das missas, aconteciam outros eventos da comunidade. O povoado ainda não possuía uma capela e, mesmo com dificuldades, os cristãos católicos não deixaram de vivenciar e festejar sua fé e seu santo padroeiro.

A Capela de São José começou a ser construída no ano de 1966, e sua conclusão ocorreu após o desmembramento da paróquia da cidade de Lajes, passando Jandaíra a pertencer à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, em Macau. O novo celebrante passou a ser o padre João Penha Filho. No processo de construção da capela, destacaram-se os irmãos José e Luiza Fernandes.

Em 1985, com a chegada do padre Inácio de Loyola, homem simples e religioso que passou a residir em Jandaíra, permanecendo por 25 anos, ocorreu posteriormente o desmembramento da Paróquia de Macau e a criação da Paróquia de São José Operário, no dia 1º de maio de 1989, por decreto do arcebispo Dom Alair Villar.

O nome do padroeiro São José, com o atributo de Operário, foi sugestão do então vigário-geral da arquidiocese, Agnelo Dantas Barreto, pois, na condição de pai e esposo, José é reconhecido como o homem da carpintaria, profissão da qual vivia. Além disso, o Dia do Trabalhador no Brasil é celebrado em 1º de maio, data em que foi criada a paróquia.

A Escola Estadual Fabrício Pedrosa foi a primeira escola do município de Jandaíra. Era um prédio que servia para diversos eventos da cidade, como bailes dançantes, reuniões e, inclusive, celebrações de missas, enquanto ainda não havia sido construída a Capela de São José. Tornou-se um importante centro de relações socioculturais e religiosas, onde os jandairenses se reuniam para momentos coletivos e que hoje cumpre seu papel como instituição pedagógica.

É importante valorizar o pioneirismo dessa instituição na sociedade jandairense, pois promoveu a educação local e contribuiu para o desenvolvimento do município de Jandaíra, estabelecendo um elo entre a escola e a comunidade.

A cultura local emana das mesmas matrizes fundamentais da cultura brasileira, sendo os elementos indígena, português e africano as maiores influências na formação da identidade cultural do povo jandairense. Esse processo histórico-cultural é dinâmico: as manifestações, as crenças e os costumes estão sujeitos a constantes transformações e descontinuidades, mas são justamente essas permanências que oferecem uma ponte viva entre o passado e o presente da cultura.

O folclore manifestava-se por meio de danças e cordões importantes, como o pastoril, o bumba-meu-boi e o João Redondo. O caráter comunitário era evidente: as apresentações ocorriam em casas, armazéns e espaços dos próprios jandairenses, que acolhiam e participavam ativamente desses eventos. No cotidiano, a tradição também estava presente nas brincadeiras infantis da população local, como o cavalo de pau, a roladeira, a boneca de pano e as cantigas de roda.

As festas tradicionais entre as décadas de 1940 e 1970 surgiam em um ambiente comunitário: eram realizadas em casas, armazéns, quintais e escolas. Musicalmente, a época era marcada pelo uso de instrumentos como o fole, a concertina e o harmônio, que, com o tempo, deram lugar ao popular forró de sanfona. Um aspecto peculiar da cultura local era a forte presença das radiolas e dos discos de vinil, que frequentemente culminavam em “assustados” e “caneladas” (brigas ou confusões). Entre os eventos notáveis, destacavam-se o Forró de Silas Tavares e a Festa de Nossa Senhora da Boa Saúde, realizada por Dona Maria Lolô, na Rua Aristóфанes Fernandes, além do tradicional Forró de Seu Quinca, na Rua Castelo Branco.

O calendário cultural do município é marcado pelas festas juninas, ricas em elementos como fogueiras, culinária típica e danças. Essas celebrações seguem a ordem tradicional dos festejos religiosos, abrangendo os dias de Santo Antônio, São João Batista e São Pedro.

Atualmente, outras grandes celebrações também se destacam na agenda local. Entre elas estão a Festa de São José Operário, os bolões e a Vaquejada, a Feira Agroecológica (Agropec) da região do Mato Grande, realizada anualmente em Jandaíra, e a celebração da Emancipação Política do município, momentos em que os munícipes se reúnem para festejar e reencontrar familiares e amigos.

Essas manifestações culturais revelam não apenas momentos de celebração, mas também aspectos importantes da construção social e identitária do município de Jandaíra. As festas, encontros e tradições populares contribuíram para fortalecer os laços comunitários e preservar costumes transmitidos de geração em geração, evidenciando a riqueza cultural presente na vida cotidiana da população. Assim, a cultura local se apresenta como um elemento fundamental para compreender a história e o desenvolvimento social do município.

Nesse contexto, compreender a formação territorial de Jandaíra também implica observar a organização e o crescimento de suas comunidades rurais. Ao longo do tempo, diversos povoados e assentamentos foram surgindo, contribuindo para a ocupação do território e para o fortalecimento das relações econômicas e sociais da região. Esses espaços passaram a desempenhar um papel importante na dinâmica do município, sendo responsáveis por preservar tradições, modos de vida e práticas culturais que fazem parte da identidade jandairense.

Aroeira Direita é um dos maiores distritos do município de Jandaíra, no Rio Grande do Norte, localizado a aproximadamente 7 km a leste da sede municipal. O distrito recebeu esse nome devido a uma árvore de aroeira que existia no local. No passado, a região servia como ponto de passagem para caçadores e comerciantes de cidades vizinhas e pequenos povoados, que buscavam complementar sua alimentação e estabelecer relações comerciais.

A origem do nome Aroeira Direita está relacionada às atividades desses caçadores, que saíam de cidades e comunidades da região do Mato Grande — como João Câmara, Lajes, Pedra Preta, Olho d'Água e Moinho do Capim — para caçar e comercializar produtos como farinha, lenha e a

carne de animais silvestres, entre eles o veado e o gato-do-mato. Segundo antigos moradores, essa aroeira localizava-se nas proximidades da comunidade, no sentido nordeste, em uma estrada de carroçável situada entre a BR-406 e o município de São Bento do Norte.

Esse distrito inicialmente pertencia ao município de Lajes, mas, com a emancipação política de Jandaíra, em 27 de dezembro de 1963, passou a integrar o novo município do estado do Rio Grande do Norte.

De acordo com os moradores mais antigos, a expressão Aroeira Direita foi atribuída à árvore que cresceu de forma diferente das demais, pois não desenvolveu uma copa ampla, crescendo de maneira vertical. Por esse motivo, dizia-se que a aroeira “cresceu direita”, originando o termo Direita.

A árvore também funcionava como ponto de encontro para caçadores vindos de municípios vizinhos, que utilizavam o local para trocar produtos obtidos durante suas jornadas. Quando partiam em horários diferentes, a referência para o reencontro era o pé de Aroeira Direita. Na época, a planta era o ponto mais alto nos arredores, o que facilitava a localização e contribuiu para que o lugar recebesse esse nome, posteriormente adotado pela comunidade.

O escambo e a comercialização aconteciam no mesmo compasso, pois a troca de produtos caracterizava uma forma de comércio típica do período colonial, enquanto o comércio já demonstrava sinais de transição. Assim, podemos constatar que as relações comerciais presentes são heranças das práticas do passado, mesmo com as transformações ocorridas ao longo do tempo.

O nome da comunidade até hoje é motivo de trocadilhos entre as pessoas que chegam ao local. Muitos perguntam qual seria o lado direito e o esquerdo, e os moradores aproveitam para contar a história de origem da comunidade. Conhecer as particularidades de um lugar é de suma importância, principalmente quando isso nos ajuda a compreender os significados ligados aos fatos característicos de sua origem.

O poço (moinho) perfurado e instalado na comunidade de Aroeira Direita, localizado às margens da BR-406, em 1937, é considerado o principal marco inicial da povoação. Esse poço foi construído com a

cooperação da IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas), atualmente denominada DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), e com o apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, na administração de Raphael Fernandes Gurjão, que governou o estado no período de 1935 a 1943. A instalação do poço foi de grande importância para o surgimento e desenvolvimento da comunidade, pois, a partir dele, algumas famílias puderam dar início ao povoamento do lugar.

Os primeiros moradores dessa comunidade foram as famílias de Francisco e Zacarias Lopes e Antônio Patrício de Pontes. Esta última veio do município de Taipu e implantou suas práticas agrícolas na região, cultivando milho e feijão, que eram os principais produtos da agricultura local. Além disso, dedicavam-se à criação de animais como gado, ovelhas, galinhas e perus. A família Pontes (Alexandre) é considerada pioneira na comunidade, pois foi uma das primeiras a se estabelecer na região.

Figura 2 – Representação da Fazenda da família Costa, situada na localidade de Aroeira Direita, no município de Jandaíra, no Rio Grande do Norte. Tela de F. Peixoto (Marciano).



Fonte: Acervo do autor.

A Fazenda da família Costa, localizada na comunidade de Aroeira Direita, no município de Jandaíra, no Rio Grande do Norte, representa um exemplo da organização das propriedades rurais da região ao longo do século XX. Nessas fazendas, a criação de animais e as atividades agrícolas constituíam a base da economia local, reunindo trabalhadores, familiares e moradores em torno das atividades cotidianas do campo. A representação artística de F. Peixoto (Marciano) retrata elementos típicos desse ambiente rural, como o curral, os rebanhos, os trabalhadores e as edificações da propriedade, contribuindo para preservar a memória da vida no campo e das relações sociais que marcaram a história da comunidade.

A agricultura foi a primeira atividade econômica desenvolvida na região, principalmente na comunidade, onde predominava a agricultura de subsistência. Os agricultores, em períodos de boas colheitas, conseguiam produzir excedentes que podiam ser comercializados, garantindo assim uma renda adicional para suas famílias.

Entretanto, a vida do agricultor não era fácil. Ele enfrentava diversos desafios, como a seca, que assolava a região Nordeste e prejudicava diretamente o plantio e a colheita. Além disso, quando as plantações conseguiam se desenvolver, pragas muitas vezes destruíam os cultivos, trazendo insegurança para a produção e para a renda familiar. Com o tempo, muitos perceberam que os investimentos na agricultura nem sempre eram compensadores, pois os prejuízos frequentemente superavam os ganhos obtidos.

O povoamento de Aroeira Direita começou de forma modesta, nos últimos anos da década de 1930, com apenas três casas de barro. Com o desenvolvimento da comunidade, mais moradias foram sendo construídas. Essas casas de taipa eram erguidas pelos próprios moradores, que utilizavam os materiais disponíveis, como barro e varas, demonstrando habilidade e criatividade. Apesar das limitações, essas construções garantiam abrigo e simbolizavam o esforço e a dedicação das famílias pioneiras na consolidação do povoado.

A locomoção na região era marcada pela inexistência de estradas adequadas. Havia apenas uma variante — um caminho estreito, com

espaço para no máximo um carro — que ligava a comunidade a cidades como Macau, João Câmara e Natal. Por essa razão, os primeiros moradores dependiam quase exclusivamente dos jumentos como meio de transporte. A única exceção era a passagem esporádica de um jipe do Governo do Estado, que visitava o Campo de Serra Verde aproximadamente a cada seis meses.

Com o tempo, o transporte passou a operar em intervalos menores, circulando de oito em oito dias, quando um carro misto começou a transportar passageiros da região. Uma das primeiras pessoas a implantar linhas de transporte foi Chico de Gustavo, conhecido como Chico Cabral, que, durante sua vida, organizou a frota de ônibus para atender os moradores desta e de outras regiões do estado. Até hoje, a linha criada por ele continua em operação, juntamente com outros meios alternativos que trafegam pela BR-406, garantindo a ligação da comunidade com cidades vizinhas e fortalecendo a mobilidade regional.

A produção de algodão não se limitava a um simples cultivo; ela foi o grande motor por trás da migração de famílias para a região. A demanda por esse produto estava em alta, impulsionada por duas frentes: o desenvolvimento da indústria nacional e o forte apetite do mercado têxtil internacional. O algodão tornou-se, assim, uma ponte que conectava a localidade ao comércio global.

O sisal, popularmente conhecido como agave, foi por décadas uma das principais fontes de emprego e renda para a população local. Sua produção muitas vezes era alternada com o cultivo de algodão, a agricultura de subsistência e a criação de pequenos animais. O trabalho com esse material era árduo, dependendo essencialmente de jumentos para o transporte das folhas do agave ou da fibra já processada nos motores.

As caieiras — fornos de alvenaria movidos a lenha, utilizados para queimar pedras e produzir cal — remontam aos primórdios do município. Por ser uma fonte essencial de renda, sustentam muitas famílias e movimentam a economia local. No entanto, essa produção não é isenta de impactos: o processo causa significativos danos ambientais, resultando na destruição do habitat de inúmeras espécies animais.

Aroeira Direita é o reflexo do esforço de suas famílias pioneiras, que construíram suas casas, cultivaram a terra e mantiveram tradições. Mais do que um povoado, é um espaço de memória e identidade que continua a formar a história viva de Jandaíra.

O nome Tubibal possui raízes na fauna local característica do período de fundação. Segundo a tradição oral, transmitida através de gerações, a região era densamente habitada por uma espécie de abelha nativa conhecida como Tubiba. Semelhante à conhecida abelha Jandaíra, a presença abundante dessa espécie batizou o lugar, tornando-se o principal elemento de identidade geográfica e cultural dos moradores.

A fundação da comunidade de Tubibal consolidou-se a partir do fluxo migratório de famílias influentes, como os Gonsalves, Batistas, Barros, Chagas e Mendes, que, atraídas pela notícia da abundância da abelha Tubiba, estabeleceram-se na região e oficializaram o nome do local em comum acordo. Durante seus primeiros anos, o povoamento enfrentou um longo período de estagnação e isolamento, devido à ausência de assistência por parte dos governantes estaduais e municipais. Esse cenário impôs condições de sobrevivência extremas à população, que convivia com a carência total de infraestrutura básica: não havia estabelecimentos comerciais, disponibilidade de água potável, rede de energia elétrica, sistemas de transporte ou postos de trabalho fixo, tornando a atividade econômica e a subsistência desafios constante para os moradores.

No início do século XIX, os fazendeiros Zé Moreira, Maninho Martins e Luís Vital deram os primeiros passos para o desenvolvimento local, impulsionados decisivamente pela perfuração de um poço artesiano. Esse benefício estruturou o surgimento do comércio e de postos de trabalho, transformando a agricultura na base econômica da região. Culturas como feijão, milho, batata, algodão e agave tornaram-se fundamentais para o sustento das famílias e o progresso do povoado.

A fertilidade da terra atraiu famílias de diversas partes do Brasil, que encontraram no lugar um ambiente propício para cultivar frutas, legumes e cereais. O crescimento populacional, aliado ao potencial agrícola, consolidou uma cultura rica e diversificada. Atualmente, a

agricultura permanece como o pilar do desenvolvimento econômico, exigindo cuidado e investimento contínuo para garantir a prosperidade de todos os habitantes.

A construção da Igreja Católica local representa um marco de mobilização comunitária e fé. O processo de fundação religiosa foi impulsionado por figuras centrais e pelo esforço coletivo. A iniciativa foi liderada por Joana Pereira Vital, figura fundamental na articulação junto às autoridades eclesiais para a realização de missas e a obtenção de um terreno próprio.

O terreno foi cedido pela Prefeitura Municipal, após diálogos com padres que transitavam pela região, e oficialmente batizado pelo Monsenhor Lucena, momento que marcou o início das obras físicas. A edificação da capela foi realizada por meio de comitivas e mutirões dos próprios moradores, simbolizando a união e a persistência da comunidade de Tubibal ao longo das décadas.

No âmbito religioso, a fé católica consolidou-se na década de 1960, quando os fiéis se reuniam para orações na escola e para a catequese na residência de Dona Lourdes Urbanos. Esse movimento contou com o protagonismo feminino de Francisca Braz, Francisca Clemente e Joana Nunes (Francisca Pereira Vital), que, por meio de leilões e festas comunitárias, viabilizaram a construção da capela e a aquisição da imagem da padroeira, Nossa Senhora da Conceição.

A partir da década de 1980, o cenário espiritual da comunidade expandiu-se com a chegada de novas denominações evangélicas, promovendo maior diversidade de credos. Em 1984, sob a liderança do senhor Joca, a Assembleia de Deus foi implantada e sua estrutura construída, estabelecendo um novo marco na organização religiosa local. Posteriormente, em 2016, a igreja Ministério de Oração e Unção foi edificada pelo Pastor Jeovan, contando com o suporte fundamental de Maria de Fátima e Gertuliana. Essas etapas demonstram que o desenvolvimento de Tubibal sempre esteve profundamente ligado ao esforço coletivo e à liderança de seus moradores, que transformaram a fé e o trabalho manual em pilares do crescimento da comunidade.

A vida cultural da região teve início em 1954, com João Preto e Manoel Pedro, marcada por festas familiares ao som de rabeca, gaita e concertina. Na década de 1970, o cenário se diversificou com a criação do bloco carnavalesco de Felipe Vital e os tradicionais forrós de domingo realizados por Luiz Vital. Nos anos 1990, o professor Benivaldo consolidou as festas juninas, estabelecendo uma tradição de 18 anos que perdura até hoje através do arraiaí escolar e da festa da padroeira.

No artesanato, a produção de chapéus de palha e rendas de bilro ganhou força na década de 1940. Com o passar dos anos, novas técnicas surgiram, como o trabalho com agave, tricô e pinturas, seguidos pelo fuxico nos anos 1990. Embora algumas práticas tenham se perdido, a tradição sobrevive hoje por meio da reciclagem e da produção de tapetes de retalhos, bonecas e lembranças manuais, transformando o artesanato em um importante meio de preservação dos costumes locais.

A trajetória educacional de Tubibal consolidou-se a partir de 1968, com a fundação da Escola Isolada Afra Barros, inicialmente uma estrutura mínima de apenas uma sala de aula, onde lecionavam pioneiros como Chico Cocão e Terezinha de Badaé. A primeira docente a fixar raízes foi Francisca Clemente (Dona Chiquinha), vinda de São Bento do Norte a convite de Luiz Vital. Com o apoio de gestões públicas, a unidade expandiu-se e mudou de nome ao longo das décadas, sendo hoje a Escola Municipal Professora Afra Barros.

A escola também foi palco do antigo MOBREAL, pioneiro na alfabetização de jovens e adultos, sob a regência da professora Francisca Braz Batista. Naquela época, a precariedade era evidente: as aulas ocorriam no turno vespertino sem auxílio de equipe de limpeza e, devido à falta de energia elétrica, as atividades noturnas dependiam de lâmpadas a querosene. Hoje, a instituição simboliza o progresso de Tubibal, superando limitações iniciais e tornando-se um pilar de recursos e desenvolvimento para as novas gerações.

Tubibal é um lugar onde passado e presente se entrelaça, revelando uma história marcada por esforço, fé e criatividade. Casas, roças e celebrações guardam memórias que refletem a economia, a agricultura, a educação e o artesanato local. A força dessas tradições e

práticas construiu a identidade da comunidade, tornando Tubibal um espaço de cultura, história e pertencimento.

A história de Trincadeiras remonta à década de 1940, quando o local era conhecido como Maloca, nome que fazia referência a um grande armazém de pau a pique pertencente à firma João Câmara, utilizado como alojamento para seus funcionários. O povoamento começou a se consolidar com a chegada das famílias Tubiba, Matias e Miranda, e com a perfuração de um poço artesiano no "Alto Moinho", em 1939, estrutura que resiste até hoje. Naquele período, a localidade integrava a Fazenda Trincadeiras, de propriedade de Expedito Martins, cujo nome acabou batizando a comunidade.

Ao longo dos anos, novas famílias vindas de cidades vizinhas, como Paulo, Barbosa, Fragoso e Caiano, estabeleceram-se na região. Destacou-se também Josué Alípio de Macêdo, proprietário da Fazenda Fronteira do Mato Grande, cuja herança permanece com sua filha, Teresinha Macêdo. Entre aqueles que chegaram à busca de trabalho, destacou-se a figura do ciclista José Ribamar Miranda de Brito, o popular Zé Riba. Inicialmente, a sobrevivência dessas famílias dependia da agricultura de subsistência — com foco no algodão, milho e feijão — além da caça, da pesca, da extração de mel e do corte de lenha.

A partir da década de 1990, Trincadeiras passou por um processo de modernização e diversificação econômica. Em 1994, a introdução do plantio de melão transformou a renda local e deu origem à tradicional Festa do Melão, iniciada em 1996. Esse espírito festivo culminou, em 2005, na construção do Clube Melão Casa Show e, mais recentemente, em 2018, com a inauguração do Parque de Vaquejada Josué de Macêdo, projetos idealizados por Gean Charles da Costa. Além da agricultura, a economia local se expandiu para as pedreiras, iniciadas em 1995, empregos públicos e empresas, mantendo viva a essência pacata da região.

A vida social e espiritual de Trincadeiras é marcada pela fé, compartilhada entre católicos e evangélicos. A igreja da Assembleia de Deus foi erguida em 1993, sob a direção de João Arruda, enquanto a Capela Católica foi construída em 2012, resultado do esforço conjunto dos

fiéis e do Padre João Paulo. Com a criação do Assentamento Trincheiras 2, em 2006, a comunidade expandiu seus limites e hoje abriga cerca de 300 pessoas, integrando tradição e progresso em um mesmo território.

Trincheiras é uma comunidade marcada pelo esforço e pela organização coletiva. Sua história se construiu entre a agricultura de subsistência, o cultivo de melão e a extração de pedra para produção de cal, sempre conciliando tradição e inovação. A diversidade econômica, aliada às festas e celebrações comunitárias, consolidou uma identidade própria, tornando Trincheiras um espaço de memória, cultura e desenvolvimento contínuo, onde passado e presente convivem harmoniosamente.

Com base no conhecimento popular e em fatos históricos, a localidade que hoje corresponde à comunidade do Cabeço já recebeu diversas denominações ao longo do tempo. Entre elas destacam-se Baixa de Pedras, devido às enormes formações rochosas da região, Cabeço Preto e Fazenda Cabeço, até a consolidação do nome atual. A origem do termo está ligada às características geográficas locais, referindo-se a um monte situado entre o município de Jandaíra e a comunidade, cujo formato se assemelha a uma cabeça.

O desenvolvimento da região teve início com as atividades produtivas de Chico Souza na sede da Casa Grande. Esse espaço, que atualmente centraliza as ações da Associação de Jovens Amigos do Cabeço (JOCA), serviu como ponto de partida para o crescimento da comunidade. Posteriormente, Maria Souza deu continuidade aos trabalhos na região, período em que se estabeleceram as primeiras famílias, como a de Mário Inácio de Melo, que também atuou na produção local.

A Casa Grande desempenhou um papel central na vida social por muitos anos, funcionando como a primeira escola e local de entretenimento, onde as famílias se reuniam para assistir à TV comunitária. Durante esse período, o senhor Juvenal era responsável por organizar os encontros noturnos. Mais tarde, atendendo às necessidades da população, foi construída a Escola Vereador Miguel Sérgio de Aguiar. Embora o prédio hoje funcione como unidade de saúde, ainda preserva

acervo de livros e materiais escolares que fizeram parte da formação de várias gerações.

A igreja de São Sebastião ocupa o espaço onde funcionava um antigo armazém de combustível. Com o tempo, o local foi cedido para que a comunidade católica pudesse estabelecer a capela, situada ao lado da escola.

A região, que no passado se destacou pelo cultivo do algodão, pela pecuária extensiva e pela agricultura de subsistência, preserva as memórias de sua trajetória produtiva. Atualmente, a comunidade dedica-se à produção agroecológica e ao fortalecimento de ações sociais e educacionais. Um dos grandes destaques do desenvolvimento local é a produção de mel da abelha Jandaíra, que reforça o espírito de cooperação comunitária.

A comunidade do Cabeço é um exemplo de resistência, trabalho e cooperação. Sua história se construiu a partir da agricultura, da pecuária e da produção local de mel, unindo tradição e modernidade. As famílias que aqui se estabeleceram e as iniciativas comunitárias, como a associação de jovens e as ações educacionais, consolidaram um espaço de identidade própria, onde memória, fé e desenvolvimento caminham lado a lado, garantindo que passado e presente permaneçam conectados para as novas gerações.

A Fazenda Guarapes já possuía sua própria trajetória quando, em 1910, o avô paterno de José Edson Oliveira estabeleceu-se no local. Ao assumir a gerência da propriedade, ele deu início ao sólido legado da família Oliveira, integrando-se à história de uma terra que já havia abrigado outros moradores antes de sua chegada. Décadas mais tarde, em 1995, o cenário de seca e a necessidade urgente de reforma agrária no Nordeste impulsionaram líderes sindicais de Jandaíra a buscar terras e moradia para os trabalhadores que, até então, cultivavam em áreas arrendadas ou cedidas.

Nesse contexto, a Fazenda Guarapes — localizada estrategicamente entre os municípios de Jandaíra e Pedro Avelino — tornou-se o foco das negociações para o assentamento. Originalmente de propriedade de Graco Magalhães Alves e Elza Pedrosa, o nome da fazenda

era uma homenagem ao pai de Elza, nascido na Fazenda Guarapes, em Macaíba. Após a transição, os próprios assentados optaram por manter o nome original, pela facilidade de identificação e pela localização privilegiada às margens da rodovia federal BR-406.

A formação do assentamento foi um esforço conjunto: o sindicato de Jandaíra selecionou as famílias, enquanto o INCRA realizou o cadastramento oficial. Hoje, com quase 30 anos de existência, o local abriga 100 famílias que transformaram a área em um polo de desenvolvimento. A produção agrícola local é fundamental, garantindo tanto o sustento das famílias quanto o abastecimento do comércio regional.

Mais do que um centro produtivo, a comunidade é um exemplo de engajamento social e político. Desde sua origem, a busca por políticas públicas tem sido incansável, resultando em conquistas como moradia digna, escola para os filhos dos assentados e acesso à água doce. Por meio do protagonismo de suas lideranças e da forte atuação junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jandaíra, o Assentamento Guarapes segue evoluindo, provando que a luta pela terra é, acima de tudo, uma busca por dignidade.

O Assentamento Guarapes é muito mais do que terra cultivada: é símbolo de luta, união e perseverança. A comunidade construiu sua identidade entre o trabalho agrícola, a cooperação mútua e a busca constante por melhorias sociais. Ao longo de quase três décadas, as famílias transformaram o espaço em um lugar de desenvolvimento, educação e engajamento, mostrando que o progresso nasce da determinação coletiva. Guarapes permanece como exemplo de como fé, esforço e solidariedade podem criar raízes profundas, garantindo que passado e presente caminhem juntos para o futuro da comunidade.

Localizado a 14 quilômetros da sede de Jandaíra, o distrito de Santa Terezinha ocupa uma posição estratégica, dividindo-se entre os municípios de Jandaíra e João Câmara. No passado, essas terras integraram o vasto império do grupo empresarial Irmãos Câmara, tendo como figura central o ex-senador João Câmara. Naquela época, os

domínios da família eram monumentais, estendendo-se por diversas cidades da região, como Pedra Grande, Parazinho e Pedra Preta.

Com o falecimento de João Câmara, as terras entraram em um período de transição. Sem a presença dos herdeiros na gestão, as áreas tornaram-se o que os antigos moradores chamavam de "terras de solta". Esse vácuo de poder permitiu a chegada dos primeiros posseiros e a negociação de pequenas posses entre novos habitantes. Entre esses pioneiros, destacam-se nomes que ajudaram a fundar a identidade do lugar, como Joaquim Libório, Fulgêncio, José Cândido e Francisco Flor.

Apesar dos desafios impostos pela escassez de chuvas no semiárido, a economia de Santa Terezinha sempre demonstrou força e resistência. Por décadas, a comunidade sustentou-se através da pecuária, da produção de cal e do cultivo tradicional de milho e feijão. Atualmente, a paisagem do distrito atravessa uma nova transformação com a instalação de parques eólicos. Embora essa modernização tenha beneficiado grandes proprietários de terras, também redesenhou a dinâmica social, levando alguns moradores a buscarem novos postos de trabalho para garantir o sustento de suas famílias.

Santa Terezinha nasceu da coragem e da perseverança de gerações que souberam transformar desafios em oportunidades. Entre a tradição da pecuária, do cultivo agrícola e da produção de cal, e a modernidade trazida pelos parques eólicos, a comunidade mantém sua identidade viva, marcada pela união e pelo trabalho coletivo. Cada família, cada história e cada conquista reforçam que o progresso do distrito nasce da determinação de seus moradores, preservando memórias e construindo caminhos para um futuro sustentável e digno.

Embora a primeira família a desbravar a Fazenda Santa Inês permaneça desconhecida, a vocação do lugar sempre foi clara: a lida com a terra e a criação de gado, caprinos e ovinos. Através do relato sensível de Dona Margarida Silva e Souza, antiga moradora, podemos vislumbrar parte dessa história. Segundo ela, a propriedade passou pelas mãos de nomes como Sr. Silva, Américo Araújo e Ione, revelando uma sucessão de donos que ajudaram a moldar o território.

Aprofundando essa linha de pesquisa, consta que a fazenda pertenceu ao senhor Silvio Alves, que a vendeu para José Assunção Costa. Este, por sua vez, doou as terras aos filhos Tião e Pedro Costa. Foi sob a gestão dos irmãos Pedro e Sebastião (Tião Costa) que a Santa Inês ganhou estrutura, com a construção de casas e armazéns, permitindo que o lugar passasse a acolher um número maior de moradores.

Com o passar dos anos e novas mudanças de proprietários, a fazenda foi finalmente adquirida pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). A partir de então, o órgão encarregou-se da distribuição das terras para famílias de Jandaíra e regiões vizinhas. Assim, no ano de 2000, o Assentamento Santa Inês foi oficialmente criado, integrando-se definitivamente à área rural do município.

O início não foi fácil. Os moradores chegavam aos poucos, enfrentando a escassez de água e a falta de eletricidade. No entanto, a vontade de possuir um teto próprio e o chão para cultivar era enorme, superando qualquer obstáculo. Com o tempo e o esforço coletivo, o assentamento floresceu: conquistou sua escola e firmou sua fé através das igrejas Assembleia de Deus e Missionários de Cristo. Hoje, entre as ruelas e roçados, ainda pulsa no coração dos moradores o desejo de erguer uma igreja em homenagem à Santa Inês, unindo o passado da fazenda à esperança do presente.

Santa Inês é fruto da coragem e do esforço de muitas mãos que transformaram a terra em lar. Entre os roçados, casas e trilhas, a comunidade preserva a memória de quem veio antes, enquanto constrói o presente com trabalho e fé. Cada família, cada história e cada conquista reforçam o vínculo com a terra e com a esperança, mostrando que, mesmo em meio às dificuldades, é possível florescer e manter viva a tradição que deu origem ao assentamento.

Compreender Jandaíra é mergulhar na trajetória daqueles que cruzaram este solo e decidiram chamá-lo de lar. Indígenas, tropeiros, caçadores e agricultores abriram caminhos, trabalharam a terra e lançaram as bases das primeiras comunidades. Cada esforço, cada plantio e cada conquista deixaram marcas que hoje compõem a memória coletiva do município.

A fé se revelou companheira constante, presente nas tradições católicas e evangélicas que sustentam a esperança da população. Igrejas, capelas e encontros comunitários não apenas aproximaram os moradores de Deus, mas também fortaleceram os vínculos sociais, tornando a vida no semiárido mais suportável e cheia de significado.

Assim, Jandaíra se apresenta como um mosaico de histórias, onde o trabalho, a perseverança e a espiritualidade transformaram desafios em conquistas. O suor e a dedicação de cada sujeito deram forma a um território que, embora árido, é rico em experiências, relações humanas e sonhos realizados, consolidando o sertão como um lar coletivo e cheio de identidade.

REFERÊNCIAS

ALVEAL, Carmem Margarida Oliveira; FAGUNDES, José Evangelista; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da (org.). **Reflexões sobre história local e produção de material didático**. Natal: EDUFRRN, 2015.

BEZERRA, Wellington Varela. **Um olhar sobre Aroeira**. Natal: Offset, 2018.

COSTA, Sebastião. Relato oral sobre a história da Fazenda Santa Inês. Entrevista concedida a Wellington Varela Bezerra. Jandaíra (RN), 15 jan. 2026.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS (DNOCS). **Manual de referências bibliográficas**. Disponível em: <www.dnocs.gov.br>. Acesso em: 21 fev. 2017.

ESCOLA MUNICIPAL AFRA BARROS. *Nas trilhas de Tubibal: um resgate de conhecimento*. Jandaíra (RN), 2018. Cartilha.

ESCOLA MUNICIPAL MARIA DAS DORES MARTINS. **Ocupação e povoamento: da comunidade de Trincheiras**. Jandaíra (RN), 2018.

FERREIRA NETO, Augustinho. **Entrevista sobre a origem da comunidade de Santa Terezinha**. Entrevista concedida a Wellington Varela Bezerra. Jandaíra (RN), 17 out. 2025.

MANIQUE, Antônio Pedro; PROENÇA, Maria Cândida. **Didáctica da História: patrimônio e história local**. Lisboa: Texto Editora, 1994.

MELO, José Augusto Felix de. **A origem de Baixa de Pedras**. Entrevista concedida a Wellington Varela Bezerra. Jandaíra (RN), 26 fev. 2026.

OLIVEIRA, José Edson de. **Relato sobre a trajetória e organização do Assentamento Guarapes**. Entrevista concedida a Wellington Varela Bezerra. Jandaíra (RN), 21 out. 2025.

PROJETO ALVORADA. **Conhecendo o nosso município**. Jandaíra (RN), 2002.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 3.036, de 27 de dezembro de 1963. Eleva à categoria de município, com a denominação de Jandaíra, o atual distrito do mesmo nome, desmembrado do município de Lajes. Natal: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, 1963.

SILVA, Adriana Cassimiro; BEZERRA, Wellington Varela. **Conhecendo Jandaíra**. Jandaíra (RN), 2014.

SOUZA, Margarida da Silva e. **Depoimento sobre a criação e os desafios do Assentamento Santa Inês**. Entrevista concedida a Wellington Varela Bezerra. Jandaíra (RN), 20 out. 2025.

TRADIÇÃO e costumes do Rio Grande do Norte. *Diário de Natal*. Natal, fasc. 9, 2007.

VIANA, Hélder do Nascimento; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da; ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar (org.). **Cidade e diversidade: itinerários para a produção de materiais didáticos em História**. Natal: EDUFRRN, 2012.

PARTE III

João Câmara



CAPÍTULO 6

ENTRE O TEMOR E O TREMOR: A HISTÓRIA DOS TERREMOTOS EM JOÃO CÂMARA (RN)

Franklin Flamariom de Araújo Mata

Tremores de terra precedidos por estrondos que lembravam trovões rasgando o céu. Fendas que se abriam no chão como cicatrizes inesperadas. Paredes que rachavam, edifícios que desmoronavam sob a força invisível das vibrações, telhados que cediam sobre seus próprios moradores. Pelas ruas, a corrida apressada, o choro das pessoas, o silêncio atônito interrompido pelo medo, pânico, desespero e incerteza das pessoas.

À primeira vista, essas cenas poderiam pertencer a um roteiro cinematográfico sobre grandes catástrofes naturais, ambientado em países marcados historicamente por fortes atividades sísmicas, como Japão, Estados Unidos, México ou Chile. No entanto, elas não se passam em metrópoles estrangeiras nem compõem ficção. Esses acontecimentos tiveram como cenário João Câmara, pequena cidade do interior do Rio Grande do Norte que, no século XX, se viu inesperadamente inscrita no mapa mundial da sismologia.

Este capítulo propõe reconstruir a história dos terremotos que atingiram João Câmara a partir de múltiplas fontes — periódicos, registros imagéticos e narrativas orais — buscando compreender seus impactos sociais, econômicos e simbólicos. Mais do que relatar abalos sísmicos, pretende-se analisar as experiências vividas, as relações

estabelecidas e as transformações provocadas por um evento que marcou profundamente a memória coletiva da cidade.

Terremotos no período colonial

Os primeiros indícios de sismicidade na região datam do período colonial. Olavo de Medeiros Filho, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, identificou que os primeiros relatos sobre a ocorrência de terremotos no território que hoje constitui o Rio Grande do Norte foram feitos pelos cronistas Joannes Laet, Pierre Moreau e Roloux Baro e datam de meados de 1634, logo após a chegada dos holandeses na capitania do Rio Grande. Segundo Medeiros Filho, os holandeses teceram alianças estratégicas com os índios Tapuias – também citados nas crônicas como “Janduís” –, que passaram a fornecer importantes informações geográficas da capitania. Uma das informações foi a existência de uma montanha elevada, chamada pelos Tapuias de *COWOYRY*, e pelos potiguaras de *MOYTYAPOA*. Ainda de acordo com esse autor, essa montanha corresponde à chapada da Serra Verde, na microrregião do Mato Grande, e que ficava ao ocidente do rio *Vvuvvug*, que corresponde ao rio que banha a atual cidade de Touros, no litoral do Estado.¹ Olavo de Medeiros Filho ainda demonstra que, ao se estudar o significado do topônimo *Moytyapoa*, encontra-se o termo *Moteapy*, que significa “fazer estrondo”. A partir dessas evidências, ele conclui que

[...] podemos deduzir ser antiquíssima a ocorrência de tremores na microrregião do Mato Grande, abrangida pela chapada da Serra Verde, pois, indiretamente, a tais tremores já faziam menção os indígenas potiguaras, ao darem à região a designação de aquele que produz estrondos.²

¹ MEDEIROS FILHO, Olavo de. Os tremores de terra na Chapada da Serra Verde. In: ___. *Os Holandeses na Capitania do Rio Grande*. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, p. 65, 1998.

² Ibid. p. 66

Essa descrição possibilita inferir que já existiam atividades sísmicas da região no período colonial e que seus efeitos já haviam sido sentidos pelos índios que habitavam aquela região.

Terremotos no Período Imperial

Outro indício de terremotos na região do Mato Grande são os resultados dos estudos sísmicos patrocinados por Dom Pedro II. Desde os finais do século XIX que o estado do Rio Grande do Norte é considerado como um espaço com ocorrências de atividades sísmicas. Esses estudos sísmicos foram iniciados em meados do século XIX com as pesquisas de Guilherme Schüch de Capanema no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro a pedido de Dom Pedro II. Para iniciar as pesquisas, ainda inéditas no Brasil, Capanema começou sua investigação buscando relatos de terremotos por meio de fontes escritas e tradições orais.

Trabalhando com os poucos documentos escritos fornecidos por Joaquim Norberto de Souza e Silva e as correspondências enviadas pelos presidentes das províncias, Capanema demonstrou que, no passado, houve terremotos no solo Brasileiro. Esses documentos são importantes porque são os primeiros relatos sistematizados desses fenômenos no País. No que diz respeito aos terremotos na Capitania do Rio Grande, Capanema recebeu a descrição de dois terremotos em lugares distintos. A primeira diz respeito ao terremoto na vila de Touros. Em 10 de janeiro de 1854 os moradores da vila de Touros sentiram um forte tremor de terra que ficou registrado nos anais do município e que foi publicado por Capanema:

Diz-nos a câmara municipal da villa de Touros no Rio Grande do Norte que pelas 7 horas (da manhã) ouviu-se um estrondo que parecia ser no ar da parte Leste; e logo no mesmo instante um tremôr de terra que chegaria a durar um minuto pouco mais ou menos, e deste phenomeno acontceco tremerem as paredes das casas, erigirem as telhas das mesmas, assim como algumas mobílias sem que fizesse estrago algum nem mal a nenhum vivente, isto pois

foi na distância de duas leguas em circunferência onde percebeo-se o mesmo efeito.³

O segundo relato foi enviado pelo Juiz de Direito João Valentino Dantas Pingé. A descrição de Pingé é salutar porque mostra alguns elementos importantes: Data, hora, localização geográfica do tremor e as explicações populares:

No anno de 1808, em 8 de Agosto pelas 8 horas da manhã na povoação hoje cidade do Assú ouviu-se um grande estrondo vago, a maneira de um trovão subterraneo, que se dirigia de *Leste a Oeste*, e após elle sentiu-se tremer a terra por algum tempo, abalando as pessoas que mal podiam soste-se em pé, e causando choque nos vidros e louças que buscavam sahir dos lugares em que haviam sido postos.— Este terremoto foi sentido em todo o sertão do Assú, da costa em busca do sertão até mais de 20 leguas, e ao longo da costa até o sertão do Piahy; onde se disse que attribuiu-se o terremoto a castigo, por haverem alli umas mulheres torrado uma criança pagã, pondo-a dentro d' um taxo sobre brazas para fazerem feiticeria com suas cinzas ! — Passado o terremoto conta-se que ficára o céu nublado de cinza espessa que offuscára a luz do sol; e que o povo tomava por castigo mandado por Deos tudo, ou por signal de grande acontecimento tudo quanto acabavam de observar.⁴

Após averiguar todos esses relatos Capanema finaliza sua obra mostrando que realmente houve terremotos inofensivos no passado do Rio Grande, mas que não estávamos livres de terremotos piores no futuro. A pesquisa de Capanema é fundamental para a história dos terremotos em João Câmara uma vez que o tremor sentido em Touros pode muito bem ter sido um terremoto com seu epicentro na região que hoje se localiza a cidade de João Câmara.

³ CAPANEMA, Guilherme Schüch. Quaes as tradições, ou vestígios geológicos que nos levem à certeza de ter havido terremotos no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 22, p. 156, 1859.

⁴ Ibid.

Terremotos no século XX

É no início do século XX que encontramos a proliferação de evidências documentais dos terremotos na cidade de João Câmara. O primeiro registro sobre os terremotos na região encontra-se no *Jornal do Brasil* feito pelo médico José Pacheco Dantas quando ele se encontrava no Rio de Janeiro. O jornal descreve as palavras de Pacheco Dantas sobre esses eventos da seguinte maneira:

Ouvi dizer que no povoado de Baixa Verde foram ouvidos vários estrondos seguidos de abalos da terra, causando isto grande impressão nos habitantes, e que no logar denominado “Boa cica” a terra fendeu-se, fazendo um grande sulco de onde sai uma fumaça constante. Nada, entretanto, posso afirmar sobre a veracidade do facto, porque não me foi possível visitar o local.⁵

O que nos chama atenção nesse relato de Pacheco Dantas é que, na década de 20, os tremores de terra já eram associados com o povoado de Baixa-Verde e que era um fenômeno com certa repercussão a ponto de Pacheco Dantas citar essa característica para o jornal. Mas, será na década de 40, nos jornais que circulavam na capital do Rio Grande do Norte, que estão explicitadas indicações mais precisas a respeito dessas atividades sísmicas. O jornal *A Ordem* de 13 de janeiro de 1949,⁶ por exemplo, publicou uma matéria que apresenta o início desse fenômeno pouco conhecido na época.

A manchete intitulada “estrondos e tremores em Baixa Verde” afirma que as pessoas que moravam na cidade de Baixa Verde estavam ouvindo, há algum tempo e com frequência, “estrondos”, e notavam que “certos predios [sic] aparecem com as rachaduras aumentadas. Não é que tenham sentido tremores de terra, mas parece que ha qualquer coisa

⁵ JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 05 dez. p. 07, 1923.

⁶ ESTRONDOS e tremores em Baixa Verde: versões desencontradas sobre o estranho fenômeno. *A Ordem*, Natal, 13 jan. 1949.

parecida”.⁷ Lendo o texto do jornal *A Ordem*, percebe-se que aquele periódico apresentava dúvidas quanto à associação entre tremores de terra e as rachaduras e estrondos que ocorriam na cidade.

Essa questão será retomada novamente pelo jornal *A Ordem* em 3 de março de 1949, quando Yolando Cocentino, correspondente do jornal na cidade de Baixa-Verde, escreveu

Há muitos anos se ouvia falar em uns extrondos que algumas vezes por ano se faziam sentir por aqui: Pessoas afirmam que começaram estes “extrondos” no ano de 1915. E desta época para cá, vez por outra, em anos intercalados eram ouvidos os tais “extrondos”. O certo é que somente em 1946 eu comecei a ouvi-los. Em noites de muita calma, escutava muito ao longe, como o tiro de um grande canhão, pois para mim não passava disto, apesar de saber que estava testemunhando aqueles “extrondos” de que ouvia falar. Começaram então a crescer em intensidade, a tal ponto de pessoas afirmarem sentir a terra tremer. Para mim era utopia. Cheguei mesmo ao ponto de desejar sentir o que os outros diziam sentir. Não desafiando a natureza, mas desejando as minhas dúvidas.⁸

No artigo de Cocentino, são encontrados alguns elementos que instigam reflexões. Mas, o principal deles diz respeito ao fato de que o articulista “ouviu dizer” que os estrondos eram sentidos e ouvidos desde o ano de 1915. Essa afirmação pode significar a existência dos tremores de terra bem antes de 1946, ano em que Cocentino afirma ter escutado, pela primeira vez, os estrondos em Baixa-Verde. Portanto, o primeiro registro oficial de terremotos em Baixa-Verde não significa que foi a primeira ocorrência desse fenômeno na cidade.

Nesse mesmo artigo, o autor Yolando Cocentino apresenta depoimentos por ele coletados de pessoas que vivenciaram os abalos sísmicos durante o ano de 1948.

[...] no dia 24 de dezembro próximo passado [1948], aproximadamente às 7,30 horas, ouvi com espanto um grande

⁷ Ibid., 13 jan. 1949.

⁸ *A Ordem*, Natal, 03 mar. 1949.

extrondo acompanhado de tremor de terra. Tive a impressão de que fora um tambor de 2 ou 3 mil quilos que tinha arriado de uma certa altura, a uns 500 metros de distância. Desde este dia até hoje estou farto de ouvir grandes “extrondos”, a terra tremer e as telhas dos edifícios rangirem. Hoje a população inteira de Baixa-Verde e seus arredores, testemunham o fato e está amedrontada pois que os “extrondos” estão amiudando como também aumentando a sua intensidade [...] Vejamos, portanto, os últimos casos que teem trazido a esta população pavor e grande nervosismo. Sábado 19 do corrente das 8 horas da manhã até a madrugada do domingo nada menos de 11 “extrondos” se fizeram nesta cidade, acompanhados de tremor de terra... Ontem dia 22 a partir das 20 horas começou a “extrondar” até alta madrugada, chegando alguém a contar 19; ora fracos, ora fortíssimos. Família houve que sobressaltadas, a alta hora da madrugada valeram-se de suas orações para tranquilizar.⁹

Em 7 de dezembro de 1950, após um ano desde as últimas atividades sísmicas relatadas por Yolando Cocentino, o jornal *A Ordem* voltou a publicar que a cidade, mais uma vez, havia sido sacudida por outra série de terremotos. Os correspondentes do Jornal *A Ordem* na cidade afirmam que

Na cidade de Baixa Verde vêm se registrando fenômenos que encham de preocupação os habitantes daquela progressista cidade. Ontem, ao meio dia, surgiu formidável estrondo, resultando ficarem rachados diversos muros, bem como quebrando telhas de várias residências [...] mais tarde, entre 12 e 13 horas, novos estampidos, (em número de oito) já se tinham ouvido, muito embora sem a mesma intensidade do primeiro [...] A’s 10 horas e hoje nossa reportagem manteve palestra telefônica com o sr. Raimundo Fernandes, da Estação da Sampaio Correia em Baixa Verde o qual nos informou que à noite de ontem até às 12 horas foram registrados mais cinco estrondos, sendo o último o mais forte dentre os demais daquela noite.¹⁰

⁹ A ORDEM, Natal, 03 mar. 1949.

¹⁰ A ORDEM, Natal, 7 dez. 1950.

Seis dias depois da publicação dessa reportagem, há uma nova atividade sísmica. O jornal *A ordem* noticiou que apenas na segunda-feira foram registrados “nada menos que dez estampidos”.¹¹ No dia dezesseis, um repórter do jornal foi até Baixa-Verde com o objetivo de averiguar esses “estrondos” e teve a oportunidade “de ouvir os ruídos, pela madrugada [...] e os poucos segundo que duraram, me fizeram mal-estar, a mim como a toda a gente. Imagino que seja os mais fortes e de maior duração!”¹².

As próximas notícias sobre os terremotos publicadas no jornal ocorrem no ano de 1952. Em 4 de março de 1952 o jornal, por meio de depoimentos de cidadãos da cidade, informou que os eventos ainda estavam acontecendo e que, nos últimos dias, “fortes estrondos têm sido ouvidos em todos os recantos da cidade de Baixa Verde, fazendo com que as casas estremeçam caindo barro das paredes.”¹³.

No dia 11 abril de 1952 a cidade passou por mais um grande susto. Esse evento não foi registrado nas colunas dos jornais, mas por um cidadão. Paulo Pereira dos Santos foi um dos baixa-verdenses que presenciou esse terremoto e que o descreveu pormenorizadamente em seu livro “Baixa-Verde: Retalhos de sua história”. A respeito do terremoto Paulo P. Santos nos conta que

[...] Quando estávamos no final do almoço, eis que chega aos nossos ouvidos de chofre um estrondo imenso acompanhado de tremor de terra. As poucas garrafas que se encontravam nas prateleiras da cozinha batiam umas nas outras. A casa toda estremeceu e seus utensílios também. Imediatamente, corríamos para fora de casa. E ao longo da Rua Nova, víamos centenas de homens, mulheres adolescentes e crianças aflitas e em pânico. [...]. Os estrondos se assemelhavam, muitas vezes, à explosão de uma dinamite numa caverna. Era uma explosão abafada acompanhada de estremezimento de terra. Às vezes pareciam com o ruído de uma

¹¹ Ibid., 13 dez. 1950.

¹² Ibid., 28 dez. 1950.

¹³ Ibid., 4 mar. 1952.

imensa barreira de muitos metros cúbicos de terra desabando sobre as paredes mais baixas. De outra feita, davam três ou quatro pequenos estrondos, um após outro com intervalos de minutos ou de horas, E davam-nos a impressão de que estavam acontecendo muito longe. [...] De repente, ouve-se novamente outro estrondo, sendo este de menores proporções do que o primeiro. As pessoas que estavam dentro de casa, saíram às carreiras para fora. Eram 14:00 horas ou mais, quando isso ocorreu. [...] Chegava-se de repente outro estrondo igual ao segundo, acompanhado de tremor de terra [...]. Nós nos encontrávamos na calçada de nossa casa, quando acontecia o terceiro estrondo. Era, mais ou menos, 17:00 horas da sexta-feira santa [...]¹⁴.

As próximas ocorrências de terremotos dar-se-ão em 04 de novembro de 1952, quando aconteceram “novas repetições dos estrondos do torreão.”¹⁵ O torreão, citado pelo jornal, é uma serra próxima da cidade que, segundo a crença de alguns moradores, poderia ser o local de origem dos terremotos. A última notícia da ocorrência dos terremotos na década de 50 será pelo jornal *Diário de Natal*. Segundo esse jornal, em 1958 a cidade continuava sendo abalada “pelos já comuns estrondos de terra”. Segundo a manchete as “notícias procedentes de João Câmara, antigo município de Baixa Verde, informam que continuam a ser ouvidos estrondos de terra naquela cidade.”¹⁶

Os terremotos de 1986-1987

Os terremotos da década de 80 na cidade de João Câmara se iniciaram no dia 5 de agosto de 1986. Segundo Veloso, nesse dia a cidade sofreu um abalo que ocorreu aproximadamente às 20:00 sendo a sua intensidade estimada em cinco ou seis graus na escala Mercalle Modificada (V-VI-MM) e magnitude 3.0 marcada pela estação sismográfica de Caicó. Esse abalo causou rachaduras em algumas casas e

¹⁴ SANTOS, Paulo Pereira dos. *Baixa-Verde: retalhos de sua história*. p. 50-52.

¹⁵ A ORDEM, Natal, 11 abr. 1952.

¹⁶ DIÁRIO DE NATAL, Natal, 17 abr. 1958.

pânico entre as pessoas.¹⁷ Esse evento marcou o início de uma atividade sísmica que desencadeou uma série de enxames¹⁸ que perdurará por alguns anos. Depois de 48 horas do ocorrido, o jornal *Diário de Natal* publicou uma das primeiras manchetes do início dessa atividade sísmica. Segundo o jornal,

A população do município de João Câmara está apavorada com a ocorrência de abalos sísmicos naquela região. Nas últimas 48 horas, segundo dados fornecidos ao Diário de Natal pelo físico Janúncio Bezerra de Melo, coordenador da Estação Sismográfica de Caicó, foram registrados por aquela estação, a partir das 16 horas da última terça-feira, cerca de 10 tremores, “todos de pequena intensidade e de curta duração”.¹⁹

Depois dessa sequência de sismos, ocorreu outro terremoto no dia 20 de agosto, com magnitude de 3.8. Porém, o que chamou a atenção para esse evento foi o fato de ter sido sentido em vários pontos da cidade do Natal.²⁰ Esse tremor, como nos fala Mário Takeya, “sacudiu toda a região em torno de João Câmara. Foi também sentido por toda a cidade de Natal, e por parte de moradores de João Pessoa”.²¹ Imagine a perplexidade dos moradores de João Câmara ao saberem que esse terremoto foi tão forte que foi sentido em João Pessoa, aproximadamente 264 km de João Câmara. Essa informação, possivelmente, causou ainda mais pânico entre os moradores da cidade.

Esses terremotos trouxeram algumas consequências para a cidade de João Câmara. Em primeiro lugar, danificaram algumas casas da cidade. Takeya afirma que os terremotos danificaram “7 casas de alvenaria e dezenas de outras apresentaram queda de reboco ou de

¹⁷ VELOSO, José Alberto Vivas. *O Terremoto que mexeu com o Brasil*: Como João Câmara, RN, mostrou que nosso País não está livre de abalos destrutivos. p. 122-123.

¹⁸ O termo enxames é um termo técnico da sismologia empregado para uma sequência de terremotos em uma região.

¹⁹ DIÁRIO DE NATAL, Natal, 08 ago. 1986.

²⁰ TAKEYA, Mario. *João Câmara, 1986*: Os abalos sísmicos e seus efeitos. Natal: Sebo Vermelho Edições. p. 28, 2016.

²¹ Ibid.

telhas”²². Em segundo lugar, além dos danos materiais, esses sismos também trouxeram danos sociais. Foi relatado pelo delegado da polícia da cidade que, durante os tremores do dia 21, “foram registrados desmaios em mulheres e mudanças apressadas de diversas famílias da sede do município em busca de locais mais seguros para fixar residência”.²³ Esse clima de tensão perdurará até o final do mês já que, no dia 28 de agosto, o *Diário de Natal* afirma que a situação está chagando a tal ponto que, “quando ocorrem os tremores, as famílias saem gritando para as ruas. muitos [sic] se negam a entrar em qualquer edifício e preferem ficar perambulando pelas ruas”.²⁴ Esses sismos sentidos pela população durante toda a semana são chamados de *réplicas*. As réplicas são sequências de abalos após o tremor principal que podem se estender por muito tempo.

No dia 3 de setembro de 1986 ocorreu na cidade mais um tremor de magnitude 4.3. Esse tremor de terra recebeu um grande destaque na mídia por seu vasto alcance. Esse terremoto foi tão forte que pôde ser sentido em outras cidades do estado do RN como também em outras cidades de estados vizinhos como Paraíba e Pernambuco. Se a população estava atemorizada pelos terremotos sentidos em agosto, esse novo tremor de terra deixou-os ainda mais angustiados. Muitas pessoas já estavam dormindo fora de suas casas e, a cada tremor de terra, muitos se dirigiam para o posto de saúde da cidade totalizando o número, só no dia 04 de setembro, de trezentas pessoas atendidas.²⁵

Em 05 de setembro ocorreu mais um estrondo na cidade. Estimado na época em magnitude 4.4, esse sismo fez com que caíssem as “paredes das residências da área urbana. Uma parte de uma mercearia cedeu aos estrondos. No posto de gasolina as latas de óleo que estavam nas prateleiras desabaram”.²⁶. No decorrer de setembro ainda foram sentidos terremotos, mas agora com menor intensidade. Em 09 de setembro, ocorreu um tremor de magnitude 3.61 e em 11 de setembro

²² Ibid, pg. 28.

²³ DIÁRIO DE NATAL, Natal, 22 ago. 1986.

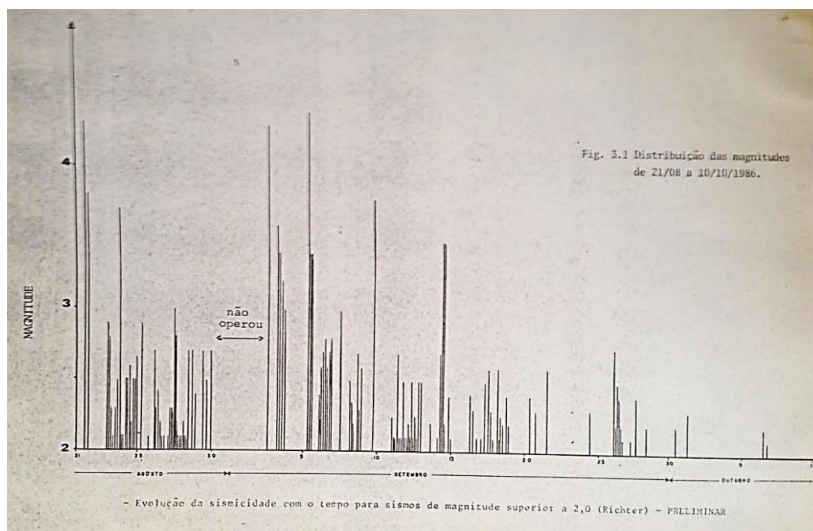
²⁴ Ibid., 28 ago. 1986.

²⁵ DIÁRIO DE NATAL, Natal, 04 set. 1986.

²⁶ Ibid., Natal, 06 set. 1986.

ocorreu outro, de 3.6.²⁷ A imagem 1 mostra um gráfico no qual apresenta o comportamento da atividade sísmica durante os meses de agosto a outubro de 1986. O interessante nessa imagem é que, a partir de setembro, os terremotos passaram a diminuir, tanto em frequência, quanto em intensidade. Esse tipo de diminuição já era esperado pelos geólogos que estavam estudando esses fenômenos. Normalmente, quando ocorre um grande terremoto e a propagação de suas réplicas é “natural” esperar tanto a diminuição de intensidade quanto de suas frequências já que se entende que a energia causadora dos tremores de terra foi liberada.

Imagem 1 - Mostra a evolução sísmica dos terremotos entre os meses de agosto até outubro. Por meio dele nota-se a diminuição dos terremotos depois do mês de setembro de 1986.



Fonte: ESTUDOS sismológicos efetuados na região de João Câmara pela UFRN e UnB: resultados preliminares. Natal, 1987.

Mas os terremotos de João Câmara vão lembrar uma lição valiosa para a comunidade científica: a natureza é imprevisível. Na

²⁷ TAKEYA, Mario. *João Câmara, 1986: Os abalos sísmicos e seus efeitos*. p. 97.

madrugada de 30 de novembro de 1986, a cidade foi acordada com um terremoto que foi medido na época como 5.3 na escala Richter.²⁸ Foi o maior já sentido na região. Um artigo publicado no *O Poti* descreve alguns dos resultados causados por esses estrondos no dia de domingo:

O pânico se instalou na madrugada de ontem no município de João Câmara, a cerca de 75 quilômetros de Natal. Um abalo sísmico, que atingiu 5,3 graus de magnitude na escala Richter – sentido em todo o Rio Grande do Norte e cidades da Paraíba e Pernambuco – levou a população às ruas, destruiu casas, feriu quatro pessoas, cortou o fornecimento de energia elétrica e contatos telefônicos, fechou farmácias de plantão, restaurantes, bares e o posto de gasolina da BR-406.²⁹

Mas esse terremoto não seria o único a ser sentido nesse dia. Segundo o jornal *O Poti*, até o meio dia, foram sentidos mais seis terremotos distribuídos nos seguintes horários: 3h22mim (o maior de todos), que atingiu 5.3 na escala Richter; 3:26mim, 3.7 graus; 4h07mim, 4.1 graus; 4h10 mim, 4.2 graus; 4h59mim, 4.1 graus; 5h02mim, 4.5 graus, e 12h02mim 4.4 graus³⁰. Porém, um dado dos registros orais nos chama a atenção. Mesmo o dia 30 de novembro sendo marcado por uma série de tremores de terra, é o terremoto de 5.1 que ficará marcado na memória da população. E não apenas isso, o impacto desse sismo foi tão grande para a população que, ao perguntarmos sobre os terremotos de 1986 ou sobre as reações diante dos terremotos, muitos respondem com base no que fizeram na madrugada de 30 de novembro. Todos os outros terremotos são interpretados com base nesse sismo. Josefa Ferreira da Silva, por exemplo, mostra que

Em relação aos terremotos de 1986, vivenciamos como todo mundo vivenciou: sentido um pânico total porque ele nos pegou de surpresa. Vivenciámos esse agora [1986] em pânico, porque foi

²⁸ Por meio de estudos posteriores a magnitude desse sismo foi avaliado em 5.1.

²⁹ O POTI, Natal, 01 dez. 1986.

³⁰ Ibid.

grande, assustador. Estávamos dormindo, era madrugada, e acordamos com um abalo que sacudiu tudo. Eu me levantei e corri para abrir as portas de traz para meu pai e minha mãe saírem. Minha preocupação era mais com eles dois já que eram pessoas de idade. Quando cheguei para abrir a porta elas já estavam abertas, os ferrolhos tinham caído. Olhei e vi a lua no alto do céu pelos buracos que ficam das telhas que caíram. A tampa do fogão voou longe, a geladeira estava aberta, foi apavorante.³¹

O terremoto de 5.1 na escala Richter seria o maior já sentido pela cidade naquele mês, mas não seria o último. Ainda faltava muito para que os terremotos deixassem de ser sentidos pela população. Na noite de 08 de dezembro de 1986, às 20:11 ocorreu um terremoto de 4.5 na escala Richter que, segundo o jornal *Diário de Natal*, provocou “pânico na população, com falta de energia numa parte da cidade”. O jornal continua dizendo que os sismógrafos da UNB e USP já “havam registrado cerca de quarenta tremores, mas muitos deles imperceptíveis sem equipamento.”³² Já em 24 de dezembro a terra passou a tremer novamente com um sismo de magnitude 4.1. Esse sismo recebe destaque, já que foi sentido em Natal, João Pessoa e Recife.³³

Em janeiro de 1987 os sismógrafos registram mais um fenômeno do “enxame de sismos” que culminou com dois grandes sismos de magnitude 4.1 e 4.0 respectivamente. Na época, Mario Takeya, falou sobre esses tremores mostrando que

Desde o dia de Natal até 31 [dezembro] o sismógrafo vinha registrando curva claramente descendente. A partir do dia primeiro, se acentuou pequeno aumento. No dia dois, houve abalo de 3.5, que assustou muita gente que fazia feira na cidade. Depois disso, foram registrados vários acima de 3, mas sem chegar a 4. Esse novo enxame culminou com os de hoje (ontem).³⁴

³¹ Entrevista concedida no dia 07/0/2017.

³² DIÁRIO DE NATAL, Natal, 06 dez. 1986.

³³ Ibid., Natal., 25 dez. 1986.

³⁴ Ibid., Natal., 08 jan. 1987.

Essa série de terremotos, com consideráveis intensidades, agravou ainda mais a situação da população da cidade. Para termos uma ideia do que esses terremotos significaram para os cidadãos, basta transformar a energia sísmica liberadas pelos tremores por energia elétrica. Segundo Veloso, só o tremor de magnitude 5.1 “seria suficiente para sustentar o consumo [elétrico] da cidade de João Câmara, daquela época (46GWh/Ano), por cerca de oito dias”³⁵. E mais, ele ainda salienta que

se fosse possível capturar a energia gasta pelo terremoto, em segundos, para chacoalhar o chão daquela região, e a transformasse em energia elétrica, os camaraenses poderiam iluminar suas casas e usar seus utensílios elétricos por mais de uma semana.³⁶

A próxima notícia sobre os terremotos foi publicada em 29 de janeiro de 1987 quando, no dia anterior, ocorreu um terremoto de 4.1 e que também foi sentido em Natal. O anúncio desse terremoto é interessante porque, mesmo sendo em uma magnitude significativa, o jornal afirma que “não houve pânico na cidade que, aos poucos volta a seu ritmo normal.”³⁷ Mas porque esse terremoto não espalhou pânico entre os cidadãos como os anteriores? Podemos sugerir duas hipóteses. A primeira pode estar relacionada com a adaptação do povo. Como os terremotos passaram a ser quase que rotineiros, a população pode ter se acostumado e aprendido a conviver com tais tremores. A segunda hipótese é que o terremoto pode ter sido muito profundo. A avaliação da profundidade de um epicentro é importante porque, quanto mais profundo for o foco do tremor, menos intenso será a reverberação das ondas sentidas pela população que esteja nas regiões epicentrais.

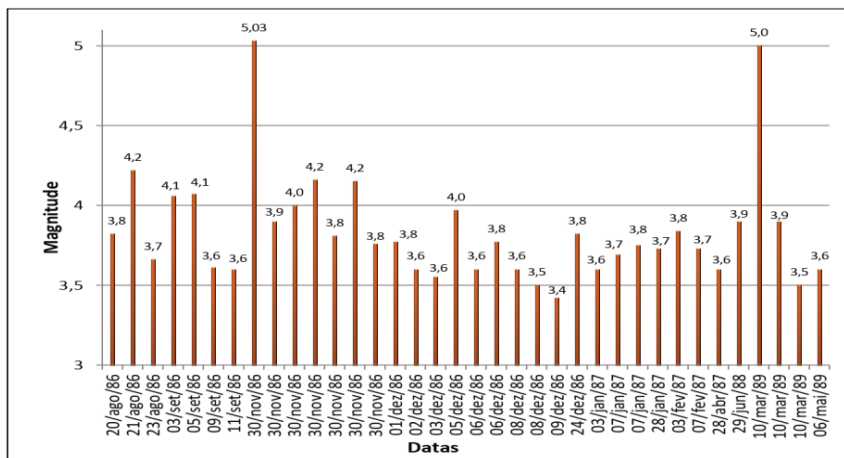
Mesmo esse terremoto não causando pânico aos cidadãos, o fato é que a ativação sísmica perdurará por muitos anos ainda. No gráfico

³⁵ VELOSO, José Alberto Vivas. *O Terremoto que mexeu com o Brasil: Como João Câmara, RN, mostrou que nosso País não está livre de abalos destrutivos.*, p. 21.

³⁶ Ibid.

³⁷ DIÁRIO DE NATAL, Natal, 29 jan. 1987.

abaixo, podemos perceber que a fase mais intensa da atividade sísmica de João Câmara perdurou até o ano de 1989. Esse gráfico é interessante, já que aponta todos os sismos acima de 3.5, mostrando não apenas a constância dos terremotos durante todos esses anos, como também seu grau elevado:



Fonte: Gráfico criado a partir das informações retiradas da obra: TAKEYA, Mario. *João Câmara, 1986: Os abalos sísmicos e seus efeitos*. p. 113-114.

O que o gráfico demonstra é que os terremotos não se restringiram a apenas aos anos de 1986-1987, recorte desse ponto, mas se perpetuaram durante um longo período e ainda atingindo níveis elevados. Podemos ver, por exemplo, que o segundo maior terremoto na cidade ocorreu no dia 10 de março de 1989 atingindo 5.0 na escala Richter.

Algumas consequências desses terremotos

Os terremotos em João Câmara não apenas trouxeram consequências materiais e psicológicas, mas também deixou alguns feridos.

Como o terremoto de 5.1, por exemplo, ocorreu na madrugada de 30 de novembro, muitos foram pegos de surpresa. A família do sr. Jovelino Silvino da Silva, agricultor e pai de cinco filhos foi uma dessas

famílias. Quando iniciou esse terremoto sua casa desabou, soterrando suas duas filhas: Maria Odete (10 anos) e Maria Aparecida (14 anos). Sua esposa, Maria Silvino, em reportagem ao jornal Tribuna do Norte mostra como foram esses momentos de desespero:

Quando escutei o estrondo, disse: valha-me minha Nossa Senhora. Quando me preparei para mi levantar e chamar os meninos, vi as telhas despencar. Fiquei atarantada. Parti para o quarto e já fui me relando toda. Quando consegui entrar na sala, ouvi as garotas dizerem me acuda Mainha, me acuda Mainha. O pai estava dormindo na casa de farinha e os três garotos na casa de taipa ali a trás. Os garotos acordaram e como estava tudo no escuro saíram com uma pilha (lanterna) correndo pra mim. Eu lá dentro levantava a ripa e caibro atrás das meninas. Consegui tirar a telha e as duas debaixo. O menino de 11 anos trouxe um candieiro e consegui tirar as meninas, graça a Deus com vida.³⁸

As imagens a seguir apresentam o estrago que os terremotos causaram na residência dessa família.³⁹



Fonte: Acervo de Cosme Fernandes de Souza.

A imagem à esquerda apresenta a frente da casa completamente destruída, enquanto a imagem da direita mostra a mesma casa em outro ângulo. Observa-se que, para evitar o desmoronamento de outras partes

³⁸ TRIBUNA DO NORTE, Natal. In: _____. VELOSO, José Alberto Vivas. *O Terremoto que mexeu com o Brasil: Como João Câmara, RN, mostrou que nosso País não está livre de abalos destrutivos*. p. 152.

³⁹ As duas imagens são fotos produzidas pelo geólogo José Alberto Vivas Veloso durante o período de maior frequência dos terremotos em 1986. Posteriormente, essas fotos foram doadas ao acervo pessoal de Cosme Fernandes de Souza.

da casa, os seus moradores colocaram escoras de madeira para sustentar o peso. Mas o elemento que chama a atenção é o aspecto emocional existente na imagem. De frente da residência encontra-se o senhor Jovelino Silvino da Silva com feições de tristeza em seu rosto. Esse elemento faz com que a nossa percepção da imagem ganhe novos contornos, novos significados. O que está sendo visto não é apenas um prédio em ruínas, mas nos sensibilizamos por meio da desolação dessa família. Não é à toa que essa imagem foi escolhida por quase todos os jornais, seja estadual ou nacional.

José Alberto Vivas Veloso também narra a situação de outras famílias que se feriram nesse terremoto. Sr. Ramiro Freire da Silva, morador da zona rural, pai de sete filhos viu a casa cair em cima da família. E também mostra a situação do agricultor Luiz Souza do Nascimento que abandonou o sítio onde vivia quando a sua casa “caiu e quase perdeu a mulher e um filho de quatro anos, que ficaram soterrados [...]”⁴⁰

Mas esses terremotos não deixaram apenas um lastro de desabrigados e feridos. Ocorreu pelo menos uma morte após o grande sismo de 30 de novembro de 1986. No dia 04 de dezembro de 1986 o jornal Diário de Natal publicou uma notícia intitulada: “Primeira vítima tem 8 meses de idade”. Essa notícia fala sobre a morte de Alex Viltebino da Silva, uma criança de 8 meses que foi atingida na cabeça por um “torrão de barro”. Após o ferimento, sua família levou-o ao hospital. No hospital os médicos insistiram para a sua internação, porém, sua avó, com medo dos terremotos, não permitiu e levou novamente para sua casa. O estado da criança se agravou quando “na madrugada de domingo, segunda e terça-feira, a cada abalo, mesmo de pequena intensidade, a criança era retirada da rede e levada para fora, ao lado dos demais familiares, quando teve seu problema de saúde agravado”.⁴¹

⁴⁰ TRIBUNA DO NORTE, Natal. In: _____. VELOSO, José Alberto Vivas. *O Terremoto que mexeu com o Brasil*: Como João Câmara, RN, mostrou que nosso País não está livre de abalos destrutivos. p.154.

⁴¹ DIÁRIO DE NATAL, Natal, 04 dez. 1986.

Terremotos e as relações humanas

Portanto, como podemos ver, os terremotos trouxeram grandes transformações no espaço da cidade. Eles foram os grandes transformadores da paisagem da cidade de João Câmara no decorrer do século XX. Entretanto, seria um erro se as destruições causadas pelos terremotos não fossem interpretadas a luz das relações humanas. Como observaremos, a relação entre a ação humana e a ação natural trouxeram mudanças significativas na paisagem da cidade. Veremos que as ações humanas contribuíram significativamente para a intensificação dos desastres causados pelos terremotos.

Ao estudar historicamente os terremotos, o historiador Mike Davis defende a tese de que, normalmente, as destruições causadas por esses desastres naturais têm uma relação direta com a ação humana. Para comprovar a sua ideia, o autor afirma que, muitas vezes, após um terremoto as edificações são destruídas, principalmente, pela má qualidade nas edificações e não em razão da intensidade desse fenômeno natural. Segundo Davis,

[...] a destruição sísmica mapeia com estranha exatidão as habitações de tijolo, barro ou concreto de má qualidade, principalmente se associadas a desmoronamentos de encostas e liquefação do solo. O risco sísmico é a letreirinha minúscula do acordo diabólico da habitação informal.⁴²

A partir da interpretação de Davis, pode-se afirmar que não são somente os terremotos que trazem destruições, mas elas ocorrem também por causa das relações existentes entre esses fenômenos e as próprias relações sociais estabelecidas em um espaço. Portanto, as relações sociais podem intensificar os efeitos de grandes cataclismos. Isso nos permite vislumbrar que as destruições ocorridas na cidade de João Câmara, durante os terremotos têm uma relação direta com a ação humana.

⁴² DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, p. 131, 2006.

Ao analisarmos as edificações de João Câmara na época dos terremotos de 1986, notamos que as residências da cidade tinham sido construídas sem levar em conta padrões mínimos de construções definidos pelas normas técnicas da Engenharia Civil, o que tornava as casas habitações frágeis diante das vibrações sísmicas. Na zona rural do município, por exemplo, várias casas caíram ou tiveram suas bases severamente danificadas pelos terremotos. Segundo relatório da Defesa Civil, só na zona rural, pelo menos 229 prédios ficaram danificados e 62 foram destruídos⁴³.

Alberto Vivas Veloso, um dos geólogos que estudou os terremotos que ocorreram em João Câmara no ano de 1986 narra como eram os estilos dessas casas. Segundo ele, a maioria das construções da zona rural do município “eram bem mais simples e frágeis [...] Havia grande número de casa de adobe e mais ainda de taipa e de pau-a-pique, de interior de terra batida e coberturas de folhas de palmeiras.”⁴⁴ Segundo esse autor, essas construções foram as que mais sofreram devido à fragilidade nas suas estruturas:

O problema começa pela fundação, pois, quando existe, normalmente tem profundidade insuficiente, emprega material inadequado e não é completamente com baldrame. A falta de pilares nos cantos das alvenarias, a ausência de vigas, o costume de colocar as cumeeiras diretamente sobre os tijolos e as longas paredes sem cinta, colunas intermediárias, ou outro tipo de amarração, provam como as casas eram fracas para suportar os movimentos bruscos do chão durante os tremores de terra.⁴⁵

Assim, boa parte dos problemas diz respeito, não ao terremoto em si, mas a maneira que as edificações foram construídas. Em entrevista concedida ao *Diário de Natal*, o engenheiro civil Manoel Lucas Filho, diretor do Centro de Tecnologia da UFRN, que visitou a cidade de João

⁴³ BRASIL. Ministério do Interior. Secretaria Especial da Defesa Civil. *Abalos sísmicos no Estado do Rio Grande do Norte*. Brasília, p. 04, 1987.

⁴⁴ VELOSO, José Alberto Vivas. *O Terremoto que mexeu com o Brasil: Como João Câmara, RN, mostrou que nosso País não está livre de abalos destrutivos*. p. 162.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 132.

Câmara para avaliar os efeitos dos terremotos na estrutura física da cidade, afirmou que o grande problema da cidade era estrutural. Segundo o engenheiro, nem os prédios públicos que poderiam servir de abrigo tinham condições de serem utilizados, já que também estavam danificados. Na época, Manoel Lucas afirmou que João Câmara precisa “de um Código de Obras, onde, no mínimo, as obras públicas sejam seguras e capazes de se manterem apesar dos abalos. Até para servirem de abrigo às vítimas”.⁴⁶

A fome foi outro elemento que se somou aos terremotos criando assim um espaço ainda mais inseguro. A fome é um elemento, sobretudo social. Ela só existe devido às relações de forças que são travadas no seio da sociedade. A fome, como nos indica Mike Davis, pode ser interpretada como uma “catastrófica relação social entre grupos desigualmente dotados que pode ser ativado pela guerra, depressão ou até mesmo por algo chamado ‘Desenvolvimento’, assim como por fenômenos climáticos extremos. O mais provável, claro, é uma conjuntura de diferentes fatores”⁴⁷.

Várias reportagens mostram que, durante os terremotos e, principalmente depois dos terremotos de 30 de novembro, a cidade passa a ser assolada pela fome. Kátia Mulatinho, integrante da equipe médica da secretaria da saúde, por exemplo, afirma que

[...] a maior doença por aqui é a fome. Fome, muita fome. O povo está desprotegido [...] A maioria das pessoas que tem procurado o serviço médico reclama sempre da fome, apresentando um quadro clínico decorrente da má alimentação, agravada desde que a cidade passou a viver em estado de emergência, pela fome.⁴⁸

A fome foi um fator que permaneceu na mente de alguns camaraenses que passaram por essas dificuldades. Raimundo

⁴⁶ DIÁRIO DE NATAL, Natal, 02 dez. 1986.

⁴⁷ DAVIS, Mike. *Holocaustos coloniais*: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Record, p. 30, 2002.

⁴⁸ TRIBUNA DO NORTE, Natal, 11 dez. 1986.

Floresvaldo de Brito⁴⁹, por exemplo, conta que sua situação de fome estava ligada à fuga da população:

Antes dos abalos eu vendia rifas de galinha [rifa de galinha sorteado através do jogo do bicho], mas com os tremores as pessoas foram embora (inclusive mamãe feriu uma perna e foi embora para o Mato Grande), a cidade ficou deserta e eu fiquei sozinho. As galinhas morreram e fiquei desempregado. Fui ajudar no circo da emergência que foi levantado para socorrer as pessoas doentes para ganhar um prato de comida.

Se a fome sentida por Raimundo Floresvaldo de Brito estava relacionada com o desemprego, para Maria Adelaide do Nascimento a fome estava ligada, não à falta de comida, mas a sua qualidade. Segundo ela, “[...] depois de um tempo chegou uma crise muito forte. Depois acabaram as coisas boas e ficaram as que não prestavam, como feijão velho ou estragado. Só comia carne quem tinha condições e ainda era escondido”.⁵⁰

Junto com os terremotos e a fome, as doenças passaram a se propagar rapidamente na cidade. Essas doenças eram causadas por dois elementos sociais que prevaleciam na cidade: lixo nas ruas e falta de higiene. O jornal *Tribuna do Norte* mostra que uma das principais causas da propagação das doenças na cidade era o acúmulo de moscas no lixo espalhado pela cidade. Segundo o jornal:

As moscas proliferam assustadoramente, pois os serviços de limpeza pública não estão sendo feitos e o lixo se acumula em diversos pontos da cidade. Mesmo no serviço de atendimento médico de urgência as moscas, em bandos insistentes, disputam espaço com as pessoas.⁵¹

⁴⁹ Entrevista concedida no dia 30/06/2016.

⁵⁰ Maria Adelaide do Nascimento nasceu em 16 dezembro de 1935 no Matão, na zona rural de João Câmara. Mudou-se para o perímetro urbano ainda criança, com 10 anos, para trabalhar como doméstica na cidade de João Câmara. Sua entrevista ocorreu no dia 30/06/2016.

⁵¹ TRIBUNA DO NORTE, Natal, 11 dez. 1986.

Assim, a convivência com os terremotos e as moscas fez com que aumentasse o quadro de diarreia entre a população. Logo, podemos observar que a ocorrência de determinadas doenças está diretamente associada às ações humanas criando assim um espaço onde elas podem se propagar fácil e rapidamente.

Conclusão

Em João Câmara, especificamente, durante boa parte do século XX, a população precisou conviver com os terremotos. Como foi mostrado no decorrer desse capítulo, nas décadas de 1940, 1950 e 1980 os tremores foram mais intensos do que em outros períodos, levando as pessoas a buscar alternativas para conviver com esses fenômenos. Durante a ativação das atividades sísmicas a população se deparou e foi obrigada a conviver com uma série de problemas na cidade: Casas foram destruídas ou danificadas, fome e doenças se alastraram. Demonstrou-se, no decorrer desse trabalho, que os efeitos sociais do terremoto não foram causados exclusivamente pelas *forças da natureza*. As relações sociais desenvolvidas pela população também contribuíram para as consequências ambientais do fenômeno. As relações sociais contribuíram para a intensificação do desastre.

Portanto, ao terminar este texto, uma questão deve ter sido respondida: qual a necessidade de um historiador se debruçar sobre documentos que tratam de uma série de terremotos ocorridos numa pequena cidade do interior do Rio Grande do Norte?

Primeiro, o historiador é um pensador do presente. É a partir do contemporâneo que surgem as questões históricas que instigam a busca pelo passado. Nessa perspectiva, nos dias de hoje, João Câmara ainda é uma cidade vulnerável a terremotos e, ao mesmo tempo, possuidora de uma população que pouco sabe a respeito de como os terremotos, historicamente, têm afetado a cidade. Assim, este trabalho pretendeu sistematizar dados e lançar análises que possam ser úteis para uma cidade que, a qualquer momento, pode voltar a sofrer com novas

atividades sísmicas iguais ou maiores do que aquelas que assolaram essa região no passado.

Segundo, ainda que não saibamos precisar se existirão novos terremotos, quando eles surgirão e como a população de João Câmara poderá conviver com esses fenômenos, espera-se que o conjunto de reflexões aqui contidos possa, efetivamente, ter demonstrado que um fenômeno aparentemente natural possui uma dimensão histórica e essa dimensão pode ajudar a população a lidar melhor com essa adversidade.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério do Interior. Secretaria Especial da Defesa Civil. **Abalos sísmicos no Estado do Rio Grande do Norte**. Brasília, 1987.

CAPANEMA, Guilherme Schüch. Quaes as tradições, ou vestígios geológicos que nos levem à certeza de ter havido terremotos no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 22, 1859.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Holocaustos coloniais**: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. Os tremores de terra na Chapada da Serra Verde. In: _____. **Os Holandeses na Capitania do Rio Grande**. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1998.

SANTOS, Paulo Pereira dos. **Baixa-Verde**: retalhos de sua história. [S.l.: s.n.], 1990.

TAKEYA, Mario. **João Câmara, 1986**: Os abalos sísmicos e seus efeitos. Natal: Sebo Vermelho Edições. 2016.

VELOSO, José Alberto Vivas. **O terremoto que mexeu com o Brasil:** como João Câmara, RN, mostrou que nosso país não está livre de abalos destrutivos. Brasília: Thesaurus, 2012.

CAPÍTULO 7

MENDONÇA DO AMARELÃO: DESAFIOS E CONQUISTAS DA IDENTIDADE INDÍGENA NA REGIÃO DO MATO GRANDE – JOÃO CÂMARA/RN E NO CONTEXTO NACIONAL

Jussara Galhardo Aguirres Guerra

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os principais resultados da dissertação de mestrado intitulada *Mendonça do Amarelão: os caminhos e descaminhos da identidade indígena no Rio Grande do Norte* (Guerra, 2007), desenvolvida no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O estudo tem como foco o grupo familiar Mendonça, que vive em diversas localidades para além do Amarelão, situado na zona rural do município de João Câmara/RN, na região do Mato Grande, distante aproximadamente noventa e seis quilômetros da capital, Natal, no estado do Rio Grande do Norte.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de trabalho de campo de caráter etnográfico, com o emprego de entrevistas semiestruturadas e rodas de conversa, que reuniram informações pertinentes à história oral, à memória e à identidade social do grupo. Esses procedimentos permitiram detalhar aspectos centrais de sua trajetória histórica, de sua dinâmica sociocultural, dos fluxos migratórios do grupo, bem como dos processos de construção de sua identidade social. A partir desse conjunto de informações, o estudo adotou uma postura crítica em relação à historiografia oficial, problematizando suas lacunas e silenciamentos, ao

confrontá-la com os dados oriundos da história oral. Tais narrativas receberam maior relevo analítico e foram valorizadas como fontes primárias, assumindo centralidade analítica na construção das interpretações aqui apresentadas.

Na historiografia tradicional, há um consenso interpretativo que sustentou as noções de “aculturação”, “miscigenação” e “desaparecimento” dos povos indígenas no estado potiguar, conforme evidenciado por autores como Cascudo ([1955] 1995), Lyra (1998), Mariz e Suassuna (2002), entre outros. Em contraposição aos pensamentos desses estudiosos, o presente estudo evidencia os processos de sobrevivência, resistência e reconfiguração sociocultural, destacando a agência histórica (agency) dos indígenas no estado, na construção de suas trajetórias. Essa perspectiva dialoga com os com as contribuições teóricas de Turner (1979,1987), Sahllins (1997,2003) e Marcus (1991), sobretudo no que diz respeito à capacidade dos atores sociais de produzir e transformar a cultura historicamente por meio da ação humana.

Os estudos de Oliveira (1999, 2004a, 2004b), superam as perspectivas essencialistas e românticas ao adotarem uma abordagem histórico-política que enfatiza os processos de territorialização e de etnogênese, compreendidos como dinâmicas próprias mediante contextos de intenso contato, nos quais as identidades étnicas são reconstruídas e reafirmadas. Nessa mesma direção, Poutignat, Streiff-Fenart (1998), assim como Barth (1998), propõem o rompimento com definições substancialistas acerca da noção de grupos étnicos, destacando os processos relacionais, situacionais e históricos que configuram as identidades. Por sua vez, os estudos de Halbwachs (1990) e Pollak (1989, 1992) evidenciam a centralidade da memória social e da história oral para o complexo entendimento dos processos de construção, manutenção e ressignificação das identidades sociais.

Nesse sentido, subjacente ao nome Mendonça, expressa-se uma identidade coletiva, na qual se imprime uma forte conexão com os antecessores indígenas, que baliza suas ações de forma peculiar e etnicamente diferenciada, reafirmadas e fortalecidas na

contemporaneidade. Essas famílias, por meio de sucessivos fluxos migratórios, constituíram novos espaços sociais de reprodução, ocupando distintos lugares-refúgio¹, tanto na região do Mato Grande quanto fora dela, em outras localidades. A família extensa Mendonça, oriunda da Paraíba, estabeleceu-se em território potiguar, mantendo sua diferenciação étnica ao mesmo tempo em que produziu e delimitou fronteiras simbólicas, consolidando sentimentos de pertença por meio das interações sociais.

AS MIGRAÇÕES – CONTEXTOS HISTÓRICOS, FORMAS DE SOBREVIVÊNCIA E TERRITORIALIDADE

O grupo familiar Mendonça constituiu-se a partir de antecessores indígenas que, conforme registra a história oral, migraram da Paraíba para o Rio Grande do Norte há mais de um século e meio. Esse processo é também registrado por Lima (1990) e Cascudo (1991), que mencionam deslocamentos oriundos de antigos aldeamentos que se tornaram vilas. Ao se estabelecerem em território potiguar, esse grupo encontrou meios de sobrevivência e de reestruturação sociocultural particularmente na região do Mato Grande² e em outras localidades, caracterizando-se como um coletivo multilocal, sustentado por vínculos territoriais e redes de parentesco que articulam os diferentes espaços de residência.

De acordo com a oralidade, tais migrações persistiram até, pelo menos, o início do século XX, tendo como destino o Agreste potiguar, onde se encontra o Amarelão, assim como outras áreas. Embora os Mendonça ocupem espaços diferentes, ampliam continuamente suas redes de parentesco e sociabilidade, incorporando novos elementos culturais,

¹ Lugares-refúgio – conceito criado pela autora (Guerra, 2007, 2011) ao se referir às fugas dos indígenas em busca de reconstrução sociocultural em novos espaços para sua sobrevivência. As migrações aconteceram em decorrência de hostilizações, expulsões das terras por eles habitadas, ou por motivos de força da natureza – secas prolongadas –, assim como a ocorrência de doenças infectocontagiosas, que os obrigavam a fugir dos espaços atingidos por esses patógenos – varíola, caxumba, entre outros.

²Esta região abrange os municípios de Taipu, Poço Branco, João Câmara (cidade-pólo), Bento Fernandes, Jandaíra, Parazinho, São Bento, Caiçara do Norte, Pedra Grande, São Miguel do Gostoso, Touros, Pureza, Rio do Fogo, Barra de Maxaranguape, Jardim de Angicos.

sem, no entanto, perderem os laços de afinidade com a família extensa, o que contribui para a consolidação de um sentimento de pertença territorial, onde circulam e se reproduzem socio culturalmente. Nesse sentido, ampliam suas redes de circulação, parentesco e pertencimento que atravessam diferentes espaços.

Os Mendonça expandiram-se por diversas localidades, a exemplo de povoados que se estabeleceram no município de João Câmara, entre os quais se destacam o Amarelão, Serrote de São Bento, Assentamento Santa Teresinha e Marajó, além de Açucena. No município de Jardim de Angicos, o grupo familiar também se estabeleceu em uma localidade denominada Cachoeira, igualmente conhecida como Nova Descoberta.

Além dessas localidades no meio rural, parte dessa família migrou, a partir da década de 1980, para um espaço urbano conhecido como “Amarelão Novo”, situado na Zona Norte de Natal. Esse processo de deslocamento esteve diretamente associado aos intensos abalos sísmicos registrados naquele período, quando dezenas de sismos afetaram significativamente a região, impactando as condições de vida da população local (Takea, 2016).

Conforme registra Medeiros Filho (1998), no contexto das incursões holandesas em busca de informações sobre a geografia da capitania do Rio Grande, o chefe indígena Caracará descreveu a existência de uma elevação montanhosa conhecida, entre os Tapuia, como Cowoyry e, entre os Potiguara, como Moytyapoa, Moteapy ou Matiapoa. Tal formação corresponde à atual Chapada da Serra Verde, situada na microrregião do Mato Grande – denominada Caaçu na língua tupi –, no estado do Rio Grande do Norte. O topônimo Matiapoa, de origem tupi, significa “fazer estrondo”, o que revela não apenas uma designação espacial, mas também uma forma de conhecimento simbólico da paisagem, ancorada nos saberes indígenas e nas características peculiares do ambiente territorial.

O conhecimento indígena, ao nomear os espaços com os quais interage e estabelece relações, revela dimensões centrais de sua territorialidade e das formas profundas de interação com o território, elementos indispensáveis à sobrevivência e à reprodução sociocultural

desses grupos. Assim, torna-se fundamental considerar essas nomeações, uma vez que elas guardam importantes significados e informações valiosas sobre os ambientes naturais, os elementos da flora e da fauna, entre outros aspectos de ordem ecológica e simbólica. Esse é um aspecto relevante, pois desloca a interpretação para além de uma dimensão meramente descritiva, incorporando aspectos cosmológicos e perceptivos desses povos no estado potiguar.

Não obstante parte da população Mendonça tenha migrado e se estabelecido em diferentes espaços territoriais – como no caso da migração para o Amarelão Novo –, os membros dessa família permanecem interligados por meio dos laços de parentesco e da referência simbólica à terra de origem, o Amarelão – no ambiente rural –, entendido como gênese da família extensa, e, portanto, base de sua identidade. Nesse contexto, a dicotomia tradicional entre o rural e o urbano perde seu sentido excludente quando atravessada pelos esquemas culturais peculiares dessa família, que amplia e ressignifica sua rede de parentesco onde quer que encrave suas raízes (Sahlins, 1997).

Historicamente, os processos migratórios dos Mendonça devem ser observados à luz do contexto crítico estabelecido a partir da promulgação da Lei de Terras, na segunda metade do século XIX. Esse marco jurídico reconfigurou o regime de propriedade fundiária no Brasil, passando a permitir a aquisição de terras apenas por compra, convertendo as posses tradicionais em ocupações consideradas ilegais. Nesse cenário, o Estado ordenou a incorporação das terras indígenas ao patrimônio dos chamados “nacionais”, sob o argumento de que os povos indígenas já não dispunham de aldeamentos, estando dispersos entre as populações regionais. Consolidou-se, assim, a lógica narrativa de que esses grupos já haviam se “misturado”, tornando-se, portanto, “mestiços”, “o que culminaria com a negação da existência de índios” (Dantas; Sampaio; Carvalho, 1995, p. 452). Como consequência, numerosos grupos indígenas foram expulsos de seus territórios, aldeamentos e vilas, sendo compelidos a buscar outros espaços como estratégia de sobrevivência não apenas física, mas também social e cultural, em um contexto marcado por deslocamentos forçados e reconfigurações territoriais.

Nesse cenário de desterritorialização e de apagamento do reconhecimento jurídico dos povos indígenas ao longo do século XIX, a recuperação das trajetórias históricas desses atores sociais não se apresenta como uma tarefa simples, sobretudo diante da escassez de documentações e registros históricos sistematizados, particularmente acerca do grupo familiar Mendonça. Em referência a essa família extensa, identificam-se algumas referências em Lima (1990), que destaca a chegada desse grupo à localidade do Amarelão, proveniente do Brejo da Paraíba, fato ocorrido ainda na primeira metade do século XIX. Segundo o referido autor, registra-se, também, nesse mesmo período, a migração de um casal indígena, citado como “domesticado”, oriundo de São Gonçalo. O autor afirma:

Há mais de um século, veio do Brejo paraibano Ignácio Barbosa, casado com Izabel Maria da Conceição, e fixou-se no lugar Amarelão. Mais ou menos na mesma época, chegava de São Gonçalo, Antonio José de Mendonça (índio domesticado) com sua mulher. (Lima, 1990, p. 20, grifo da autora).

Lima (1990, p. 20) afirma ainda que “a descendência dos casais se entrelaçou (endogamia), dando origem aos Mendonça do Amarelão e que se agrupavam em uma aldeia”. Observa-se, a partir dessa indicação, a chegada dos casais Barbosa e Mendonça à localidade do Amarelão, cujas uniões estiveram na base da constituição da família extensa. Nesse processo, o nome Mendonça consolidou-se como forma predominante de autoidentificação coletiva do grupo, articulando pertencimento, continuidade histórica e diferenciação étnica.

A história oral do grupo corrobora a ocorrência de migrações procedentes do Brejo paraibano, mais especificamente da região de Bananeiras, de onde grande parte de seus membros rememora a vinda de seus antecessores para seu estabelecimento no Amarelão. No entanto, tais narrativas não esclarecem ao certo, os motivos desses deslocamentos, fazendo referência apenas a contextos de adversidades,

como ressalta o Sr. Onório³: “[...]eu acho que é porque estava ruim lá para eles lá...”. Ademais, a história oral não menciona a cidade de São Gonçalo como local de origem dos antecessores, divergindo, nesse ponto, da informação apresentada por Lima (1990).

Entretanto, é importante ressaltar que, para além das questões de terras, outras inúmeras razões podem ter contribuído para a intensificação de fluxos migratórios. Entre eles, sobressaem os fenômenos naturais, como os recorrentes períodos de seca que assolaram a Paraíba ao longo do século XIX. Além desse fator, as epidemias e a fome vitimaram populações inteiras, inclusive na região do Brejo paraibano⁴. Informações constituídas a partir da história oral do grupo indicam que diversos deslocamentos persistiram até o início do século XX, marcando profundamente a memória coletiva e consolidando o estabelecimento do grupo no Amarelão há mais de cento e cinquenta anos.

Paralelamente, em uma localidade chamada Serrote de São Bento, situada aproximadamente cinco quilômetros a oeste do Amarelão, constitui-se o reduto da família Batista. Membros desse grupo se reportam a uma outra origem familiar, embora tenham igualmente se estabelecido na região por meio de processos migratórios associados aos Conrado- geração mais antiga dessa linhagem- ocorridos por volta da primeira metade do século XIX. Segundo a história oral, Sr. Luís Batista⁵relata que os Conrado teriam migrado de Araruna – localidade do Agreste paraibano, ao norte de Bananeiras – há mais de cem anos, fixando-se no Serrote de São Bento, onde deram origem à família Batista. Ao longo do tempo, parte das gerações seguintes estabeleceu enlaces

³Importante membro da comunidade, falecido no ano de 2010. Entrevista gravada pela autora, ano de 2006.

⁴Depois da seca de 1845-1846 que assolou a Paraíba, ocorreu no Brejo, alguns anos depois, a epidemia de cólera-*morbus*, que dizimou grande parte da população: “O Brejo, sobretudo, transformou-se em campo aberto à invasão destruidora, que foi deixado em sua passagem, vilas e povoações abandonadas” (Almeida,1957, p. 125-126). Segundo os registros da época, a peste causou, em pouco mais de um mês, mais de trinta mil mortes na Paraíba. Em Brejo de Areia, houve 3.308 baixas em menos de dois meses. Em 1862, a cólera vitimou 1.792 pessoa sem Brejo de Bananeiras (Almeida, 1957).

⁵Entrevista concedida pelo Sr. Luís Batista, que fala sobre as origens da família Conrado. Gravada e transcrita pela autora em junho de 2006 (Guerra 2007, 2011).

matrimoniais com os Mendonça do Amarelão, constituindo redes de parentesco interligadas que contribuíram para a conformação social e territorial na região.

Ainda com relação às migrações dos Mendonça, há indicações também pontuadas por Cascudo, em seu livro intitulado “História de um Homem” (1991), no qual, ele detalha sobre a trajetória do político João Câmara, evidenciando uma importante descrição, ainda que breve, sobre esse grupo familiar, que remonta à primeira metade do século XIX, por volta do ano de 1840. Cascudo descreve:

Pelos trilhos, dez quilômetros além, estendia-se o Amarelão, onde os Mendonça moravam há mais de um século em regime tribal, mestiços de tupis, fugidos dos aldeamentos que se tornaram vilas [...] (Cascudo, 1991, p. 37, grifo da autora).

Ao se referir aos Mendonça, o autor utiliza a expressão “fugidos dos aldeamentos que se tornaram vilas”, o que indica a sobrevivência do grupo, então denominado como “indígena-mestiço”⁶, em um contexto crítico marcado por expulsões dos territórios tradicionais, bem como por deslocamentos compulsórios dos antigos povoados nos quais foram implantadas as vilas de índios. Nesses ambientes, os indígenas eram comumente apelidados de “caboclos”, categorização excludente e diluidora das identidades étnicas (Lopes, 2005).

Entre os Mendonça que vivem no Assentamento Santa Teresinha (AST) – lugar conquistado por esse grupo familiar no ano de 1994, junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) –, também há relatos acerca dos antepassados oriundos da Paraíba, que deram origem à família extensa Mendonça. O Sr. José Raimundo, morador do AST, recorda: “Meu avô por parte de pai é dos ‘tronco véio’ e veio do Brejo de

⁶A ideia de “mestiço” nesta passagem do texto do autor está semanticamente elaborada em contraposição à ideia de “índio puro”.

Bananeiras”. Era caboco véio brabo escondido nessas matas, fugindo. Era índio, entendeu?!⁷ (Guerra, 2007,2011).

Na voz do interlocutor, o termo “tronco véio” faz menção ao avô, descrito como “cabôco brabo nas matas” e que “era índio”. Nesse sentido, estabelece-se uma conexão direta entre os indígenas do passado e os Mendonça da atualidade, por meio de uma relação de parentesco próxima e fortemente inscrita na memória social do grupo. A referência à “brabeza” do avô associa-se à condição de ser arredo e à necessidade de se refugiar em áreas de mata, estratégia recorrente de sobrevivência e resistência frente aos processos históricos de perseguição e deslocamento compulsório, conforme analisado por Oliveira (2004a, 2004b).

Conforme mencionado pelo interlocutor, seu avô deixou a Paraíba no início do século XX, o que confirma que as migrações dos Mendonça se estenderam, ao menos, até esse período. Tal informação é corroborada por outros depoimentos provenientes da oralidade. Quase um século de deslocamentos, originados do estado vizinho – mais especificamente de Bananeiras –, marcou, intensamente os meios de sobrevivência dessa família, que procurou sucessivos lugares-refúgio no Rio Grande do Norte, possivelmente por meio da estrada de Cuité⁸, via de ligação ente os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte (Guerra, 2007, 2011).

As informações convergentes que formam o inventário da memória coletiva remetem aos antecessores indígenas e a sua chegada ao lugar de origem da família extensa, o Amarelão. Esses discursos, longe de se configurarem como meros relatos factuais, operam como dispositivos simbólicos de fortalecimento da identidade coletiva e de conexão com os antecessores indígenas. Conforme assinala Pollak (1989, p. 1), “a memória, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais.

⁷Entrevista concedida pelo Sr. José Raimundo Silva que fala sobre as origens dos Mendonça. Gravada e transcrita pela autora em junho de 2006 (Guerra, 2007,2011).

⁸No Brejo havia uma estrada que atravessava o sertão de Bruxaxá, na direção do interior. Seguindo os rumos dos antigos caminhos indígenas, a estrada de Cuité penetrava no Rio Grande do Norte (Almeida, 1957).

ORIGEM DO NOME “AMARELÃO”.

Os membros mais velhos da família extensa Mendonça relatam a existência de um antigo ritual denominado “acordar o sol”, praticado há mais de cem anos na comunidade. O Sr. Eronildes de Souza⁹, atualmente com oitenta e cinco anos, faz menção a esse ritual ancestral a partir das narrativas que ouvia de sua mãe, conforme relata:

Ela dizia que antigamente o pessoal saía bem cedo, com o escuro, para encontrar o sol. Iam com cabaças, cantando umas músicas. E quando o sol saía eles voltavam pra trás [para casa]. [...] Eles saíam na amanhecência do dia, só voltava pra trás quando o sol saía, cantando e batendo numas cabaças.



Ilustração1 - Antigo ritual indígena dos Mendonça.

Ilustrador: Tiago, 2006.

⁹Entrevista concedida pelo Sr. Eronildes de Souza, que fala sobre antigo ritual dos Mendonça. Gravada e transcrita pela autora em maio do ano de 2006 (Guerra, 2007, 2011).

A professora Francisca Batista de Melo, atualmente com sessenta e nove anos, também menciona essa antiga prática ritual, afirmando ter ouvido tais relatos de pessoas mais velhas da família. Ela menciona que esse rito teria dado origem ao topônimo “Amarelão”, uma vez que a cerimônia, de alguma forma, estaria associada ao claro do dia – “a cor do sol nascente” –, elemento que teria nomeado o lugar onde a família extensa vive e se reproduz socioculturalmente. Assim, o ritual e a nomeação do espaço configuram-se como expressões vivas da memória coletiva e da territorialidade indígena, em que práticas simbólicas, ancestralidade e pertencimento se entrelaçam.

O topônimo “Amarelão” está associado, ainda, a outras versões advindas da herança cultural do grupo e de sua história oral. De acordo com o depoimento tomado de um morador da localidade, Sr. José Ginaldo de Melo, o nome surgiu “porque os primeiros que chegaram para povoar a região foram os Tapuia e tinham a cor de pele ‘parda’, ‘amarelada’ e aí, o lugar passou a se chamar Amarelão”¹⁰. Outra versão difundida, refere-se à existência de um grande touro, muito bravo, de pela gema amarelo-dourada, que servia de diversão para os homens da comunidade, quando promoviam rodeios e tentavam amansar o animal. Essa atividade envolvia um grande número de pessoas, tornando-se uma prática regular entre os Mendonça.

A terceira e última versão menciona que, em tempos passados, a população de João Câmara foi acometida por um surto epidêmico da febre amarela. Essa enfermidade deixava a pele amarelada, a qual teria atingindo também os Mendonça, razão pela qual o lugar teria recebido o nome de Amarelão. Tal versão, no entanto, não é difundida entre os membros do grupo.

Segundo Halbwachs (1990, p. 87), “o grupo, no momento em que considera seu passado, sente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo, no curso do qual nada o modificou profundamente”. Nesse sentido, os Mendonça, ao recuperarmos fatos do passado – especialmente as práticas ritualísticas

¹⁰ Entrevista concedida pelo Sr. José Ginaldo de Melo, que fala sobre a origem dos Mendonça. Gravada e transcrita pela autora em maio de 2006 (Guerra, 2007, 2011).

de seus antecessores indígenas –, atualizam a memória de suas origens, ao mesmo tempo em que reforçam o sentimento de pertença ao lugar de origem da família extensa. Tal dinâmica os inscrevem em um campo mais amplo de significações, no qual se articulam práticas rituais, memória social e produção simbólica dos territórios por eles ocupados.

ASSENTAMENTO SANTA TERESINHA (AST): A LÓGICA DO PARENTESCO REGENDO A OCUPAÇÃO TERRITORIAL.

No final dos anos 1980, depois do período de acirrada repressão às lutas no campo durante o regime militar, as lutas agrárias se fortaleceram, assim como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), sobretudo no município de João Câmara. Nesse contexto, trabalhadores sindicalizados, inclusive os Mendonça, passaram a integrar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) a partir do ano de 1989. Esse movimento impulsionou um processo de expansão no estado potiguar, tendo como ponto de partida a microrregião de Baixa Verde (Mato Grande), tornando-se a principal região de influência o município de João Câmara.

A primeira ocupação realizada pelo MST surgiu na Fazenda Marajó. Nessa ocasião, setores da Igreja, especialmente por meio da atuação do Monsenhor Lucena, pároco local, tiveram um papel de articulação política e social indispensável no sucesso da luta coletiva. Posteriormente, no ano de 1990, a referida fazenda foi transformada no primeiro assentamento rural do Rio Grande do Norte. A partir de então, o MST passou a promover outros assentamentos na região do Mato Grande, entre os quais se destacam Boa Sorte, Modelo e o Assentamento Santa Teresinha (AST) – este último resultante da luta protagonizada pelos Mendonça. O AST teve o título de posse emitido no ano de 1994 e, atualmente acolhe uma população aproximada de mil pessoas, distribuídas em 255 famílias, segundo dados atualizados.¹¹

A transferência das famílias Mendonça e sua ocupação no AST foi um momento que marcou a história do grupo como uma página à parte

¹¹ Dados atuais fornecidos por Dioclécio, liderança indígena do AST, em 27 de janeiro de 2026.

na sua história. Isso porque, antes de a transferência ser efetivada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), as famílias reuniram-se com representantes do órgão para que fossem ouvidos os anseios do coletivo no processo de ocupação territorial. Os Mendonça impuseram como condição para a realização do deslocamento, que apenas membros da família extensa ocupassem o assentamento. Houve, ainda, um apelo de que a ocupação ocorresse em blocos, possibilitando, assim, a proximidade dos parentes, excluindo a inserção de pessoas alheias ao grupo familiar.

De modo geral, os assentamentos no estado organizam-se de forma heterogênea, em que se agregam, num só espaço, famílias que não compartilham necessariamente vínculos de parentesco, evidenciando uma lógica organizacional pautada mais em critérios administrativos e político-institucionais do que em princípios de afinidade. No caso dos Mendonça, entretanto, observa-se a mobilização de dispositivos socioculturais peculiares que orientam sua identidade e organização familiar, fundamentados em uma densa rede de relações de parentesco. Nesse sentido, lutaram para que aquele processo político-administrativo se adequasse ao modo de vida específico do grupo, acionando estrategicamente sua identificação familiar (realce)¹² como princípio organizador e vetor de articulação e organização social, manifestando e validando sua diferenciação numa situação particular de interação social, conforme discutido por Poutignat e Streiff-Fenart, (1998). José Raimundo da Silva, vulgo Pequinho vive no AST e informa sobre esse momento peculiar na vida dos Mendonça:

Os Mendonça trabalharam na fazenda “Saramandaia” por mais de vinte anos. Ela passou pela administração de novos fazendeiros, sempre que era vendida, até que o último dono resolveu não empregar mais o povo e expulsou da fazenda sem nenhum direito,

¹²Entrevista concedida pelo Sr. José Raimundo da Silva que fala sobre o parentesco Mendonça. Gravada e transcrita pela autora no ano 2002 (constante do arquivo de entrevistas da pesquisadora). Irmã Teresinha, a qual é referenciada pelo interlocutor, viveu na comunidade por mais de vinte anos, realizando ações muito importantes para os Mendonça, dentre as quais destaca-se a retomada da fazenda Saramandaia nos anos 1980, que veio a se chamar de Assentamento Santa Teresinha em sua homenagem (Guerra, 2007, 2011).

sem nada. Depois que virou assentamento, recebeu o nome “Santa Teresinha” por causa da Irmã Teresinha¹³.

O interlocutor complementa:

Só aceitamo ir para o assentamento com os Mendonça do Amarelão e do Serrote. Não aceitamo gente que não era parente. Minha família ficou toda lá no “Amarelão”. Só veio eu, a mulher e os filho. Achamo muito ruim essa separação. Foi um chororô tão grande, ninguém queria se separar. Foi um ‘Deus nos acuda’! Mas como foi uma luta grande e um acampamento por mais de catorze meses para conseguir vencer, a gente tinha que ir pr’á lá p’rá ocupar, não tinha outro jeito.

De acordo com o depoimento do Sr. José Raimundo, percebe-se o quão complexo foi, para os Mendonça, o deslocamento para o AST, considerando que essa era a única possibilidade e o único caminho possível para a ampliação de seus espaços territoriais, que foram sensivelmente reduzidos em decorrência de perdas territoriais antigas.

AS PERDAS TERRITORIAIS DOS MENDONÇA

No início do século XX, os Mendonça sofreram reduções territoriais significativas. Segundo informações fornecidas pelos próprios membros do grupo, os quais afirmam que possuíam uma grande extensão territorial, que se estendia para além do Amarelão, alcançando o outro lado da BR-406, que liga Natal a João Câmara. No entanto, essas terras foram, gradativamente, adquiridas por compra ou doadas pelo Estado, na condição de “terras devolutas”, a fazendeiros que adentravam a região do Mato Grande. Nesse cenário, muitas fazendas se estabeleceram na região,

¹³ Entrevista concedida pelo Sr. José Raimundo da Silva que fala sobre o parentesco Mendonça. Gravada e transcrita pela autora no ano 2002 (constante do arquivo de entrevistas da pesquisadora). Irmã Teresinha, a qual é referenciada pelo interlocutor, viveu na comunidade por mais de vinte anos, realizando ações muito importantes para os Mendonça, dentre as quais destaca-se a retomada da fazenda Saramandaia nos anos 1980, que veio a se chamar de Assentamento Santa Teresinha em sua homenagem (Guerra, 2007, 2011).

desenvolvendo a cotonicultura e a cultura do agave, além da pecuária, que ocupava grandes extensões de terra e que se expandiu com as atividades do empresário João Câmara.

Esse empresário chegou ao Mato Grande a partir do ano de 1914 e, no ano de 1917, criou a firma “João Câmara Indústria e Comércio S.A.”, que passou a industrializar o algodão para exportação. De acordo com Santos (1997), João Câmara, na primeira metade do século XX, adquiriu inúmeras fazendas – por volta de sessenta – naquela região, onde também abriu ferrovias, construindo mais de seiscentos quilômetros de estradas.

Para dar dinâmica ao comércio da cotonicultura e, logo depois, ao agave, atraiu dezenas de trabalhadores – muitos deles pertencentes à família extensa Mendonça –, que se dedicavam ao plantio e à colheita desses produtos nas fazendas do empresário. Os empregados tinham direito ao descanso apenas aos sábados, quando recebiam o pagamento na própria firma João Câmara Indústria e Comércio S.A., com sede na cidade de Baixa Verde – atual município de João Câmara.

Segundo o depoimento do Sr. José Onório, as delimitações do território originalmente ocupado pelos Mendonça eram significativamente mais avantajadas quando comparadas à configuração atual, em que restam apenas alguns redutos, como o Amarelão, o Serrote de São Bento e, mais recentemente, o Assentamento Santa Teresinha. O interlocutor define a situação da seguinte forma:

Daqui pra pista era tudo do Amarelão e os fazendeiros tomaram tudo. O Assentamento Santa Teresinha já foi do Amarelão e a luta com o MST fez as terras volta pr’á os Mendonça. Tudo que é terra até a pista e que ainda passava era tudo daqui, mas passou para o fazendeiro Mario de Farias e agora é da filha dele.¹⁴

Em seu depoimento, o entrevistado chama atenção para o processo de expropriação das terras tradicionalmente ocupadas por esse

¹⁴ Entrevista concedida pelo Sr. José Honório que fala a respeito as perdas territoriais dos Mendonça, gravada e transcrita pela autora em maio de 2006 (Guerra, 2007, 2011).

grupo familiar, inclusive pela atuação do poder político da região, historicamente ancorado por oligarquias regionais que mantiveram o controle fundiário por meio da transmissão hereditária de suas propriedades. Todavia, a reivindicação territorial é uma questão antiga entre os Mendonça, atravessando diferentes períodos históricos e atualizando-se nas lutas contemporâneas por seus direitos, especialmente no que concerne à pauta política da demarcação de seus territórios.

Com relação à questão territorial dos Mendonça, Cascudo faz referência a um fato ocorrido na década de 1950, período em que continuavam em pleno vapor as negociações de compra e venda das terras em “Baixa Verde”, inclusive as que pertenciam à família Mendonça, conforme fala o Sr. Onório em seu depoimento acerca dos territórios de ocupação tradicional. O autor registra, ainda, o forte elo do grupo com a terra ao afirmar que “[...] eram ciumentos da terra e vivendo dela e para ela, exclusivamente” (1991, p. 38). Cascudo (Ibidem) também se refere à resistência do grupo e à sua luta pela terra de origem, destacando, inclusive, o empenho pessoal de seu próprio pai, na mediação da questão fundiária, envolvendo a família extensa. O autor destaca:

Um sobrinho e delegado plenipotenciário dos Tuixaua¹⁵ do Amarelão procurou meu pai em Natal para que impedisse o esbulho de suas terras possuídas em usucapião centenário. Meu pai interessou-se e um advogado defendeu os Mendonça, garantindo-lhes a terra tão sua [...].

A história oral corrobora esta passagem de Cascudo, de acordo com Sr. Justino¹⁶, de oitenta e cinco anos, que lembra:

Ah! foi esse ‘Tenente’ Cascudo aí que ajudou os Mendonça! O major Buriti (que comprou a patente de major) lutou muito para tomar isso aqui, o Amarelão. Aí, não deixaram ele tomar o Amarelão dos

¹⁵ “Tuixaua” ou “Tuchaua” é palavra de origem tupi que significa “maioral”, “chefe” (Sampaio, 1987).

¹⁶ Entrevista concedida pelo Sr. Pedro Justino (falecido) que fala sobre a luta pela terra da família Mendonça. Gravada e transcrita pela autora em maio de 2006 (Guerra, 2007, 2011).

Mendonça. Foi esse “tenente Cascudo” que ajudou. Por causa disso, caçavam tatu verdadeiro e outros bichos e levavam de presente para o tenente Cascudo. Geraldo Buriti cercou as terras dos Mendonça e ficou dono de grande parte das terras. Aquela terra do assentamento [Santa Teresinha] era dele também e conseguimos de volta com o MST (grifo da autora).

De acordo com o depoimento acima, observa-se que os Mendonça lutaram também pelo último reduto que lhes restara – que hoje compõe o Amarelão –, impedindo o esbulho de suas terras por meios jurídicos, tendo em vista sua anterioridade na ocupação tradicional do território.

O TRABALHO COM O ALGODÃO E O AGAVENAS FAZENDAS DE JOÃO CÂMARA - PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Para os grandes fazendeiros da região do Mato Grande, a mão de obra barata, sobretudo a dos Mendonça, era a garantia de sucesso de seus empreendimentos. Esses fazendeiros contavam com um exército de homens, mulheres e crianças, que trocavam sua força de trabalho por valores que lhes atendiam precariamente, ao mesmo tempo que os latifúndios prosperavam na região.

Os Mendonça lembram do período de auge da produção do algodão, como também sobre o fato de que constituíram boa parte da mão de obra de baixo custo – trabalho semi-escravizado – que impulsionou as inúmeras fazendas de algodão de João Câmara. A Sra. Francisca Batista¹⁷, professora comunitária do Amarelão, afirma:

João Câmara tratava bem os Mendonça porque precisava da mão de obra barata deles. Os mais antigos chamam o lugar de Baixa Verde, não se conformam com a mudança do nome para João Câmara. Os grandes fazendeiros escravizavam os Mendonça que perderam as terras para eles.

¹⁷ Entrevista concedida pela Sra. Francisca Batista que fala sobre a força de trabalho da comunidade, como também de suas perdas territoriais. Gravada e transcrita pela autora em maio de 2006 (Guerra, 2007, 2011).

De acordo com o depoimento da professora Francisca (Chiquinha), os Mendonça trabalhavam praticamente em regime de escravidão, uma vez que as atividades eram muito árduas nas fazendas. Além do plantio e da colheita do algodão e do agave, limpavam os terrenos e carregavam, nas costas, os fardos para a pesagem. Apenas aos sábados, conforme já foi mencionado, os Mendonça recebiam o pagamento na firma de João Câmara & Irmãos, na cidade de Baixa Verde, onde, estrategicamente, havia uma única “venda” (mercearia) na cidade. Nesse ambiente, o grupo gastava significativa parte do que recebia por seu trabalho árduo, comprando variados artigos – com preços elevados – na loja do próprio empregador. Por consequência, os débitos se acumulavam e tornavam os trabalhadores cada vez mais submissos ao sistema de produção.

Os empreendimentos de João Câmara prosperaram, apesar de alguns momentos de crise, e esse empresário também decidiu investir na cultura do agave. As primeiras mudas foram trazidas do Brejo paraibano (Santos, 1997, p.49), onde Bananeiras também foi cidade próspera com o cultivo de algodão e, posteriormente, do agave, da cana-de-açúcar, do café, do fumo e da mandioca (SILVA, 1997). O empresário chegou a plantar mais de dois milhões e quinhentos pés na região, sendo considerado o introdutor dessa cultura no estado. Os Mendonça também constituíram a força humana propulsora desse novo empreendimento na região do Mato Grande.

A pecuária, por sua vez, espalhou o gado por diversas fazendas, sobretudo em um lugar chamado “Buraco Seco”, local que os Mendonça indicam ser o reduto da pecuária de João Câmara. Após a morte desse empresário, seus negócios faliram, causando uma queda sensível na produção de algodão e agave. Nesse cenário, os Mendonça retornaram para o trabalho na agricultura e no corte de lenha, compondo a força de trabalho em outras terras da região.

As antigas propriedades do fazendeiro João Câmara foram tomadas pelos bancos que financiaram seus empreendimentos, sendo,

posteriormente, vendidas e assumidas por outros fazendeiros da região. O Banco do Brasil S.A., por meio de carta de adjudicação, adquire toda “a massa falida de João Câmara Indústria e Comércio S.A”. Dessa forma, os Mendonça acabaram perdendo definitivamente suas terras, tornando-se “ilhados” no Amarelão, tendo à sua volta inúmeras propriedades particulares.

O trabalho com a castanha foi uma alternativa de sobrevivência, uma forma de garantia e de permanência da família no seu lugar de origem, sem recorrer a novas migrações forçadas pela escassez de recursos e pela fome. Nesse sentido, evitaram inclusive, o êxodo rural, que infla as cidades, sem resultados satisfatórios para aqueles que buscam novas oportunidades de trabalho. Diante desse desafio, os Mendonça preferiram gerir seu próprio trabalho e seu próprio destino, apesar das dificuldades existente se sem apoio institucional.

O TRABALHO COM A CASTANHA – SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Essa atividade econômica teve início ainda na década de 1980, quando o grupo não laborava mais com o algodão nas fazendas, visto que, após seu período áureo, as décadas seguintes marcariam definitivamente uma queda na produção desse produto, em razão de pragas nas plantações. Segundo a oralidade do grupo, um dos primeiros a introduzir essa nova atividade no Amarelão, há mais de quatro décadas, foi um dos membros da família Genésio, filho da Sra. Celestina – considerada a mulher mais velha do grupo, falecida com cento e um anos de idade. Conforme o Sr. Justino¹⁸ lembra: “Quem começou com o trabáio da castanha aqui foi Chico Genésio e depois muita gente também passou a trabaiá nisso”.

Trata-se de uma atividade árdua, que envolve a família em trabalho de mutirão. Há também, nessa produção econômica, a figura do atravessador, que auferir ganhos sem ter que laborar pesadamente no beneficiamento da castanha, limitando-se a receber certo percentual na

¹⁸Entrevista gravada e transcrita pela autora em 2006 (Guerra, 2007, 2011).

venda do produto. Isso implica a redução do lucro para aqueles que estão diretamente na labuta diária. Após a venda da castanha, o rendimento obtido pelas famílias atende precariamente às seguintes necessidades, nesta ordem: alimentação, água potável (carros-pipa), capital de giro (compra da castanha *innatura*), gastos domésticos, vestuário e outros dispêndios.

O trabalho com a castanha envolve várias etapas, a começar pela seleção, quando se faz a separação em três tamanhos diferentes de castanha, ou seja, a grande, a média e a pequena, o que facilita o manuseio. Nesse momento, também já se selecionam as que estão “doentes” ou já apodrecidas, para que sejam descartadas. Na sequência, ocorre a etapa da “torragem”, realizada em um latão grande, com carvão ao fundo, onde cabem, no mínimo, cinco quilos da castanha bruta. Geralmente, esse momento é conduzido por um homem, cabendo à mulher algumas das etapas subsequentes.

Durante o processo da “queima”, agitam-se as castanhas por repetidas vezes como auxílio de uma vareta, evitando-se a aproximação com o líquido efervescente, que, ao se evaporar, se torna um gás tóxico, exalando um aroma bem característico, que se sente ao longe. Há crianças que apresentam problemas respiratórios em decorrência da fumaça da castanha.

Após a torragem, as castanhas passam pelo resfriamento, quando se joga água fria imediatamente sobre as elas, logo após serem retiradas do tacho, ainda estando em alta temperatura. Na sequência, após a secagem ao sol, ocorre o “corte” da castanha. Nessa fase, quebra-se a casca dura, que já se encontra amolecida pela ação do calor, momento em que facilmente se adquire a amêndoa. Ainda assim, mantém-se uma outra camada, mais fina, que também precisa ser removida – trata-se da etapa da retirada da pele, feita com o auxílio de material cortante, como uma faca. Essa etapa é realizada, preferencialmente, pelas mulheres. Por fim, a última fase nessa linha de produção consiste na embalagem dos produtos em sacos plásticos de tamanhos variados, bem como no armazenamento temporário em depósitos grandes, nos quais cabem, no

mínimo, entre dez a vinte quilos da castanha preparada para serem balada, vendida e consumida.

A comercialização, em geral, é uma tarefa masculina, que exige um esforço constante, considerando que não há ponto fixo para esse comércio, o que requer ainda mais gastos aplicados ao longo da linha de produção. Há despesas com transportes para garantir a venda ambulante. Após o preparo para o consumo, os produtores vão repassá-la para um atravessador ou irão para a venda direta aos consumidores. Preferencialmente, os locais de comércio são postos avulsos espalhados na cidade de Natal, especialmente no centro da Cidade Alta, no bairro do Alecrim, na praia de Ponta Negra (praia urbana da Zona Sul) e, até mesmo, nas praias dos litorais sul e norte do estado. Também é possível ver um Mendonça comercializando suas castanhas no campus da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Muitos se deslocam até Natal e se hospedam na casa de parentes que vivem na Cidade-Praia e em outros bairros na Zona Norte que compõem o chamado Amarelão Novo.

Faltam, todavia, projetos e investimentos que proporcionem um salto qualitativo na produção da castanha, ao mesmo tempo que possibilitem a criação de uma linha comercial segura, capaz de gerar renda para a comunidade. Isto poderia partir da iniciativa do Poder Público; no entanto, não há, até o momento, nenhuma ação em andamento.

Enquanto isso não toma o corpo de uma realidade prática, os Mendonça continuam na labuta contínua para garantir o sustento e o alimento de suas famílias. Algo que eles consideram muito importante é trabalhar junto à própria família, não tendo a necessidade de afastar-se dela ou de deixar o Amarelão para viver na cidade, o que, segundo eles, representa um risco, podendo resultar em situações de mendicância. Por essa razão, preferem estar no próprio seio da comunidade, reforçando, de certa forma, a solidariedade e a aproximação entre os parentes.

Apesar da multiplicidade de desafios que se apresentam à família, tanto dentro de sua própria organização social quanto no contexto adverso das interações sociais, observa-se que os Mendonça têm permanecido em seu território de origem, conectados por um forte

sentimento de pertença. Nesse contexto, mobilizam estratégias voltadas à sua autossustentabilidade, ao mesmo tempo em que reforçam os vínculos de parentesco como princípio organizador de sua vida social. Tal movimento contribui para a manutenção e atualização de suas fronteiras sociais, por meio das quais afirmam sua diferenciação étnica no âmbito da sociedade regional.

CONTEMPORANEIDADE MENDONÇA: HISTÓRICO DE LUTA POLÍTICA E AFIRMAÇÃO ÉTNICA NO MOVIMENTO INDÍGENA, DENTRO DO CONTEXTO REGIONAL E NACIONAL

No as que se refere às dinâmicas de valorização cultural, os Mendonça realizam, anualmente, a Festa da Castanha, evento que representa um importante momento de revitalização da cultura, de fortalecimento da identidade étnica e afirmação das lutas desse grupo familiar indígena. Durante as festividades, a comunidade comercializa produtos típicos de sua culinária, com destaque para os produtos derivados da castanha, além da exposição e venda a partir de matérias-primas de suas peças artesanais fabricadas pelos artesãos do lugar. Tais artefatos são confeccionados com cabaças, sementes, penas, fibras e fios de cera, que compõem variados adornos – cocares, maracás, filtros dos sonhos, tiaras, colares, pulseiras, brincos, saias, entre outros adereços –, os quais expressam dimensões estéticas e simbólicas fundamentais à reprodução sociocultural do grupo (Foto 1).

Foto 1 – Festa da Castanha – jovens no Ritual do Toré.



Imagem: Jussara Galhardo, 2017.

A abertura da Festa da Castanha inicia-se com o ritual do Toré, por meio do qual se instituem as boas-vindas aos convidados e aos demais presentes. Ao longo do evento, os participantes compartilham as narrativas ancoradas na memória social, reforçando as conexões identitárias do grupo com seus antecessores indígenas. Como parte da programação, realizam ainda percursos por trilhas, numa caminhada que conduz os visitantes à Pedra das Letras – sítio arqueológico onde se encontram inscrições rupestres. Trata-se de um lugar de memória, no qual se reconhecem as marcas deixadas por populações indígenas em temporalidades pretéritas, atualizando, no presente, os vínculos simbólicos entre o grupo e seus antepassados (Foto 2).

Foto 2– Pedra das Letras



Imagem: Jussara Galhardo, 2013.

No ano de 2008, foi criado formalmente o primeiro grupo de artesãos indígenas do estado do Rio Grande do Norte, por intermédio do projeto que recebeu o nome “*Motyrum-Caaçu*: unidos pela arte”. Esse nome tem origem na língua tupi e significa “mutirão no Mato Grande”. A iniciativa foi idealizada pela Associação Comunitária do Amarelão, em parceria com o Grupo Paraupaba de Estudos da Questão Indígena no Rio Grande do Norte (GP), com sede no Museu Câmara Cascudo/UFRN, que atuou de forma colaborativa com esse coletivo. O projeto, após ter sido contemplado pelo Prêmio Culturas Indígenas, recebeu recursos destinados à compra de maquinários, sementes, entre outros insumos importantes para a produção artesanal da comunidade indígena Mendonça.

Nesse mesmo período, o Grupo Paraupaba-MCC/UFRN elaborou projetos de extensão universitária em apoio à implementação do projeto *Motyrum-Caaçu*, além de desenvolver outras atividades e trabalhos de campo. A proposta foi aprovada pela PROEX/UFRN,¹⁹ permitindo a

¹⁹ Anualmente (por mais de 10 anos), houve renovação do projeto de extensão intitulado: “Projeto Paraupaba: a questão indígena no Rio Grande do Norte”, o qual destinou recursos financeiros e

realização de oficinas de artesanato e rodas de conversa nas diferentes comunidades indígenas. As ações desenvolvidas buscaram promover o fortalecimento da identidade étnica e da organização política dessas comunidades, utilizando a arte como importante instrumento de valorização étnico-cultural, de empoderamento e de resistência.

As oficinas foram realizadas nas comunidades do Amarelão, João Câmara/RN; Katu, em Canguaretama e Goianinha/RN; e Sagi Tabanda, em Baía Formosa/RN. Os resultados alcançados foram muito proveitosos, tanto por se revelarem como importante incentivo ao surgimento de novos artesãos, quanto por favorecerem as interações entre os diferentes grupos indígenas no estado. Tais intercâmbios contribuíram de forma significativa para o fortalecimento das lutas políticas e para a valorização da identidade étnica dos povos indígenas no Rio Grande do Norte.

Sob a perspectiva da produção acadêmica, os indígenas Potiguara do povo Mendonça também têm conquistado espaços significativos na academia. Um exemplo relevante é o trabalho desenvolvido pela mestra e doutoranda em antropologia Tayse Campos, liderança indígena que defendeu sua dissertação de mestrado no ano de 2021, no programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A pesquisa, intitulada *Mulheres Indígenas Mendonça: cotidiano, resistência e luta por direitos no Rio Grande do Norte*, representa uma importante contribuição para a compreensão das dinâmicas de gênero, da resistência, da luta e da afirmação dos direitos das mulheres indígenas no Rio Grande do Norte.

Destacam-se, ainda, as trajetórias acadêmicas e formativas de outros membros vinculados ao grupo, como de Rafael de Souza, que concluiu o mestrado em Ensino de História, no ano de 2025, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Fernando Batista, músico formado pela Escola

bolsas para o desenvolvimento de atividades e trabalho de campo nas comunidades indígenas. As equipes eram compostas por pesquisadores e bolsistas do Grupo Paraupaba de Estudos da Questão Indígena no Rio Grande do Norte – MCC/UFRN, sob a coordenação de Jussara Galhardo. Era renovado anualmente e aprovado em edital conjunto pelas Pró-Reitorias de Extensão, de Graduação e de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Foram realizadas oficinas de artesanato indígena em outras comunidades indígenas a partir dessa parceria (UFRN, s.d).

de Música da mesma instituição; e Dioclécio da Costa, residente no Assentamento Santa Teresinha, que concluiu seu mestrado no ano de 2023, pelo Programa de pós-graduação em Antropologia da UFRN. Tais percursos evidenciam a inserção do grupo em espaços institucionais de formação e produção de conhecimento, bem como a articulação entre saberes acadêmicos e experiências socioculturais específicas.

A luta dos Mendonça, assim como a dos demais grupos indígenas no estado potiguar, recebeu novos impulsos a partir das audiências públicas realizadas nos anos de 2005 e 2008, promovidas em conjunto com o Grupo Paraupaba de Estudos da Questão Indígena no Rio Grande do Norte (MCC/UFRN), a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai/PB), movimentos indígenas e colaboradores. Além disso, a realização da primeira e da segunda assembleias indígenas – respectivamente em 2009 e 2011 – também foram de grande relevância, propiciando o fortalecimento do movimento indígena no estado, especialmente por meio da mobilização dessas instituições com o apoio da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoiname)²⁰.

A Associação Comunitária do Amarelão, fundada no ano de 1994, desenvolve e articula ações voltadas à formação política de lideranças indígenas e para o fortalecimento da luta pelos direitos dos povos indígenas no Rio Grande do Norte. Na comunidade, também funciona a Escola Estadual Indígena Professor Francisco Silva do Nascimento, que oferece ensino diferenciado, focado na valorização da cultura indígena e no fortalecimento da identidade étnica. Essa instituição representa uma conquista importante para os Mendonça, sendo considerada um marco educacional, pois integra o currículo regular – da educação infantil ao ensino médio –, conteúdos específicos como o ensino do que representa o poder simbólico dos mitos e lendas, da língua tupi, do toré, das vivências comunitárias e dos saberes locais, com ênfase na identidade Potiguara.

Atualmente, a escola atende cerca de quatrocentos alunos, oferecendo também as modalidades de Educação de Jovens e Adultos

²⁰ Informações registradas em livros de atas, relatórios e documentações constantes nos arquivos do Grupo Paraupaba de Estudos da Questão Indígena no Rio Grande do Norte (UFRN, s.d.).

(EJA) e, mais recentemente, a EJA-Tec, com formação em Logística²¹. Essa escola funciona em regime de colaboração entre o estado e o município, assim como a Escola Municipal Indígena do Amarelão, responsável pela educação infantil e Ensino Fundamental I e II.

A comunidade Mendonça alcançou, mais recentemente, uma importante conquista como resultado de sua persistente mobilização política: a implantação de uma Unidade Básica de Saúde Indígena (UBSI) em seu território. No dia 2 de fevereiro do ano de 2026, foi realizada a cerimônia de assinatura da ordem de serviço para a construção da referida unidade no Amarelão, com a presença do secretário de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Weibe Tapeba, e da deputada Natália Bonavides, autora da emenda parlamentar que viabilizou a construção dessas unidades tanto na comunidade de Sagi Trabanda, em Baía Formosa/RN, quanto no Amarelão em João Câmara/RN.

Nesse sentido, a experiência dos Mendonça revela que identidade indígena, longe de constituir um dado fixo ou residual, é continuamente produzida e atualizada por meio da memória coletiva, da territorialidade, das redes de parentesco e da ação política.

²¹ Informações provenientes de Maria Ivonei de Campos da Silva, da Associação Comunitária do Amarelão, 2026.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta dos Mendonça é a luta dos povos indígenas no Brasil como um todo, considerando que, historicamente, houve um apagamento étnico sistemático e planejado dos povos indígenas pelo poder político e econômico do país ao longo dos séculos. As articulações e os interesses desses grupos dominantes visavam ao lucro de seus empreendimentos, ancorados em ideias desenvolvimentistas e assimilacionistas, que desestruturaram e comprometeram intensamente a diversidade ético-cultural do país.

Nesse cenário, a violência e a opressão formaram instrumentos recorrentes de usurpação dos territórios indígenas e da negação sistemática dos direitos desses povos. Isso ocorreu por meio de guerras de extermínio, expulsões compulsórias, ao mesmo tempo em que iniciativas políticas e administrativas promoviam, no plano ideológico, o apagamento das identidades étnicas, dando lugar a classificações genéricas e residuais, consolidadas nas categorias caboclo, mestiço, pardo, entre outras denominações utilizadas nos censos populacionais oficiais. Como consequência desse processo, os povos indígenas tornaram-se invisibilizados ou subsumidos por meio dos registros oficiais por um longo período.

A supressão do reconhecimento jurídico dos povos indígenas constituiu um mecanismo central no processo de expropriação de seus territórios, comprometendo não apenas seus espaços de reprodução material, mas também os sistemas de significação cultural, ecológica e simbólica a eles associados. Nesse contexto, o próprio Estado, em articulação com interesses privados e transnacionais, promoveu a fragmentação e mercantilização dessas terras, orientado por lógicas de exploração econômica e acumulação, em detrimento de milhares de vidas indígenas.

De acordo com dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pertinentes ao ano de 2022, e

divulgados oficialmente, em 24 de outubro do ano de 2025²², foram registradas no Brasil a existência de 391 etnias, povos ou grupos indígenas, totalizando 1.694.836 pessoas, falantes de 295 línguas distintas. No Rio Grande do Norte, de acordo com o mesmo censo, foram contabilizados 11.724 indígenas.

Anualmente, durante o mês de abril, delegações indígenas participam ativamente do Acampamento Terra Livre (ATL), que acontece em Brasília/DF. É um momento político de relevância para o movimento indígena no país, quando representantes indígenas de vários estados, inclusive do Rio Grande do Norte, participam ativamente dessas atividades. No ATL de 2023, um dos temas centrais debatidos pelos indígenas Potiguara e Tapuia do estado esteve relacionado às questões territoriais e às demarcações das terras no Rio Grande do Norte. Já no ATL de 2024, as delegações do estado, juntamente com representantes de diversas etnias de várias regiões do Brasil, denunciaram a agenda anti-indígena do Congresso Nacional e reforçaram cobranças ao governo federal e ao judiciário no que diz respeito às demarcações territoriais. No ano de 2025, celebraram um marco importante: a Articulação dos Povos Indígenas (APIB) que completou vinte anos de luta e resistência.

No ano de 2026, o ATL mantém como pauta a defesa de direitos territoriais, constitucionais e as políticas públicas voltadas para os povos originários. Nesse contexto, reagem contra ameaças legislativas e as bancadas ruralistas que persistem com projetos de lei e proposta de emenda constitucional para a derrubada dos direitos indígenas garantidos pela Constituição Federal.

A luta pela demarcação constitui elemento central para a regularização das terras indígenas no estado potiguar, onde ainda não há um único território regularizado pela Funai, órgão indigenista do governo federal. Essa ausência de políticas demarcatórias compromete o direito coletivo à terra, podendo facilitar o surgimento de situações conflituosas

²² IBGE, 2022. Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44848-censo-2022-brasil-tem-391-etnias-e-295-linguas-indigenas>. Acesso: 24 de outubro de 2025.

no interior dos aldeamentos. Nesse cenário, os Mendonça, juntamente com as demais comunidades indígenas no Rio Grande do Norte, seguem organizados e mobilizados na reivindicação por seus direitos específicos, inclusive as demarcações de seus territórios tradicionais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**. Ministério da Educação e Cultura; Serviço de Documentação; 1957.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFFENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, p. 185–227, 1998.

CARVALHO, Maria Rosário de; CAVIGNAC, Julie A.; REESINK, Edwin (orgs.). **Negros no mundo dos índios: imagens, reflexos, alteridades**; Natal, RN: EDUFERN, 2011.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional; MEC, [1955] 1995.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História de um homem**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1991. (Coleção Mossoroense, Série C, v. 664).

DANTAS, Beatriz; SAMPAIO, José Augusto L.; CARVALHO, Maria Rosário G. de. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras; FAPESP, p. 431–436, 1995.

GUERRA, Jussara Galhardo Aguirres. **Mendonça do Amarelão: caminhos e descaminhos da identidade indígena no Rio Grande do Norte**. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

GUERRA, Jussara Galhardo Aguirres. **Identidade indígena no Rio Grande do Norte: caminhos e descaminhos dos Mendonça do Amarelão**. Fortaleza: IMEPH, 2011.

GUERRA, Jussara Galhardo Aguirres. **Mendonça do Amarelão: origem, migrações, aspectos de sua cultura e identidade étnica**. João Pessoa: Ideia, 2017. (Coleção Literária Matiapoa).

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: população indígena por grupos de idade e sexo no Brasil e no Rio Grande do Norte. Tabela 9608. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 fev. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: população por cor ou raça e população indígena no Brasil e nos municípios do Rio Grande do Norte. Tabela 9718. Rio de Janeiro: IBGE, 2024a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44848-censo-2022-brasil-tem-391-etnias-e-295-linguas-indigenas>. Acesso: 24 de out. 2025.

LIMA, Nestor. **Municípios do Rio Grande do Norte: Baixa Verde, Caicó, Canguaretama e Caraúbas**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal, v. 27–28, p. 20–21, 1990.

LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Gráfica, 1998.

LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003.

LOPES, Fátima Martins. **Em nome da liberdade: as vilas de índios no Rio Grande do Norte sob o Diretório pombalino no século XVIII**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7480/1/arquivo7819_1.pdf. Acesso em: jan. 2021.

MARCUS, George. **Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX em nível mundial**. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 34, p. 197–221, 1991.

MARIZ, Marlene; SUASSUNA, Luís Eduardo B. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2002.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Os holandeses na Capitania do Rio Grande**. Natal: IHGRN, 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A viagem da volta: etnicidade política e reelaboração cultural do Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa; LACED, p. 13–42, 2004a.

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A viagem da volta: etnicidade política e reelaboração cultural do Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa; LACED, 2004b.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992.

SAHLINS, Marshall. **O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção?** Mana, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 41–73, 1997.

SAMPAIO, Teodoro. **O tupi na geografia nacional**. 5. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INN, 1987. (Coleção Brasiliense, v.380).

SANTOS, Paulo Pereira dos. **Um homem admirável**: João Severiano da Câmara: o empresário e político. Natal, RN: Departamento Estadual de Imprensa, 1997.

SILVA, Tyego Franklim da. **Guerra e conquista dos sertões do Rio Grande colonial**. In: ALVEAL, Carmen et al. (org.). Rio Grande (do Norte): história e historiografia. Mossoró: Edições UERN, 2021. v. 1, p. 119–147.

TAKEYA, Mario. **João Câmara, 1986: os abalos sísmicos e seus efeitos**. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2016.

TURNER, Terence. Anthropology and the politics of indigenous peoples' struggles. **Cambridge Anthropology**, Cambridge, v. 1, n. 1, p. 1–43, 1979.

TURNER, Terence. The politicsofculture. In: SPOONER, Brian (ed.). **Conservation and survival**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. GRUPO PARAUPABA DE ESTUDOS DA QUESTÃO INDÍGENA NO RIO GRANDE DO

NORTE-MCC/UFRN. Documentos do acervo do grupo; registro de atas, relatórios de eventos, registros de trabalho de campo, artigos, anais, documentos (ofícios, e-mails, memorandos etc.), arquivos videográficos e fotográficos (2005-2016); RN: GP-MCC/UFRN; s.d.

CAPÍTULO 8

PELAS RUAS DE JOÃO CÂMARA: GÊNERO E TOPONÍMIA

Rayane Dionísio da Silva

Uma das formas de mostrar a importância das mulheres de uma sociedade, reconhecendo sua participação social. A “contribuição da mulher na sociedade” seria por meio do registro de seus nomes e de suas histórias nos espaços públicos, ou seja, pela institucionalização de formas públicas, de sua visibilidade no grande arquivo que é a cidade. Quando olhamos os nomes de ruas de João Câmara, as diferenças entre nomes femininos e masculinos são ainda maiores, ou seja, com menos logradouros femininos do que masculinos.

Essa disparidade reforça a ideia de que as conquistas, feitos, homenagens etc., mais importantes são feitos pelos homens para os próprios homens e isso deixa suas marcas em nomes de lugares. No caso do município de João Câmara, não é diferente, uma vez que as ruas da cidade, não são apenas lugares de passagem, mas de homenagens também. Ao percorrer a região do centro da cidade estamos percorrendo a história da cidade. Porém, como sabemos, nem sempre a história preservou a memória de todos e todas. A baixa representatividade em logradouros públicos das figuras femininas diz muito a respeito da invisibilidade das mulheres ao longo da história nos espaços urbanos. Vale lembrar que no Brasil há poucas pesquisas que abordam a toponímia feminina, ou seja, nomes de lugares homenageados com nomes próprios de mulheres.

O primeiro “endereço feminino” do município de João Câmara, segundo as fontes de decretos e leis da Câmara Municipal, só apareceu no documento de 1986, tratando-se da Rua Eliza Bittencourt, em homenagem ao seu papel como esposa de Francisco Bittencourt,

localizada no centro da cidade, já que seu esposo foi prefeito da cidade no período de 1944 e 1946.

Um levantamento feito no site da Câmara Municipal, e com base nos documentos de decretos e leis da cidade de João Câmara, mostra que num período de 13 anos, entre 2010 a 2023, identificamos cerca de 17 para ruas e 05 praças com topônimos com nomes femininos.¹ Abaixo, seguem listados (Quadro1), os nomes femininos encontrados. Veja o quadro a seguir:

Quadro 1: Topônimos com nomes femininos do município de

Logradouro	Nome do logradouro	Localização
1. Rua	Gizélia Gomes	Alto da Boa Vista
2. Rua	Josefa Bezerra	Bairro Barroso
3. Rua	Nossa Senhora de	Centro
4. Rua	Maria Cícera Caraúbas	Bairro São Francisco
5. Rua	Severina Alves de Araújo	Morada Nova
6. Rua	Maria de Lourdes	Loteamento
7. Rua	Marília Alves Barbosa	Comunidade de
8. Rua	Profª. Francisca Salete	Bairro Bela Vista
9. Rua	Janiele Viana da Silva	Cohab
10. Rua	Maria Elza Antônia	Barroso
11. Rua	Erenice Gomes da Silva	Nova Assunção
12. Rua	Vereadora Maria de	Centro
13. Rua	Severina Maria do	Bairro Bela Vista
14. Rua	Francisca do Carmo	Bairro Bela Vista
15. Rua	Noemia Cardoso	Vila nova
16. Rua	Gracinha Barbosa	Rua da Quadra de
17. Rua	Helena Soares das	Vila Nova

¹ As mulheres mencionadas nesse quadro, todas são da cidade de João Câmara. Apesar de um crescimento recente da presença feminina em logradouros ainda é muito baixa. Com base nesse levantamento, evidencia a necessidade de maior valorização.

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Quadro 2: Nomes de ruas do centro da cidade de João Câmara – RN

Logradouro	Nome do logradouro	Localização
1. Rua	Professor Zenóbio Viana	Centro da cidade
2. Rua	Josafá Araújo Costa	Centro da cidade
3. Rua	D. Maria Pureza	Centro da cidade
4. Rua	Gouveia Gomes	Centro da cidade
5. Rua	Pedro Pinheiro Borges	Centro da Cidade
6. Rua	Vereadora Maria De Fátima Rafael de Freitas	Centro da Cidade
7. Rua	João Monteiro De França	Centro da Cidade
8. Rua	Dr. José Maria Pinheiro	Centro da Cidade
9. Rua	Rua Francisco Teixeira Pinto	Centro da Cidade
10. Rua	Francisco Guedes da Câmara	Centro da Cidade
11. Rua	Vereador Antônio Honorato	Centro da Cidade

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Por meio desses dados², observamos a baixa representatividade feminina na toponímia urbana da cidade, isso revela que as mulheres homenageadas não estão no centro da cidade, a maioria dos locais escolhidos eram de ruas periféricas, consideradas não muito importantes.

Com exceção das ruas homenageadas como: a vereadora Maria de Fátima Rafael e D. Maria pureza, que ficam localizadas na parte central da cidade. Os topônimos femininos carregam memórias, histórias e relações de poder presentes na cidade. Os dados também revelam que a desigualdade de gênero pode ser observada na nomeação dos logradouros da cidade.

² Dos logradouros com nomes femininos identificados e analisados nas tabelas, todas as mulheres residiram no município de João Câmara/RN.

O quadro a seguir apresenta diversos nomes femininos, como nomes de praças, algumas dessas praças homenageiam mulheres locais que contribuíram para a história da cidade. Porém, isso representa apenas 3%, se comparado aos outros nomes do sexo masculino.

Quadro 3 - Praças com nomes femininos do município de João Câmara – RN

Nomes	Localização
Professora Nathália Lima	Bairro Cidade Nova
Alzira Moreira	Bairro IPE
Maria Dantas	Bairro São Francisco
Francisca de Assis Rosa	Comunidade de Modelo II
Ivone Torquato	Centro

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Ao propor a relação entre toponímia e gênero, observamos que, no tocante ao município de João Câmara nas áreas urbanas, como, por exemplo: as ruas, avenidas e praças, que o espaço de homenagens às mulheres na toponímia é inferior ao dos homens. Isso é explicado por razões históricas e ideológicas que adentram as relações sociais e a manutenção do poder. As homenagens a personagens importantes da história em logradouros não escapam da diferenciação e discriminação de gênero mantida pela uma sociedade heteronormativa³, baseada na hegemonia do homem branco proprietário, criando um discurso, às vezes

³ O conceito de heteronormativa é cunhado no sentido de enfatizar a discriminação sobre as mulheres como também LGBT e tem o mesmo princípio social machista.

mais ou menos silencioso, na qual as mulheres não são tomadas como merecedoras de reconhecimento.

Como revela Nader (2007, p. 97):

Ao lado da inferioridade numérica de logradouros públicos com nomes de mulheres, soma-se também a superioridade masculina no que diz respeito ao porte e importância desses perante a população. Isto é, há de fato uma sub-representação feminina nos logradouros cujos endereços possuem mais valor no mercado imobiliário, como as avenidas e ruas mais valorizadas e prestigiadas da cidade batizadas com nomes de personagens masculinos.

Para Nader (2007), o conceito de gênero, é fundamental para discutir as desigualdades entre os homens e mulheres, o que permitiu que fosse abandonada a altivez que justificava as diferenças e suas repercussões nos direitos pelas características biológicas, deixando evidente que essas diferenças fossem construídas historicamente, como produto das relações sociais e culturais. Isso é revelado pela quantidade de topônimos de logradouros que fazem homenagens aos homens em detrimento as mulheres, atuando na manutenção dessa discriminação de gênero.

Uma cidade com diminuta quantidade de nomes de mulheres inscritos em seus logradouros públicos concorre objetivamente para a reprodução da discriminação de gênero. A metade feminina da população fica obscurecida, como se não tivesse participado da construção da cidade ou, na melhor das hipóteses, como se tivesse ocupado um papel secundário na obra (Nader, 2007, p. 98).

Esse fato é observado na cidade de João Câmara, na qual as principais ruas são nomeadas em homenagem aos homens, enquanto as mulheres têm pouca ou nenhuma importância, o que contribui para o silenciamento de suas trajetórias e conquistas na sociedade camarense, atuando pela manutenção da discriminação de gênero ou até pela recusa

de nomeações de mulheres que foram ou são importantes para a comunidade local.

Dessa maneira, é de suma importância revelar que as diferenças entre o feminino e o masculino também deixam marcas nos nomes de lugares. Portanto, ao promover aulas de história relacionadas à história local, permite-se o encontro entre o conhecimento científico com o cotidiano dos alunos e alunas por meio do estudo da toponímia da cidade. Pode-se promover um elemento importante para pesquisas no campo do Ensino de História a ser trabalhado em sala de aula. Por meio deste trabalho, pode-se ainda ampliar o conhecimento sobre a história do município.

Sendo assim, dialogando com Joan Scott (1990), é significativo incorporar um pensamento feminista como caráter político na História. Scott (1990) compreende as relações de gênero como relações sociais entre “homens” e “mulheres” como formas de co-participação na elaboração um do outro, construindo um universo prático e simbólico mútuo. Assim, masculino e feminino (mais do que homens e mulheres) foram elaborados em conjunto para tecer as relações e definir os papéis de gênero. Transposto para a questão da toponímia, super-representação masculina, nos nomes de lugares co-participa na definição de uma cidade que se entende e se define, comunitariamente, com mais masculina do que feminina, relegando as mulheres à pouca visibilidade e pouca representatividade.

Outra autora que debate a resistência da invisibilidade histórica, discriminação e apagamento das mulheres, Michelle Perrot, ainda continua sendo uma inspiração no que se refere à luta das mulheres na sociedade. Segundo ela, as mulheres “continuam escondidas na história” (Perrot, 2005, p. 10).

Dessa maneira, a toponímia é um indicador opressivo da diferença nas representações de gênero na cidade, um debate que, de fato não é novo, mas apresenta uma urgência na mudança e na reparação dos nomes femininos em logradouros públicos no município de João Câmara na minha realidade escolar.

Visto que um dos motivos para a ausência dos topônimos femininos se refere às relações de poder, deve-se conceber este último não como algo que alguém possui (o homem) e outro não (a mulher). Conforme Foucault, “o poder não é apenas um exemplo negativo, mas uma força produtiva capaz de produzir coisas, prazer, construir, conhecimentos e desenvolver discursos.” (Foucault, 1979, p. 20). O que significa que as relações de poder estão tecidas, do ponto de vista do gênero, pelas interações entre homens e mulheres e pela definição de papéis e imagens socialmente atuantes, inclusive nas escolhas dos nomes dos topônimos.

Um dos motivos para a cidade de João Câmara ter poucos topônimos femininos reporta-se ao fato de que, raramente é uma pauta considerada importante para os gestores do poder local. Ao começar pelas indicações de nomes e renomeações de logradouros públicos, que na maioria são de homens, e pelas ausências de monumentos, estátuas ou bustos dedicados às mulheres nos espaços públicos da cidade.⁴ É preciso lembrar que a divisão de um espaço urbano é marcada pela divisão de gênero e de classes sociais, expondo um cenário conservador, elitista e patriarcal no planejamento urbano do lugar. Isso significa que a percepção de como homens e mulheres vivenciam os espaços da cidade é de um reconhecimento marcado por subalternidades do feminino.

Os resultados das pesquisas realizadas de forma quantitativa, em alguma medida, respondem uma das questões deste trabalho: Qual espaço a mulher ocupa na toponímia da cidade de João Câmara? As pesquisas apresentam que, em termos percentuais, os topônimos masculinos são mais numerosos nas diversas partes da cidade.

Assim, como podemos perceber os espaços da cidade a serem celebrados como bens de memória, não foram pensados para as mulheres, o que causa um desconforto representativo para uma professora de história como eu, preocupada como uma formação

⁴ O único monumento que existe no espaço urbano do município de João Câmara é da padroeira da cidade Nossa Senhora Mães dos Homens, que fica localizado na entrada da cidade, é a única de figura feminina (e divina) na qual está representada no espaço urbano do lugar. Porém, monumentos, estátuas ou bustos, inspirados em mulheres históricas que contribuíram para sociedade camarense não existem.

educacional com fins de promover a equidade e diversidade social. Quando as personagens femininas não são nomeadas ou indicadas no espaço público, isso gera o não reconhecimento da participação das mulheres na sociedade camarense e indica que, em larga medida, as mulheres não são pertinentes para serem homenageadas ou rememoradas. Em alguma medida, essa toponímia majoritariamente masculina é uma maneira de negar sua existência das mulheres e contribuir para o seu silenciamento.

Diante disso, é preciso reconhecer que não podemos continuar silenciando, invisibilizando e excluindo as mulheres em prol da manutenção de uma estrutura social que privilegia a maioria dos homens. Além disso, é preciso compreender que as construções sociais de gênero, de raça, de classe, de geração etc., historicamente, criaram problemas que abalam a vida das pessoas até hoje e que é preciso e urgente perspectivar um futuro diferente. Nessa perspectiva, caberia uma investigação sobre o modo como as mulheres são vistas pela sociedade camarense, no espaço urbano da cidade, pela sua baixa representatividade. De qualquer forma, a ausência de nomes de mulheres em logradouros reflete uma memória invisibilidade e marginalização das mulheres nos espaços públicos.

Em alguma medida, o conceito recente, sobre patrimônio feminino é empregado como uma forma de reconhecer e preservar a história, as contribuições e o legado das mulheres no patrimônio material e imaterial, superando as desigualdades de gênero na análise histórica.

Nesse sentido, Garrido e Gómez (2016, p.79) destacam em seu estudo a relevância do patrimônio feminino:

O'patrimonio en Femenino' se constituía claramente como un proyecto de investigación referente a "los museos que interpretan sus colecciones en clave de género, pero no sólo eso, sino también como un proyecto que apuesta por la innovación tecnológica y, específicamente, por la inclusión digital del género desde diferentes puntos de visto.

Os autores dão ênfase ao "patrimonio en femenino", e nos chamam atenção para a presença feminina nos patrimônios, discutindo a

história, ensino e patrimônio. Ou seja, mais do que apenas reconhecer quais os bens culturais são produzidos por mulheres, trata-se de pensar a tradição de debate patrimonial como marcadamente falocêntrica, o que demanda dos estudiosos, no geral, e, dos professores de história, em particular, a construção de uma perspectiva patrimonial feminina.

Evidencia-se, no primeiro plano, a importância das memórias femininas nas diversas representações, com a finalidade de ensinar a história envolvendo a colaboração das mulheres em diversos espaços como: monumentos, logradouros, museus, exposições, dentre outros espaços.

Nesse sentido, como professora e mulher, sinto a necessidade de trabalhar o papel do feminino enquanto patrimônio nos logradouros públicos, principalmente das mulheres do município de João Câmara, e quebrar os preconceitos e estereótipos criados até então em torno da figura feminina sejam elas: feirantes, artesãs, vendedoras, escritoras, professoras, poetas, benzedeiras, mulheres negras, vereadores, dentre outras.

No município, existem alguns poucos monumentos que homenageiam mulheres. Destaco, por exemplo, o monumento religioso feminino que fica localizado na rotatória da Praça Antônio Justino, que tem a estátua de Nossa Senhora de Fátima⁵, o qual pode ser visto na imagem a seguir.

⁵ Essa estátua foi inaugurada no ano de 2019, pelo prefeito Manoel Bernardo, localizada próxima a primeira capela construída por volta de 1915 na cidade de João Câmara. O único monumento feminino que existe no espaço urbano do município de João Câmara é da Nossa Senhora de Fátima, encontrada na entrada da cidade, é a única de figura feminina e divina na qual está representada no espaço urbano do lugar.

Figura 2 - Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A figura religiosa da imagem acima é, por um lado, uma personagem feminina, mas, por outro lado, não é uma habitante do espaço. Liga-se com a identidade do lugar pela religiosidade e não pelo destaque do feminino em si mesmo. Por sua vez, as mulheres locais não foram celebradas como essa figura religiosa.

Diante disso, como docente, é de fundamental importância problematizar na sala de aula essas omissões relacionadas às mulheres no espaço urbano, o que expõe seu caráter conservador e elitista. A verdade é que, muitas vezes, a sociedade não se importa ou questiona as homenagens ou renomeações em logradouros. Temos outro exemplo, o que está relacionado ao nome da via da Escola Estadual Antônio Gomes, denominada Rua Eliza Bittecourt⁶, que foi oficialmente alterada para a Rua Josafá Araújo em 2020.

Essa mudança, mencionada rapidamente acima, homenageia o vice-prefeito e empresário da região, que foi vítima do Covid-19. A imagem abaixo é uma relíquia que mostra o antigo nome da rua.

⁶ Não foi possível encontrar, muitas informações sobre ela, o que identificamos foi uma das primeiras mulheres homenageadas em logradouros públicos da cidade de João Câmara. Além disso, ela foi esposa do ex-prefeito Francisco de Assis Bittencourt que assumiu o cargo em 1948.

Figura 4 - Placa da rua da Escola Estadual Antônio Gomes



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Ao longo desta pesquisa, pude constatar uma disputa de memória, no que se refere à renomeação⁷ de logradouros⁸. Conforme o projeto de Lei Municipal nº 706/2020, o topônimo feminino foi substituído por um topônimo masculino. Uma vez que a Rua Eliza Bittencourt era um dos poucos logradouros com nomeação feminina na cidade, o que fica claro, que a presença feminina foi reduzida e invisibilizada, reforçando os estereótipos da sociedade. A antiga Rua Eliza Bittencourt é um dos exemplos de ruas que foram renomeadas, porém ela ainda permanece na memória da população do município.

Dessa forma, com base na Lei nº 706/2020, aprovada pelo prefeito de João Câmara, Manoel dos Santos Bernardo⁹, podemos perceber alteração de um topônimo feminino para o topônimo masculino, o que deixa claro que a presença feminina é reduzida o que mostra a invisibilidade e reforça os estereótipos na sociedade.

⁷Essa renomeação reflete a invisibilidade das mulheres em espaços públicos ao ser substituído pelo nome masculino.

⁸ É importante saber que dentre as fontes trabalhadas nesta pesquisa, podemos citar a legislação da Lei Orgânica Municipal de João Câmara que regula a função de denominar os logradouros.

⁹ Prefeito eleito da cidade de João Câmara em 2020.

Nesse sentido, é importante demonstrar aos discentes as relações de gênero tão presentes na toponímia urbana "camarense" ¹⁰, em diversos bens públicos e pouco creditados às mulheres. Vale lembrar que, durante a pesquisa, pudemos perceber a invisibilidade de mulheres negras nos nomes de ruas, um problema que reflete o racismo e a desigualdade histórica a que foram submetidas. A falta de representatividade, especialmente, em espaços públicos, invisíveis as suas conquistas e contribuições, reforça os estereótipos e perpetua a desigualdade. Essa problemática é vista quando analisamos os topônimos femininos da cidade de João Câmara, o que revela o apagamento dessas mulheres na toponímia local.

A falta de representação na toponímia contribui para a invisibilidade social e a desvalorização da história e da luta das mulheres negras, que são frequentemente negligenciadas ou retratadas de forma negativa em espaços públicos.

Outro ponto importante observado durante esta pesquisa é a falta de fontes ou biografias relacionadas a biografias de mulheres homenageadas em nomes de ruas. A História oficial faz pouco reconhecimento das mulheres locais. Como afirma Perrot (2005, p. 16), quando se pretende pesquisar sobre memória feminina, "escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas." Sendo assim, um dos principais desafios enfrentados durante a realização dessa pesquisa, foi a coleta de dados, devido à escassez de informações necessárias que ocultam biografias de mulheres homenageadas que compõem a toponímia local.

Diante disso, este estudo pretende contribuir para novas pesquisas relacionadas à história local de João Câmara sobre a toponímia urbana para a sociedade e para o ensino em sala de aula, pois envolvem os alunos e alunas no contato com a história e a cultura local. Os nomes de ruas refletem uma memória coletiva. Conduzidos pelo professor, o tratamento da toponímia estimula novas pesquisas que discutam a

¹⁰ Quem nasce em João Câmara é chamado de camarense. Este município, localizado no Estado do Rio Grande do Norte, tem como gentílico "camarense", indicando a origem geográfica dos seus habitantes.

inserção de mulheres nos espaços públicos para produzir maior representatividade de gênero nos logradouros públicos da comunidade.

Dessa forma, como pudemos demonstrar, a desigualdade de gênero pode ser observada não somente pela quantidade de topônimos, mas pelos espaços nomeados, nas ruas centrais da cidade de João Câmara. Podemos ver que as ruas e avenidas principais do espaço urbano recebem nomes de pessoas do gênero masculino, ou seja, todos são homens. Por sua vez, quando ocorrem as nomeações que homenageiam mulheres, todas são feitas nas periferias da cidade, como por exemplo, a Rua Francisca das Chagas da Silva, localizada na comunidade do Modelo II, área afastada da área do centro da cidade.

Nesse sentido, mesmo quando as mulheres são visibilizadas nos espaços públicos, é possível notar que esses movimentos são localizados em bairros afastados ou periféricos.

É notório que as mulheres têm lutado para ampliar seus espaços em diversas esferas da sociedade, ao longo da história, até os dias de hoje, mas ainda existem muitos desafios a serem superados no que diz respeito às questões de gênero. Entre esses desafios, encontra-se a valorização da representatividade das diferentes origens, raças e identidades que podem e devem ser visibilizadas na toponímia pública. Nesta pesquisa, constatamos que as discriminações e as desigualdades enfrentadas pelas mulheres ainda são produzidas ou se reproduzem nas nomenclaturas dos logradouros públicos.

Portanto, a pesquisa revela as questões de gênero na nomeação ou renomeação de lugares públicos com as ruas, praças e avenidas, demonstra as desigualdades no que diz respeito às mulheres, a predominância de nomes masculinos.

A nomeação de ruas não é neutra, sendo um dos campos de afirmação dos valores dominantes de uma sociedade em um determinado tempo. Quando problematizamos mais intensamente a questão, e perguntamos sobre homenagens às mulheres negras, indígenas e LGBTQIAPN+, perceber-se que a exclusão é mais intensa ainda. Para esses grupos sociais não foi registrado nenhum topônimo nas ruas do município de João Câmara.

Ao trabalhar as relações de gênero e toponímia, estamos colaborando para refletir como as relações de poder são construídas socialmente, com papéis e identidades específicas atribuídas a homens e mulheres, no combate às divergências de estratégias de inviabilização da figura feminina na escolha dos topônimos.

Nesse sentido, quando falamos de igualdade de gênero, também estamos posicionando o papel da escola como essencial para promover a Educação de gênero. Incluindo essas temáticas na sala de aula, podendo refletir sobre os papéis atribuídos a homens e mulheres na sociedade, trabalhar pela desconstrução de estereótipos de gênero e empreender a valorização da igualdade entre os gêneros. O combate ao machismo e a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres na sociedade, pode contribuir para formar cidadãos e cidadãs críticos capazes de conviver com as diferenças e resistir à misoginia.

REFERÊNCIAS

Fonte:

<https://www.camaramunicipaljc.com.br/legislacao.php>

BIBLIOGRAFIA

GARRIDO, Reyes Carrasco; GÓMEZ, Alejandro Nuevo. Género en red: seis años de “Patrimonio en Femenino”. *In*: ESPANHA; PROGRAMA IBERMUSEUS. **La memoria femenina**: mujeres en la historia, historia de mujeres. Madrid: Subdirección General de Documentación y Publicaciones, p. 79-86, 2016.

NADER, Penha Mara Fernandes. **A sutileza da discriminação de gênero na nomenclatura dos logradouros públicos**. Vitória (ES). 1970–2000. 2007. Dissertação de mestrado.

PERROT, Michelle. **As mulheres, ou, os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

CAPÍTULO 9

HISTÓRIAS DA ANTIGA BAIXA-VERDE (JOÃO CÂMARA)

Aldo Torquato

1. A Intentona Comunista em Baixa-Verde

O movimento comunista de 1935 foi deflagrado em Natal no dia 23 de novembro, sábado, surpreendendo o então governador Rafael Fernandes, que se encontrava participando de uma solenidade no Teatro Carlos Gomes, hoje Alberto Maranhão, que se refugiou em um navio que se encontrava ancorado no porto de Natal. As autoridades que não puderam refugiar-se em lugar seguro, foram presas. João Severiano da Câmara, à época já proeminente industrial e político, salvou-se porque procurou abrigo em um sótão na cidade de Macaíba, segundo nos informa João Maria Furtado em sua obra *“Vertentes”*.

Depois de se instalarem em Natal, os revoltosos adentraram ao interior do estado em várias colunas. Uma delas, comandada por Benilde Dantas, dirigiu-se para Baixa-Verde, chegando à cidade na manhã do domingo, 24 de novembro. Desde as primeiras horas da madrugada que as forças locais, composta por aproximadamente vinte civis, armados com rifles papo-amarelo, cedidos pela firma João Câmara e por populares, e alguns militares do destacamento local, estes com fuzis, estavam esperando os comunistas, atocaiados nas proximidades do Moinho Velho, atualmente rua 29 de outubro, entrada da cidade no sentido de quem vem de Natal. O aviso havia sido dado pelo chefe da estação ferroviária,

Joaquim Miranda, que recebera a informação pelo telégrafo, e fora providencial, pois permitirá a organização da reação. No entanto, as forças locais logo perceberam que não dispunham de homens e armas em condições de enfrentar os comunistas. Houve um breve tiroteio, mas uma rajada de metralhadora encerrou o combate. Os destemidos cidadãos de Baixa-Verde, tendo à frente o jovem Severino Benfica (Sissi), em flagrante inferioridade, se dispersaram.

Os comunistas entraram na cidade pela praça da matriz, que à época era apenas um largo onde existia o campo de jogos do Baixa-Verde Futebol Clube. Dali seguiram pela rua Padre João Maria, até alcançar a praça do mercado. Eram aproximadamente oitenta homens, armados de fuzis e uma metralhadora, transportados em três caminhões. Chegando à praça do mercado, a metralhadora foi instalada em frente à loja da firma de João Câmara, que teve as portas destruídas por seguidas rajadas. Os revoltosos trataram de prender o delegado de polícia, Antônio de Brito, e os soldados, tendo o cuidado, evidentemente, de desarmá-los. O padre recebeu a recomendação de não deixar sua residência. O Prefeito Odilon Cabral de Macedo não foi encontrado, pois afastara-se da cidade às pressas temendo ser preso.

Depois que as portas da loja de João Câmara foram destruídas, os comunistas exortaram a população a levar tudo o que nela havia. Foi um corre-corre sem fim. Aproximadamente duzentas pessoas, homens, mulheres e crianças se apoderaram de tudo que podiam: tecidos, gêneros alimentícios, ferramentas agrícolas e utensílios domésticos. Em minutos, a horda humana deixou o estabelecimento comercial totalmente vazio. A loja de Pedro Baião também foi saqueada.

Àquela altura dos acontecimentos as pessoas ligadas a João Câmara já haviam deixado a cidade. O prefeito Odilon Cabral de Macedo e Alexandre Câmara (Xandu), fugiram em cavalos selados para a fazenda de Zezinho do Cravo, situada a aproximadamente doze quilômetros da cidade, fazendo no percurso uma ligeira parada na fazenda Santa Rosa, de Pedro Torquato. Loló Câmara, Costa Leitão e José Olímpio refugiaram-se na fazenda Boágua, de propriedade de Apolônio Bilro.

Durante quase quatro dias, de 24 a 27 de novembro, os comunistas governaram Baixa-Verde, tendo à frente uma praça do 21BC de nome Manuel Alberto da Silva Filho, que se apresentava sob o falso nome de Tenente Lins. Uma das primeiras providências tomadas pelo Tenente Lins foi mandar buscar o juiz local, Dr. João Maria Furtado, que se encontrava veraneando com a família na praia de Cajueiro, município de Touros. O Dr. João Maria compareceu à presença do chefe dos revoltosos acompanhado do promotor da comarca, Dr. José Siqueira de Medeiros, na manhã do dia 25 de novembro, uma segunda-feira, e após ser advertido de que não deveria tomar atitudes contrárias ao movimento, foi liberado, retornando a Cajueiro na noite do mesmo dia.

Na tarde do dia 27 de novembro, pelas quatro horas, meu pai, Abdon Torquato, retornava da cidade, para onde tinha ido fazer compras a pedido de Dona Mariquinha, esposa de Xandu, quando deu de cara com o inesperado: João Câmara ia a pé, fardado de capitão do exército, armado de fuzil, à frente de mais de cento e cinquenta soldados, esperando surpreender os comunistas. O trem que os transportara havia ficado a uns dois quilômetros de distância. Depois de um breve diálogo com meu pai, em que João Câmara perguntou pelos irmãos e pelo prefeito e recebeu as devidas informações, o grupo seguiu na direção da cidade. Antes, porém, João Câmara perguntou pelos comunistas, tendo meu pai respondido que os mesmos haviam destruído a sua loja, mas já tinham partido, pois haviam tomado conhecimento que o movimento não prosperara. João Câmara entrou na cidade sem disparar um só tiro.

No dia seguinte, quinta-feira, 28 de novembro, o prefeito Odilon Cabral de Macedo reassumiu suas funções. O movimento comunista chegara ao fim. Tudo parecia voltar à normalidade, não fossem as perseguições políticas que se seguiram, como veremos em outra oportunidade.

2. A Serra do Torreão

Situada no município de João Câmara, a 80 km da capital e pertencente à região do Mato Grande, a serra do Torreão é a sentinela mais avançada do grande planalto da Borborema, no sentido norte-

oriental. É um iceberg solitário, com 145 metros de altura, de fácil escalção, recoberto de vegetação hipoxerófila, onde predominam, inclusive, palmeiras nativas chamadas de “coco-católé” e cientificamente por *siagrus coomosa*, isoladas ou em densos agrupamentos. Há, também, euforbiáceas e mimosáceas, bem como a presença de exóticas, como a *euphorbia tirucali*, popularmente conhecida como “dedinho” ou “avelóz”, que é utilizada localmente como cerca viva, com um látex terrivelmente cáustico que, segundo populares, tem poderes medicinais contra afecções benignas e malignas da pele. Em seu cimo, formado por uma calva granítica, conhecida como Pedra do Urubu, descortina-se uma belíssima paisagem. No seu sopé, há uma capelinha dedicada a São Sebastião, santo festejado efusivamente a 20 de janeiro pela população local que, após os atos litúrgicos, costuma subir a serra até o seu cimo.

Desde 1977, quando foi firmado um convênio entre a UFRN e a Prefeitura Municipal, na época administrada pelo prefeito Aldo Torquato, realizou-se importante estudo sobre a flora e a fauna da serra do Torreão, desde então considerada oficialmente o símbolo da cidade. O referido trabalho, chamado projeto Torreão, ocorreu de abril de 1977 até dezembro de 1978, com a aquisição de farto material zoológico, infelizmente perdido por falta de sua conservação, no âmbito da UFRN. Ainda se dispõe de três livros de tombo, dois dos quais contendo relatórios e fotografias do projeto e um contendo toda a documentação fotográfica de uma exposição realizada na primeira semana de dezembro de 1977, durante a festa da padroeira local, Nossa Senhora Mãe dos Homens, na sala nobre do Colégio João XXIII. Cerca de 2.700 pessoas a visitaram, num acontecimento inédito para a região e para a própria cidade. Tais livros de tombo estão guardados na reserva técnica do Museu de História Natural do Seridó, na Estação Ecológica do Seridó, Serra Negra do Norte-RN, e tão logo se concretize um Museu de História Natural de João Câmara, para lá serão deslocados.

Posteriormente, do final da década de 80 para o início da década de 90, houve tentativas fracassadas de recomeçar o Projeto Torreão, mas faltou o apoio tanto da UFRN quanto da própria prefeitura municipal.

A vegetação da serra do Torreão é composta de duas formações de caatinga. Uma, é a caatinga hipoxerófila com uma vegetação de clima semiárido, que apresenta arbustos e árvores com espinhos e de aspectos menos agressivos do que a caatinga hiperxerófila. Dentre as espécies, destacam-se a catingueira, angico, braúna, juazeiro, marmeleiro, mandacaru e aroeira. A outra formação é a caatinga hiperxerófila, que apresenta uma vegetação de caráter mais seco, com abundância de cactáceas e plantas mais espalhadas e de porte mais baixo. Dentre outras espécies destacam-se nesse ambiente a jurema preta, o faveleiro, o marmeleiro, o xiquexique e o facheiro.

Os solos predominantes na serra do Torreão são os seguintes: areias quartzosas distróficas com fertilidade natural baixa, textura arenosa, relevo plano, excessivamente drenado; podzólico vermelho amarelo, equivalente eutrófico, com fertilidade natural alta, textura média, relevo plano, moderada e imperfeitamente drenado, medianamente profundo; cambissolo eutrófico, com fertilidade natural alta, textura média, relevo plano, medianamente profundo.

As pesquisas realizadas pelo biólogo Adalberto Varela, da UFRN e coordenadas pelo professor José Aldo Monteiro, do grupo GENV, um dos entusiastas com o estudo e preservação da serra do Torreão, descobriram várias espécies desconhecidas na sua fauna rica de insetos aracnídeos, lagartos, serpentes, moluscos terrestres, aves e mamíferos. Ao todo, foram encontradas treze espécies de serpentes, mas a grande surpresa foi a descoberta de larvas de formiga-leão, da família dos neurópteros e uma espécie rara de escorpião preto, até então desconhecida da biologia, o *Rhopalurus baixaverdensis* que, por se tratar de uma espécie nova, recebeu o nome em homenagem à cidade.

Outra espécie rara, conhecida vulgarmente como Lagarto Rex, de tamanho pouco superior a uma lagartixa e menor que um Tejuacu, também é encontrada no local, e somente nele, em toda a região do Mato Grande.

2.1 - As lendas que envolvem a Serra do Torreão

Conta o professor Gino Miranda, nascido na localidade Corte, quase ao pé da serra do Torreão, que, durante muitos e muitos anos, corria à boca pequena que, na década de vinte do século passado, um certo Júlio dos Matias, dado a pitar um inseparável cachimbo - de onde saíam abundantes baforadas -, mulato muito querido e conhecido em Baixa-Verde, por conta das suas histórias fantasiosas, gostava muito de caçar na serra. Os amigos sempre o preveniam dos riscos que corria, visto que uma onça habitava o lugar. Certo dia o mulato Júlio foi caçar e não retornou à noite, como era de costume. Apreensivos, os amigos e familiares foram à sua procura logo que raiou o dia e só encontraram os seus restos mortais graças a uma fumacinha que saía do cume da serra, onde fica a chamada pedra do urubu. Tal fumaça foi entendida como sendo um indicativo do local onde o corpo estava e teria saído, segundo os supersticiosos, do cachimbo do velho. Assim nasceu a lenda do Torreão Cachimbando, que na época servia para explicar o fenómeno meteorológico que ocorre nas serras em época de grandes invernações, em dias mais frios, principalmente nas primeiras horas do dia, quando o cume da serra amanhecia todo envolvido por uma densa camada de nuvens, que se desfazia logo que o sol começava a esquentar.

Muitas pessoas diziam também que os estrondos que davam em Baixa-Verde eram por conta de uma cama de baleia que havia debaixo da serra. Segundo a crendice popular, o local, muito antigamente, fora mar e um grande reservatório de água se escondia por sob a serra. Nesse reservatório, morava uma baleia gigante que, quando se movia, provocava os estrondos.

2.2 - Os passeios pela Serra Do Torreão

Uma das coisas mais gostosas de se fazer, é visitar a serra do Torreão, principalmente nos períodos invernosos. Além do contato com a natureza, inclusa vegetação remanescente da Mata Atlântica, tem-se uma ampla e bela visão de parte das regiões do Mato Grande e Central.

Do alto da serra do Torreão são avistadas, num raio de, aproximadamente, setenta quilômetros, as seguintes localidades: ao poente, num primeiro momento, as localidades de Pedra D'água, Amarelão e o Assentamento Santa Terezinha. Lançando-se o olhar na linha do horizonte, a serra do Cabugi, por inteiro, a uma distância de aproximadamente 50 quilômetros em linha reta; à nascente, no sopé, o açude Grande, construído por ocasião da passagem da rede ferroviária. Logo a seguir, a cidade de João Câmara. Mais ao longe, a BR-406, cujo eixo foi construído tendo por azimute o cume da serra, e as comunidades de Assunção, Matão, Cravo, Aroeira, Arizona e Samambaia, esta já no município de Poço Branco, e a Serra Pelada, no município de Taipu; ao Norte, para as bandas das praias, avistam-se as comunidades de Morada Nova, Breginho, Assunção, diversos Assentamentos Rurais e a Serra Verde, com todas as comunidades situadas no seu lombo; ao sul, podem-se ver todas as comunidades que margeiam o rio Ceará-Mirim (Pousa, Ladeira Grande, Passagem dos Caboclos, Passagem de Pedra, Várzea do Domingo, Riacho Fundo, Riacho da Fazenda e Valentim), e as cidades de Bento Fernandes e Santa Maria, está localizada a mais de 50 quilômetros em linha reta e seus respectivos povoados. Praticamente todos os parques eólicos implantados no município também podem ser vistos do cume da serra do Torreão. Uma visão belíssima, inesquecível para quem a visita!

Durante o inverno, quando todo o chão vislumbrado a partir do cume da serra do Torreão parece um tapete multicolorido, com diversas tonalidades de verde e azul, proveniente dos campos e dos espelhos d'água dos açudes, barreiros e riachos cheios, a visão que se tem do alto da serra é simplesmente encantadora.

3. Antônio Proença, o fundador da Baixa-Verde Nova

Dá nome a uma das principais artérias da cidade, iniciando-se na praça Baixa-Verde e projetando-se em direção ao distrito de Assunção (antiga Baixa-Verde Velha), após cortar a BR-406. É uma homenagem ao fundador da nova Baixa-Verde. Antônio Júlio de Gouvea Proença era filho de Joaquim Júlio de Proença e Antônia Soares de Gouvea Proença. Nasceu

em 08 de agosto de 1861 no distrito de Santa Tereza de Valença, atual município de Rio das Flores, estado do Rio de Janeiro. Seu pai, Joaquim Júlio de Proença, faleceu muito moço, o que levou à internação dos filhos adolescentes, Antônio, João e Lucas no Colégio do Santuário do Caraça, Minas Gerais, oriundos de Leopoldina, MG (onde, certamente moravam), conforme consta da ficha de matrícula. Sua mãe, Antônia Soares de Gouvea Proença, faleceu no ano de 1891 e está sepultada no cemitério do Bomfim, Belo Horizonte, quadra 19, túmulo 7.

Antônio Proença casou-se, primeiramente, com Maria Moura de família tradicional da cidade de Taubaté, estado de São Paulo, com quem teve um filho, chamado Antônio Telésforo de Moura Proença. Esse filho, ordenou-se padre em Taubaté e foi vigário de várias paróquias da região, havendo falecido, no ano de 1941, como capelão do Asilo Colônia de Pirapitingui, em Itu, interior de São Paulo, onde estava internado como paciente de lepra e, por ser padre, foi alçado à condição de Capelão do leprosário.

Separando-se de Maria Moura, Antônio Proença passou a conviver maritalmente (naquela época não havia divórcio, o que impedia um novo casamento) com Malvina Alves de Azevedo, com quem teve apenas um filho, chamado José, do qual não se sabe o destino. Esse filho foi reconhecido por Antônio Proença no ano de 1915 no Cartório de Registro de Pessoas Naturais do Rio de Janeiro, então capital da república. Foi com Malvina que Antônio Proença veio para Baixa-Verde, porém o filho não os acompanhou.

Nos registros dos jornais da época, não consta a presença de Antônio Proença nas festividades de inauguração da estrada de ferro em Baixa-Verde (12.10.1910), mas é indubitável que nos momentos que se seguiram Antônio Proença foi o principal personagem, posto que em Baixa Verde estabeleceu sua residência, trouxe a família, riscou o mapa da cidade, limpou e terraplenou o terreno e doou lotes para construção das primeiras casas e prédios públicos. Construiu a capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens, cujas obras foram concluídas no ano de 1915. Por tais razões, é oficialmente reconhecido como o “Fundador da nova Baixa—Verde”.

Segundo relatos da época, para construção da capela, Antônio Proença contou com uma pequena colaboração de Alfredo Edeltrudes de Souza, tradicional morador da antiga Baixa-Verde, atual Assunção. Na década de 20 do século passado, após a rescisão pelo governo federal do contrato de concessão da rede ferroviária com a empresa CVC (Companhia de Viação e Construções) de propriedade do seu irmão João Proença (decreto no. 14.136, de 10 de abril de 1920), Antônio Proença retornou ao sudeste do país, de onde viera, não sem antes vender à própria rede ferroviária (depois passou para a União) a propriedade que adquirira na região, propriedade essa conhecida como “Data do Torreão”.

Originalmente, a avenida Antônio Proença começava ao lado da igreja, atual Nossa Senhora de Fátima, imediações da estrada de ferro. Na década dos anos sessenta, o espaço da igreja até as imediações da atual praça Baixa-Verde, passou a denominar-se praça Antônio Justino. Com muita justiça, diga-se de passagem.

4. Baixa-Verde Velha e Baixa-Verde Nova

Situada a 75 quilômetros de Natal, em plena região do Mato Grande, a atual cidade de João Câmara, era no início do século passado um local onde só havia mata e bichos. O povoado mais próximo, conhecido como Baixa-Verde (atual Assunção), distava três quilômetros ao norte. Na direção oeste, a uns dez quilômetros, ficava a comunidade do Amarelão dos Mendonças, composta por descendentes de índios tupis e negros. Mais à frente, a povoação de Cauassu. O resto, numa área de várias léguas, era só mata virgem, com raras fazendas de gado e plantações de algodão, a quilômetros de distância umas das outras. Por isso, a região onde atualmente está a cidade de João Câmara era chamada de Matas.

Em Baixa-Verde (atual Assunção) havia uma rua e um comércio florescente, realizando-se feira-livre aos sábados, Ali moravam Alfredo Edeltrudes de Souza, Ismael Maurício da Silveira. Joaquim Câmara e João Batista Furtado que exploravam o comércio e a agricultura. Joaquim Câmara possuía uma “bolandeira” que descarocava algodão e remetia para os centros mais desenvolvidos. Tudo fazia crer que, em poucos anos,

aquela comunidade seria um núcleo populacional respeitável ou, quem sabe, uma nova cidade.

O destino de Baixa-Verde (atual Assunção) tomou novo rumo quando a rede ferroviária que adentrava ao sertão, partindo de Natal, desconsiderando a importância social e econômica do núcleo populacional existente, resolveu passar seus trilhos a uma distância de três quilômetros ao sul, num lugar conhecido apenas como Matas, posto que ali não morava praticamente ninguém. Não se sabe ao certo o porquê de tal decisão.

Matas não era uma povoação, mas apenas uma região com casas esparsas, distantes umas das outras.

Os trilhos chegaram à região das Matas em 12 de outubro de 1910 e a estação foi instalada provisoriamente em um vagão de trem (Esta data é considerada a data da FUNDAÇÃO DE BAIXA-VERDE e está na nossa Bandeira). À frente do empreendimento o engenheiro agrimensor ANTÔNIO PROENÇA, que, apreciando o local, resolveu ali estabelecer-se. Tratou de construir casa e plantar algodão, fixando-se na terra em caráter permanente. A estrada de ferro, que estava sendo construída pela firma Proença & Gouveia (depois CVC – Companhia de Viação e Construções), num regime de arrendamento por sessenta anos, seguiu seu curso na direção de Lajes, mas Antônio Proença, um dos sócios do empreendimento, ficou administrando os serviços a partir do local que havia escolhido como ponto de apoio e sua residência.

Nas laterais do prédio da Estação Ferroviária, que construíra, Antônio Proença fez escrever o nome BAIXA-VERDE. Estava oficializado o nome daquela que seria a nova cidade.

Aos poucos, o lugar foi sendo povoado. Cossacos, pequenos comerciantes e agricultores foram se instalando nas imediações da estação ferroviária. Antônio Proença foi o grande incentivador da formação urbanística da cidade que estava surgindo: traçou as linhas das primeiras ruas, construiu a capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens, cavou cacimbas e ergueu as primeiras casas, inclusive a sua residência. O desenvolvimento do lugar chamou a atenção de quantos procuravam oportunidades de ganhos. A antiga Baixa-Verde passou a se chamar

BAIXA-VERDE VELHA no falar popular, e foi aos poucos se esvaziando. Com o passar dos anos o nome ASSUNÇÃO (referência à padroeira da comunidade, Nossa Senhora da Assunção, cuja imagem é do ano de 1902) foi se sedimentando. Seus maiores comerciantes foram abandonando o lugar e se deslocando para a nova povoação ou para outras localidades. João Batista Furtado (pai de João Maria Furtado, avô de Roberto Furtado) e Ismael Maurício da Silveira estabeleceram-se logo na nova Baixa-Verde. Joaquim Câmara deixou também Baixa-Verde Velha (atual Assunção), mas preferiu ir para Cauassu, uma pequena comunidade situada a doze quilômetros a oeste, que não possuía mais que três ou quatro casas, onde só tinha a alternativa de explorar a agropecuária. Comércio ali era impossível, pois não havia gente para comprar. Alfredo Edeltrudes, também em busca de melhores dias, arrendou um engenho em Ceará-Mirim e depois comprou uma propriedade chamada Quintas, em Natal, que veio a tornar-se bairro com o mesmo nome e para lá mudou-se.

Já como Prefeito, encontrei Assunção (antiga Baixa-Verde), sessenta anos depois, como uma povoação quase fantasma, onde só havia salvo umas poucas casas simples, alicerces de construções antigas e um velho cemitério abandonado, com as grossas paredes de pedras em ruínas, coberto de mato.

JOÃO SEVERIANO DA CÂMARA chegou em 06 de junho de 1914, tendo ao seu lado o irmão Jerônimo, conhecido como Loló. Alexandre, outro irmão, veio depois. Os três, depois de anos a fio explorando a agricultura e o comércio, fundaram a firma João Câmara e Irmãos. *Câmara Cascudo, na obra "João Severiano da Câmara – História de um Homem" (1953) nos dá conta da existência em Baixa-Verde, quando da chegada de João Câmara, de dois pequenos comerciantes: José Antunes de França, cuja vendinha ficava perto da Igrejinha e Luiz Cordeiro, conhecido como "Luiz Rei de França", que negociava na esquina da futura pracinha. No dizer de Câmara Cascudo, "A povoação não tinha ruas, apenas os alinhamentos riscados pela mão grossa do Dr. Proença".*

Com o progresso dos seus negócios e o casamento com dona Maria Gomes, filha de um destacado chefe político de Taipu, João Severiano da Câmara galgou a condição de Intendente daquele município

e foi, nessa condição, que articulou junto ao então governador Juvenal Lamartine de Faria a emancipação política de Baixa-Verde, sendo eleito o seu primeiro prefeito. Saindo, portanto, da prefeitura de Taipu para a prefeitura de Baixa-Verde.

Pela Lei Estadual nº 697, de 29 de outubro de 1928, promulgada pelo então governador Juvenal Lamartine de Faria, foi decretada a emancipação política do novo município de Baixa-Verde, sendo seu território constituído inicialmente por partes de terras desmembradas dos municípios de Taipu, Touro e Lages, e-se até os mares do norte, açambarcando os povoados de Parazinho, Pedra Grande, São Bento do Norte, Caiçara e Galinhos.

Emancipado o Município de Baixa-Verde, foram eleitos:

Prefeito JOÃO SEVERIANO DA CÂMARA

Intendentes (atualmente, Vereadores):

ANTÔNIO JUSTINO DE SOUZA

PEDRO GOMES BAIÃO

GENÉSIO DE OLIVEIRA

DOMINGOS ROMANO

JOSÉ SOARES BELCHIOR

ISMAEL MAURÍCIO DA SILVEIRA

5. Gumercindo Saraiva, um baixa-verdense

Gabriel Saraiva de Moura era um simples ferroviário, que acompanhava, juntamente com a sua esposa, dona Maria Custódia Saraiva, os passos da rede ferroviária em construção. Assim é que, por dias ou meses, residiram em Natal, Ceará-Mirim, Taipu, Itapassaroca, e tantas outras estações improvisadas, muitas vezes dormindo em vagões estacionados, até que com a inauguração da rede ferroviária em Baixa-Verde, ali resolveram sentar morada por um tempo mais longo. Estávamos no ano de 1915 e foi por aqueles dias, mais precisamente num 02 de junho, que nasceu o pequeno Gumercindo. Sabe-se que Gumercindo

viveu em Baixa-Verde somente até os 15 anos de idade, porém não de maneira contínua, pois o pai, devido ao cargo que ocupava na rede ferroviária, era obrigado a acompanhar o prosseguimento da estrada pelo sertão adentro. No entanto, tendo sempre Baixa-Verde como ponto de referência, teve tempo suficiente para angariar um grande número de amigos e, mais que isso, observar a cena baixa-verdense, registrada em livro escrito a meu pedido por ocasião do cinquentenário no município.

Na obra, intitulada “Cinquenta Anos de Emancipação”, Gumercindo relata como eram as brincadeiras de infância, os apelidos da época, os remédios caseiros, as figuras de destaque na política, na jacente economia e na sociedade. Merece especial atenção o relato que faz de “uma família de músicos - os Fernandes -”, donde se extrai o seguinte texto: quando alguém escrever a história da música do Rio Grande do Norte um fenômeno artístico-musical tem de ser estudado numa família de músicos natos chegados em Baixa-Verde, no início deste século, tendo como tronco o sr. Adelino Fernandes de Souza e Dona Maria Izabel Lopes Fernandes”. E continua, mais adiante: “presenciamos em nossa meninice uma família feliz, onde o sr. Adelino Fernandes via nos filhos Sóter, Miguel, João Manuel, João Batista, Alberto, Francisquinha e Milita, um aglomerado de músicos alegrando seu lar, com violino, trompete, violão, cavaquinho, bandolim e órgão, com vozes maviosas, deleitando uma sociedade sem condições de aproveitá-los”.

Gumercindo, já adulto, passou a residir em Natal, casando-se em 27 de janeiro de 1940 com dona Wilhermin Oliveira Saraiva, com quem teve quatro filhos, que lhe deram dez netos e treze bisnetos. A união durou 48 anos. Em Natal, Gumercindo começou como balconista do escritório de Carlos Lamas na rua doutor Barata, montando depois uma pequena loja de instrumentos musicais na avenida Rio Branco, a Casa da Música, inaugurada na década de 40. Foi musicista, folclorista, glosador, pesquisador, poeta e escritor, membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras, dos Institutos Históricos e Geográficos dos estados do Rio Grande do Norte, Pará e Ceará, da Academia Brasileira de História, da União Brasileira de Escritores e da Associação Norte-rio-grandense de Letras.

Quando estava prestes a completar 73 anos de vida, Gumerindo foi fulminado por um infarto do miocárdio, que o pegou traiçoeiramente na noite do dia 20 de maio de 1988, uma sexta-feira, por volta das 23 horas. Naquele nefasto momento, fazia o que mais gostava: tocar violino. A morte o pegou em plena ribalta, no Salão dos Grandes Atos da Fundação José Augusto.

Numa justa homenagem àquele homem simples, comunicativo, que em vida foi expoente das letras e da música, dignificando a cidade em que nasceu, foi aprovado pela Câmara Municipal de João Câmara, um projeto de lei de autoria do vereador Luiz Gameleira do Rego, que tive a honra de redigir, instituindo o dia 02 de junho, data do seu nascimento, como o DIA MUNICIPAL DA CULTURA. Foi-se o homem, fica a fama!

6. João Câmara, o Homem, o Político e o Industrial

João Severiano da Câmara nasceu na localidade Boa Vista, município de Taipu, em 08 de março de 1895, sendo filho de Vicente Rodrigues da Câmara e Maria Rodrigues da Câmara. A pequena Boa Vista, no dizer de Câmara Cascudo, foi confundida com outra localidade que lhe ficava próxima, Passagem Funda, daí constar oficialmente o nome desta última como o lugar onde João Câmara nasceu. Seu pai, Vicente Rodrigues da Câmara era filho de João Severiano da Câmara e Tereza Rodrigues da Silveira. Portanto, ao filho, que foi o segundo da sua prole, foi dado o nome do avô paterno. Em 18 de junho de 1915, João Câmara casou-se com sua prima Maria Gomes, com quem teve os filhos Elza (que casou com José Arnaud), Tereza (que casou com Reinaldo Bezerril), Edson, Wilson e João (que casou com Marlene).

Ainda moço, aos 18 anos de idade, já apelidado de Vanvão, trabalhou no I.F.O.C.S (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas), órgão que antecedeu o DNOCS, e como tal tinha a missão precípua de construir barragens para amainar o secular problema da escassez de chuva no nordeste brasileiro, missão que até os dias de hoje, já em pleno século vinte e um, se arrasta a passos de tartaruga.

Não satisfeito com o emprego, que pouco lhe rendia, a não ser um mísero salário, suficiente apenas para cobrir os custos de manutenção, João Câmara retornou à casa paterna no início do ano de 1914.

Em 6 de junho de 1914 João Câmara chegou a Baixa-Verde, acompanhado do seu irmão, Jerônimo, conhecido com Loló. Inicialmente, estabelece-se com uma pequena casa de comércio, depois fundou plantações de algodão, trouxe outro irmão de nome Alexandre (Xandu), para ajudar nos serviços, e com ele fundou a firma João Câmara e Irmãos, que pouco tempo depois seria uma das maiores do estado, destacando-se no beneficiamento de algodão produzido nos milhares de hectares de terras próprias ou adquiridos de terceiros.

Em 1928 João Câmara tornou-se o primeiro prefeito do recém-criado município de Baixa-Verde, que se tornara autônomo, em grande parte, graças ao seu empenho, tomando posse às 13 horas do dia 1º de janeiro de 1929, no salão principal do grupo escolar Capitão José da Penha. Antes, porém, havia sido Intendente em Taipu, empossado em 1º de fevereiro de 1926. Com o advento da Revolução de 1930, João Câmara foi demitido, sendo nomeado para o seu lugar o cidadão Ariamiro de Almeida. Pouco depois, usando da força política dos amigos, foi novamente nomeado Prefeito em 06 de dezembro de 1930, exercendo o cargo até 28 de novembro de 1932.

João Câmara exerceu o mandato de deputado estadual por duas vezes, ambas na década de trinta. Nas eleições de 1947 foi eleito Senador da República, concorrendo com o ex-governador Juvenal Lamartine de Faria, tomando posse no cargo em 15 de setembro de 1948. Foi um dos fundadores do Partido Social Democrático, o legendário PSD, chegando a exercer a sua presidência regional.

Iniciou a atividade empresarial com um pequeno ponto comercial na praça projetada por Antônio Proença. Seu sogro, João Gomes da Costa, que morava na sede do município (Taipu), possuía uma máquina de descaroçar algodão. Em Baixa-Verde, um cidadão chamado Alfredo Edeltrudes de Souza e Pedro Torquato, também descaroçavam algodão com um maquinário conhecido como “bolandeira”. Com a ida de Alfredo Edeltrudes de Souza para Natal, João Câmara adquiriu o seu equipamento

e passou a também descaroçar algodão, iniciando a sua atividade industrial. Constituiu a empresa JOÃO CÂMARA & IRMÃOS (em sociedade com os irmãos Alexandre Câmara (Xandu) e Jerônimo Câmara (Loló) e tornou-se um dos maiores empresários do ramo em todo o estado do Rio Grande do Norte.

7. Monsenhor Luiz Lucena: o grande benfeitor

Luiz Lucena Dias nasceu na pequena cidade de Pirpirituba, no vizinho estado da Paraíba, em 05 de junho de 1927, filho de Eustáquio Dias Fernandes e Noêmia Lucena Dias. O casal teve oito filhos, sendo cinco homens e três mulheres. Em 1935, os pais do atual Monsenhor Lucena resolveram deixar o torrão amado e vieram morar em Natal.

Chegando à capital, o pequeno Luiz foi matriculado no Grupo Escolar Izabel Gondim, situado nos limites do bairro da Ribeira com as Rocas, onde concluiu o curso primário. Dando sequência aos estudos, e já encaminhado na via sacerdotal, cursou o ginásio e o colegial no seminário de São Pedro. Em seguida, deslocou-se para o seminário da Prainha, em Fortaleza, onde cursou Filosofia e Teologia, ordenando-se padre a 08 de fevereiro de 1955. Sua formação intelectual foi concluída com os cursos de Licenciatura Curta em Letras pela UFRN, Licenciatura em Filosofia, pela PUC de Recife e Estágio em Sagrada Escritura, pelo Centro Bíblico de Jerusalém. Em 13 de outubro de 1979 recebeu o título de Monsenhor.

Logo após a ordenação, exerceu as funções de Coadjutor de Ceará-Mirim, de dezembro de 1955 a janeiro de 1956, quando foi designado vigário paroquial de São Rafael, onde ficou até junho de 1957. Naquele ano foi designado para a paróquia de Taipu e Touros, donde só saiu em julho de 1959, quando já estava exercendo cumulativamente a paróquia de João Câmara. Sua chegada a João Câmara ocorreu em 13 de fevereiro de 1958, mas sua nomeação como pároco somente efetivou-se no dia 13 de junho do mesmo ano.

Embora tenha um vasto trabalho no campo religioso, tendo fundado diversas pastorais (catequética, da juventude, sacramental, da

criança, do dízimo e vocacional), o Monsenhor Lucena não se limitou às atividades eclesiais. Verificando que a cidade não contava com um curso ginasial, o que obrigava os alunos que desejavam continuar os estudos a se transferirem para Natal – sorte de uns poucos cujos pais tinham mais condição financeira -, idealizou e implantou a Escola Comercial de João Câmara, oficialmente criada pela Lei Municipal nº 01, do ano de 1959. Não havendo prédio próprio onde pudesse funcionar, a recém criada escola passou a funcionar nas instalações do Grupo Escolar Capitão José da Penha, que, apesar de ter apenas três salas de aula, ainda havia turnos em que ficava ocioso. O passo seguinte, foi a construção de um prédio próprio, construído em um terreno doado pela D. Maria Câmara, viúva de João Câmara, em plena praça Monsenhor Freitas, próximo à Igreja Matriz. Para a construção do prédio o Monsenhor Lucena contou com a participação de toda a comunidade baixa-verdense, principalmente, através de seguidos leilões onde não faltavam objetos e animais (garrotes, carneiros e galinhas) doados pela população para serem vendidos e a renda revertida em benefício do bem tão desejado.

A obra durou mais de dez anos para ser concluída, mas logo em junho de 1961, mesmo sem ter as condições ideais de funcionamento, passou a abrigar a Escola Comercial, logo depois transformada em Ginásio João XXIII. O passo seguinte foi a implantação do segundo grau, o que ocorreu no ano de 1975, passando o ginásio a ter a denominação de Colégio. A partir daí, jovens nascidos de famílias pobres puderam tornar realidade o sonho de sair de João Câmara diretamente para uma universidade, como de fato ocorreu com dezenas deles, hoje médicos, advogados, engenheiros, pedagogos.

Além de diretor do estabelecimento de ensino que criara, o Monsenhor Lucena sempre acumulou as funções de professor, especialista em português (gramática e literatura) e francês, destacadamente. Lembro-me bem do jeito como tratava os alunos, chamando muitos deles, carinhosamente, de “cafuçu”, dando capilés em suas orelhas, o que bem demonstrava a sua condição de homem simples e perfeitamente integrado na comunidade em que vivia.

Mas a vasta obra do Monsenhor Lucena não se cingiu apenas aos campos da religião e da educação. Relevante também foi a construção da Maternidade que, anos depois, passou a ter o nome da sua mãe, Noêmia Lucena, preenchendo uma grande lacuna que havia na cidade. Esta maternidade foi construída nos aposentos da antiga Casa Paroquial, cedendo o pároco o seu conforto em benefício dos mais pobres.

Embora nunca tenha tido participação ativa na vida político-partidária da cidade – recusou diversos convites que lhe fiz para ser candidato a Prefeito de João Câmara pelo MDB -, o Monsenhor Lucena é de uma família repleta de homens públicos. Diversos dos seus parentes exerceram a política partidária, destacando-se Augusto Lucena, que foi Prefeito duas vezes de Recife e deputado federal pelo estado de Pernambuco; Humberto Lucena, deputado federal e senador da república, pelo vizinho estado da Paraíba; Cícero Lucena, Prefeito de João Pessoa; seu irmão Pedro Lucena, que por diversas vezes se elegeu deputado, estadual e federal, pelo Rio Grande do Norte e seu sobrinho, Eustáquio Lucena, deputado estadual.

Em 15 de janeiro de 2006, após 50 anos de ordenação, o Monsenhor Luiz Lucena Dias, aos 78 anos de idade, renunciou a administração da paróquia de Nossa Senhora Mãe dos Homens, recebendo, a partir daquela data, o título de Pároco Emérito.

Nos últimos anos da sua laboriosa vida, o Monsenhor Lucena, além de continuar exercendo as funções de Padre, dedicou-se às suas leituras diárias, ao cultivo de árvores frutíferas e aos animais de estimação que criava no seu sítio no Matão.

Faleceu em 29 de dezembro de 2017, em Natal, onde estava em tratamento médico, sendo sepultado na Capela do Santíssimo, na Igreja Matriz da Paroquia Nossa Senhora Mãe dos Homens, em João Câmara/RN.

8. Os terremotos que abalaram o Brasil

A ocorrência de abalos sísmicos não se constitui uma exclusividade do município de Baixa-Verde. Há registros históricos da presença desses fenômenos em várias outras regiões e cidades do estado, como em Assu, Lages e Parazinho, por exemplo. A diferença, é que os

abalos de Baixa-Verde chamaram a atenção, inclusive da comunidade científica, pela intensidade e recorrência dos fenômenos.

Os moradores mais antigos da cidade, muitas vezes relataram que abalos sísmicos foram sentidos pela população nas décadas de trinta e quarenta do século passado. No ano de 1952, o fenômeno voltou com maior intensidade, chegando a deixar a cidade quase vazia, tal o temor que se apoderou dos seus moradores. O escritor Paulo Pereira dos Santos, conta em sua obra *Baixa-Verde: Retalhos de sua história*, como presenciou os abalos ocorridos naquele ano: “na sexta-feira da paixão do ano de 1952, estávamos almoçando, quando chegou aos nossos ouvidos, de chofre, um estrondo imenso, acompanhado de tremor de terra. As poucas garrafas que se encontravam nas prateleiras da cozinha batiam umas nas outras. A casa toda estremecia e seus utensílios também”. O pavor tomou conta da população, todos temendo o fim do mundo, pedindo perdão a Deus e ao próximo pelos pecados cometidos.

Durante os anos sessenta e setenta, eu mesmo, tive a oportunidade de sentir diversos abalos sísmicos, mas todos de pouca intensidade, que não chegaram a causar pânico entre os moradores, apenas comentários mais pessimistas daqueles que imaginavam que por debaixo da cidade corria um rio caudaloso, ou que um vulcão adormecido havia por baixo da serra do Torreão e estava prestes a explodir. Tudo, simples teorias nascidas da mente fértil daquelas pessoas inocentes e temerosas, que à falta de uma explicação científica, davam asas à imaginação.

Nunca, porém, houve uma concentração de abalos sísmicos tão grande quanto no período que vai de agosto de 1986 a março do ano seguinte, quando chegaram a ocorrer mais de 200 abalos em determinados dias. Segundo o Boletim Informativo nº 12, do Departamento de Física da UFRN, assinado pelo professor Mário Takeya, naquele período aconteceram 8.802 sismos, sem contar os ocorridos de 29 de novembro a 12 de dezembro, que na época estavam sendo analisados pelas Universidades de Brasília – UNB, e São Paulo – USP, justamente por envolver o espaço de tempo em que ocorreram os mais significativos abalos.

O ápice da sismicidade, em termos de magnitude, ocorreu na madrugada do dia 30 de novembro de 1986 - um domingo -, atingindo o maior sismo a considerável marca de 5.1 na escala de Richter, propagando-se nas direções leste e sudeste, chegando a ser sentido fortemente em Natal, João Pessoa e Recife, balançando prédios e provocando pânico entre as pessoas, que até então não conheciam fenômeno igual. Uma festa rolava solta na ACDB, quando o barulho do tremor sobrepujou o som da banda musical, trazendo correria e gritos histéricos entre os presentes.

O fenômeno chamou a atenção da imprensa nacional, com cobertura diária da grande imprensa, inclusive do Jornal Nacional, principal noticiário da Rede Globo de Televisão, bem como de cientistas e políticos de diversos matizes. No local, estiveram o cientista inglês Robert Pearce, da Universidade de Cardiff, que veio a convite da SUDENE e do Conselho Britânico, e Marcelo Assumpção, da Universidade de Brasília. Ao longo dos anos seguintes, mais de 80 mil sismos foram registrados pelos aparelhos instalados na região, atualmente desativados, em virtude da falta de interesse da UFRN e demais autoridades competentes, em continuar monitorando a área.

Com a repercussão em nível nacional, e até internacional, dos abalos sísmicos de Baixa-Verde, o próprio Presidente da República, José Sarney, acompanhado do Ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto e todo o seu séquito, visitou a cidade e prometeu recursos para a recuperação dos prédios atingidos. A comitiva desceu de helicóptero no campo de futebol, sendo recepcionada pelas autoridades locais, e, em seguida, instalou-se no prédio do Colégio João XXIII, onde o presidente Sarney ouviu os apelos para que recursos fossem liberados urgentemente, com o objetivo de atender aos desabrigados, recuperar os prédios atingidos e as finanças dos comerciantes e agricultores.

Aproveitando a oportunidade da visita do Presidente Sarney, o atual vereador por Natal, George Câmara, que à época residia em João Câmara e era membro da AUC – Associação Universitária Camarense, e já militava politicamente na esquerda, produziu um bem elaborado *Martelo de 10 pés sobre a questão dos abalos sísmicos*, do qual extraí esta estrofe:

por aqui veio até o Presidente/É verdade, não há como negar/Mas agora, como é que vai ficar?/Como vai ser tratada a nossa gente?/Pois se acontecer bem de repente/Outro abalo de cinco ponto três/Quero ver como fica dessa vez/Como o povo vai ter que suportar/Meu amigo, é bom se preparar/Pode dar um abalo até de seis.

Nem um só prédio em toda a região dos sismos ficou imune aos seus efeitos. Todos racharam, mas somente uma casa caiu, na localidade Samambaia, situada no município de Poço Branco, onde ocorreu o epicentro do maior tremor. A igreja matriz também foi danificada, com rachaduras nas torres e paredes, além do piso que ficou cheio de lombadas. Em consequência da visita presidencial, centenas de casas de tijolos foram derrubadas e substituídas por outras de taipa, que se acreditava mais seguras. Vários prédios públicos foram recuperados. Outros foram construídos em lugar dos que haviam sido danificados.

Embora haja o receio da ocorrência de sismos em magnitude superiores ao já ocorridos, a verdade é que a questão não preocupa tanto os cientistas, que afirmam que os fenômenos ocorrem na intraplaca tectônica, ou seja, na parte interna da placa sobre a qual está assentado o subcontinente sul-americano, não havendo possibilidade de terremotos de grande magnitude, que só acontecem nas regiões onde as grandes placas tectônicas chocam-se umas com as outras. O caso de Baixa-Verde é explicado como resultado de uma simples fricção ocorrida na falha geológica, de aproximadamente 25 quilômetros de extensão, que se inicia na localidade chamada de Lagoa Rachada, passando por Samambaia e Cravo, todas no município de Poço Branco, atravessando o município de João Câmara, no sentido Nordeste/Sudoeste, passando pelas localidades de Santana, Santa Cruz, Aroeira, Passagem dos Caboclos e Várzea dos Domingos e, finalmente, chegando ao vizinho município de Bento Fernandes, na região de Bandoleiro.

Por ocasião dos grandes abalos sísmicos, era prefeito do município o senhor José Ribamar Leite, que teimou em ficar no lugar, mesmo diante das ameaças de possíveis tremores maiores, de consequências imprevisíveis. O Monsenhor Luiz Lucena, pároco da cidade, foi outro que não arredou pé, respondendo a quem perguntava

que só deixaria Baixa-Verde depois que o último habitante saísse. Por razões diferentes, é verdade, os dois permaneceram na cidade.

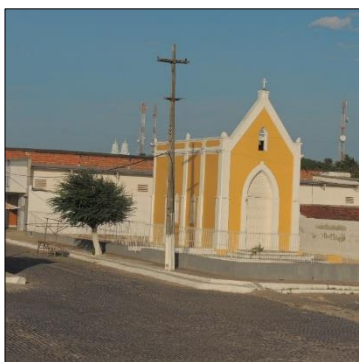
No entanto, milhares de pessoas deixaram a cidade no mesmo dia dos primeiros grandes tremores. Centenas delas instalaram-se num conjunto residencial denominado Cidade Praia, em Natal, que ainda não estava inaugurado; outras centenas, foram para os demais bairros da zona norte da capital e também para cidades como Ceará-Mirim, Parnamirim, Macaíba e São José de Mipibu. Baixa-Verde ficou quase deserta. Dava muita tristeza ver as ruas vazias de gente e de carro, como se fosse uma cidade fantasma. Muitos dos que partiram naqueles dias de terror, jamais retornaram, preferindo plantar novas raízes em outras terras.

Dois ou três dias após o maior tremor, que ocorreu em 30 de novembro, aconteceu um fato tragicômico: o Senador José Agripino, acompanhado da sua esposa, Dona Anita, foi à cidade verificar os estragos físicos e o ânimo da população. Eu os acompanhava. Logo que chegamos em frente ao posto de gasolina de Marreca, avistamos um pequeno número de pessoas que conversava debaixo da cobertura do posto. José Agripino desceu e foi cumprimentá-las. Dona Anita ficou no carro, certamente com receio de que, inusitadamente, houvesse algum abalo. O que aconteceu a seguir foi hilário: mal o senador começou a apertar as mãos das pessoas, deu-se um grande tremor, com magnitude próxima de quatro. O que veio a seguir, não demorou mais que cinco segundos: José Agripino, rapidamente, correu para o abrigo do carro. Dona Anita fez o percurso em sentido inverso. Quando os ânimos serenaram, os dois haviam trocado de lugar e ao constatarem o fato caíram em risos. A verdade é que, quando um abalo forte era sentido, ninguém se sentia seguro no lugar onde estava e a reação natural e imediata era sair dali o mais rápido possível.

Várias foram as pessoas, principalmente idosas, que, quando fustigadas por um temor pela madrugada, saíram de suas casas só de cuecas ou calcinhas, enroladas em um lençol. Centenas, preferiram dormir durante meses a fio em barracas de lona, instaladas em terreno ao lado da casa. Somente depois de alguns anos, é que aquelas pessoas mais

medrosas tiveram coragem de retornar plenamente ao aconchego dos seus lares. Pouco a pouco a situação voltou à normalidade, até que a fúria dos deuses que habitam o interior da terra novamente se manifeste.

9. Registros imagéticos das histórias de Baixa-Verde (João Câmara)



Capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens, construída por Antônio Proença, com uma pequena colaboração de Alfredo Edeltrudes de Souza, em 1915.



João Severiano da Câmara - Vanvão, primeiro prefeito de Baixa-Verde.



Loja da firma João Câmara & Irmãos.



Mercado Público na antiga praça Presidente Vargas, atual praça Baixa-Verde.



Monsenhor Lucena com o Papa João Paulo II, no Vaticano.



Retrato-falado de Antônio Proença, a partir dos relatos de Melcíades de Souza e Câmara Cascudo.



Visita do então presidente José Sarney, logo após os grandes terremotos de 1986. Destacam-se na foto o presidente Sarney, sua esposa Marly e o então prefeito José Ribamar Leite.



Prédio da Usina de Beneficiamento de Algodão, da empresa João Câmara & Irmãos, construído em 1934.

PARTE IV

Pureza

CAPÍTULO 10

PUREZA: UM PEDACINHO DO BRASIL

Tarcicleide Batista de Figueiredo

ALTERAÇÕES DE NOMES

Maxaranguape – *a grafia é Boixununguape, de mboixinun-gua-pé, no vale ou na baixada de cascavel. O rio Maxaranguape nasce na povoação de Pau Ferro que, em 1832, possuía 44 casas e 223 habitantes. É a atual Vila de Maxaranguape. Fora distrito de Paz pelo decreto 110, de 23/05/1891, na então “povoação de Pureza”. Distrito criado pelo decreto-lei nº 603, de 31/10/1938, com o nome de “Pureza”. Mudado para o atual pelo decreto-lei nº 268, de 30/12/1943.*

Como em todos os distritos e cidades circunvizinhas, Pau Ferro sofria as consequências da pobreza. Os poucos moradores existentes não tinham muito e o seu único sustento era tirado da terra. As secas que ocorreram em 1793-1796 e 1877 a 1891 trouxeram moradores de outros lugares tentando salvar o que tinham, suas vidas. O Rio Maxaranguape era o alívio para amenizar a vontade desesperada da pouca alimentação. Podia se plantar algo.

Pau Ferro, como todos sabem, pertencia a Touros. A curiosidade nos levou a procurar qual vínculo teria Pureza com Maxaranguape, se o próprio rio e uma rua da cidade levam esse nome. Constatamos que a única conexão seria a foz do rio que é em Barra de Maxaranguape.

A denominação de Vila de Maxaranguape para Pureza teria sido mudada pelo motivo de Barra de Maxaranguape ter passado a

emancipação quatro anos antes de Pureza e reclamado a semelhança dos nomes.

O Vale do Maxaranguape, comumente como era chamado, tinha ao longo de seu caminho até o oceano atlântico engenhos de cana de açúcar. Por esse motivo, Pureza ser tão conhecido por sua agroindústria.

PAU FERRO - 1832

Segundo os escritores Luís da Câmara Cascudo e Nestor Lima, no ano de 1806 o Sr. Leandro Rodrigues de Braga possuía terras em Pau Ferro, naquela época, município de Extremoz.

Segundo o Juiz de Paz, Joaquim Xavier Velozo, existiam 45 núcleos populacionais e alguns desses núcleos eram incipientes em povoação e onde habitava uma população permanente. Pau Ferro em 1832, já existiam 44 fogos (residências) e 223 almas (habitantes), das 45 povoações existentes, Pau Ferro era o segundo povoado mais habitado.

Mas, em 1832, dois mapas foram traçados para servir de orientação ao Conselho Geral da Província, que se empenhava em dividir a freguesia de *Extremoz* em duas freguesias: a de *Extremoz* e a de Touros. Trabalharam nos referidos mapas o vigário de *Extremoz*, Padre Luís das Virgens e o Juiz de Paz do termo de Touros, Joaquim Xavier Velozo. Nos citados mapas são traçados os limites das duas freguesias que, divididas pelo Rio Maxaranguape, estendem-se sobre uma grande área territorial pouco habitada.

O Conselheiro José Theodoro de Souza levou à apreciação do Conselho Geral da Província, durante a Sessão Ordinário de 06 de fevereiro de 1832, sua justificativa para dividir a Freguesia de Extremoz em duas freguesias. Porém, nesta divisão, podemos constatar um equívoco por parte do Juiz de Paz, Joaquim Xavier Velozo - autor do mapa das divisões das freguesias, onde ele cita, que a nascente do Rio Maxaranguape é em Carnaubinha. Apesar de conter os dados de todos os núcleos populacionais, habitantes e casas, Joaquim Xavier ou a pessoa (se houve), possuidor destas informações, não teria sido claro neste detalhe. A justificativa do Conselheiro José Theodoro de Souza dizia o seguinte:

Senhor Presidente,

Conhecendo eu que só devo olhar para o bem estar dos povos desta Província e de tudo que deve seguir-se em prol dos mesmos, e outro tanto conhecendo o pesado jugo que sofrem os paroquianos da Vila de Estremoz, e isto os que habitam da Barra do Maxaranguape ao norte, tudo por lhes faltar o pasto espiritual em tempo, não posso deixar de apresentar a este Conselho a proposta seguinte, filha somente da razão que me dita:

Que a Freguesia de Estremoz seja dividida em duas, uma na mesma atual, e a outra na Povoação dos Touros, sendo a sua divisão a mesma que pela respectiva Câmara foi dividida para a criação do Juizado de Paz; eu finalmente para sustentar esta minha fraca proposta, ofereço o mapa junto, organizado pelo Juiz de Paz daquele distrito que ora digo seja freguesia, por conhecer nele o quanto lhe toca o amor da Pátria e dos nossos patrícios.

Sala do Conselho Geral, 6 de fevereiro de 1832.

Conselheiro José Theodoro de Souza.

Oito dias depois de ter sido apresentado o Projeto, o Conselheiro Leonardo Bezerra Cavalcante, oferecia, a 15 do mesmo mês, uma emenda lavrada nos seguintes termos:

Julgando-me não ser conveniente e mesmo em parte confusa a divisa que deverá servir de regra à nova Freguesia de Touros, ofereço a seguinte emenda por ser a que julgo no todo conveniente ao bel geral dos paroquianos da nova freguesia partível:

Que seja a divisão pelo Rio Maxaranguape até Carnaubinha que é sua nascente, e daí, procurando em linha reta o Riacho Seco, continue por ele até encontrar o Rio Ceará-Mirim, e por este acima até a Fazenda Lajes, onde finda a freguesia, ficando a parte leste e norte para a nova freguesia; sul e oeste para a atual. Sala do Conselho Geral, 15 de fevereiro de 1832.

A 21 de fevereiro o Projeto, já emendado, é submetido à votação, levando como preâmbulo as seguintes considerações:

O Conselho Geral da Província do Rio Grande do Norte, olhando para o bem estar dos povos dela e de tudo quanto deve seguir-se em prol dos mesmos, conhecendo, outrossim, o pesado jugo que sofre os paroquianos da Vila de

Estremoz, mormente os que habitam a Barra do Maxaranguape ao norte, tudo por lhes faltar o pasto espiritual em tempo, resolve:

Art.1º - Que a Freguesia da Vila de Estremoz seja dividida em duas, uma, a mesma, e a outra na Povoação do Porto dos Touros.

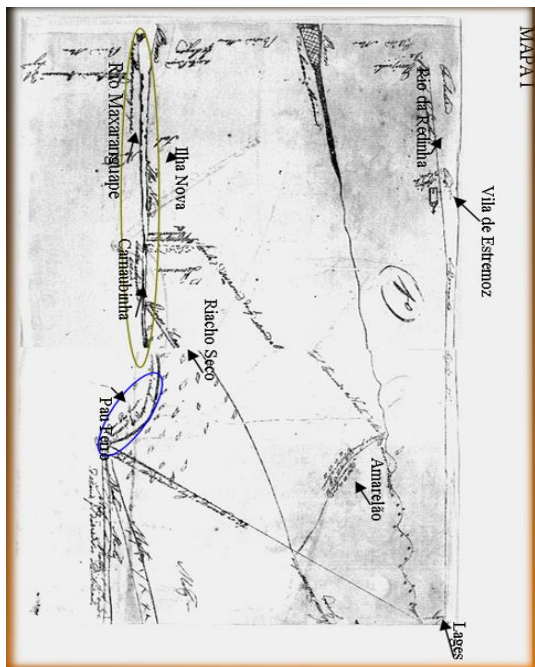
Art.2º - Que seja a divisão delas pelo Rio Maxaranguape, principiando da pancada do mar, seguindo pelo mesmo rio acima até Carnaubinha, que é sua nasçença, e dali procurando em linha reta o Riacho Seco, continue até a Fazenda Lajes, ficando a parte leste e norte para a nova freguesia; e sul e oeste para a atual. Apraz que os párocos da nova freguesia recebam os mesmos direitos paroquiais que recebiam da outra.

Art.3º e último - Que a freguesia seja criada com a denominação de Freguesia do Senhor Bom Jesus dos Navegantes do Porto de Touros, e a igreja ali existente seja sua Matriz e a freguesia atual se conserve com o antigo título que já existe.

Sala do Conselho Geral da Província do Rio Grande do Norte, em 21 de fevereiro de 1832.

J.J. de Melo, Presidente

J.L.P., Secretário.



No mapa I, a qual Pau Ferro está inserido, aparece à parte territorial que passou a pertencer à freguesia de *Estremoz* depois de dividida. Na parte superior do mapa, de leste a oeste, vemos os seguintes sítios e acidentes: a foz do Rio da Redinha, a *vila de Estremoz*, representada por sua igreja, a vila de São Gonçalo e o traçado do Rio Potengi desde o seu estuário até Lajes. Na parte intermediária, e bem no interior, a povoação de Amarelão e a nascente do Riacho Seco; na parte inferior

do mapa, temos ao longo da margem direita do Rio Maxaranguape, a Ilha Nova, Carnaubinha, foz do Riacho Seco, Nasceça e PAU FERRO.

No mapa II, vemos todo o território destinado às duas freguesias. Na de Touros aparece às seguintes localidades: a barra do Rio Maxaranguape, a nasceça do Rio Carnaubinha, o Riacho Fundo, Lagoinha e Lajes, onde acaba a freguesia e mais o Rio Carnaubinha, os cursos d'água Alberca e Riacho Seco, além dos acidentes costeiros como: Ponta Gorda, Maracajaú, Pititinga entre outros.



O projeto de Lei do Conselho Geral da Província foi aprovado em 21 de fevereiro de 1832 e transformado em Lei provincial a 05 de setembro do mesmo ano.

Logo após, começa a luta de Touros para elevar a freguesia tourense ao predicado de Vila, que ocorreria com a Resolução de 11 de abril de 1833, do Conselho Geral da Província, ratificada pela Lei de 27 de março de 1835. Sendo agora por direito, os 45 núcleos populacionais (centrais e litorâneos) pertencentes a Touros.

Mais de um século após, Touros é elevada cidade no dia 29 de março de 1938 pelo Decreto-Lei nº 457, em virtude do Decreto-Lei federal nº 311 de 02 de março do mesmo ano. Nilson Patriota, 2000).

POVOAÇÃO DA PUREZA

No Decreto-Lei nº. 110 de 23 de maio de 1891, o Governador do Estado, usando da faculdade que lhe confere o Decreto nº 7 de 20 de novembro de 1889, decreta:

Art. 1º. Fica creado um districto de paz na povoação da Pureza, no município de Touros, com os mesmos limites do actual districto policial.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

O Secretário do Governo o faz publicar.

Casa do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 23 de maio de 1891.

Francisco Amyntas da Costa Barros

PUREZA - 1938

Com a criação dos Limites Municipais e Divisas Inter-Distritais do município de Touros, no dia 31 de outubro de 1938 pelo decreto-lei nº. 603, anexo nº 2, ocorreu à elevação da Povoação da Pureza para Distrito de nome Pureza.

VILA DE MAXARANGUAPE

Decreto-lei nº. 268 de 30 de dezembro de 1943, anexo nº1.

Fixa à divisão territorial do Estado, que vigorará sem alteração de 1º de janeiro de 1944 a 31 de dezembro de 1948 e dá outras providências.

O novo Distrito Maxaranguape (ex-Pureza), passa a ser denominada Vila de Maxaranguape.

Natal, 30 de dezembro de 1943, 55º da República.

DES. JOÃO DIONÍSIO FILGUEIRA

Lélio Augusto Soares da Câmara

PUREZA – 1963

Aprovada a criação da cidade de Pureza, LEI Nº. 2.882 - de 05 de abril de 1963.

Em 1930, contavam 1.400 almas e 180 fogos e o nome Pureza fora sugerido pelo Dr. João Inácio Fernandes Barros, que era frequentador assíduo da fonte.

O Sr. José Inácio Fernandes Barros nasceu na vila de S. Gonçalo (Felipe Camarão) a 25/04/1844. Bacharel em 1868, em Recife. Magistrado, Juiz de Direito de Jardim do Seridó, 1875-77, instalou a comarca de Ceará-Mirim em 1877, transferido em 1884 para Maroim, Sergipe, onde foi chefe de polícia em 1885. Em 1888, voltou à comarca de Ceará-Mirim, onde se aposentou em 1890.

De maneiras fidalgas, culto e viajado, impressionava pela superior distinção pessoal. Como vice-governador, administrou o Estado em 1891. Faleceu na cidade do Ceará-Mirim em 17/10/1907.

FERIADO MUNICIPAL

No ofício circular de nº 12/77, o Presidente da Câmara, Francisco Januário Lopes, comunica que foi aprovado pela Lei Municipal nº 62 de 01 de outubro de 1972 o feriado municipal de 05 de abril de 1963, data de criação do município de Pureza.

SIGNIFICADO DO BRASÃO MUNICIPAL



Em estilo Português, 8 x 7 e 6 x 4 módulos. Em sua topografia estão os símbolos que caracterizam: a origem do município, o turismo e as atividades econômicas. A gruta de "PUREZA", fonte de água perene e medicinal, potencial turístico de rara beleza, moldurada pelas árvores "PAU FERRO", dando-lhes poesia

e sombra. Suas águas também irrigam o leito do Rio Maxaranguape, transformando suas terras em vale úmido de incalculável riqueza. Bananeira; Cana-de-açúcar e catraca denunciam o verdadeiro celeiro econômico da região. Na faixa amarela, o topônimo do município.

O novo brasão foi apresentado a Câmara Municipal no dia 15 de março de 2006. Foi enviado a Prefeitura Municipal de Pureza pela Senhora Anadite Fernandes da Silva, alguns ofícios solicitando a mudança do novo brasão. Como não houvesse manifestação por parte da Prefeitura, o Senhor Elinaldo Ângelo da Silva, Secretário de Finanças na época, solicitou a ajuda da professora Tarcicleide Batista de Figueiredo para intervir junto com a Senhora Anadite Fernandes à documentação da criação do novo Brasão Municipal.

O Projeto de Lei fora colocado dia 08 de março de 2006, porém, votado somente no dia 15 de março sendo aprovado por unanimidade pelos seguintes vereadores: José Bezerra de Araújo (Presidente da Câmara), Maria do Socorro Varela de Araújo, Magnus Kelly Gabriel de Assis, Isaías dos Santos, Maria Gomes de Oliveira Brito, Raimundo Alves de Oliveira, José Barbosa, João da Silveira Damasceno e José Lindaumo.

Fica então constituído o Projeto de Lei nº. 227/06, de 15 de março de 2006, Lei de Criação do novo Brasão e Bandeira do Município de Pureza.

DEFINIÇÃO DA NOVA BANDEIRA DE PUREZA

Constituirá por um retângulo branco com uma cruz azul se entrecruzando a seis módulos da tralha, simbolizando a fé cristã e homenageando Nossa Senhora da Pureza. Ao centro, o escudo do município.



HINO CÍVICO MUNICIPAL

O hino cívico de Pureza foi apresentado pela primeira vez no dia 05 de abril de 2008 no 45º

aniversário da cidade. Sendo letra e melodia compostas pela professora Tarcicleide Batista de Figueiredo, revisado pela professora Adriana Mônica Oliveira e produção musical (arranjos) de Júnior Domingos - Mega Studio, Natal/RN.

Foi elaborado com muito cuidado, procurando resgatar a história de Pureza em suas estrofes, incorporando-o a mais um patrimônio cultural da cidade.

“ÍNDIOS” EM PUREZA

Habitantes purezenses afirmaram a existência de uma tribo indígena conhecida como “Tapuios” ou caboclinhos. Muito agressivos, porém organizados, os Tapuios moravam abaixo do chão. Eles formavam muitas galerias. Caso alguém encontrasse o esconderijo, perder-se-ia ao entrar em um dos locais. Os Tapuios só saíam à noite para pegar água.

Conta-se que um residente de Pureza descobriu duas moradias dos Tapuios. Uma ficava na fonte, onde hoje é o Centro de Turismo e a outra localizada na residência do morador, Senhor Cabral.



As residências indígenas encontradas em Pureza têm a mesma estrutura das construídas pelo Suçuatins em Boa Cica. Não é uma história inventada sobre índios, mas um fato concreto que podemos comprovar no Livro de Nilson Patriota, que escreve acerca dos índios de Boa Cica e das tribos espalhadas nos incógnitos povoados.

Os “Suçuatins” escreve: “[...] só tomaram conhecimento desta tribo por causa da descoberta de um mapa confeccionado em 1579 em Dieppe, na França. Confeccionado pelo cartógrafo Jacques Vaudecley, supõem-se que, para fazê-lo, Jacques fizera uma estadia demorada no Nordeste do Brasil. Este mapa contém abundâncias de detalhes sobre onde seria o local mais propício para uma invasão das tropas francesas. Ele cita os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, e parecia conhecer praticamente todas as aldeias indígenas, tanto as tribos potiguares espalhadas pela costa, quanto as que habitavam pelo interior, sendo, segundo o cartógrafo, o reino das nações Tapuias”. Os purezenses mais antigos, afirmam que existiam moradas indígenas tanto no Tabuleiro, no Cururu e em Tapera. A habitação era um tipo de gruta feita no chão com várias entradas. Nos três lugares citados, foram encontrados utensílios de usos domésticos como: panelas de barro, cachimbo e outros.

O termo tapuio não é expressão designativa de uma etnia. É tão somente “um vocábulo de origem tupi, corruptela de tapuy-ú – o gênio bárbaro come, onde vive o gentio. [...] É um dos termos de significação mais vária [diversificada] no Brasil. No Brasil pré-cabraliano assim chamavam os tupis aos gentios inimigos, que, em geral, viviam no

interior, na tapuira ou tapuira – a região dos bárbaros ou dos tapuias”.

O extermínio dos índios no Estado teve início (com maior proporção) no século XVII. A guerra entre portugueses e holandeses, além de outras causas, forçou um grande contingente de indígenas do Rio Grande a emigrar para outros lugares; Paraíba e, principalmente, Ceará.

O censo de 1844 registrou pouco mais de seis mil indígenas na Província. Luiz da Câmara Cascudo afirma que já no século XIX não havia mais comunidades indígenas no Estado do Rio Grande do Norte.

Mas, não é espanto se essa história se perdeu no tempo. Tribos inteiras foram dizimadas tanto por colonizadores, quanto por fazendeiros que cobiçavam suas terras. E com certeza, Pureza não seria exceção.

FONTE – BALNEÁRIO CORONEL ONOFRE JOSÉ SOARES

Quem descobriu a fonte? Os mais antigos dizem que foram os índios que encontraram perto do caule de uma árvore uma poça de água. Aos poucos abriram um pequenino buraco, onde começou a surgir o líquido puro e límpido.

Nos relatos colhidos, os mais velhos disseram que quando criança, seus pais os levavam até a fonte para pegar água e encher os potes. O sabor da água também, segundo eles, era bem diferente. A água era doce e leve, um sabor inigualável.

Havia horário para banhar-se. Meninos e meninas não se misturavam. Quando as senhoras estavam no banho (nuas), os homens ficavam do lado de fora, e vice-versa. Tudo na mais completa ordem, ninguém bisbilhotava ninguém.

Algumas vezes os homens excediam no horário, demoravam pra sair, era uma gritaria geral. Quando era a vez da mulherada, elas descontavam até os segundos. E era vez de os senhores assoviarem, gritarem e esperarem pacientemente.

A fonte era rodeada de grandes pedras que dificultavam o acesso ao pequeno olheiro d'água. Ao seu redor, grandes e frondosas árvores

pareciam proteger o local de invasores. Existiam árvores de variadas espécies, algumas como: pau ferro, oiticicas, barrigudas, ingazeiros, ipê amarelo, ipê roxo, pau d'arco e outras espécies.

A fonte aos poucos estava sendo descoberta e usufruída pelos novos moradores que viam em suas águas uma esperança para subsistência.

Porém, os purezenses antigos são categóricos quanto à mágoa que sentem. Eles afirmaram que não vão mais ao olheiro nem para visitas, pois a beleza que eles desfrutaram, nem de longe se parece com o cenário triste de hoje.

Contam também, que a fonte é um ambiente cheio de mistérios. É um lugar onde guarda tesouros. Dizem eles que em algumas árvores existem “veias” ou “minas” como é mais conhecido, de ouro ou de prata, mas é necessário que duas pessoas tenham o mesmo sonho e, ao desencavar o tesouro, desapareçam imediatamente da cidade.

Ao assumir a prefeitura, uma das primeiras providências de Onofre Soares foi construir a primeira ponte de madeira.

Em visita à fonte de Pureza, estiveram, desde o início do século, importantes personalidades do nosso estado. Seleccionamos quatro por suas qualidades políticas e intelectuais. Em 1903, o Dr. Alberto Maranhão; em 1904, o Dr. Juvenal Lamartine; em 1921, o Dr. Antônio de Souza; e em 1927, o Dr. José Augusto de Medeiros. Todos eles foram governadores do Rio Grande do Norte. (Lindonor Patriota).

O Rio Maxaranguape, nasce na fonte de Pureza e corre 42 quilômetros de oeste para leste, desaguardo no Oceano Atlântico através de uma barra. Até as primeiras décadas deste século, o Maxaranguape prodigalizava riquezas para mais de 40 engenhos de Touros a Ceará-Mirim, fortalecendo a economia de ambos os municípios.

“Em 1926, em visita ao nosso estado, onde veio pesquisar inscrições petroglíficas fenícias, o antropólogo Ludwig Schwenhagen, conhecedor do idioma tupi-guarani, deu a tradução de RIACHO DAS ALMAS FELIZES para o termo Maxaranguape”.

Não há dúvida de que a mais preciosa curiosidade natural de Pureza é o seu olho d'água, ou fonte natural, brotando constante e abundantemente em meio a um círculo de altas pedras ensombradas por



árvores frondosas e centenárias. Sua água cristalina, mantendo um nível de dois metros, pouco mais ou menos, de profundidade, conserva tanto de dia quanto à noite, a mesma temperatura

tépida e agradável.

Lei Nº. 2.882 - De 05 de abril de 1963

Aprovado a criação da cidade de Pureza, e marcando os limites de seu município. Aluísio Alves, Governador do Rio Grande do Norte,

Faço saber a todos os seus habitantes, que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o município de PUREZA, desmembrado do de Touros, tendo por sede o povoado de igual nome, que o passará à categoria de cidade, sendo que o termo judiciário, que ora se cria, ficará subordinado à Comarca de Touros.

Art. 2º - O novo município terá os seguintes limites: - Começa do povoado de "Cana Brava", inclusive, e, numa linha reta vai ter à fazenda "Bebida Velha" e, daí, à foz do rio "Lagoa da Prata", por cujo leito prossegue, até a confluência dos limites intermunicipais de Touros e Maxaranguape, passando entre as fazendas "Fonseca" e Dr. Reinaldo Bezerril: - continua pelos limites citados, até atingir o rio "Maxaranguape", no lugar denominado "Barra do Riacho"; segue daí, pelo "Riacho Seco", até alcançar o leito da estrada que liga João Câmara a Touros; prossegue por essa estrada e vai ter ao povoado dos limites descritos neste artigo.

Art. 3º - O novo município instalar-se-á 30 (trinta) dias após a publicação da presente lei, sendo administrado inicialmente por um Prefeito de livre nomeação do Governador do Estado, até que ali se realizem as eleições para esse cargo e para os de vice-prefeito e de vereadores.

Art. 4º - Para fazer face às despesas com a instalação do novo município, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no corrente exercício, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), constituindo recursos, para cobertura da despesa, o excesso de arrecadação então verificado.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio da Esperança em Natal, 5 de abril de 1963, 75º da República.

ALUÍSIO ALVES
Governador

Ângelo José Varella
Secretário de Interior e Justiça

Jocelyn Vilar de Melo
Secretário das Finanças

PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

Como em todo o Brasil. O início do processo de emancipação municipal no Brasil ocorreu por volta da década de 1930. Intensificando-se nas décadas de 1950 e 1960.

Olavo Lacerda Montenegro Deputado Estadual foi o autor da lei que elevou e deu foros de cidade os municípios de Alto do Rodrigues, Carnaubais e Pureza. Olavo conseguiu, com ajuda de outros importantes políticos e o aval do Governador Aluísio Alves, emancipar Pureza, desmembrando-a de Touros. Logo após, teve grande participação na primeira eleição realizada na nova cidade.

Antes da realização da primeira eleição na recém emancipada Pureza, José Felinto de Medeiros, membro do Partido Social Democrata-

PSD, que também gozava de grande popularidade e era homem de confiança do então Prefeito Antônio Severiano da Câmara (Touros). Assumiu o cargo de prefeito interino, nomeado pelo Governador Aluísio Alves no dia 05 de abril de 1963, assim permanecendo até o dia 31 de janeiro de 1964.

Em 01 de dezembro do ano de 1963 ocorreu a primeira eleição, tendo como eleito para prefeito Onofre Soares Júnior, sendo o vice-prefeito João Henrique do Nascimento. Os vereadores eleitos foram: Manoel André de Souza, Francisca Romeiro Rocha, Raul Cândido, Francisco Victor da Silva, Manoel Silvestre Reis, Pedro Severo da Silva, Francisco Lucas dos Santos, Manoel Vicente Filho, Severino Batista de Oliveira e José Soares Gabriel. Todos empossados no dia 31 de janeiro de 1964.

... Assim, antigamente

Pureza é uma cidade de indivíduos inteligentes. Pessoas que possuem dons magníficos; são poetas, musicistas, artistas, artistas plásticos, artesãos, escritores.

Pessoas dos primórdios que desempenharam a função de mostrar a nova geração, o gosto e o respeito pela cultura local, as peças teatrais, jograis, os bailes dançantes, exposições, uma gama de conhecimentos que estão sendo esquecidos. Não é de admirar que os mais velhos relatem que as festas de antigamente eram mais animadas. Apesar da tecnologia atual, eles dizem que as festanças de outrora tinham mais sabor. Toda população se responsabilizava pelos preparativos; a antecipação era primordial para que nada saísse errado. O baile era o mais esperado.

Na semana que precedia a festa, toda Pureza respirava responsabilidade. Todos se comprometiam e davam o melhor de si.

Uma banda tocava pelas ruas anunciando que os festejos tinham começado pra valer. No grande dia, havia sempre uma missa, depois começavam as festividades. Após, dava-se início ao leilão. Os gritos extenuantes de Seu Manoel Redondo vendendo os produtos. Galinhas assadas que viravam verdadeiras pequenas fortunas, batata doce, macaxeira, inhame e o que a população tivesse oferecido. Nas barracas,

enormes latões entupidos de gelo, raspas de madeira para não descongelar os litros ali imersos de cerveja e Coca-Cola. Os gritos das crianças em busca dos pais para comprar confeitos e tirar fotos nos cavallinhos e aviõezinhos dos retratistas, ensurdeciam qualquer criatura.

As vaquejadas realizadas no centro da cidade (em frente à prefeitura) era o ápice dos acontecimentos festeiros. Pessoas vinham de longe para participar delas, tirando a monotonia do lugarejo.

Seu Pedro Vaqueiro era o responsável pelos festejos culturais como: bumba meu boi com seu mestre (José Julho) e contramestre (Honório Galdino), o mateu (Chiquinho), o birico, a nanan, o torrão, os dois galantes e as duas damas. O gigante assustava pela proporção da cabeça, o Jaraguá com seu longo pescoço arrebatando suas fitinhas coloridas, o cão com sua cara aterrorizante e a burra, grande e engraçada. Estas festas começavam no início de outubro e se estendiam até 06 de janeiro com apresentações todos os domingos nas casas que os artistas eram convidados.

Os rapazes com seus cabelos compridos que nem jubas de leão mostravam-se perante as meninas como perus elegantes mostram suas penas; e as moçoilas, cheias de pó de arroz, desfilavam faceiras em busca de corações solitários.

Nas apresentações teatrais, garotos e garotas da época transformavam as noites de festas em belos espetáculos. São integrantes de uma cultura rica. Pessoas que desempenharam um papel significativo no resgate das tradições populares, as quais hoje estamos transformando em meras lembranças.

Mas coisa boa mesmo eram as festas. Lembradas com olhares de saudades, não deixava a desejar das festanças atuais. Geralmente, a animação ocorria do lado do velho mercado, com barracas e vaquejada no centro. As barracas começavam na frente da casa de Seu Manoel Milú e se estendiam até a frente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. No São João, os moradores se reuniam, matavam carneiros e dançavam a noite toda. Eles falavam uma gíria: “tinha que pegar o sol com a mão”; enquanto isso, ninguém podia dormir. Os moradores das redondezas vinham marcar presença e também traziam seus comes e bebes. As festas eram

animadas pelos sanfoneiros: Otávio Bernardo e Antonio Otaviano. Os melhores da época.

Outra que deixou saudades foi a Amplificadora Continental ou a boca de som, como era conhecida e que funcionava dentro de uma das salas da prefeitura. Existiam espalhados pela cidade alguns megafones que serviam para noticiar fatos e acontecimentos aos cidadãos. Dirigida por Marino Silvestre Reis, tinha seus momentos divertidos, músicas e alguns bate-papos com moradores da cidade.

O pacato povoado tinha lá os seus problemas. Mas, também, ocorriam fatos curiosos. Conta-se também que naquela época os pais não eram severos somente com as filhas. Os meninos para sair de casa tinham que ter o consentimento do pai. Se desobedecessem, era surra na certa.

Em Curral Preto, o problema era outro. As onças.

Uma moradora conta que as casas de taipa ou totalmente de paus, rodeadas de folhas de catolé, eram protegidas com redes (como as de pesca) nas paredes para que as onças não entrassem nas casas. As redes de dormir eram armadas bem altas. Caso entrasse uma onça, não pegaria as pessoas. Animais de pequeno porte apareciam sempre nos quintais de casa, e eram as refeições do dia.

Pureza tem história. Fico feliz por ter participado e contribuído para que os purezenses descobrissem um pouco de suas raízes. É sabido que na contemporaneidade as pessoas não se preocupam muito com os primórdios. A pressa de viver o presente e o desespero de ganhar o futuro, os fazem esqueceres do que passou e conseqüentemente correm o 'perigo' de não terem história nenhuma.

Mas enfim. Tem Pureza no Brasil e ninguém pode negar esse fato.

REFERÊNCIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PUREZA. Arquivo Morto 1964 a 1988.

CASCUDO, L. da C. História do Rio Grande do Norte. Serviço de Documentação, p. 357-510, 1955.

CASCUDO, L. da C. Nomes da Terra: toponímia do Rio Grande do Norte. Fundação José Augusto, p. 257-258, 1968.

DIÁRIO OFICIAL. Arquivo da Câmara Municipal de Pureza. 10 de abril de 1963.

DIÁRIO OFICIAL. Instituto Histórico e Geográfico de Natal. 31 de outubro de 1938. Instituto Histórico e Geográfico de Natal.

FEMENICK, T. R. Gazeta do Oeste. Mossoró, 28 jan. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos 2007.

Inovações e impactos nos sistemas de informações estatísticas e geográficas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE NATAL. Lei e Decretos.

Departamento Estadual de Estatística de 1943. Instituto Histórico e Geográfico de Natal. p.111-115.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE NATAL. Livro: Decretos – Governo do Estado, p. 155, 1891.

JÚNIOR, C. S. Arquivo particular de fotos 1928 – 1964. Pureza, RN.

LOPES, F. Índios Tapuios. O Jornal de Hoje. Natal, 29 jan. 2007.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL. Diagnóstico do município de Pureza: Rio Grande do Norte projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Setembro/2005.

MORAIS, M. C. C. de. Terras Potigueres. [s.l.: s.n.], p. 237, 1998.

Olavo L. M. Um deputado combativo. Sobre Tudo. Disponível em: Blogdofernandocaldas.blogspot.com.

PATRIOTA, L. Folha do Mato Grande. 2001.

PATRIOTA, N. Touros: uma cidade do Brasil. Natal, RN: Departamento Estadual de Imprensa, p. 48, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PUREZA. Secretaria Municipal de Educação - Pureza/RN, 2008.

PUREZA. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Wikimedia, 2008. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pureza>.

SANTOS, José L. O que é cultura? São Paulo: Cortez, 1993.

SANTOS, P. P. dos. Evolução Econômica do Rio Grande do Norte (do século XVI ao século XX). Natal: Clima, 1994.

SEAL, S. M. A luz da verdade. [s.l.: s.n.], p. 63, 1983.

SENNA, J. G. de. Ceará-Mirim Exemplo Nacional - 1938/1972, v. 1. p. 128.

SILVA, A. F. da. Bandeiras do Rio Grande do Norte. [s.l.: s.n.], 2008.



PARTE V

São Miguel do Gostoso

CAPÍTULO 11

O DITO E O NÃO-DITO SOBRE A IDENTIFICAÇÃO RACIAL DAS AGRICULTORAS NEGRAS DO ASSENTAMENTO ARIZONA: PRODUÇÃO AGRÍCOLA COMO PRODUÇÃO DE LUTA E DE VIDA

Murilo de Oliveira Carvalho
Jeferson Nascimento
Cimone Rozendo

Entre os 16 municípios que compõem o território do Mato Grande, está São Miguel do Gostoso, onde se localiza, a 14 km do centro comercial da cidade, o nosso campo de pesquisa: a agrovila Arizona. Vale dizer que o assentamento, institucionalmente, faz parte do município de Touros; todavia, a identificação com o município vai depender das demandas contextuais e cotidianas da família. A agrovila Arizona faz parte do Assentamento Arizona, que é composto por outras duas agrovilas: Paraíso e Novo Horizonte.

A agrovila carrega o mesmo nome que o assentamento porque foi a partir dela, em 1996, que as 180 famílias iniciaram a ocupação do território. Este período é comumente referenciado como “o tempo das barracas” (Silva, 2006). O “tempo das barracas”, que durou dois anos, é o

período de acampamento das famílias que foram assentadas; esta é uma forma padrão de organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MTST) para assentar famílias sem-terra.

Este trabalho versa sobre dois objetivos: identificar como o quarteto raça-gênero-classe-território influencia na identificação racial das mulheres e como essa identificação vai ser expressa na jornada de trabalho das agricultoras, sobretudo no cuidado com os quintais produtivos, que são pequenos ecossistemas agroalimentares cultivados historicamente por mulheres no entorno de suas casas e que, nos últimos anos, têm sido destacados pela literatura de segurança alimentar e nutricional como alternativa à produção de alimentos em larga escala, à produção transgênica e à destruição de ecossistemas locais pela erosão genética e contaminação dos solos.

O presente texto é parte da dissertação de mestrado intitulada “Nas entranhas da terra: quintais produtivos cultivados por mulheres negras do Arizona/RN” (Carvalho, 2024). Dada a ausência do debate racial sobre as mulheres que cultivam os quintais produtivos e a ausência de trabalhos sociológicos sobre os quintais produtivos, perguntamos: como a interseccionalidade entre gênero-raça-classe-território interage com as dimensões dos quintais produtivos cultivados por agricultoras do Rio Grande do Norte?

Para responder a essa pergunta, fizemos uma análise de conteúdo de todos os boletins formativos do “O Candeeiro” da Articulação do Semiárido Brasileiro-ASA sobre as experiências dos quintais produtivos do Rio Grande do Norte e a pesquisa empírica junto às mulheres do assentamento Arizona. Embora o Candeeiro não seja discutido neste texto de forma abrangente, em alguns momentos traremos alguns resultados que partiram da análise dos boletins para complementar a presente discussão.

Teoricamente, corremos o risco de juntar duas vertentes do pensamento feminista que não dialogam entre si: o feminismo negro interseccional (Collins; Bilge, 2021) e o feminismo marxista francês (Kergoat, 2010). Discutimos que o conceito de Território, de Milton Santos (2006), pode nos ajudar mais que o marcador territorial da

interseccionalidade, a “Nação”, e que o marcador territorial da consubstancialidade, a “Origem”, pois o território agencia relações capazes de contradizer as próprias noções de Origem e Nação. Propomos que há a interseccionalidade entre raça, classe e gênero, mas tomamos emprestada a noção de “consustancialidade” do feminismo marxista para dar conta da dinâmica territorial, pois o território é o agente que consustancia as relações interseccionais de gênero-raça-classe, bem como as possibilidades de desconstrução desses marcadores de poder. Podemos dizer que gênero-raça-classe é a massa do bolo e o território, a forma.

Ainda, os conceitos de Contracolonialidade, de Nêgo Bispo (2023), e Experiência da Escassez, de Milton Santos (2006), também foram úteis. O primeiro porque identifica o processo de rejeição ao estilo de vida capitalista e o segundo porque identifica, na escassez econômica, na “pobreza”, o potencial político de sujeitos discriminados para produzir, materialmente, outras formas de ser e existir; alguns dos exemplos clássicos são o camelô, a pirataria e o gato de energia. Discutimos que o fato de a maior parte da população “pobre” que modifica a paisagem capitalista ser negra transforma as experiências de escassez em contracolonialidades. Nesse sentido, as experiências da escassez, neste trabalho, têm o poder de se transformar em estratégias para afastar a colonialidade do território.

Apresentando as mulheres negras do Arizona: inconsciência, mito da democracia racial, self “à brasileira” e vestígios de um território enegrecido

Figura 1: Nome, idade, município de origem e participação política das agricultoras

Nome	Idade	Município de onde veio	Participação política na comunidade
Antúrio	59 anos	Cana Brava/Pureza	Não participa
Dália	35 anos	Cana Brava/Pureza	Já participou ¹
Orquídea	36 anos	Cana Brava/Pureza	Participa ²
Tulipa	50 e 10, +2 anos ³	Cana Brava/Pureza	Não Participa
Lírio	34 anos	Cana Brava/Pureza	Não Participa
Margarida	73 anos	Boa Cica	Não Participa
Violeta	77 anos	João Câmara	Não Participa
Girassol	58 anos	Cana Brava/Pureza	Já participou ⁴
Rosa	70 anos	Boqueirão/Carnaubais	Não Participa
Magnólia	60 anos	Cana Brava/Pureza	Participa

Fonte: elaboração própria.

¹ FOMAG, Marcha Mundial das mulheres, grupo da apicultura, Batuque Feminista e grupo da agroecologia.

² FOMAG, Reuniões da associação, segundo mandato na associação do assentamento (ficou 6 anos).

³ Foi assim que ela se apresentou para mim, e é assim que quero manter na pesquisa.

⁴ Participou da associação.

Dessas 10 mulheres que se autodeclararam negras, 6 afirmaram nunca ter presenciado ou sido vítimas de discriminação e preconceito racial, e 4 afirmaram já ter presenciado discriminação e preconceito racial. Dessas 4, 2 afirmaram já terem sido vítimas de tal discriminação dentro do próprio assentamento.

O cenário visto por Andrade *et al.* (2013), no Seridó potiguar, também aparece no assentamento Arizona: a organização política reverbera em ampliação de conhecimentos. No caso do Arizona, a organização e a vida política trouxeram, a duas das agricultoras, a identificação racial. Dália e Orquídea passaram a se identificar enquanto mulheres negras após a inserção na Marcha Mundial das Mulheres e da aproximação delas com a Associação de Apoio às Comunidades do Campo-AACC.

Dália participou do Fórum de Desenvolvimento Territorial do Mato Grande-FOMAG e do Batuque Feminista, mas atualmente está apenas no grupo da apicultura. Já Orquídea, além de participar ativamente no FOMAG desde o início, foi representante da associação da comunidade por dois mandatos seguidos, totalizando 6 anos à frente da associação. As duas são as únicas dentre as 10 agricultoras que possuem ensino superior; as outras 8 estudaram, no máximo, até o segundo ano do ensino fundamental.

Desse universo de 10 agricultoras que se identificam como negras, 4 identificam que há discriminação e preconceito racial no assentamento.

As 4 mulheres que identificam a discriminação e o preconceito racial no assentamento são aquelas organizadas politicamente, além de Dália e Orquídea, Girassol e Magnólia. O que as difere é que, dentre as 4, Girassol e Magnólia afirmam já terem sido vítimas de racismo no assentamento. As duas são organizadas politicamente. Tanto Magnólia quanto Girassol frisam a importância da organização política para ter um olhar mais acurado a respeito dessas violências; ainda, a confluência com outras mulheres durante os eventos e encontros as empoderou e trouxe novas semânticas para os seus cotidianos, como é o caso do termo “machismo”.

As mulheres negras assentadas do Arizona mostram que o fortalecimento da identidade racial da/o negra/o brasileira/o como “negra/o” não está em um único “modelo” de movimento negro; ele está diluído em instituições/organizações como a Marcha Mundial das Mulheres, a Associação de Apoio às Comunidades do Campo-AACC e o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra-MTST, que interseccionam a raça, às vezes nem propositalmente, e possibilitam o fortalecimento e a identificação de mulheres rurais como negras. Este é o caso das mulheres negras do Arizona. O MTST, inclusive, depois de décadas de silêncio sobre a questão racial (Magrini, 2015), nos últimos anos tem incluído o antirracismo como um dos pilares que devem ser considerados na luta pela terra.

Na literatura de raça internacional, temos a compreensão de que a forma como a pessoa negra vai se enxergar será quase sempre dual. Em Du Bois (2021), temos a “dupla consciência” como forma de as pessoas negras se visualizarem. A pessoa negra vive e se “comporta” como negra (consciência negra), mas essa mesma pessoa se insere no universo dos brancos (consciência americana) para sobreviver dentro do seu próprio país. Du Bois (2021) acredita que a consciência negra e a consciência americana se digladiam dentro da pessoa negra, justamente pelo negro não ser um sujeito contemplado pela “igualdade universal” da legislação estadunidense; ou seja, a consciência do negro é cindida.

Já Malcom Ferdinand (2022) entende a relação do negro com a modernidade como “fratura”. Para ele, essas formas de se enxergar perante o mundo acontecem, primeiro, com a fratura do humano com a natureza e, depois, entre os próprios humanos, em que o negro passa a ser relegado à não-humanidade. A questão é que ambas as análises fazem jus a pessoas negras que sabem que são negras e fazem dessa identidade uma política, o que não é o nosso caso.

O mito da democracia racial fundou um discurso de não existência de racismo no Brasil e criou o famoso “somos todos iguais, racismo é coisa de americano” (Gonzalez, 2020). Não podemos esquecer que vivemos em um país onde a/o negra/o nega a identidade negra e, por vezes, até a existência do racismo (Souza, 1983), enquanto o/a branco/a nega sua

responsabilidade racial, a existência do racismo e, por vezes, da própria raça, beneficiando-se tanto de seu discurso legítimo (Carone; Bento, 2002) quanto da subjetivação do discurso racista pela/o própria/o negra/o (Gonzalez, 1984).

Acompanhar as mulheres negras do Arizona nos fez perceber que, levando em consideração a intersecção-consubstancial de gênero-raça-classe-território, a “fratura” potiguar é mais fragmentada do que pôde nos mostrar o Caribe de Ferdinand, e a “dupla consciência” dos Estados Unidos, de Du Bois, se mostra mais múltipla do que dual. O mito da democracia racial criou algumas “rachaduras na identidade” (Anjos, 2000) das agricultoras negras, criando, ao que parece, relações ontológicas que ultrapassam uma visão binária e rígida de ser, se ver, existir e agir.

Ao invés de trabalhar com a ideia de “consciência”, que remete à racionalização fenomenológica típica do romantismo alemão, utilizaremos a ideia de “self”. Para Kilomba (2019), somos perpassados por discriminações que se incorporam à forma como nos enxergamos: o self. Para os grupos racialmente discriminados, a relação entre o “eu” e o “self” é perpassada, também, por aquilo que construíram sobre mim, para mim e que me venderam como se fosse uma representação minha.

O self não é independente das relações interseccionais-consubstanciais (gênero-raça-classe-território). Essas especificidades aparecem no inconsciente politicamente negro, expresso na experiência cotidiana de classe.

Quando perguntamos sobre como se identificavam racialmente, todas as mulheres, exceto Girassol e Magnólia, esticaram o braço para frente, viraram-no para a esquerda e para a direita, com o punho fechado, em um nítido momento de “análise”. Após um ou dois segundos de “análise”, elas se afirmaram enquanto negras. Orquídea e Dália foram as que responderam mais rápido, mesmo estando nitidamente nervosas em afirmar que eram negras na frente de um pesquisador de pele retinta (escura).

O ato de se “analisar” já demarca um território: estamos no Brasil! Possivelmente, olhar-se e analisar-se revela que: (1) não é uma pergunta

frequente; (2) não há um consenso sobre isso; e/ou (3) não é uma questão vívida na “consciência” da pessoa. Eis a materialização do mito da democracia racial.

Além disso, chamou-nos muita atenção que, diferente do que já foi encontrado nos estudos raciais brasileiros (Schwarcz, 2009; Carneiro, 2023), em que pessoas negras se identificam como brancas para se afastarem do peso negativo associado ao “negro”, as mulheres agricultoras do Arizona, após um ato de autoanálise, se identificaram enquanto negras, trazendo-nos questionamentos sobre as especificidades do rural nordestino, especificamente da Zona da Mata potiguar. Isso porque as pesquisas que já se depararam com essa “fuga” das pessoas negras de se identificarem como tal são, em geral, estudos realizados em São Paulo e no Rio de Janeiro, cidades majoritariamente brancas, urbanas e industrializadas, que concentram grandes projetos capitalistas e onde a densidade material e técnico-informacional inunda suas áreas centrais.

Em relação à existência do racismo, tanto dona Violeta quanto Margarida acreditam em sua existência, mas creem que ele está diminuindo. Para elas, o motivo dessa diminuição é o aumento da quantidade de pessoas negras nas novelas; por outro lado, a permanência do racismo se dá em razão do bombardeamento de casos explícitos na televisão (mais especificamente na Rede Globo). Ambas afirmaram que nunca presenciaram racismo no assentamento nem foram vítimas dele.

O mito da democracia racial, quando se alia ao imperialismo dos Estados Unidos, cria a ideia de que racismo é coisa de americano (Gonzalez, 1984). Sendo assim, se não há racismo verbalizado, não há racismo. É quase como se, para uma pessoa branca brasileira ser considerada racista, ela precisasse seguir um passo a passo: (1) verbalizar algum tipo de violência racista; (2) admitir que sua motivação foi racista; e, por último, (3) cometer a violência. A televisão, como instrumento de medição do racismo no Brasil, parte da compreensão de que o racismo é, sempre e necessariamente, uma violência escancarada, enunciada e, principalmente, distante. Por isso, o mito da democracia racial tem tanto êxito em nossa sociedade. Ele nos captura de diversas

formas, inclusive sensorialmente, por meio da indústria cultural (A Negação [...], 2000).

Por mais que intelectuais estadunidenses exaltem e reconheçam a qualidade da intelectualidade negra brasileira, como fez Angela Davis com Lélia Gonzalez em sua visita à UFRJ, em 2019, o significado do que é racismo no Brasil ainda é estadunidense. Se o racismo é (apenas) ausência de representatividade e precisa ser enunciado para se efetivar, o não acesso à água, o descaso político, a negligência médica e o acesso à saúde pública de má qualidade jamais serão considerados racismo.

Vejamos a visita de dona Violeta ao hospital:

A moça aplicou um soro em mim... Era pra ter aplicado na veia, eu sei lá onde ela botou esse soro. Inchou isso aqui ó [apontou para o pescoço]. Me deu um papo de peru, bem grande, pendurado! Eu disse: “ei menina! (Para a menina que tava internada)”. “Me diz uma coisa, esse soro fica assim mesmo [tom de curiosidade e desconfiança]?” Ela disse: “Não, não fica não [tom de preocupação e curiosidade]”. Aí lá vem o Doutor, quando o Doutor chegou eu falei: “Doutor, me diz uma coisa, esse soro que eu tomei, é pra ficar aqui, entre o coró e a carne?! [Tom de preocupação e indignação]”. Aí ele: “não, quem foi que aplicou?” (Aí eu disse quem tinha sido) Aí ele a chamou: “como que você aplicou esse soro? Porque o soro é pra entrar na veia, aqui é entre o couro e a carne [tom de estresse e decepção]” (Relato de campo. Conversa com Violeta).

A repulsa ao hospital de dona Violeta por queixas de negligência nos revela um tratamento de “tanto faz” da instituição. Qual é a vida e a morte que “tanto faz” no Brasil? Sueli Carneiro (2011) nos mostra que essa relação entre mulher negra e negligência médica não é novidade, inclusive, contribuiu para a conceituação do termo “racismo institucional”, cunhado em 1999 na Commission for Racial Equality [Comissão para a Igualdade Racial] (CRE/UK). O racismo institucional se enquadra como

incapacidade coletiva de uma organização de prover um serviço apropriado ou profissional para as pessoas devido à sua cor, cultura ou origem racial/étnica. Ele pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamentos que contribuem para a discriminação por meio de preconceito não intencional, ignorância, desatenção e estereótipos racistas que prejudicam determinados grupos raciais/étnicos, sejam eles minorias ou não (Carneiro, 2011, p. 28).

Atualmente, dona Violeta disse que não vai ao hospital porque o atendimento é feito de qualquer forma, e ela crê que sai de lá mais doente do que entrou (ora, se não é o tal do racismo institucional!). Magnólia, ao concordar com Violeta, disse: “O hospital não resolve, quem resolve é o povo!”. Após dar boas risadas, dona Violeta concorda com Magnólia, verbalizando e balançando a cabeça, afirmando, inconscientemente, que a saúde institucional moderna é enxergada e sentida por ela como uma possível ameaça ao seu corpo.

Lélia Gonzalez compreende que muitas mulheres negras lutam e resistem no cotidiano e, muitas vezes, essa luta e resistência são inconscientes (Gonzalez, 2020). Quando se vivencia um cenário de escassez, há várias possibilidades de resistir, e uma delas é por meio da luta cotidiana, consciente e inconsciente.

A luta cotidiana inconsciente da qual fala Lélia Gonzalez foi qualificada, durante muito tempo, pela literatura como passividade e conformidade das mulheres negras à sua condição de escravizadas (Gonzalez, 2020), pois não se via potencialidade política nas mulheres negras escravizadas no “cérebro” do mundo colonial: as Casas-Grandes. Essa leitura rasa fez com que as mulheres negras escravizadas no interior das Casas-Grandes fossem interpretadas como passivas à colonialidade e ao cenário de opressão à sua volta (Gonzalez, 2020). A literatura perdeu de vista o fato de que essas mulheres, imersas na violência, criavam estratégias e armadilhas cotidianas silenciosas para burlar a lógica colonial, justamente por meio do seu lugar de “anonimato”, “de nada”, “de ninguém”.

Em outras palavras, Lélia Gonzalez identifica uma insubmissão do

inconsciente das mulheres negras que é exercida no cotidiano. Essa insubmissão se dá pela naturalização das violências no dia a dia, e é por meio dele que as mulheres negras criam estratégias políticas de resistência, igualmente inconscientes, naturalizadas no cotidiano. Muitas vezes, a violência sutil do dia a dia é tão brutal que reagimos e resistimos a ela sem perceber.

Por mais que dona Violeta não tenha feito uma leitura histórica e “consciente” sobre ser negra e a relação disso com a saúde, ela consegue enxergar, em uma instituição moderna, a ameaça à sua saúde a partir de um olhar interseccional e conscientemente contracolonial. Ao mesmo tempo em que se entende como mulher negra, essa informação se desencontra das violências institucionais que ela relata, mostrando que a identificação racial não é necessariamente uma consciência política, mas que a política está inconscientemente racializada.

Neusa Santos (1983) já nos mostrou que ser negro no Brasil não significa, necessariamente, ter um engajamento político antirracista, pois o tipo de violência racial que se enraizou no país separa, estrategicamente, a identidade política negra da identidade individual. Todavia, as lutas cotidianas, conscientes e inconscientes (Gonzalez, 2020), nos fazem crer que, por mais que as palavras “negro”, “branco” e “racismo” não apareçam na literatura dos quintais, em *O Candeeiro* e, muitas vezes, entre as mulheres que participaram da pesquisa, as práticas cotidianas denunciam as relações raciais e enegrecidas, bem como suas potencialidades agenciativas.

As mulheres negras do Arizona não estão necessariamente “conscientes” de sua raça, e o fato de se afirmarem enquanto “negras” não possui um significado necessariamente político. A “self à brasileira” da mulher negra brasileira é múltipla e, para além de duas consciências, temos uma self multifacetada. Não temos como objetivo encerrar o debate e definir quais são as “selfs” da mulher negra brasileira, como se ela fosse estática, nem afirmar que não há outras formas de se identificar e agir no espaço. Estamos fazendo um esforço teórico para compreender como o racismo “à brasileira” e o mito da democracia racial, quando subjetivados pelas agricultoras, compõem suas formas de ser e agir,

incluindo o ser e agir na produção agrícola.

De certa forma, a luta cotidiana inconsciente das mulheres rurais já é percebida pela literatura da Agroecologia e do Ecofeminismo. Ela aparece: (1) no interesse da ciência em visibilizar os quintais produtivos (Silva; Silva, 2022), que são potencialidades naturalizadas (inconscientes) no modo de vida das mulheres que os cultivam; (2) quando grupos como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Marcha Mundial de Mulheres (Gomes, 2021) realizam processos formativos visando conscientizar as mulheres sobre o potencial dos seus quintais e sua importância para a reprodução da vida humana e não humana no ecossistema que ocupam (Cardoso; Rodrigues, 2009); ou seja, a ANA proporciona a conscientização de uma contracolonialidade inconsciente, que floresce por meio da luta cotidiana, também inconsciente; ademais, (3) muitas vezes, as mulheres miram em um alvo (consciente): a segurança alimentar da família e a ampliação da agrobiodiversidade do quintal, mas acabam atingindo objetivos mais amplos (inconscientes): a transformação de seus modos de vida em experiências pedagógicas adaptáveis a outras realidades e a conservação do ecossistema (Silva; Silva, 2022).

Nem sempre a pessoa negra será contracolonial de forma consciente, e menos ainda utilizará os termos “negro”, “raça” e “racismo” para se proteger ou agir contra a violência racial. A ideia de “tornar-se” negro, de Neusa Santos, já denunciava o lado inconsciente do debate racial brasileiro, que se articula ao mito da democracia racial. Nem toda pessoa negra que se enxerga como tal reconhece a existência do racismo. Da mesma forma, nem toda pessoa que não sabe que é negra se silenciara diante de uma situação de racismo sem se indignar. Em outras palavras, com ou sem um debate abertamente racial, a mulher negra brasileira está, inconscientemente, reagindo à violência racial.

A questão é que, no caso brasileiro, muitas vezes essa reação de “injúria/indignação” vem por meio de uma semântica de classe, associada à pobreza. Por mais que, muitas vezes, a identificação racial ou a semântica da raça se tornem invisíveis, inconscientes, o próprio território agencia essas relações sem nomeá-las.

Ademais, há pessoas negras que têm um debate assíduo sobre a questão negra e que driblam o genocídio orquestrado pela branquitude sem que ela perceba; entretanto, também há pessoas negras que não sabem que são negras ou que não pensam sobre isso como algo que influencia em suas vidas, mas, mesmo assim, contracolonizam as tentativas de colonização da branquitude sem saber que o estão fazendo.

Ao rememorar uma experiência da escola, Orquídea aponta para as possibilidades de metamorfose da self por meio da imbricação entre raça, classe e território:

Na minha adolescência eu estudava na cidade, e as pessoas não queriam fazer grupos de trabalho com a gente da comunidade porque a gente morava em assentamento e tinha essa parte né [tom de conformidade] ... quem mora em assentamento, zona rural, tinha essa parte né, passava o dia todo no sol e tal e a nossa cor né ... no rural tem bastante gente negra assim [referindo-se a ela mesma], a cidade já é mais diferente. Acho que o que mais deixou marcante na minha adolescência foi isso. 'Ah, não vamos fazer trabalho com aquelas meninas, àquelas negras do assentamento', 'as sem-terra', então isso marcava bastante (Relato de campo. Conversa com Orquídea).

A intersecção-consubstancial foi sentida e vivenciada por Orquídea, “a negra do assentamento”, que consegue identificar a discriminação racial e o racismo nas entrelinhas das relações. O uso dos termos “negras do assentamento” (raça) e “as sem-terra” (questão fundiária; desigualdade no direito à terra) soma a raça a um território enegrecido, um território em que vivem pessoas com as quais não devemos nos misturar, nem mesmo para realizar um trabalho escolar: o assentamento.

Dias depois de nossa conversa, enquanto estávamos em uma festividade do assentamento, ela me disse que ficou pensando sobre essas questões raciais e se lembrou de quando era mais nova e sentia vergonha de entrar nas lojas, com medo de ser acusada de roubo. Ela não sabia exatamente de onde vinha esse sentimento, mas suas atuais reflexões a

fazem acreditar que ele decorre do racismo.

Orquídea nos mostra que a “self à brasileira” se metamorfoseia e pode vir a ser contextual, a depender das experiências de vida, do engajamento e da organização política, bem como dos acessos e não acessos ao longo da vida. Trazer o tema da raça e do racismo para um debate público que conflua com movimentos, organizações e instituições rurais possibilita a luta e o engajamento coletivo contra esse sistema de opressão (Gonzalez, 2020).

Todavia, o relato de Orquídea nos chama a atenção para o fato de que o racismo pode aparecer pela via da classe ou no próprio entendimento e imaginário sobre o território (assentamento). Ademais, esse imaginário sobre “as negras do assentamento”, sobre “quem mora em assentamento, zona rural”, materializa-se no afastamento e isolamento de Orquídea e de outras colegas do Arizona quando acessaram a escola na “cidade”, um território inconscientemente “embranquecido”.

Em outras palavras, a experiência da escassez (classe), abertamente reconhecida a partir do imaginário sobre o assentamento, que faz, inclusive, com que as pessoas queiram se afastar das assentadas, explicita o enegrecimento velado do território. Na tentativa de dar um basta nas possibilidades de um levante negro brasileiro, mas, ao mesmo tempo, aproveitar-se dos benefícios capitalistas do racismo (Gonzalez, 2020), o Estado brasileiro atribuiu ao território características direcionadas à população negra, inclusive, para a tristeza de muitos, apropriando-se, ainda que inconscientemente, das estratégias negras criativas de contracolonização do espaço geográfico.

O que são favelas, “áreas de risco”, “bairros perigosos”, “lugares violentos”, “países subdesenvolvidos” e assentamentos rurais como o Arizona, senão territórios enegrecidos? Por outro lado, são nesses mesmos territórios que ocorre a criação espontânea e inconsciente de dialetos e língua (Gonzalez, 2020), práticas alimentares (Rozendo; Brandenburg, 2022), expressões artísticas e corporais (Gilroy, 2012) e a produção irrefletida de diferentes saberes (Andrade *et al.*, 2013).

Considerando a insubmissão negra (Gonzalez, 2020), um

território enegrecido tende a criar estratégias de resistência e formas metamórficas de existência. No caso do presente estudo, essas formas de resistência e existência se apresentam nas contracolônialidades que emergem, principalmente, na confluência política da comunidade com os movimentos sociais, no orgulho da identidade de “agricultora” e nas jornadas diárias de trabalho das mulheres.

Jornada sêxtupla de trabalho: entre afeto, trabalho e política

No *Candeeiro*, encontramos seis jornadas de trabalho das agricultoras potiguaras: (1) as jornadas com o quintal e (2) o roçado; (3) a jornada com a alimentação da família e (4) com a comercialização, que é escassa; e (5) a jornada com a casa. A partir da análise de conteúdo dos *Candeeiros*, identificamos uma outra jornada de trabalho das mulheres rurais, oculta na produção dos boletins, que chamamos de (6) “jornada afetiva”, que é aquela em que a mulher incentiva, por vezes cobra, o marido a cultivar os quintais. Com muito cuidado e tom de voz ameno, as mulheres não deixam de correr atrás dos seus direitos, mesmo que pela voz legitimada do homem. Como exemplo, temos o marido de Magnólia, que só é associado à associação da comunidade por incentivo dela, ou o caso da mãe de Orquídea, que foi responsável por fazer o marido ir para o Arizona em 1998. A jornada afetiva não diz respeito apenas à relação com os homens, mas a todas as relações familiares em que as mulheres se sentem exaustas e contentes ao mesmo tempo: cuidar dos netos, alimentar todos os membros da família antes de si mesmas e se desdobrar para contribuir com a realização das tarefas de todos: filhos, filhas, marido, netos e comunidade. A jornada afetiva está presente, de forma oculta, em todas as outras jornadas de trabalho, justamente por estar associada à forma como as mulheres compreendem seus próprios sentimentos.

Nos estudos rurais, percebemos que há, comumente, uma narrativa de que o patriarcado é mais forte ou mais “tradicional” do que na cidade urbanizada. Acreditamos que, assim como nas periferias, o que chamamos de “agricultura familiar” é, em diversas esferas, uma cultura

matriarcal. A começar pelo fato de que as mulheres estão inseridas em seis jornadas diferentes, todas elas rodeando e tensionando a “agricultura familiar”: o afeto, a memória e o cuidado (jornada afetiva); o trabalho no interior da casa (jornada doméstica); o trabalho no exterior da casa (jornada no quintal); o trabalho no lote de terra da família (jornada do roçado); o cuidado com a família (jornada com a família); e a definição do que será consumido por ela e do que e como será comercializado (jornada de comercialização). Essas dimensões abarcam grande parte do que é defendido e reforçado enquanto agricultura familiar.

Ao final da revisão de literatura sobre os quintais produtivos potiguaros, discutimos que é perceptível que as mulheres rurais possuem seis jornadas de trabalho. Todavia, no caso do Arizona, percebemos que todas essas jornadas são interseccionais: racializadas, generificadas e atravessadas por processos de intensificação e/ou permanência da vulnerabilização socioeconômica. Assim, materializar uma experiência de adaptação, uma cultura alimentar e/ou uma nova espécie animal ou alimentícia no quintal é resultado de muitas outras relações que antecedem a entrada das mulheres nesse espaço, mas que por ele são perpassadas, sendo a intersecção-consubstancial entre raça, gênero, classe e território constituinte desse processo.

Além disso, o assentamento do Arizona nos coloca diante de outra jornada, que se situa entre a jornada afetiva, a confluência e o trabalho: uma jornada específica para com o homem. Há, sim, a jornada afetiva, que impulsiona o quintal produtivo quando há a presença do homem, mas há também uma jornada voltada ao homem, que não necessariamente ocorre no quintal, porém interfere e impacta sua dinâmica. Podemos dizer que a “jornada para o homem” é uma ramificação da “jornada afetiva”.

O impacto dessa sétima jornada (voltada ao homem) aparece na forma como as relações de gênero se manifestam na distribuição e no acesso à água e na ampliação da agrobiodiversidade: por meio do medo de a mulher estar em seu próprio quintal e ser morta; do trauma advindo de violências de gênero, que faz culturas alimentares desaparecerem do quintal; e da descredibilização que as mulheres negras sofrem por parte

dos homens no âmbito político-institucional, seja ele o presidente da associação ou um membro do Sindicato de Trabalhadores Rurais. Vejamos algumas situações a seguir.

No caso de dona Girassol, por exemplo, ela deixou de cultivar abacaxi em decorrência de uma violência doméstica cometida pelo marido, o que revela ainda outra camada do problema. Após o episódio, ela permaneceu separada dele por 10 anos e, durante esse tempo, “ele pastorou muito aqui nesse fundo de quintal, com foice pra me matar. 5 horas eu estava cuidando do café, entrava pra dentro, puxava a porta. Ele pastorando pra me matar”. Depois de 10 anos separados, em razão do árduo trabalho ao longo da vida, ele adoeceu, e ela se prontificou a cuidar dele; inclusive, apontando para dentro de sua casa, disse que ele havia morrido em sua sala. Um pouco tímida, revelou que, se fosse preciso, faria tudo novamente. Ora, o caso de Girassol não nos coloca diante da jornada do roçado associada ao cuidado e ao afeto que dinamizam o cotidiano da agricultora? Assim como em *O Candeeiro*, a presença do homem modifica a performatividade da mulher e, à medida que isso acontece, a materialidade e o próprio território impactam e são impactados por esse movimento.

Houve momentos da entrevista em que os maridos estavam presentes e momentos em que estivemos a sós com as mulheres. Quando a pergunta era sobre a insuficiência de água, as mulheres diziam que era insuficiente, mas os homens afirmavam que era suficiente. Quando perguntada sobre os parques eólicos, uma das mulheres disse que faziam mal à saúde e ao meio ambiente, e que sabia disso porque havia conversado com mulheres de outras comunidades que moram mais próximas desses parques; todavia, o marido dela afirmou que não acreditava que eles fizessem mal à saúde. Quando perguntadas sobre alimentação, as mulheres disseram que a quantidade de alimentos era insuficiente para todo o mês, enquanto os homens disseram o contrário.

O que nos deixou mais intrigados foi que, quando o homem se envolvia na conversa com sua “opinião” assertiva e pontual, a mulher diminuía o tom de voz até ele desaparecer, enquanto a voz do homem se

sobrepunha, como se fosse a principal, a legítima. Essa mudança na corporeidade denuncia a reiteração da performatividade de gênero. Ademais, durante nossa conversa com Orquídea, ela nos contou que já vivenciou situações em que foi mandada calar a boca enquanto fazia exigências políticas em nome das mulheres no grupo de *WhatsApp* da agrovila.

A fala das mulheres é a fala de quem vive intensamente o dia a dia da casa e do quintal. Ela resguarda uma série de vulnerabilidades e violências sentidas cotidianamente, bem como as estratégias conscientes e inconscientes que elas mesmas criam para que: (1) as refeições dos familiares sejam realizadas todos os dias do mês com êxito; (2) a água seja suficiente; e (3) os animais sejam aproveitados de diversas formas, servindo tanto para a alimentação quanto para a adubação nos quintais (o impacto material e territorial das mulheres). A voz do homem, ao se sobrepôr à da mulher, abafa toda essa experiência de escassez vivida e sentida no cotidiano do assentamento, silenciando também as estratégias, por vezes inconscientemente contracoloniais, de enfrentamento da pobreza (o impacto do território nas e para as relações).

Inclusive, as relações violentas e desiguais de gênero nos parecem um assunto tão nebuloso e sensível para as mulheres negras do Arizona que, quando perguntamos se já haviam sido impedidas de fazer algo ou violadas de alguma forma por serem mulheres, três delas responderam com muita rapidez, antes mesmo de a pergunta terminar: “não!”. Um “não!” que sinalizou que era o momento de passar à próxima pergunta.

Assim, essa jornada voltada ao homem, quando se trata do marido, situa-se entre a confluência, o afeto e o cuidado, em razão do compartilhamento da rotina e da vida afetiva, mas também se aproxima da jornada afetiva, no sentido de ser uma jornada em que o homem espera e exige comportamentos e cuidados específicos das mulheres — distintos daqueles direcionados ao restante da família, ao quintal ou às demais jornadas. A relação de gênero, sutilmente desigual ou não, contribui para que parte das lutas das mulheres permaneça oculta e inconsciente.

Se essas sete jornadas constituem o cotidiano dessas mulheres, coexistindo com práticas corriqueiras de microviolências que influenciam seu agir, temos, simultaneamente, um cotidiano contracolonial que resiste às experiências de escassez e que, por meio disso, enegrece o território.

Quando a *Plantation* não é só uma memória: autoestima e o cotidiano das mulheres negras do Arizona

Nos estudos raciais, o rural aparece como um lugar de memória (Kilomba, 2019; Davis, 2016), o lugar onde a população negra foi escravizada e violentada, mas também resistiu e criou estratégias criativas de existência do começo ao fim. Entretanto, quando a escravização termina, as análises raciais se deslocam automaticamente para a cidade industrializada, esquecendo que não temos apenas “memórias da plantation”, como presumiram grandes nomes dos estudos raciais nacionais e internacionais, mas uma produção constante de plantation. A plantação — a antiga *plantation* — assume novas roupagens, agora com fertilizantes artificiais, erosão genética, sementes industrialmente modificadas (Shiva, 2003; Rodrigues *et al.*, 2019) e até mesmo a colonização do ar, com os parques eólicos (Firmiano Junior, 2020). Ainda assim, as agricultoras negras estão construindo memórias, lutas e formas de resistir a essa “plantation biotecnológica” a partir da tríade raça-classe-gênero, consubstanciada pelo território rural.

A luta cotidiana (e, em alguns casos, até mesmo a inconsciência dessa luta) é uma das “relações enegrecidas” que caracterizam as jornadas (cotidianas) de trabalho de muitas mulheres rurais que cultivam quintais produtivos. As relações de gênero das mulheres do campo potiguar que cultivam quintais produtivos, especificamente as mulheres do assentamento Arizona, estão muito mais próximas das relações de gênero do Brasil colonial do que das relações de gênero da Inglaterra em processo de industrialização ou do debate ecofeminista europeu (Moura, 2018). A metamorfose das relações coloniais para o campo capitalista-bioquímico (Shiva, 2003), o enegrecimento da cultura brasileira (Gonzalez, 2020) e o enegrecimento da pobreza (Fernandes, 2008) estão

incorporados à luta cotidiana das mulheres rurais que cultivam quintais produtivos potiguares, independentemente da raça. Acreditamos que as chamadas “lutas cotidianas inconscientes” se diluíram na corporeidade das mulheres que cultivam quintais produtivos, enegrecendo o território.

A autoestima é um tema central na literatura sobre mulheres rurais (Gomes, 2021), como mostramos na revisão de literatura de *O Candeeiro*, e também é central nos estudos sobre mulheres negras (Kilomba, 2019; Hurston, 2002).

A questão da autoestima das mulheres é tão central na literatura sobre segurança alimentar e agroecologia que há processos formativos, rodas de conversa e estratégias voltadas ao seu fortalecimento (Rodrigues; Silva, 2018). Diversos estudos já demonstraram que a elevação da autoestima das mulheres agricultoras as impulsiona a ter consciência do quão árduo é o seu trabalho; a reconhecer que o quintal é um espaço pedagógico, com potencial de contribuir para a garantia da segurança alimentar e nutricional e para a preservação da agrobiodiversidade local; a compreender que seu dinheiro deve ser controlado por elas mesmas; e a reconhecer que o trabalho ao lado do homem não é ajuda, mas trabalho (Cardoso; Rodrigues, 2009; Paulilo, 2016; Moura, 2018; Gomes, 2021).

Já nos estudos raciais, a autoestima aparece nos campos afetivo, estético e político (Kilomba, 2019; Davis, 2017). Na década de 1930, Zora Neale Hurston mostrou como a violência psicológica decorrente das relações afetivas das mulheres negras, associada ao racismo e ao sexismo, pode adoecer essas mulheres e orientar boa parte de suas trajetórias de vida, inclusive em seus processos de migração (Hurston, 2002).

Pensando na intersecção-consubstancial entre gênero, raça, classe e território, observamos que, no caso das mulheres negras agricultoras do Arizona, as formas de compreender a autoestima nas literaturas racial e rural se fundem, impactando diretamente a dinâmica dos quintais. Além dessa questão de gênero muito bem marcada, a questão racial também aparece. Magnólia e dona Girassol contam que, em suas primeiras excursões na associação, ficaram marcadas como “as nega

cú de burro”, porque reivindicavam o direito das mulheres de falar, exigir e disputar o que era melhor ou pior para o assentamento. Dona Girassol ainda relata que um homem, muito entusiasmado em tocar violão na igreja, deixou de exercer sua vida religiosa após ser xingado de macaco dentro da igreja. Depois disso, ele nunca mais foi visto tocando violão ou frequentando o espaço.

Antes de irmos à casa de dona Girassol, estávamos com dona Violeta, que nos disse que não gostava de ir à igreja porque as pessoas olhavam “estranho” / “esquisito” para ela. Quando chegamos à casa de dona Girassol, ela nos disse que há racismo na igreja. Nessa situação, percebemos a relação entre a “self à brasileira” e a luta inconsciente, pois dona Violeta consegue perceber que há algum tipo de distinção ou diferenciação naquele espaço, mesmo sem nomeá-la como racismo, palavra ainda tão evitada no Brasil. A self de dona Girassol e a de dona Violeta identificaram um tratamento discriminatório; todavia, o fato de dona Girassol ser politicamente organizada e ter maior proximidade com o debate racial faz com que ela nomeie essa ação, desmascarando o mito da democracia racial e evidenciando o racismo na igreja.

Magnólia contou sobre um dia em que houve um furto no assentamento, mas ninguém sabia quem havia cometido o ato ou havia percebido alguma movimentação estranha na agrovila. Durante uma conversa corriqueira com vizinhos, Magnólia cogitou a possibilidade de o responsável ser alguém do próprio assentamento, já que os cachorros não latiram e nenhuma pessoa desconhecida foi vista. No dia seguinte, ela foi intimada a depor na delegacia, pois o delegado soube que ela poderia ter informações sobre o ocorrido, mas que não queria revelá-las. Com muita imponência, ela relata que chegou à delegacia antes mesmo do delegado e, após esclarecer o mal-entendido, foi diretamente à feira, à banca do homem que a havia acusado. Entre risos contidos e com postura firme, contou que apontou o dedo no rosto dele e disse que era mulher e não tinha nada a esconder, mas que ele não era homem, pois não teve coragem de falar diretamente com ela. Ainda rindo, disse que a feira parou e que todos ficaram olhando para ela.

Tanto as relações e violências de gênero quanto as relações de

preconceito e discriminação racial contribuem para a construção da self dessas mulheres negras, onde se situam a autoestima e a dimensão inconsciente de parte de suas lutas cotidianas. Ou seja, essa interseccionalidade compõe o processo ontológico e dialético que constitui a autoimagem das mulheres negras (Kilomba, 2019).

É por meio dessa autoimagem que elas passam a enxergar a si mesmas e ao mundo; por isso, criam estratégias de sobrevivência a partir de suas interseccionalidades, que incluem: (1) a espacialização material das relações visíveis e verbalizadas (como o cultivo dos quintais, o uso da cisterna e a participação política do homem na associação); mas também (2) estratégias sutilmente incorporadas às performances de gênero, embora cotidianamente silenciadas, como é o caso da jornada afetiva.

Se as agricultoras estão em espaços que constantemente lhes dizem que aquele não é o seu lugar e que elas precisam se calar, e se a fome as afeta emocionalmente e as coloca em situações de intensificação da vulnerabilidade, como poderão impulsionar os quintais? Como impulsionar suas contribuições para a preservação do ecossistema local?

O que queremos dizer é que a construção da autoestima da mulher negra agricultora do Arizona é perpassada por relações raciais e de gênero, conscientes e inconscientes, interseccionadas em suas experiências cotidianas, que interferem na forma como essas mulheres olham para o próprio quintal. Não se trata apenas de olhar para o quintal e não conseguir enxergar potência, mas de olhar para si mesmas e não conseguir reconhecê-la.

Quando Milton Santos se debruça sobre a materialização das contradições e lutas de classe no território (Santos, 2008), a experiência da escassez aparece como experiência material. No entanto, o que percebemos na literatura e também no caso do Rio Grande do Norte é que as experiências de escassez nem sempre dizem respeito apenas a elementos materiais, mas também a dimensões subjetivas que impactam a materialidade. A autoestima elevada e o empoderamento advêm, em parte, do afastamento da escassez de credibilidade (Davi, 2022), da escassez de voz, isto é, de não ser ouvida (Gomes, 2021) e da escassez de afeto (Taqueda, 2009).

As dimensões terapêutica, afetiva e política dos quintais produtivos, quando articuladas, revelam a elevação da autoestima. Essa elevação possibilita a autocompreensão de suas potencialidades e faz com que as mulheres enxerguem, sem o véu do patriarcado e do capitalismo, a importância das atividades desenvolvidas nos arredores de suas casas, que antes eram vistas como desimportantes.

Considerações finais

A mulher cultiva o quintal por meio de estratégias diretas e indiretas, conscientes e inconscientes. Por meio da efetivação do cultivo, as lutas cotidianas produzidas a partir das sete jornadas de trabalho proporcionam a elevação e/ou criação da autoestima; esta retorna à dinâmica do quintal como ampliação da renda (Cardoso; Rodrigues, 2018), estratégia de comercialização, independência financeira em relação ao marido e, em alguns casos, reformulação da imagem da mulher por meio da desconstrução de um falso imaginário de incapacidade e insignificância delas e de suas atividades, incluindo o próprio cultivo no quintal.

Trouxemos esse debate subjetivo, beirando um debate ontológico, porque a luta inconsciente está acompanhada, em muitos casos, de uma identidade negra cuja self é múltipla, metamórfica e contraditória. Os pontos de encontro entre as faces da self são os mesmos: a não-humanidade e o histórico de violência que reafirma a seletividade racial do Estado no/para o acesso à terra (Penna, 2022) e escancara o projeto genocida da modernidade (Gilroy, 2012), mas, por outro lado, a “consciência” política, inconscientemente negra e materialmente contracolonial.

Por fim, reiteramos a necessidade de processos formativos que incluam ainda mais as temáticas de raça e gênero, para dar continuidade ao trabalho iniciado pela Marcha Mundial das Mulheres e pela Associação de Apoio às Comunidades do Campo (AACC), que contribuíram para a identificação das mulheres como negras e para o conhecimento do termo “machismo”. O abastecimento de água e a abundância na produção alimentar do quintal só serão possíveis quando as demandas

genderizadas e racializadas das mulheres negras assentadas forem levadas a sério e, com isso, transformadas em políticas públicas capazes de captar “o não-visto” e o “não-dito”, que permeiam o cotidiano das agricultoras negras do Arizona e de outros assentamentos potiguares.

REFERÊNCIAS

A NEGAÇÃO do Brasil: o negro na telenovela brasileira. Direção de Joel Zito Araújo. Produção de Joel Zito Araújo e Luiz Antônio Pilar. São Paulo: Casa de criação, 2000. Doc. (90min), son., color.

ANDRADE, Anna Jéssica Pinto; ROZENDO, Cimone; SILVA, Neusiene Medeiros. A vulnerabilidade e a resiliência da agricultura familiar em regiões semiáridas: o caso do Seridó Potiguar. **Revista Campo Território**, v. 8, n. 15, 2013.

ANJOS, José Carlos Gomes. Cabo Verde e a importação do ideologema brasileiro da mestiçagem. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 6, nº 14, p. 177-204, nov. 2000.

AURELIANO, Niara Oiara da Silva; SANTANA, Nara Maria Carlos. 'Quem é pardo no nordeste brasileiro? Classificações de 'morenidade' e tensões raciais. **Revista Maracanan**, v. VI, p. 94-117, 2021.

CARDOSO, Elisabeth Maria; RODRIGUES, Vanessa Schottz. Mulheres construindo a Agroecologia no Brasil. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 12-16, dez. 2009.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro; 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não-ser como fundamentação do ser. São Paulo: Zahar, 2023.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CARVALHO, Murilo de Oliveira. **Nas entranhas da terra: quintais produtivos cultivos por mulheres negras do Arizona/RN.** 2024. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** São Paulo: Boitempo, 2021.

DAVI, Jéssica Débora de Souza. **A Importância dos quintais produtivos e da valorização do trabalho feminino na comunidade rural do Rio Grande Do Norte.** Orientadora: Catarine Santos da Silva. 2022. 22 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Nutrição) - curso de graduação em Nutrição, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Santa Cruz, 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.
DU BOIS, W. E. B. **As almas do povo negro.** São Paulo: Veneta, 2021.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho.** São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes** (1ª vol.). 5 ed. São Paulo: Globo, 2008.

FIRMIANO JUNIOR, Francisco Cândido. **Lutas por terra em Queimadas, Taipu/RN.** 2020. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência.** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

GOMES, Jeam Claude de Souza. **Do Campo brotou Margaridas: Políticas de abordagem territorial e seus impactos para as questões de gênero da**

região do Mato Grande/RN. 2021. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Urbanos e Regionais, Políticas Públicas, UFRN, Natal, 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaaios, Intervenções e Diálogos** Rio Janeiro: Zahar. p. 197-200. 2020.

HURSTON, Zora Neale. **Seus olhos viam Deus**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KERGOAT, Danièle. "Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais". **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 86, p. 93-103, mar. 2010.

KILOMBA, Grada. **Memórias do Plantação: Episódios do Racismo Cotidiano**. São Paulo, Revistas USP, 2019.

MAGRINI, Pedro Rosas. **Produção acadêmica sobre o mst: perspectivas, tendências e ausências nos estudos sobre gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades**. 2015. 378 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2015.

MOURA, Maria da Conceição Dantas. **Feminismo e agroecologia: o sujeito político e avaliação do ATER- mulheres no Rio Grande do Norte 2004-2016**. 2018. 271 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, UFRN, Natal, 2018.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: EdUFSC, 2016.

PENNA, Camila. O agro é branco? Seletividade racial e política fundiária no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 30, n. 2, p. 1-25. jul./dez. 2022.

RODRIGUES, Luciene da Costa; KOSOP, Roberto José Covaia; SOUZA-LIMA, José Edmilson; SCHAFFRATH, Valter Roberto. Campesinato e sementes crioulas: indícios de decolonialidade. **Matinhos: Guaju**, v. 1, n. 5, p. 33-57, jan. 2019.

RODRIGUES, Suellen Fernanda Manguiera; SILVA, Sergio Aparecido Seixas da. Quintais produtivos como estratégia de segurança alimentar urbana. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE AGROECOLOGIA, 6., 2018, Brasília. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Cadernos de Agroecologia, 2017. v. 13.

ROZENDO, Cimone; BRANDENBURG, Alfio. Saberes insurgentes e a proteção dos bens comuns: práticas e formas de reexistência na construção do território agroecológico no semiárido potiguar. **Revista Pós Ciências Sociais**, [S.L.], v. 19, n. 3, p. 527-550, out. 2022.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Marialda Moura. **“UMA FONTE DE ÁGUA VIVA:” A participação das mulheres no Assentamento Arizona São Miguel do Gostoso-RN**. 2006. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

SANTOS, Antonio Bispo. **A terra dá, a terra quer**. 1a ed. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico científico informacional. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Racismo "à brasileira". In: Heloisa Buarque de Holanda; José Szewak. (Org.). **Diferenças, desigualdades**. São Paulo: Berlandis & Vertecchia editores, v. 1, p. 70-115. 2009.

SILVA, Márcia Regina Farias da; SILVA, Carlos Aldemir Farias da (org.). **Quintais Agroecológicos**: tradição, cultivo e conhecimento. São Paulo: Livraria da Física, p. 15-20. 2022.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TAQUEDA, Carolina Santos. **A etnoecologia dos jardins**-quintal e seu papel no sistema agrícola de populações quilombolas do vale-do-ribeira, São Paulo. 2009. 228 f. dissertação (mestrado) - Curso de Ecologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PARTE VI

Taipu



CAPÍTULO 12

A PONTE RODOVIÁRIA SOBRE O RIO CEARÁ-MIRIM EM TAIPU: MEMÓRIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO

João Santos

A história de Taipu está profundamente ligada aos cursos d'água que cortam seu território. Entre eles, está o rio Ceará-Mirim que desempenha papel central para a economia local.

Este trabalho é um estudo histórico descritivo da ponte rodoviária sobre o rio Ceará-Mirim em Taipu.

A construção da ponte rodoviária sobre o rio Ceará-Mirim, na cidade de Taipu, representou um marco na infraestrutura regional, possibilitando o fluxo de pessoas, mercadorias e serviços entre diferentes localidades da região do Mato Grande.

A construção da ponte sobre o rio Ceará-Mirim, na cidade de Taipu, foi um importante obra prevista no plano rodoviário do governo do Estado, na administração do governador José Augusto Varela.

Segundo o Diário de Natal esta seria a maior obra desse gênero até então construída no Rio Grande do Norte e a sua importância econômica estava no fato de vir resolver o secular problema do transporte entre a Capital e uma grande região compreendida entre a margem direita do rio Açu, que corre em direção norte do Estado, e a margem esquerda do rio Ceará-Mirim, que desce para o leste.

Nesse grande leque geográfico estavam incluídos entre outros importantes centros produtores as cidades de Baixa Verde (atualmente João Câmara), Pendências, Macau e Touros.

A fruticultura era nessa zona uma das principais fontes de riquezas. Entretanto, mercadoria deteriorável, as safras se estragavam ou as culturas tinham o seu desenvolvimento impedido pela falta, durante os invernos copiosos, de meios seguros de escoamento para o maior mercado consumidor, que era a capital do Estado, de vez que nem sempre se encontrava no trem o transporte fácil.

E não havia apenas a produção frutícola a atender, mas a do algodão, de cereais, de couros e peles, a de sal, de gado e de laticínios, bem como uma sorte de outros produtos industriais.

Tudo isso, durante o inverno, tomava o caminho mais longo, do Seridó, antes de alcançar Natal, ou se desviava para Campina Grande.

Essa ponte, uma grande obra engenharia que estava sendo levantada sem alardes, quase anonimamente, teria também valor estratégico na defesa do litoral.

Iniciada em meados de 1948 esperava-se o engenheiro Apolônio Zenaide, técnico responsável pelo projeto, terminar a construção em fevereiro de 1950, em tempo de ser a ponte entregue ao tráfego no inverno daquele ano.

O projeto e construção

O projeto da ponte rodoviária foi concebido considerando:

- Resistência estrutural, para suportar o peso de caminhões e ônibus.
- Durabilidade, com materiais resistentes à umidade e à ação do tempo.
- Integração com a rodovia estadual, conectando Taipu a outras cidades da região do Mato Grande.

A construção contou com a colaboração de engenheiros civis e operários locais. Foi utilizada estrutura de concreto armado, com pilares robustos e tabuleiro largo, garantindo segurança e conforto para os

usuários. O projeto previa ainda calçadas laterais para pedestres, facilitando a travessia a pé.

A obra foi orçada em 2 milhões de cruzeiros e foi confiada sua construção à Empresa de Construções Civis Ltda, organização potiguar que várias outras obras no Estado. No total foram empregados na construção da ponte de Taipu um valor superior a 3 milhões de cruzeiros.

A obra apesar da envergadura do empreendimento estaria concluída em tempo verdadeiramente recorde, não fosse o avanço da construção dificultada pelo assentamento das fundações de um dos pilares, cujas escavações foram cair exatamente sobre abundante vertente.

Nada menos de dois meses foram perdidos com 24 horas de trabalho por dia, antes que o lençol d'água fosse dominado pelas cinco possantes bombas que tiveram então de serem instaladas.

Características técnicas da ponte

O projeto de construção da ponte de Taipu estava sendo executado pelo mestre José Pereira.

Com 112 metros de vão e 5,5 metros de largura, tudo em concreto armado, prevendo a passagem de veículos de 24 toneladas.

A estrutura de 112 metros era dividida em duas seções, repousando sobre cinco gigantescos pilares e dois encontros, tudo em alvenaria de pedra, formando seis vãos de 20 metros.

Com os aterros que seriam posteriormente executados, ficaria a ponte com a extensão total aproximada de 1 km, o que daria uma ideia do vulto do empreendimento.

O trabalho de aterro, um dos maiores da obra, esperava a empresa construtora da ponte resolver com patrulha mecânica, sem grandes dificuldades, antes da chegada do inverno de 1949.

A reportagem do Diário de Natal esteve em visita ao local das obras, a qual havia verificado que estavam já todos os pilares prontos, envoltos num emaranhado de ferro e madeira, preparando-se para o

serviço de concretagem do lastramento da primeira seção, que se esperava concluir em 25/12/1949.¹

O jornal A Ordem em matéria publicada sobre as obras realizadas pelo governo do Estado no interior escreveu: "Acompanhado do deputado Aluísio Alves, e dos engenheiros Apolônio Zenaide e Roberto Freire, o Sr. Governador José Varela esteve em visita, ontem, às obras de construção da ponte sobre o rio Ceará-Mirim, que mede 120 metros de comprimentos por 9,60 de largura".²

Em visita as obras pelo interior do Estado, o governador José Augusto Varela teve a oportunidade de visitar os trabalhos de construção da ponte sobre o rio Ceará-Mirim em Taipu em janeiro de 1950.

O valor econômico que este melhoramento representaria para a região do Mato Grande era incalculável, segundo o jornal Diário de Natal, para o abastecimento da Capital, principalmente de frutas e verduras na época do inverno, quando a ligação com diversas fontes produtoras nos vales de diversos rios ficava interrompida.³

A ponte de Taipu foi inteiramente construída com recursos do governo do Estado e seria umas das marcas da administração do governador José Augusto Varela.

A inauguração

A inauguração da ponte foi marcada para ocorrer no dia 09/04/1950 pretendendo o governador José Augusto Varela realizar a solenidade de inauguração e contaria o ato também com diversas altas autoridades federais e estaduais.

A sua inauguração teve caráter solene, comparecendo altas autoridades civis e militares, além da presença de numerosas autoridades e membros da sociedade baixaverdense e taipuense.

Como havia sido anunciado pela imprensa a inauguração da ponte sobre o rio Ceará-Mirim na cidade de Taipu foi inaugurada em 09/04/1950.

¹ Diário de Natal, 18/12/1949, p. 6.

² A Ordem, 09/11/1949, p. 1.

³ Diário de Natal, 04/04/1950, p. 1.

Naquele dia um trem especial cedido pela Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte-EFCRGN, partiu as 06h00 conduzindo para das autoridades e convidados especiais à inauguração que teve lugar as 09h00 da manhã com a presença do governador José Augusto Varela, autoridades federais e estaduais, além de grande número de convidados.⁴

Segundo o Diário de Natal: “no município de Taipu, será inaugurada a ponte sobre o rio Ceará-Mirim, empreendimento de grande alcance e destinado a benéficos resultados na vida do Rio Grande do Norte, a qual construída pela Empresa de Construções Cíveis a cuja frente se encontram os Sr. João Dionísio Massena e Roberto Bezerra Freire, será hoje entregue ao público pelo Governador José Varela, em solenidade marcada para as 9 horas”.⁵

A ponte de Taipu foi inaugurada solenemente as 09h30. A solenidade foi assistida pelo Governador José Augusto Varela que a presidiu, pelo Comandante do destacamento de Natal, general Fernando do Nascimento Fernandes Távora, pelo prefeito de Taipu, Luiz Gomes da Costa e por autoridades cíveis e convidados especiais.

O governador José Varela chegou ao local as 09h15 acompanhado do general Távora e de seu ajudante de ordens capitão José Reinaldo e momento após teve início a solenidade inaugural quando falou o governador que ressaltou a sua preocupação desde o início da administração de solucionar vários problemas do Estado, dentre esses afigurou-se a construção da ponte sobre o rio Ceará-Mirim a qual parecia porém, de impossível realização tendo em vista o custo da obra e os poucos recursos do Estado.

A benção da ponte foi ministrada pelo padre João Correia de Aquino que iniciando a solenidade inaugural salientou o agradecimento da população de Taipu pelo vultoso empreendimento do governo estadual.

Afirmou ainda que numa homenagem dos taipuenses os vereadores da Câmara Municipal resolveram dar a denominação de

⁴ Diário de Natal, 08/04/1950, p. 4.

⁵ Op. Cit., 09/04/1950, p. 6.

Governador José Varela à ponte que estava sendo inaugurada como sinal da gratidão do povo daquele município.⁶

Explicando os detalhes técnicos da construção da ponte falou o Sr. Roberto Bezerra Freire, sócio da Empresa de Construções Cíveis, responsável pela construção, focalizou as dificuldades encontradas para a construção tendo em vista as dificuldades do terreno e as condições de segurança que eram imprescindíveis àquela construção.

A solenidade foi encerrada com o discurso do governador José Augusto Varela.

Ainda segundo o referido jornal o município de Taipu viveu no dia 09/04/1950 um dos seus mais movimentados dias com a inauguração da ponte sobre o rio Ceará-Mirim, facilitando o intercâmbio ente a Capital do Estado e uma vasta região produtora.⁷

Já o jornal A Ordem destacou que: “Conforme estava anunciado realizou-se ontem, a solenidade de inauguração da ponte sobre o rio Ceará-Mirim, no município de Taipu, arrojada iniciativa do Departamento Estadual de Estradas de Rodagens sob a direção do engenheiro Apolônio Zenalde”.⁸

A ponte construída na administração do governador José Augusto Varela ligaria a partir de então os municípios de Taipu e Baixa Verde à Natal.

A obra se revestia de significado, pois o povo da região se via impossibilitados de trafegar pela rodovia em épocas de invernos devido aos transbordamentos do rio Ceará-Mirim o qual impossibilitava de se abastecer a capital através da referida estrada que “desaparecida essa dificuldade sempre premente para muitos que cultivam a rica região, lá em Taipu, está a gigantesca ponte como um marco assinalando a resolução de mais um problema que afligia o Estado”.⁹

O impacto econômico e social

⁶ Op. Cit. 10/04/1950, p. 6.

⁷ Diário de Natal, 16/04/1950, p. 4.

⁸ A Ordem, 10/04/1950, p. 1.

⁹ Op. Cit.

A ponte de Taipu abriria assim novas perspectivas financeiras para o velho burgo norte-rio-grandense que teria desta forma possibilidade de evoluir economicamente.

A inauguração da ponte rodoviária transformou significativamente a dinâmica econômica da região:

- Comércio local fortalecido: produtos agrícolas, como milho, feijão e mandioca, podiam ser transportados mais rapidamente para feiras e mercados urbanos.
- Integração regional: a ponte facilitou o acesso a serviços de saúde, educação e lazer, promovendo uma maior interação entre comunidades antes isoladas.
- Turismo e cultura: a travessia segura permitiu que festas populares e eventos culturais recebessem visitantes de municípios vizinhos, fortalecendo a identidade local.

Para os moradores de Taipu, a ponte não era apenas uma obra de engenharia, mas um símbolo de progresso.

Relatos de antigos habitantes destacam momentos de alegria durante a inauguração, festas comunitárias à beira do rio e o orgulho de ver a infraestrutura moderna vir a contribuir para o engrandecimento do município e sua integração com os municípios vizinhos da região do Mato Grande.

A enchente de 1964: a memória de uma tragédia dolorosa em Taipu

Sem dúvidas o maior acontecimento ocorrido em Taipu na década de 1960 foi a grande catástrofe ocorrida pela enchente do rio Ceará-Mirim concomitante ao rompimento da barragem no mesmo rio em construção no então distrito de Poço Branco ocorrida em abril de 1964.

As páginas do Jornal do Brasil de 1964 tratavam da hecatombe que ocorreu no vale do rio Ceará Mirim pelo rompimento da barragem de Taipu (Poço Branco).

Com o título “Barragem rompe no Nordeste” o referido jornal noticiou:

Rompeu-se no Rio Grande do Norte causando prejuízos incalculáveis à lavoura, a barragem de Taipu, localizada no Vale do rio Ceará-Mirim – região açucareira - e estão quase submersas as cidades de Taipu, Poço Limpo e Ceará-Mirim está de cerca de 50 mil habitantes. Os dois sangradores de emergência, feitos com emprego de dinamite, domingo passado, não foram bastante para dá vazão as águas.¹⁰

O rompimento da barragem ocorreu devido ao alto volume de água que desceu das cabeceiras do rio Ceará-Mirim cuja força não foi suportada pela estrutura da barragem ainda em construção. Ao se romper o dique da barragem foram jogados 22 milhões de metros cúbicos de água rio a baixo atingindo a cidade de Taipu destruindo a ponte ferroviária no Umari e a ponte rodoviária no perímetro urbano da cidade de Taipu e deixando no rastro de destruição muitas famílias desabrigadas além dos prejuízos materiais da lavoura do vale do rio Ceará-Mirim.

A tragédia que se abateu sobre a cidade de Taipu deixou as duas grandes perdas materiais, que foi a destruição total da ponte rodoviária e a destruição parcial da ponte ferroviária no distrito do Umari, ambas sobre o rio Ceará-Mirim.

As pontes não resistiram ao volume e violência das águas trazidas pelo grande volume pluviométrico e a destruição da barragem de Poço Branco em construção.

O governador Aluízio Alves, logo que soube da tragédia deslocou-se de helicóptero para a região assolada, onde se dirigiu pessoalmente as medidas de emergências requeridas.

¹⁰ Jornal do Brasil, 06/05/1964, p. 12. Poço Limpo é na realidade Poço Branco. Houve um equívoco do jornal na citação do referido local.

Destruição das pontes de Taipu em 1964



Fonte: Arquivo da paróquia de Taipu, 1964.

As imagens acima mostram o estado em que ficou as pontes rodoviária em Taipu e ferroviária no distrito do Umari após a devastação causada pela enchente do rio Ceará-Mirim.

O ano de 1964 ficou gravado na memória coletiva de Taipu como um marco de dor, resistência e transformação.

Naquele inverno, as chuvas caíram além do esperado. O céu parecia não se cansar de despejar água sobre os campos, e o rio Ceará-Mirim, que serpenteava manso nos meses de estiagem, começou a dar sinais de que não suportaria tamanha pressão. Dia após dia, as margens se alargavam, as correntezas se avolumavam, e a água invadia roçados, caminhos e casas.

Quando a enchente atingiu seu ápice, a cidade de Taipu viu-se cercada por um inimigo silencioso e implacável: a água.

As pontes (rodoviária e ferroviária) que ligavam Taipu às cidades vizinhas foram destruídas. Famílias inteiras, sobretudo aquelas que viviam às margens do rio e em terrenos mais baixos, perderam tudo o que possuíam.

Casas de taipa foram arrastadas como se fossem brinquedos frágeis, e plantações de milho, feijão e mandioca — sustento de muitos — desapareceram sob a lama.

A enchente de 1964 não foi apenas um desastre natural: ela alterou a relação da população com o rio Ceará-Mirim. Se até então ele era visto como fonte de vida, pesca e irrigação, passou a ser também

lembrado como ameaça, capaz de destruir em poucos dias o esforço de anos de trabalho. Nos meses seguintes, o barro seco e as casas reconstruídas marcaram a paisagem de uma cidade que se levantava, mesmo ferida.

Esse episódio trágico trouxe ainda lições importantes. Surgiram discussões sobre a necessidade de obras de contenção, de melhor planejamento urbano e de alternativas de cultivo mais resistentes às cheias. Embora muitas dessas propostas demorassem a sair do papel, a memória da enchente seguiu viva, moldando a forma como os taipuenses enxergavam o futuro.

A enchente de 1964 consolidou-se como um marco de memória coletiva em Taipu, transmitida pelas gerações seguintes por meio de narrativas orais. A lembrança do evento reforçou a percepção ambígua do rio Ceará-Mirim: ao mesmo tempo em que era fonte de vida, tornou-se também símbolo de ameaça.

Para os que viveram aqueles dias, a enchente de 1964 é mais do que uma lembrança distante: é uma cicatriz coletiva, testemunho de que, mesmo diante da força incontrolável da natureza, a solidariedade e a resiliência de um povo podem manter viva a esperança.

As ruínas da ponte sobre o rio Ceará-Mirim em Taipu

As ruínas da antiga ponte rodoviária sobre o rio Ceará-Mirim, em Taipu, permanecem como um vestígio silencioso de um tempo em que o município buscava se conectar ao restante da região por meio de suas estradas e caminhos.

Embora hoje se apresentem como estruturas de concreto corroídas, parcialmente tomadas pelo mato e pela ação das águas, essas ruínas carregam consigo uma narrativa de progresso, tragédia e memória.

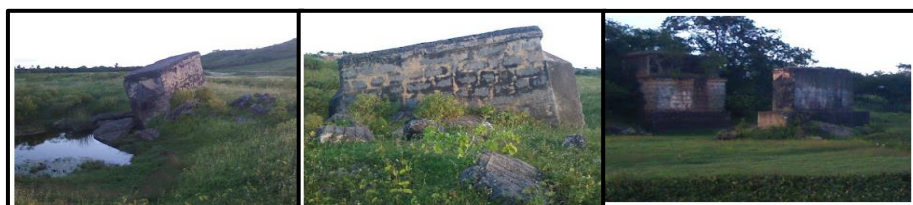
A grande enchente do rio Ceará-Mirim, no ano de 1964, foi o marco que interrompeu a trajetória daquela obra. As chuvas intensas provocaram a cheia do rio, que, em sua força, destruiu parte da estrutura da ponte.

Testemunhos orais relatam que trechos inteiros ruíram, impossibilitando a passagem de veículos e isolando a população.

O que fora símbolo de progresso transformou-se, em poucos dias, em metáfora da vulnerabilidade das iniciativas humanas diante da força da natureza.

As ruínas permaneceram como um marco visível na paisagem, lembrando aos moradores a tragédia de 1964 e a necessidade de adaptação frente às intempéries.

Ruínas da ponte de Taipu



Fonte: João Santos, 2015.

Com o passar dos anos, o que restou da ponte passou a desempenhar outro papel: de memória e de identidade local. Crianças cresciam ouvindo as histórias dos mais velhos, que apontavam para aquelas colunas desgastadas pelo rio e recontavam os dias difíceis da enchente.

Memória, identidade e patrimônio

Ainda que em ruínas, a antiga ponte rodoviária de Taipu pode ser compreendida como patrimônio histórico-cultural. Ela evoca o esforço de uma comunidade em buscar integração, o desastre que ceifou sonhos de progresso e a resiliência de um povo que soube reconstruir sua vida em outras margens.

Para além de sua função utilitária original, a ponte passou a existir como marco de memória. Suas ruínas se tornaram símbolos, testemunhas materiais de uma história de luta contra as forças naturais e da capacidade de resistência social.

Ao mesmo tempo, levantam reflexões sobre a importância de políticas de preservação da memória e valorização de vestígios históricos no interior potiguar.

As ruínas da ponte rodoviária sobre o rio Ceará-Mirim, em Taipu, não representam apenas o fracasso de uma obra diante da enchente de 1964, mas também a continuidade de uma narrativa coletiva que entrelaça progresso, destruição e lembrança.

Permanecem como cicatriz na paisagem e como patrimônio simbólico, lembrando às gerações presentes e futuras que a história de um povo se escreve não apenas com suas vitórias, mas também com as marcas de suas perdas.

Apesar da destruição, parte da estrutura permaneceu de pé, resistindo à ação das águas e ao abandono.

Essas ruínas, ainda visíveis na paisagem, adquiriram novo valor ao longo do tempo: o de testemunho material da história de Taipu.

Tornaram-se ponto de referência para narrativas orais, transmitidas de geração em geração, que mantêm viva a lembrança da enchente de 1964 e da fragilidade das obras humanas diante das forças naturais.

Do ponto de vista patrimonial, as ruínas da ponte podem ser interpretadas como elementos de um patrimônio cultural imaterial e material híbrido, em que a presença física da estrutura se alia à força simbólica das narrativas comunitárias.

Elas evidenciam a necessidade de políticas locais de preservação e valorização da memória histórica, especialmente em contextos interioranos, onde os marcos materiais da história são frequentemente negligenciados.

As ruínas da ponte rodoviária sobre o rio Ceará-Mirim em Taipu ultrapassam o valor arquitetônico ou utilitário de sua construção original. Elas representam um espaço de memória coletiva, um ponto de encontro entre passado e presente, entre progresso interrompido e identidade preservada.

A permanência dessas ruínas as margens da BR-406 na altura do cemitério de Taipu reafirmam a importância de reconhecer e preservar

vestígios históricos como parte da construção da cidadania e da valorização cultural do interior potiguar.

Naquele espaço poderia ser construído um parque urbanizado onde se conservasse as ruínas da ponte como monumento histórico de um período vivido pela população taipuense, ainda que doloroso.

Esse parque, caso viesse a ser construído, contribuiria com o desenvolvimento do turismo rural no município em apreço.

A segunda ponte

A Ponte sobre o Rio Ceará-Mirim foi construída na então rodovia RN-04 (atualmente BR - 406) no sentido Taipu — João Câmara com uma extensão de 100 m tendo sido o valor da obra Cr\$ 167.192,05.¹¹

A construção da ponte foi executada pelo DER-RN no governo de Walfredo Gurgel (1965-1969), tendo sido erguida para substituir a ponte inaugurada em 1950 e que desabou com a enchente de 1964.

A ponte atual de Taipu



Fonte: João Santos, 2012.

Atualmente, a segunda ponte rodoviária sobre o rio Ceará-Mirim continua desempenhando papel estratégico:

- Fluxo diário intenso, com veículos de pequeno e grande porte.

¹¹ Revista RN Econômico, 1970, p. 10.

- Manutenção constante, para garantir segurança e durabilidade.
- Patrimônio simbólico, representando o esforço coletivo de gerações que desejaram conectar Taipu ao resto do estado.

Além de cumprir sua função prática, a ponte é um ponto de referência visual e cultural, atraindo fotógrafos e visitantes interessados na história e na paisagem do Mato Grande.

A criação de um parque histórico-pedagógico nas ruínas da ponte rodoviária sobre o rio Ceará-Mirim em Taipu

A relação entre patrimônio histórico, memória coletiva e desenvolvimento sustentável tem se consolidado como uma dimensão essencial das políticas urbanas contemporâneas. Em cidades de pequeno porte, como a cidade de Taipu, os vestígios materiais da história local representam um capital cultural de alto valor, capaz de articular processos de identidade comunitária e geração de oportunidades econômicas.

Neste contexto, as ruínas da antiga ponte rodoviária sobre o rio Ceará-Mirim, localizadas na zona urbana do município, constituem não apenas um marco da engenharia regional, mas também um ponto estratégico para o fortalecimento do turismo histórico e pedagógico.

A proposta de criação de um parque nesse espaço se apresenta como uma alternativa para a ressignificação do patrimônio e para a dinamização da vida cultural e educacional da cidade.

Patrimônio, memória e espaço urbano

O conceito de patrimônio cultural vai além da preservação material: envolve também a valorização simbólica que as comunidades atribuem aos seus bens históricos.

As ruínas da ponte rodoviária da cidade de Taipu, ainda que degradadas, representam um elo com o passado da cidade, especialmente

no que se refere às transformações da infraestrutura viária e às dinâmicas socioeconômicas locais no século XX.

Ao integrar este espaço à malha urbana por meio da criação de um parque, o município teria a possibilidade de transformar um “não-lugar” em espaço de convivência, preservação e produção de conhecimento.

O parque histórico-pedagógico: proposta estrutural.

A concepção de um parque nas margens do rio Ceará-Mirim, tomando as ruínas como eixo central, deve articular elementos de lazer, educação e turismo. A proposta pode ser organizada em três dimensões principais:

Dimensão patrimonial e histórica

No que se refere a dimensão patrimonial e histórica o parque contemplaria:

A criação de um memorial da ponte, com painéis explicativos, fotografias históricas e narrativas orais da população local.

A instalação de um deck mirante, permitindo ao visitante observar as ruínas de forma segura e contemplativa.

A inclusão de recursos digitais, como totens interativos e realidade aumentada, para recriar virtualmente a ponte em seu estado original.

Dimensão Pedagógica

Na dimensão pedagógica o parque funcionaria como um laboratório ao ar livre, integrando as escolas locais e da região do Mato Grande em atividades interdisciplinares de história, geografia, ciências e artes.

Além disso a dimensão pedagógica contemplaria:

A oferta de visitas guiadas e oficinas sobre patrimônio cultural, memória e sustentabilidade.

A criação de um anfiteatro para eventos culturais, apresentações artísticas e aulas públicas.

Dimensão de lazer e sustentabilidade

Na dimensão de lazer e sustentabilidade a criação desse parque contemplaria:

A instalação de pista de caminhada e ciclovia integradas à paisagem natural do rio Ceará-Mirim em Taipu.

Os equipamentos de atividades físicas e áreas de convivência comunitária.

A arborização planejada com espécies nativas e ornamentais, incluindo uma alameda de palmeiras imperiais ou de carnaúbas, reforçando a estética paisagística.

Uma estrutura de apoio com restaurante, lanchonete, banheiros e estacionamento.

Impactos potenciais

A criação do parque nas ruínas da ponte rodoviária de Taipu apresentaria impactos positivos em múltiplas escalas, tais como:

A cultural e identitária: fortalecimento da memória coletiva e valorização da história local.

A educacional: ampliação das práticas pedagógicas, conectando ensino formal e não formal em um espaço de vivência histórica.

O turístico e econômico: inserção de Taipu no circuito de turismo histórico-patrimonial do Rio Grande do Norte, atraindo visitantes e fomentando a economia criativa.

A ambiental: recuperação e preservação da área do rio Ceará-Mirim na zona urbana de Taipu, integrando patrimônio cultural e natural.

A transformação das ruínas da ponte rodoviária sobre o rio Ceará-Mirim em um parque histórico-pedagógico se configura como uma iniciativa estratégica para a cidade de Taipu.

Mais do que um espaço de lazer, trata-se de uma política de memória e identidade, que coloca o município em sintonia com experiências exitosas de valorização do patrimônio cultural em pequenas cidades.

A apropriação deste espaço pela comunidade e seu uso como ferramenta de turismo histórico e pedagógico poderiam redefinir o papel da cidade na região do Mato Grande, consolidando-a como referência de preservação e inovação cultural.

Considerações Finais

A ponte rodoviária sobre o rio Ceará-Mirim é mais do que concreto e aço: é um elo entre passado e presente, conectando pessoas, possibilitando o desenvolvimento econômico e reforçando a identidade comunitária de Taipu. Seu valor transcende a função de simples travessia, constituindo-se como símbolo de progresso e integração regional, lembrança viva da importância da infraestrutura para a transformação social.

A ponte foi erguida no contexto da expansão rodoviária do Rio Grande do Norte durante meados do século XX, quando o transporte por estradas ganhava relevância em substituição à hegemonia ferroviária.

Sua função era estratégica: estabelecer ligação entre Taipu, os distritos vizinhos e os circuitos comerciais da região do Ceará-Mirim.

Essa infraestrutura atendia, sobretudo, ao escoamento da produção agrícola — milho, feijão, mandioca e pequenas criações —, além de permitir maior mobilidade de pessoas, inserindo o município nos fluxos de modernização da época.

O colapso da ponte rodoviária ocorreu durante a enchente extraordinária de 1964. Chuvas intensas elevaram significativamente o volume do rio Ceará-Mirim, provocando o rompimento da estrutura em pontos cruciais.

A destruição da ponte acarretou sérios prejuízos: isolou comunidades, interrompeu o transporte de mercadorias e intensificou a vulnerabilidade das famílias ribeirinhas já atingidas pelas perdas agrícolas e habitacionais. O episódio marcou profundamente a memória local, transformando o que antes era símbolo de progresso em referência trágica.

As ruínas da ponte rodoviária sobre o rio Ceará-Mirim, em Taipu, não representam apenas o fracasso de uma obra diante da enchente de

1964, mas também a continuidade de uma narrativa coletiva que entrelaça progresso, destruição e lembrança.

Permanecem como cicatriz na paisagem e como patrimônio simbólico, lembrando às gerações presentes e futuras que a história de um povo se escreve não apenas com suas vitórias, mas também com as marcas de suas perdas.

Apesar da destruição, parte da estrutura da ponte permaneceu de pé, resistindo à ação das águas, das intempéries e ao abandono, como se quisesse lembrar a população que aquelas ruínas tratam de um momento doloroso, mas muito significativo para Taipu e que por isso precisa ser preservada.

REFERÊNCIAS

A Ordem, Natal-RN.

Diário de Natal, Natal-RN.

<https://cronicastaipuenses.blogspot.com/>.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro-RJ.

Revista RN Econômico, Natal-RN.

CAPÍTULO 13

MEMÓRIA DO ACESSO À ÁGUA EM TAIPU

João Santos

O município de Taipu, assim como muitas outras áreas rurais do Nordeste, sempre enfrentou desafios relacionados ao acesso à água, especialmente em períodos de estiagem.

Este trabalho se propõe a fazer um resgate do acesso a água na região do município de Taipu, com ênfase na instalação de poços tubulares e artesianos pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas-IFOCS.

A história do acesso à água na vila de Taipu é a história da resistência de um povo diante da escassez.

Das cacimbas cavadas com esforço coletivo aos modernos sistemas de abastecimento, a trajetória revela criatividade, organização comunitária e o papel decisivo das políticas públicas.

Conhecer essa história é também reconhecer que o direito à água é um direito à vida, e que o futuro de Taipu continua a depender da gestão sustentável de seus recursos hídricos.

A ação governamental em prol das populações que sofriam pela falta de água

Em 1904 o Governo Federal havia nomeado uma comissão incumbida de projetar as obras necessárias para prevenir os efeitos das inconstâncias climáticas no Estado estando empenhada em realizá-las aos poucos, dentro dos recursos orçamentários.

Por iniciativa do ministro da indústria, Lauro Muller, foi escolhido o engenheiro Antônio Olinto para estudar nos EUA, Egito e Argélia os

poços artesianos e os trabalhos de irrigação que transformaram naqueles países, enormes extensões de terrenos, outrora estéreis, em férteis campos de cultura agrícola.¹²

O decreto nº 6.323, de 10 de janeiro de 1907 criou o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, que dentre suas finalidades também estava a de proceder estudos sobre fatos relativos ao suprimento de água tanto para irrigação, como para fins domésticos e industriais e sobre poços artesianos e outros.

O decreto nº 210, de 23 de dezembro de 1909, do governo do Estado, sistematizou os serviços a se fazer contra os efeitos das secas no Rio Grande do Norte.

Dentre as ações estava a perfuração de poços nas povoações e nas várzeas dos rios secos nos lugares onde se houvesse verificado a existência de água no subsolo.

Os poços nas povoações seriam construídos e explorados pelo Governo do Estado, nos termos do decreto nº 208, de 20 de outubro de 1908, e poderiam ser arrendados ou vendidos às Intendências ou particulares; e os das várzeas seriam construídos para os proprietários dos respectivos terrenos, mediante contrato prévio.¹³

O decreto nº 294, de 1 de dezembro de 1910 aprovou os contratos celebrados entre o Governo do Estado e a Companhia Nacional Brasileira Norte Riograndense de Poços Tubulares para a perfuração de 300 poços no Estado.¹⁴

Origem e expansão dos poços artesianos no Mato Grande

No Brasil, a utilização de águas subterrâneas remonta à colonização, com poços escavados simples “cacimbões” e nascentes aproveitadas.¹⁵

¹²Mensagens do Governador do Rio Grande do Norte para Assembleia, p. 25, 1906.

¹³ Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, p. 100, 1909.

¹⁴Op. Cit., p. 13, 1910.

¹⁵Da Fonseca Cardoso, F. B. Poços Tubulares Construídos no Brasil. Revista Águas Subterrâneas, 2008.

Com o crescimento populacional e a urbanização, houve necessidade de perfurações mais profundas e tecnicamente aprimoradas para garantir abastecimento sustentável.

No Nordeste, as estiagens severas e a irregularidade pluviométrica forçaram governos e comunidades a apostarem nos poços artesianos como alternativa de convívio com a seca.

Na região do Mato Grande, esse processo provavelmente seguiu um roteiro parecido: a partir de meados do século XX, governos estaduais e federais passaram a incentivar a construção de poços em áreas rurais, via programas de convivência com a seca, subsídios e apoio técnico.

Dentre os impactos socioeconômicos trazidos pela perfuração de poços na região do Mato Grande podemos citar os seguintes:

- Abastecimento doméstico: as famílias que dependiam de fontes superficiais ou de água de chuva puderam dispor de água mais confiável durante o ano inteiro.
- Produção agrícola e pecuária: com água disponível, pequenas roças, criação de animais e pequenas agroindústrias ganharam maior estabilidade.
- Saúde pública: a disponibilidade de água limpa reduziu problemas de doenças relacionadas à água contaminada ou insuficiente.
- Educação e permanência na zona rural: escolas rurais puderam funcionar melhor quando havia água próxima; com isso, famílias tenderam a permanecer no campo.

A criação da IFOCS

Criada em 1909, a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas- IFOCS tinha como missão executar obras permanentes que mitigassem os efeitos da seca no Nordeste.

Criada como resposta às grandes secas do final do século XIX, a IFOCS foi uma das primeiras tentativas institucionais de enfrentamento da seca no Brasil. Seu foco era ampliar a oferta hídrica nas áreas mais

vulneráveis do semiárido nordestino, especialmente por meio da construção de açudes e da perfuração de poços profundos.

Na década de 1930, já consolidada como instituição técnica, passou a investir fortemente na perfuração de poços tubulares em diversos municípios do Rio Grande do Norte.

O legado da IFOCS no Mato Grande é incontestável: mais que obras físicas, deixou uma herança de infraestrutura hídrica e esperança.

A atuação da IFOCS no Mato Grande potiguar foi um marco histórico na luta contra a seca. A perfuração de poços tubulares não apenas salvou vidas, mas transformou paisagens humanas e sociais.

Entender esse processo é fundamental para valorizar o papel da engenharia social no semiárido e refletir sobre soluções sustentáveis para o futuro hídrico do sertão.

A implantação de poços artesianos ou tubulares representou uma solução tecnológica para comunidades rurais cuja fonte de água superficial era irregular ou insuficiente.

O acesso à água no município de Taipu

A vila de Taipu possui uma trajetória marcada pela constante luta de seus habitantes pelo acesso à água.

Desde os primeiros núcleos populacionais formados no século XIX até as intervenções públicas do século XX, o abastecimento hídrico sempre foi uma questão central para a sobrevivência e o desenvolvimento da comunidade.

A vila foi erguida e se desenvolveu na margem direita do rio Ceará-Mirim, que na zona urbana da cidade toma o nome de rio da Buraca, mas, ironicamente a população pouco se serviu da presença desse curso d'água, devido a alta salinidade da sua água.

Como solução para o abastecimento d'água na incipiente povoação do Taipu do Meio, primitiva denominação da atual cidade de Taipu, a população cavava nas margens do rio pequenas cacimbas em busca do líquido precioso.

Em 1879 já existia um açude na povoação de Taipu, que fora construído dentro das obras e serviços para dá trabalho aos flagelados

pela seca que assolava a província naquele ano. Esta obra teve importância visto que os habitantes vinham sofrendo consideravelmente com a falta desse benefício.¹⁶

De acordo com o relatório do governo do Estado de 1905, havia em Taipu dois açudes públicos, um na povoação de Baixa Verde, em bom estado, e outro na Vila, estragado em consequências das inundações de 1895. Além destes, havia 8 açudes particulares, todos de pequena capacidade.

No Riacho do Coité, do Barreto¹⁷ e do Carrapato, haviam lugares apropriados à açudagem.

A convite do engenheiro José Luiz Batista, chefe da construção da EFCRGN, o engenheiro Antonio Olinto fez uma excursão em 19/07/1907 a Taipu, para ver o estado das obras daquela ferrovia e, além disso, fazer um ligeiro exame do vale do rio Ceará-Mirim quanto ao trabalho que ali deveria ser conveniente fazer contra os efeitos da seca.

A chuva que caiu insistentemente até Taipu prejudicou em parte a finalidade da excursão, o que não deixou de ser alegremente comentado pelos excursionistas, que viajaram debaixo de aguaceiros em companhia do superintendente das obras contra as secas, espetáculo certamente raro de se ver na zona flagelada pela seca.

Em todo caso, porém, o referido engenheiro, no seu plano sistemático de sondagens, para conhecer a natureza dos terrenos, logo que se ultimassem o lançamento dos trilhos da EFCRGN até Taipu, mandaria perfurar na vila um poço a jusante da grande barragem que estava sendo feita perto da vila pela estrada de ferro.¹⁸

A “grande barragem”, na verdade, trata-se do açude existente nas proximidades da estação ferroviária de Taipu, existente até os dias atuais, que na cidade de Taipu é conhecido por Açude da Estrada de Ferro.

Açude esse que pouca serventia obtinha a população da vila de Taipu devido a salubridade da água que nele havia, impossibilitando o uso doméstico.

¹⁶ Jornal do Recife, 19/01/1879, p. 2.

¹⁷ Atual cidade de Bento Fernandes.

¹⁸ A República, 20/07/1907, p. 1.

De acordo com o jornal A República, o engenheiro Antonio Olinto dos Santos Pires, chefe da superintendência das obras contra as secas, mandou um de seus auxiliares apressar a perfuração do poço de Guanduba, no município de São Gonçalo e iniciar a sondagem para a abertura de outros em Taipu.¹⁹

Em 1908 foram realizadas essas sondagens em Taipu, onde só existia água salobra, imprópria para usos domésticos e até mesmo para o abastecimento das locomotivas da EFCRGN. Entretanto, não foi possível iniciar o trabalho por falta de pessoal e de material disponível.²⁰

Toda a população da região supria-se de água nas cacimbas abertas no leito arenoso do rio Ceará-Mirim, sendo a água sempre salobra, grossa, detestável, como se observava no Umari, cujos habitantes iam se abastecer no Jardim, a 6 km de distância, o mesmo se dava dali até Ladeira Grande e Taipu, encontrando-se apenas água tolerável em Boa Vista.

Na região de Poço Branco obtinha-se água em cacimbas de três metros de profundidade, dando-se, porém, a singularidade de que esta, regularmente potável nos primeiros dias, ia se tornando progressivamente salgada até ficar intolerável.²¹

Era, pois, necessário procurar ali camadas mais profundas, porque os sedimentos de toda a zona eram salinos e comunicavam esta propriedade às águas que nos mesmos se infiltravam.

Entre dias 01 e 28/02/1913 foram realizados os estudos do Açude Tupi em Taipu, ao custo de 4:241\$500.²²

Com as grandes secas do final do século XIX e início do século XX, a vila de Taipu passou a ser incluída nas ações emergenciais do poder público.

Sob a coordenação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas-IFOCS foram escavados os primeiros poços cacimbões e perfurados poços tubulares na região.

¹⁹Op. Cit. 12/08/1907, p. 1.

²⁰Relatório do Ministério da Agricultura, p. 285, 1908.

²¹Op. Cit., p. 286.

²² Relatório do Ministério da Viação e Obras Públicas, p. 819, 1913.

Esses poços, muitas vezes de profundidade superior a 40 metros, passaram a garantir abastecimento mesmo nos períodos mais críticos. Em alguns pontos da vila, foram construídos chafarizes de alvenaria, onde a água era bombeada manual ou mecanicamente e distribuída à população em filas diárias.

A construção e entrega à população de Taipu de um poço viria a amenizar o sofrimento da população pela falta de água potável na então vila de Taipu.

No decorrer do ano de 1917 foram realizadas diversas obras hídricas pela IFOCS no interior do Estado, dentre as quais a perfuração de um poço tubular na vila do Taipu.

Esse poço tinha 37m de profundidade e capacidade para fornecer 4.000 litros de água por hora. Estava aparelhado com um moinho tipo ‘Gloosier’, o qual era acionado por uma bomba de tubos de sucção e de descarga de 4 e 2 polegadas respectivamente, além disso havia um reservatório de ferro, com capacidade para 5.000 litros, ligado a um chafariz munido de torneiras.

Em 20/11/1917 esse poço já havia sido concluído e de acordo com as formalidades regulamentares, a IFOCS fez a entrega do poço à intendência de Taipu, a qual caberia a responsabilidade de bem conservá-lo e fornecer água a qualquer pessoa, desde que seja para um fim útil, ou para ocorrer a necessidade doméstica, ficando aquela repartição exonerada inteiramente de todo e qualquer conserto, reparo ou obra complementar de que viesse necessitar o poço.²³

²³ Gazeta de Notícias 20/11/1917, p. 6.

Poço tubular de Taipu



Fonte: acervo pessoal do autor, data ignorada e colorizada por meio de tratamento digital de Inteligência Artificial. IA Studio.

Do local onde foi construído o poço tubular da IFOCS em 1917 restavam as ruínas da estrutura no ano de 1985 quando naquele ano o local foi urbanizado tendo sido construída a praça Adão Marcelo da Rocha e a Escola Municipal Tancredo Neves, atualmente Escola Municipal Francisca Avelino.

A Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas em 1920 projetaram a construção do açude “Tupi” com capacidade de 2.728,640m³ e em 1936 procedeu a estudos complementares em um outro, denominado “Taipu” com capacidade de 158.000,000 de m³, mas não levou a efeito, a construção de qualquer um dos dois.

No ano de 1936 a IFOCS também daria início à sondagem para a construção da barragem sobre o rio Ceará-Mirim na localidade Jacaré, no então distrito de Poço Branco. A barragem serviria mais para contenção das cheias que periodicamente destruíam as plantações do vale do rio Ceará-Mirim e inundavam a Vila de Taipu, causando grandes estragos em ambos. Esta barragem só viria a ser iniciada em 1959, quando Poço Branco ainda constituía-se distrito do município de Taipu e concluída em 1970, já tendo sido aquele distrito criado município desde 1963.

Em relação a açudes particulares, existiam alguns, mas todos pequenos.

A região da Serra Verde

A região da Serra Verde era uma imensa parte de terras devolutas do Estado encravada entre os municípios de Touros, Taipu, Macau e Angicos.

A parte que cabia ao município de Taipu era uma imensa planície praticamente desabitada cuja cultura algodoeira ali começava a florescer graças aos empreendimentos da firma João Câmara & Irmãos.

O Estado possuía terras em lugares de excelente salubridade, apropriadas à fundação de núcleos de trabalhadores, dentre esses lugares aproveitáveis para essa finalidade, existia o extenso planalto de Baixa Verde, de reconhecida fertilidade, com proporções para vir a constituir um grande centro agrícola, desde que fossem ali perfurados poços tubulares.

De acordo com o relatório do governador do Estado de 1915, para demonstrar a capacidade de produção daquelas terras, bastava assinalar que nelas viviam uma considerável população de lavradores, na sua totalidade entregue, durante seis meses do ano, em transportar a água necessária para uso doméstico de distâncias maiores de 4 a 5 léguas, visto a serra não ter, de inverno a verão, aguada de nenhuma espécie.²⁴

Até aquele ano, era crença geral a impraticabilidade dos poços tubulares, convicção inteiramente desfeita depois do poço perfurado, com maior proveito, por um particular, no lugar Riacho Seco.²⁵

A cultura do algodão ali não prosperaria sem a presença dos poços tubulares e artesianos que foram instalados, tendo sido os primeiros, no então distrito de Baixa Verde por volta de 1916 e em Parazinho em cerca de 1926.

Não se encontrava nessa região nenhum rio, riacho ou garganta apropriada à construção de uma barragem. O subsolo, entretanto, dada a sua formação geológica, prestava-se bem para a perfuração de poços tubulares do tipo dos que a IFOCS vinha abrindo desde muitos anos.

²⁴ Relatórios do Presidente do Estado do Rio Grande do Norte, p. 21, 1915.

²⁵ Local situado entre os municípios de Taipu e Touros, atualmente entre os municípios de Taipu e Pureza.

Como o desenvolvimento da cultura algodoeira no Estado dependia do aproveitamento dessas chapadas, os poços em apreço tinham essa finalidade econômica.

E assim foi que o governo do Estado se empenhou em disseminar esses poços as centenas, pelas diversas regiões do Estado, inclusive na região da Serra Verde.

De acordo com o Relatório do governador José Augusto de 1927 era o meio que se lhe afigurava mais eficiente para levar a efeito melhoramentos indispensáveis ao progresso do Rio Grande do Norte.²⁶

A região denominada Serra Verde foi assim uma região emblemática em questão de acesso à água.

Com o intuito de amenizar as condições de vida dos habitantes da Serra Verde, onde havia a absoluta ausência de mananciais, na extensão de dezenas de léguas, roubando aos que ali trabalhavam metade do ano em longas caminhadas para o litoral e para o sertão, em cujas fontes iam buscar a água de que se serviam para todos os misteres, o governador do Estado iniciou em 1916 a perfuração de um poço, que, infelizmente, não atingira o lençol aquoso, apesar da considerável profundidade alcançada pela perfuratriz.²⁷

Ali se desenvolvia a cotonicultura, onde os que se dedicavam a lavoura algodoeira lutavam incessantemente com a falta d'água, tendo que colhê-la a grandes distâncias em poços perfurados pela IFOCS, pelo governo do Estado, das prefeituras ou por particulares.

O Estado do Rio Grande do Norte manteve assim contratos com a IFOCS para perfuração de poços tubulares, os quais se destinavam ao abastecimento das populações e dos rebanhos nas zonas onde não era possível se construir açudes, como os vastos chapadões da Serra Verde.

Essas chapadas compreendiam muitos milhares de quilômetros quadrados de terras fertilíssimas, ainda incultas por falta de reservatórios d'água para o suprimento das populações que se localizavam naquelas regiões.

²⁶Mensagem do Presidente do Estado do Rio Grande do Norte, p. 145, 1927.

²⁷ Op. Cit., p. 13, 1916.

O aspecto físico e uniforme pela grande extensão da sua planície, a invariabilidade da vegetação e a natureza das suas terras, tornava a paisagem monótona devido à ausência de acidentes geográficos notáveis e pela constância com que teimava em agrupar por toda parte as mesmas espécies de vegetais.²⁸

Em 1927 o governo do Estado reconstruiu poços na região de Serra Verde, em colaboração com a IFOCS.²⁹

Entre 1927 e 1928 dentre os serviços de perfuração e aparelhamento de poços na região de Serra Verde, na parte que cabia ao município de Taipu, feitos pela IFOCS em colaboração com o governo do Estado se destacam os seguintes:

Poço Palestina

Situado a 27 km ao poente da estação de Baixa Verde e a 12 km a noroeste do povoado de Queimadas. O início da perfuração desse poço ocorreu em 14/12/1927 e concluído a 14/07/1928, contendo o mesmo as seguintes características:

Profundidade	105m
Revestimento com tubos de 6"	22m
Nível máximo do lençol d'água	94,70m
Nível estável do lençol d'água	94,70m
Vazão horária (litros)	1.000l
Qualidade da água	Calcária

Fonte: Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros, 1929, p. 128.

²⁸ A Noite: Suplemento: Secção de Rotogravura (RJ), 19/01/1935, p. 4.

²⁹ Mensagem do Presidente do Estado do Rio Grande do Norte, p. 133, 1927.

A despesa da perfuração desse poço foi de 13:461\$634, sendo 1:319\$054 por conta da IFOCS e 12:142\$580 por conta do governo do Estado.

Poço Oitica

Situado no povoado de Nazaré, ficando a 7 km à nascente da povoação de Queimadas e a 22 km da estação de Baixa Verde.

O início da desobstrução desse poço ocorreu a 22/11/1927 e concluído a 31/07/1928, estando suspenso o serviço de desobstrução entre 01/12/1927 e 22/07/1928.

Com os serviços de desobstrução desse poço foram gastos 1:362\$000, sendo 1:318\$000 por parte do governo do Estado e 44\$000 por parte da IFOCS.

Foi instalada nesse poço uma bomba manual Rumsey, serviço esse concluído em 05/09/1928, tendo sido a despesa de 2:689\$476, dos quais 339\$000 por conta do governo do Estado e 2:350\$476 por conta da IFOCS.

Poço Cabeço Preto

Estava situado a 25 km a oeste da estação de Baixa Verde, tendo sido iniciada a sua perfuração a 28/09/1928 e concluído a 31/12/1928. Tinha esse poço as seguintes características:

Profundidade	102m
Revestimento com tubos de 6"	69,50m
Nível máximo do lençol d'água	85m
Nível estável do lençol d'água	87m
Vazão horária (litros)	1.000l
Qualidade da água	calcária

Fonte: Mensagem do Presidente do Estado do Rio Grande do Norte, 1929, p. 128.

A despesas com a perfuração desse poço foi de 9:562\$161, sendo 3:614\$261 por conta da IFOCS e 5:947\$900 por conta do governo do Estado.

O distrito de Baixa Verde

O jornal Gazeta de Natal, na edição do dia 01/06/1889, registrou a nomeação de uma comissão formada em Ceará-Mirim pelo padre Frederico Augusto Raposa da Câmara, presidente, o juiz municipal Francisco de Sales Meira e Sá e o major Elpídio Furtado de Mendonça, sendo esta comissão encarregada da construção de um açude na povoação de Baixa Verde, onde seriam empregados as vítimas da calamidade da seca, sendo destinado um salário de r\$ 500 para os homens, e r\$300 para as mulheres e r\$ 200 para as crianças.³⁰

Dessa forma, a povoação de Baixa Verde seria, naquela época, pertencente ao município de Ceará-Mirim.

As obras do referido açude continuaram no ano seguinte, como se vê no expediente do dia 07/02/1890 do governo do Estado, onde o governador Adolfo Afonso da Silva Gordo assinou decreto autorizando a comarca de Ceará-Mirim “a designar pessoas idôneas e de confiança para se encarregar da direção das obras de construção do açude no lugar Baixa Verde dessa freguesia [...]”.³¹

O distrito de Baixa Verde foi criado por meio da lei municipal nº 2, de em 22 de dezembro de 1892 e incorporado ao município de Taipu, criado este no ano anterior.

A localidade se iniciou de forma incipiente ainda no final do século XIX, porém, só tomou fôlego com a construção da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte -EFCRGN cuja estação foi ali inaugurada em 12/10/1910, atraindo para seu entorno a população que se concentrava no povoado de Assunção.

³⁰ Gazeta do Natal, 01/06/1889, p. 2.

³¹ A República, 26/03/1890, p. 3.

A instalação dos primeiros poços profundos ou tubulares em Baixa Verde foi resultado de ações conjuntas entre o governo estadual, a IFOCS e autoridades locais.

Essas estruturas permitiram extrair água de qualidade razoável mesmo durante os períodos de seca extrema, representando um avanço em relação aos poços escavados manualmente ou às cacimbas.

Os poços tubulares trouxeram mudanças significativas para a vida da povoação, depois vila e pôr fim a cidade de Baixa Verde, tais como:

- A segurança hídrica para populações isoladas;
- A redução da mortalidade animal e melhora na produção agrícola de subsistência;
- A fixação da população rural, reduzindo os fluxos migratórios sazonais;
- O estímulo à organização comunitária, já que os poços se tornavam centros de convivência e solidariedade.

Além disso, a existência de água acessível permitiu a continuidade das atividades escolares, religiosas e comerciais em tempos de estiagem.

O distrito de Baixa Verde pertenceu ao município de Taipu até 29/10/1928 quando foi emancipado e criado o município.

Os poços tubulares da IFOCS: marco do desenvolvimento de Parazinho

Parazinho surgiu numa região de difícil acesso à água potável, essencial em qualquer aglomerado humano para a sua sobrevivência.

A região, no entanto, era propícia à plantação da cultura do algodão. Para resolver o problema do acesso à água, o Governo Federal, por meio da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas-IFOCS (atual DNOCS), perfurou vários poços na região mais assolada pelas secas, muitos na região que atualmente compreende o território do município de Parazinho.

Os primeiros poços em Parazinho foram instalados pela firma João Câmara & Irmãos ainda na década de 1920 e foram determinantes para o adensamento populacional da região que resultou no surgimento da povoação.

A povoação de Parazinho pertenceu inicialmente ao município de Taipu e passou à jurisdição de Baixa Verde a partir de 1928 com a criação deste município.

O distrito de Barreto

O povoado de Barreto é citado no Dicionário Corográfico do Brasil em 1913 no município de Taipu.³²

O distrito de Barreto estava situado a 28 km de distância da sede municipal de Taipu.

A região do Barreto era a região mais árida do município de Taipu e muito carente de acesso a recursos hídricos.

A situação precária do abastecimento de água da cidade de Taipu

Em 1943, segundo Anfilóquio Câmara, o serviço de abastecimento d'água da cidade de Taipu era precário.³³

Já a região oeste do município ressentia-se da falta d'água, não permitindo que a agricultura tomasse ali, o desenvolvimento que seria de desejar. Nas épocas de estiagens, os seus habitantes tinham de procurar o líquido precioso a grandes distâncias, até para os animais.³⁴

A perfuração de poços tubulares pela IFOCS, o que, aliás, ainda não havia sido feito em Taipu naquela época, minoraria sensivelmente a situação daquela região do município.

Segundo Anfilóquio Câmara, poderia um desses poços ser localizado nas imediações do povoado de Barreto³⁵ e outro próximo a Belo Horizonte³⁶, zonas essas de população relativamente densa e muito agrícolas.³⁷

Em 1952, o prefeito Luís Gomes da Costa disse em seu relatório que a cidade de Taipu se ressentia da falta de um reservatório para água,

³²Almanaque Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial, p. 93, 1913.

³³ Câmara, Anfilóquio. Cenários Municipais, p. 395, 1943.

³⁴ Op. Cit.

³⁵ Atual cidade de Bento Fernandes.

³⁶ Atualmente distrito do município de Bento Fernandes.

³⁷ Op.Cit, p. 392.

“pois na estação do estio, recebendo água para seu abastecimento da Vila de Estremoz, transportada pela Estrada de Ferro Sampaio Correia, há muita dificuldade na conservação do precioso líquido que pode ficar exposto à poeira e facilmente poluir-se”.³⁸

Disse ainda o prefeito de Taipu em relação à construção desse reservatório que: “considero assunto de grande relevância esse benefício à população de minha terra. Penso que todos saberão compreender o alcance da obra de interesse verdadeiramente coletivo”.³⁹

Ainda em 1954, a cidade de Taipu permanecia com grandes problemas relacionados ao abastecimento de água.

Foi graças aos esforços e à boa vontade do engenheiro João Galvão de Medeiros, diretor da Estrada de Ferro Sampaio Correia, que a população foi abastecida de água potável durante aquele ano de 1954, conduzido o precioso líquido da lagoa de Estremoz em carros tanques, sendo fornecidos semanalmente 45.000 litros.

Em seu relatório, o prefeito Tamires Miranda disse que providenciou, também, a abertura de duas cacimbas no rio que vinha fornecendo água para o gasto e até para beber, uma delas deixando fornecer um líquido bem tolerável.⁴⁰

O poço construído pela IFOCS encontrava-se sem funcionar por falta de manutenção desde 1959.

Em meados da década de 1960 a situação da cidade de Taipu continuava sem solução para os problemas da falta d'água.

Em 25/04/1967 o deputado estadual Magnus Kelly apresentou requerimentos que foram lidos no expediente da Assembleia Legislativa abordando o apelo ao governador do Estado para que a Companhia de Águas e Solo-CASOL providenciasse o funcionamento do poço tubular de Taipu que dependia de reparos na engrenagem do cata-vento que estava sem funcionava havia 8 anos.⁴¹

³⁸ Diário de Natal, 03/05/1952, p. 1.

³⁹ Op. Cit.

⁴⁰ O Poti, 17/09/1954, p. 3.

⁴¹ Diário de Natal, 25/04/1967, p. 3.

Respondendo ao apelo do referido deputado, o governador do Estado transmitiu a Assembleia informação recebida da CASOL, sobre o poço tubular da cidade de Taipu, onde a CASOL afirmava desconhecer a construção do referido poço, que coube à sua construção ao DNOCS (antiga IFOCS), e que seria aconselhável dirigir-se àquela repartição, até mesmo porque a CASOL não dispunha de verba no seu orçamento para aquele ano para recuperação de poços.⁴²

Na década de 1970 a cidade de Taipu ainda sofria dos mesmos problemas e vexames para obter água potável para o consumo de sua população.

De acordo com informações colhidas da CAERN sobre os serviços de abastecimento de água de Taipu, a empresa havia informado ao deputado Magnus Kelly que o ponto em estudo era a localização do Poço Amazonas que serviria de manancial para o abastecimento da cidade.

A solução definitiva para o problema de abastecimento de água em Taipu só ocorreu no início da década de 1980, tendo sido realizados naquele ano os estudos pela CAERN para viabilidade da adutora de Pureza.

A adutora de Pureza

Em 1981 o ministro Mário Andreazza garantiu recursos ao governador Lavoisier Maia para a construção da adutora do Mato Grande.

O governador Lavoisier Maia em visita a Taipu, Poço Branco e João Câmara em 31/07/1982 anunciou a implantação do serviço de abastecimento de água, com captação na fonte de Pureza.⁴³

Do manancial de Pureza sairia a água que abasteceria 55 mil habitantes das três cidades: Taipu, Poço Branco e João Câmara. O governo do estado em convênio com o BNH investiu cerca de 1 bilhão e 300 milhões de cruzeiros.

Em 02/03/1982 a CAERN abriu a licitação para a construção da adutora do Mato Grande. A instalação da adutora de Pureza levaria água

⁴² Diário de Natal, 01/06/1967, p. 5.

⁴³ O Poti, 1982, p. 12.

para os municípios de João Câmara, Poço Branco e Taipu. Ela retiraria a água da fonte localizada na cidade de Pureza, cuja fonte é a nascente do rio Maxaranguape.

Na época de sua instalação, a adutora beneficiou uma população de 25 mil habitantes entre os três municípios, deste total 75% se concentrava na cidade de João Câmara, cidade polo da região do Mato Grande.

A adutora custou Cr\$ 1,6 bilhão e visava atender uma população total de 50 mil pessoas. O sistema consta de um conjunto de adutoras que somadas possuem 50 km de extensão, diâmetros variando entre 150 mm e 400 mm.

Possui 3 estações elevatórias, uma das quais com vazão de 260 m³/h, outra com 204m³/h e a terceira com 43m/h todas equipadas com sistemas de eletrobombas.

O sistema conta ainda com 4 reservatórios, sendo dois em João Câmara, um com capacidade para 3,2m³ e outro com 150m³; o de Poço Branco com capacidade de 350m³ e o de Taipu com 400m³.

A rede de distribuição tem 37.998m de extensão, sendo 28.640 em João Câmara; 5.858 em Taipu e 3.500 em Poço Branco.

A adutora atende diretamente aos municípios de Taipu, Poço Branco, Bento Fernandes e João Câmara.

Considerações finais

A história do acesso à água do município de Taipu é marcada por lutas, adaptações e transformações ao longo do tempo. Situada em uma região de clima semiárido, a população local sempre conviveu com a irregularidade das chuvas e com os longos períodos de estiagem, fatores que tornaram a busca por fontes seguras de abastecimento uma necessidade constante e ironicamente banhada pelo rio Ceará-Mirim, pouco dele se servia devido à salubridade de suas águas que as tornava impróprias para o consumo humano.

Nos primórdios de sua formação, os habitantes de Taipu dependiam dos recursos naturais mais imediatos: cacimbas abertas à

beira dos rios temporários, barreiros improvisados para acumular a água das chuvas e pequenos açudes comunitários.

Essas fontes, embora vitais, eram limitadas e vulneráveis, pois muitas vezes secavam nos meses de seca prolongada, obrigando famílias inteiras a se deslocarem por longas distâncias em busca de água para beber, cozinhar e dar de beber aos animais.

Com o crescimento do povoado e a organização da vila, nas primeiras décadas do século XX, surgiram iniciativas de melhoria no abastecimento. A perfuração dos primeiros poços artesianos, ainda de forma incipiente, representou um avanço importante, pois diminuía a dependência exclusiva das águas superficiais.

Os locais de captação e distribuição de água se tornaram espaços de convivência. Os chafarizes funcionavam como pontos de encontro, onde circulavam informações, se fortaleciam laços comunitários e se consolidavam redes de solidariedade. A água, além de necessidade básica, tornava-se símbolo de pertencimento e identidade local.

Antes da implantação de qualquer estrutura pública, os moradores da vila dependiam de fontes naturais como cacimbas escavadas à mão, barreiros e olhos-d'água. Localizados geralmente em baixios ou próximos a leitos de rios temporários, esses reservatórios acumulavam a água das chuvas e eram utilizados para o consumo humano e animal.

A manutenção dessas fontes era feita de forma coletiva. Durante os verões prolongados, era comum haver disputas e até racionamentos informais entre famílias e vizinhos. A água era carregada em latas ou potes de barro, por crianças, mulheres e jumentos.

Ainda na segunda metade do século XX a população de Taipu permanecia refém da falta d'água, tanto pela estiagem prolongada, como pela ausência de um reservatório suficiente para atender as demandas da população.

Foi somente no início da década de 1980 que se consolidaram as mudanças mais profundas. A chegada da adutora e a implantação de sistemas de abastecimento controlados pela Companhia de Águas e

Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN) trouxeram maior regularidade ao fornecimento para a população urbana de Taipu.

A água encanada, ainda que com limitações, transformou o cotidiano de muitas famílias, trazendo mais dignidade e melhores condições de saúde.

Na zona rural, contudo, os desafios persistiram. Muitas comunidades continuaram dependendo dos carros-pipa enviados pelo Exército e pela Defesa Civil, principalmente em épocas de estiagem mais severa.

A realidade do sertanejo de Taipu ainda refletia a histórica desigualdade no acesso à água: enquanto parte da cidade dispunha de rede de abastecimento, os moradores da zona rural mantinham viva a luta pela sobrevivência diante da escassez.

Assim, a trajetória do acesso à água em Taipu não é apenas um relato sobre infraestrutura hídrica, mas também sobre resistência e adaptação cultural. É a história de um povo que, geração após geração, reinventou seus modos de viver para enfrentar a seca, buscando na água não apenas a sobrevivência, mas também a esperança de dias melhores.

REFERÊNCIAS

Almanaque Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial, Rio de Janeiro, 1913.

Brasil. Ministério da Viação e Obras Públicas. **Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas Miguel Calmon Du Pin e Almeida no ano de 1908**. Vol. III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

_____. **Introdução do Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Pedro de Toledo Ministro de Estado da agricultura, Indústria e Comércio no ano de 1913**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1913.

Câmara, Anfilóquio. **Cenários Municipais (1941-1942)**. Natal: Oficinas do D.E.I.P, 1943.

Da Fonseca Cardoso, F. B. **Poços Tubulares Construídos no Brasil**. Revista Águas Subterrâneas, 2008.

Estado do Rio Grande do Norte. **Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte 1909**. Natal: Tipografia d'A República, 1910.

_____, **Atos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte 1910**. Natal: Tipografia d'A República, 1911.

_____, **Mensagens lidas perante o Congresso Legislativo do Estado na Sessão extraordinária de janeiro de 1905 segunda sessão da quinta Legislatura a 14 de julho do mesmo ano pelo governador Augusto Tavares de Lyra**. Natal: Tipografia d'A República, 1906.

_____, **Mensagem lida perante o Congresso Legislativo do Estado na abertura da Terceira Sessão da Quinta Legislatura a 14 de julho de 1906 pelo Governador Augusto Tavares de Lyra**. Natal: Tipografia d'A República, 1907.

_____, **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Terceira Sessão da Oitava Legislatura em 1º de novembro de 1915 pelo governador Desembargador Joaquim Ferreira Chaves**. Natal: Tipografia d'A República, 1915.

_____, **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Primeira Sessão da nova Legislatura em 1 de novembro de 1916 pelo governador Desembargador Joaquim Ferreira Chaves**. Natal, 1916.

_____, **Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa na abertura da Primeira Sessão da [...] Legislatura em 1º de outubro de 1927 pelo presidente José Augusto Bezerra de Medeiros**. Natal: Tipografia d'A República, 1927.

Jornais

A Noite. Suplemento: Seção de Rotogravura, Rio de Janeiro-RJ.

A República, Natal-RN.

Diário de Natal, Natal-RN.

Diário de Notícias, Rio de Janeiro- RJ.

SOBRE OS AUTORES

VIDAS E VIVÊNCIAS

ALDO JEFFERSON MODESTO DA SILVA

Mestrando em Ciências da Educação pela Ecumenical World University. Possui especializações em Práticas Assertivas da Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos e em Geografia Ambiental e do Semiárido, ambas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Também possui formação técnica em Secretaria Escolar e em Petróleo e Gás pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Atua como professor de Geografia na educação básica e no ensino médio, com experiência em docência, coordenação pedagógica e desenvolvimento de projetos educacionais voltados à educação ambiental, sustentabilidade e ao uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) no processo de ensino e aprendizagem. Atualmente é professor da rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte (SEEC/RN), na Escola Estadual Tabelaio Júlio Maria, e da rede municipal de ensino de Rio do Fogo/RN, na Escola Municipal Ana de Paiva Fagundes. Desenvolve práticas pedagógicas que valorizam o protagonismo estudantil, a interdisciplinaridade e a relação entre escola, território e comunidade. Meus interesses de pesquisa concentram-se nas áreas de ensino de Geografia, educação ambiental, tecnologias educacionais e metodologias inovadoras no contexto da educação contemporânea.

ALDO TORQUATO

Advogado, ex-prefeito de João Câmara, ex-presidente da Câmara Municipal, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) e da Academia Camarense de Letras (ACL). Publicou os livros: *Baixa-Verde: fatos, causos e coisas* (2004), *Baixa-Verde: outras histórias* (2012) e *Memórias da Cidade* (2025), além de ter organizado vários outros, tais como: *Baixa-Verde, raízes da nossa História*, *Gumercindo Saraiva* (biografia e artigos publicados na imprensa estadual) e *História de Baixa-Verde* (edição fac-similar de autoria de Nestor Lima (1937).

ANTONIO TENÓRIO SOBRINHO FILHO

É historiador, musicólogo e pesquisador da cultura potiguar. Mestre em Música (ênfase em Musicologia) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), licenciado em História pelo Centro Universitário ETEP e graduado em Música pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Sua produção bibliográfica é voltada à História Regional e Genealogia, sendo autor dos livros "Porto dos Touros: freguesia e vila" (2020) e "Famílias tourenses: Câmara, França, Varela e Leite" (2023). Sócio fundador da Academia Tourense de Ciências, Cultura e Política, exerce atualmente a presidência da instituição (primeiro mandato). No campo metodológico, concebeu, em colaboração com o Prof. Dr. Modesto Flávio, a ferramenta Musicologia Diplomática, aplicada à análise de documentos musicais históricos. Entre 2022 e 2024, atuou como professor de Música no Instituto Federal do Ceará (IFCE) - Campus Fortaleza. Sua trajetória é marcada pela interdisciplinaridade entre acervos documentais, religiosidade popular e as dinâmicas sociais do Nordeste brasileiro.

CIMONE ROZENDO

Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (1997), mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2001), doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (2006) e Pós Doutora em Sociologia Rural pela Universidade de Paris X- França (2016) como Bolsista Sênior CAPES e Pós Doutora e, Desenvolvimento Rural pela UFRGS em 2024. Atualmente é professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, do Departamento de Ciências Sociais, atuando nos Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) e Ciências Sociais (PPGCS) nos seguintes temas: Agricultura Familiar, Agroecologia, Meio Ambiente (conflitos socioambientais, convivência com o semiárido) e Sistemas Agroalimentares. É vice-líder do grupo de pesquisa: Laboratório de Estudos Rurais, ex-presidente da Rede de Estudos Rurais (2021-2023) da qual faz parte atualmente como membro do conselho consultivo, membro da Rede Brasileira de Pesquisa em Segurança Alimentar (Rede PENSAN), Tutora do PET conexões Comunidade do Campo da UFRN, membro conselho científico da Revista Brasileira de Agroecologia e coordenadora adjunta da Área de Sociologia na Capes.

ELIAS QUERINO DA HORA

Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário do Maciço de Baturité (UniMB) e especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia pela mesma instituição. Atua como professor da rede pública de ensino do município de Touros (RN) e destaca-se, no contexto local, por sua atuação como pesquisador, desenvolvendo estudos voltados às histórias de fundação das localidades que compõem o referido território, bem como às práticas religiosas e à análise das antigas imagens sacras existentes na região.

FRANKLIN FLAMARIOM DE ARAÚJO MATA

É Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Mestre em História pela mesma instituição.

É autor da dissertação *A terra tremeu, o povo chorou: uma história dos terremotos de 1986-1987 no município de João Câmara (RN)*, na qual analisa os impactos sociais, culturais e memoriais dos abalos sísmicos que marcaram o interior potiguar na década de 1980. Possui especialização em Hermenêutica pelo Seminário Batista do Cariri (SBC). Seus interesses de pesquisa concentram-se em História do Tempo Presente, memória coletiva, história das catástrofes e interpretação histórica, articulando fontes documentais, imagéticas e orais na construção do conhecimento histórico.

JEFERSON NASCIMENTO

Formado em Ciências Sociais, é mestrando em Ciências Sociais pela UFRN e membro do Laboratório de Estudos Rurais (LabRural). Criado em um assentamento de reforma agrária no interior do estado do Rio Grande do Norte, foi nesse território que se forjou enquanto ser humano, militante, ativista e pesquisador. Neto de agricultores, foi ensinado desde cedo sobre o poder da terra e os segredos da natureza. Sua avó, uma mulher muito sábia, transmitiu parte desses saberes, que hoje carrega consigo e compartilha por onde passa. A universidade dá palco a esse jovem que pesquisa seu próprio território em meio aos conflitos socioambientais, reconhecendo que seu assentamento é potência, e que a escassez existe apenas na mente do colonizador.

JOÃO SANTOS

Natural de Taipu, é formado em geografia pelo IFRN, campus Natal Central, e especialista em Ciências Humanas e Sociais pela UFPI. É autor do blog *Crônicas Taipuenses* e da página no Facebook *Estrada de Ferro do Nordeste* desde 2014, onde se dedica a fazer o resgate da memória histórica, geográfica e cultural do município de Taipu e região.

JUSSARA GALHARDO AGUIRRES GUERRA

Capixaba, natural de Vitória/ES, reside em Natal/RN desde a infância. É mestra em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco

(UFPE), especialista em Antropologia Urbana pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e sócia efetiva da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Ao longo de mais de quinze anos, desenvolveu atividades no Museu Câmara Cascudo (MCC/UFRN), onde coordenou o Grupo Paraupaba de Estudos da Questão Indígena no Rio Grande do Norte. A atuação desse coletivo caracterizou-se pelo estabelecimento de parcerias institucionais estratégicas e pela interlocução direta com os povos indígenas no estado, promovendo ações pioneiras voltadas aos processos de autoafirmação étnica, à valorização das identidades indígenas, da memória social, da história oral e à defesa dos direitos específicos desses povos no contexto potiguar. É autora de livros, documentários audiovisuais e textos publicados em revistas acadêmicas, bem como de artigos em coletâneas e jornais. Atualmente, coordena projetos no âmbito do Museu Câmara Cascudo/UFRN, cujo eixo central concentra-se na salvaguarda, documentação e valorização do patrimônio da cultura material e imaterial indígena no estado, bem como no desenvolvimento de práticas de curadoria compartilhada nas exposições do MCC/UFRN.

MURILO DE OLIVEIRA CARVALHO

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Durante a graduação participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFRN) (2020-2022), pesquisando sobre circuitos curtos de comercialização, agricultura familiar e agroecologia. Faz parte do Laboratório de Estudos Rurais (Labrural/UFRN). Participou como voluntário da pesquisa "Sementes Crioulas: fortalecendo práticas comunitárias e políticas de conservação do patrimônio sociocultural no semiárido potiguar" e da implementação da política estadual de sementes crioulas do Rio Grande do Norte como bolsista de graduação. É mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS-UFRN), com a dissertação intitulada "Nas entranhas da terra: quintais produtivos cultivados por mulheres negras do Arizona/RN". Atualmente, é doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do

Rio Grande do Sul (PPGS-UFRGS), pesquisando assentamentos rurais, ontologia negra e conflitos agrários.

RAYANE DIONÍSIO DA SILVA

Possui graduação em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), é especialista em Literatura e Ensino pelo (IFRN), Mestra pelo Programa de Pós- Graduação em Ensino de História (ProfHistória –UFRN). É atualmente professora do quadro efetivo do Estado do Rio Grande do Norte. Atua como docente na Escola Estadual Antônio Gomes, em João Câmara/RN. Tem experiência profissional na área educacional, especialmente em Ensino Médio. Além disso, possui como interesses de pesquisa: História das Mulheres, Gênero; Patrimônio; História Local, Ensino de História e Formação de Professores.

TARCICLEIDE BATISTA DE FIGUEIREDO

Nasceu em 23 de dezembro de 1975 em Natal. É filha do senhor Tarcísio Alves Batista e de Maria de Lourdes Lourenço Batista. Neta do eterno “Pixilinga”, seu avô paterno que lhe contava histórias, despertando-lhe o amor pela poesia, música, teatro e a cultura purezense. Em 2010, lançou seu livro “Pureza: um pedacinho do Brasil” e, em 2014, produziu cadernos de atividades do 1º ao 9º para os professores trabalharem o conteúdo do livro em sala de aula. Também produz músicas e poesias, além de ser a autora do Hino Cívico de Pureza. É pedagoga pela UFRN (2007), pós-graduada em Psicopedagogia Institucional; Educação Especial; Neuropsicopedagogia Clínica e Educação Especial na Perspectiva de uma Educação Inclusiva no Atendimento Educacional Especializado. Atualmente é Coordenadora do Núcleo Educacional de Atendimento Multidisciplinar de Inclusão – NEAMI. <http://lattes.cnpq.br/0551712330634051>.

WELLINGTON VARELA BEZERRA

É graduado em História (2010), com pós-graduação em História do Brasil (2016) e especialização em Educação Ambiental e Geografia do Semiárido (2021). Realizou curso de extensão em Ensino de História para os Anos Finais do Ensino Fundamental (2014). Atua como professor no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio, desenvolvendo pesquisas voltadas à história local, à memória social e à cultura regional, com ênfase no estado do Rio Grande do Norte.



Mato Grande em Perspectiva: Histórias, Memórias e Identidades de uma Região Potiguar — Volume II dá continuidade ao percurso iniciado no primeiro volume, ampliando o olhar sobre os territórios, comunidades e experiências que compõem a história do Mato Grande. As pesquisas aqui reunidas abordam cultura, religiosidade, educação, meio ambiente, identidade indígena e negra, memória, desastres, infraestrutura e transformações territoriais, revelando a complexidade de uma região construída por diferentes sujeitos e temporalidades. Juntos, os dois volumes formam um amplo mosaico historiográfico e constituem um convite à descoberta, à valorização e à preservação das múltiplas histórias do Mato Grande potiguar.

**Mato Grande | Jandaíra | João Câmara | Pureza |
São Miguel do Gostoso | Taipu**



Editora Biblioteca Ocidente
LIBRUM LUX MUNDI